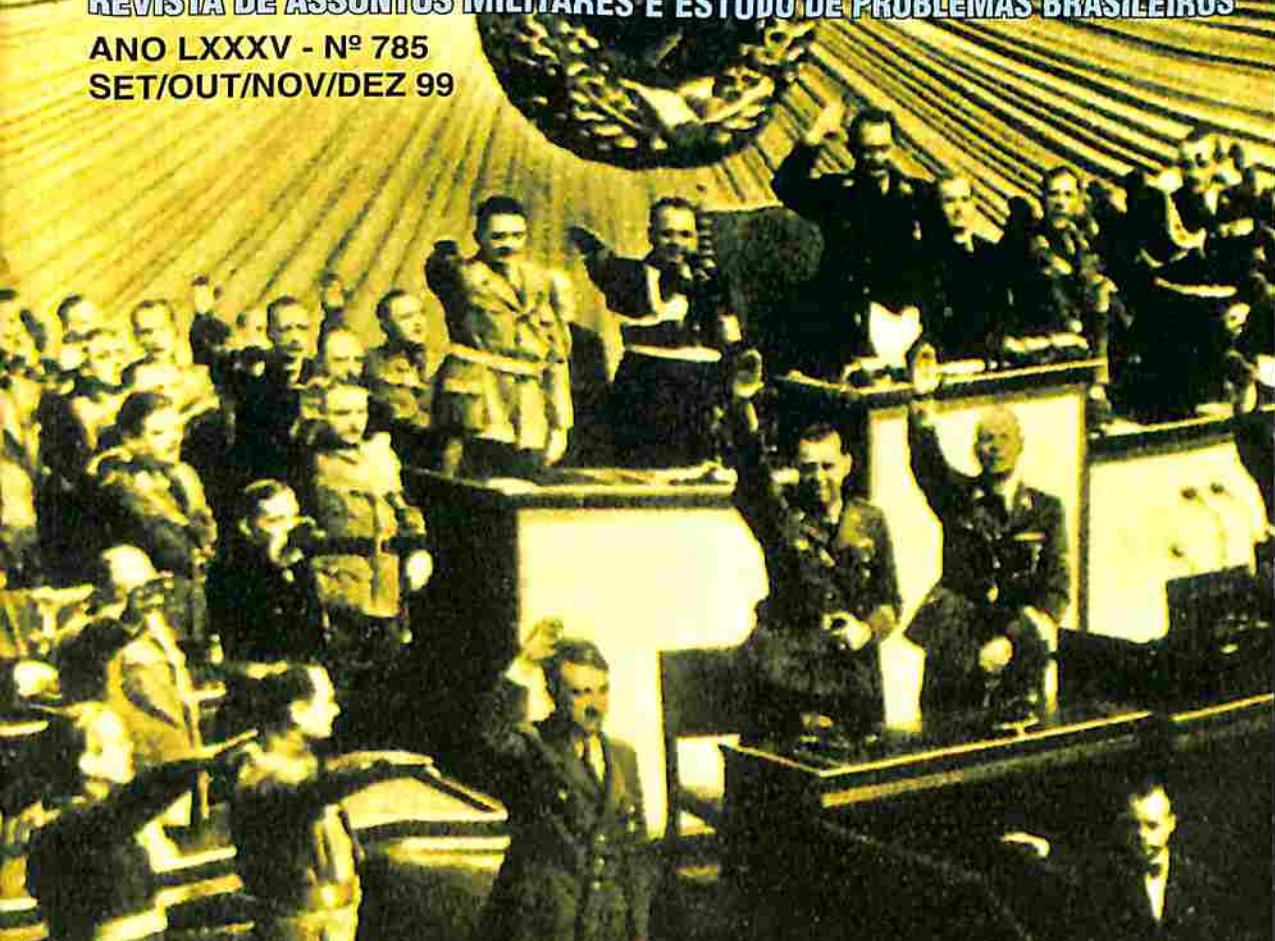




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXV - Nº 785
SET/OUT/NOV/DEZ 99



*A Manobra Estratégica de Hitler
na Segunda Guerra Mundial*

Sergio Augusto A. Coutinho



Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320843

290637

v.85, n.785, set./out./nov./dez. 1999 BFD

Biblioteca do Exercito
Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.

29063752015
24.2



Editorial

No último número dos anos 1900 de *A Defesa Nacional*, o tema escolhido para a ilustração da primeira capa evoca o início da Segunda Guerra Mundial, com a invasão da Polônia pelas tropas de Hitler no dia 1º de setembro, sessenta anos atrás.

Ele atende à norma adotada pela revista de fazer lembrar, através das capas, efemérides marcantes do período abarcado por suas edições. Ao mesmo tempo, permite-lhe coroar as atividades no milênio com uma edição cujo conteúdo gira em torno do fato histórico por certo mais importante do século prestes a findar, marco introdutório que foi de uma nova era, referenciada pela assombrosa mudança nas perspectivas do progresso, cujos limites não se ousa imaginar. Eis que a ficção deixou de ter sentido, pela fragilidade de sua sobrevida diante dos recursos cada vez mais surpreendentes da Ciência e da Tecnologia.

Do nosso Sumário, a história da rendição alemã em Reins e o exame da manobra estratégica de Hitler referem-se, diretamente, à Guerra Mundial em si mesma. Mas boa parte do rol de seus assuntos diz-lhe também respeito, ligada que está à Guerra Fria, seu subproduto de maior expressão, ou aos desdobramentos deste, que ainda estão longe de se esgotar.

Assim é que aprecia conceitos de Sun Tzu, o mestre oriental da estratégia, cujo prestígio ressurgiu sob seu patrocínio; comenta as ações do General Giap, mestre do tipo de guerra que ele consagrou; refere-se à OTAN, instrumento de contenção surgido do seu contexto; e se ocupa de *operações humanitárias* e *missões de paz*, duas novas formas de aplicação do poder usadas no processo de acomodação dos desequilíbrios provocados em função dele.



Sumário

EDITORIAL	01
A RENDIÇÃO DA ALEMANHA EM REIMS <i>L. P. Macedo Carvalho</i>	04
A MANOBRA ESTRATÉGICA DE HITLER NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL <i>Sergio Augusto A. Coutinho</i>	17
MODERNIZE OS CONCEITOS DE SUN TZU <i>Li Wenging</i>	23
À GUISA DE INFORMAÇÃO <i>Manuel Cambeses Junior</i>	35
O PROVEITO MÚTUO DAS PESQUISAS ASTRONÔMICA E MILITAR <i>Ronaldo Rogério de Freitas Mourão</i>	46
SOCIOLOGIA: UM DESCONVITE? <i>Peter L. Berger</i>	57
A MISSÃO DA ONU PARA A TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESLOVÊNIA ORIENTAL – UNTAES <i>Sérgio Luiz Cruz Aguilar</i>	65
A EVOLUÇÃO ESTRATÉGICA DA OTAN <i>Luiz Pinto Ramalho</i>	79
GENERAL VÔ NGUYEN GIAP UM MESTRE DA ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA <i>Claudio Ricardo Hebl Forjaz</i>	90
OS DESAFIOS DA PAZ AS FORÇAS ARMADAS E OS CONFLITOS DO FUTURO <i>Fernando Veloso Gomes Pedrosa</i>	108
COMANDO, CONTROLE, COMUNICAÇÃO E INTELIGÊNCIA (C3I) NAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA – COMENTÁRIOS <i>Humberto José Correia de Oliveira</i>	116
COMENTÁRIOS	
A Defesa Nacional – 86 anos <i>Virgílio da Veiga</i>	137
Da Organização dos Poderes <i>Reis Friede</i>	139
Integração Latino-Americana: Um Imperativo Geopolítico <i>Manoel Cambeses Junior</i>	143
Três Heróicos Pracinhas <i>João Evangelista Mendes da Rocha</i>	145
A “Operação Humanitária” da OTAN em Kosovo <i>Luis Wenceslau Mangeon dos Santos</i>	147
INFORMAÇÕES	
DESTAQUES DA IMPRENSA	149
	155

A rendição da Alemanha em Reims

L. P. Macedo Carvalho*

O fim da guerra na Europa foi assinado a 7 de maio de 1945, às 02.41h, em Reims, e, às 00.15h de 9 do mesmo ano, em Berlim. O artigo conta, em detalhes, como se deu a rendição alemã e o porquê de o dia 8 de maio ter sido consagrado como o *Dia da Vitória* na II Guerra Mundial.

ANTECEDENTES

O início do fim da Segunda Guerra Mundial começa a 6 de junho de 1944 com o desembarque aliado nas praias da Normandia. Todavia, a batalha da França duraria ainda três meses após o Dia D, estendendo a Frente Ocidental do porto de Ostende, na Bélgica, até a fronteira da Suíça.

Depois da libertação de Paris, com a rendição do General Choltitz, na gare de Montparnasse, ao General Leclerc (25 de agosto de 1944), o avanço das forças aliadas foi rápido. Em outubro, a primeira cidade alemã Aachen era conquistada pelo I Exército norte-americano de Hod-

ges e, no mês seguinte, dava-se a tomada de Metz e Nancy pelo III Exército dos Estados Unidos (Patton), transpondo o Moselle. Em dezembro, o VII Exército (EUA) de Patch atingia o Reno, enquanto o I Exército francês de Leclerc libertava Estrasburgo. Os ingleses achavam-se em Bruxelas e Antuérpia. Na Itália, os alemães viam-se encerrados diante dos Alpes pelo 15º Grupo de Exército do General Mark Clark.

No final de 1944, em pleno inverno, os aliados consolidavam as posições alcançadas e reorganizavam suas forças para desfechar o golpe final contra a Alemanha.

Mas tudo não estava terminado. Os alemães, surpre-

endendo os aliados com a contra-ofensiva das Ardenas, liderada por Rundstedt à frente de três exércitos a mais de trinta divisões (250.000 homens, 2.000 carros-de-combate e 3.000 aviões), em algumas semanas ameaçavam dividir as forças adversárias e cercar quatro exércitos na Bélgica e na Holanda. A resposta norte-americana foi imediata e violenta. Ao término de janeiro de 1945, a famosa *Batalha do Bolo* estava concluída e as linhas aliadas restabelecidas, a elevado custo para ambos os contendores - os alemães perderam 90.000 homens e os norte-americanos cerca de 77.000 homens.

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

A 8 de março de 1945, o I Exército (EUA) se apossava da ponte de Remagen sobre o Reno, por não haverem tido tempo, os alemães, de destruí-la. A 22 desse mês, o III Exército (EUA) transpusera o aludido curso d'água em Oppenheim, em frente a Frankfurt. No dia seguinte, o II Exército britânico (Dempsey) e o IX Exército norte-americano (Simpson) se lançam, por sua vez, ao outro lado do Reno. Enfim, o I Exército francês, penetrando através da Alemanha, cruzava o rio no setor de Landau, a 31 de março, desdobrando-se em 15km de frente.

O fim se aproximava. O Exército alemão se desagregava, ficando reduzido a bolsões de resistência isolados, e os acontecimentos se precipitavam com incrível velocidade.

A 23 de abril de 1945, os *partigiani* controlavam as principais cidades italianas - Milão, Turim, Gênova e Veneza - e as tropas norte-americanas marchavam na direção do Passo de Brenner, onde se juntaram às demais forças aliadas e barraram a fuga dos alemães através dos Alpes, os brasileiros inclusive, fazendo ligação com os franceses em Susa. Fechava-

se o cerco ao inimigo no teatro de operações do Mediterrâneo, encerrando-se a luta na Itália com a rendição do Grupo de Exércitos C de von Vietinghoff, a 2 de maio de 1945.

A 25 de abril de 1945, próximo de Torgau, pequena cidade localizada sobre o Elba, 120km ao sul de Berlim, uma patrulha russa da 58ª Divisão de Guarda, comandada pelo Tenente Selvasko, estabelecia junção com o pelotão do Tenente Robertson, do 5º Corpo de Exército norte-americano. Esse fato documenta um dos mais emocionantes eventos da guerra que já durava quase seis anos. O encontro dos soldados de Tio Sam com elementos avançados do Exército soviético assinala a união das duas Frentes - a Ocidental e a Oriental. Trata-se de um quadro de atores diferentes no ato final de um mesmo drama. Abrem os braços, se abraçam, em seguida trocam cigarros, vodka e uísque. Concretizava-se a junção do 12º Grupo de Exércitos norte-americano de Bradley com a Frente de Konev, cujo encontro se dá a 5 de maio.

A partir daí, a Alemanha fica dividida em duas partes. A guerra, porém, não

acabara. Luta-se ainda ao norte e duros combates eram travados em Berlim.

Ao raiar do dia 2 de maio, em Berlim, onde, desde 23 de abril, desenrolava-se feroz luta, sobre milhares de cadáveres e as ruínas da cidade totalmente destruída, um caminhão alemão, com uma bandeira branca, aproveitando uma trégua para cruzar as linhas russas, dirigiu-se ao posto de comando de Tchouikov. O General Wesling, comandante da guarnição de Berlim, vinha propor a rendição incondicional da capital do Terceiro Reich.

Logo depois, as tropas do Exército Vermelho cessaram fogo e as suas baterias de artilharia silenciaram. Os últimos defensores alemães abandonaram os abrigos, porões, depósitos de carvão e as estações de metrô, abatidos e apavorados, formando longas colunas em direção aos subúrbios.

A 13 de maio, o VII Exército dos Estados Unidos fazia alto, em Innsbruck, Áustria, a fim de aguardar os russos. Ao sul, Patton informava que tinha condições de se apossar facilmente de Praga, Tchecoslováquia. O alto comando soviético, sabedor disso, protestou energicamente.

Para evitar problemas políticos com os russos, Eisenhower ordenou a Patton interromper seu avanço e deixar o Exército Vermelho ter a honra de entrar na capital tcheca.

O comandante supremo soviético emitiu o seguinte comunicado, em linguajar tipicamente militar:

As tropas da Primeira Frente da Bielo-Rússia, com a cooperação da Primeira Frente da Ucrânia, destruíram, após sucessivos combates, o grupo de forças alemães de Berlim, capital da Alemanha, centro do imperialismo germânico e foco de sua agressão.

MONTGOMERY INICIA AS NEGOCIAÇÕES

A 5 de maio de 1945, em acampamento montado ao norte da Alemanha, debaixo de persistente chuva, o Marechal Montgomery, comandante do 21º Grupo de Exércitos, recebia a rendição incondicional das forças alemães na Holanda, no noroeste da Alemanha, na Dinamarca e suas cercanias. Isso representava a deposição de armas por mais de um milhão de homens. A maior rendição em massa de for-

ças alemães, comentava com admiração um jornalista norte-americano, *depois do armistício de 1918*.

Monty tinha de que se envaidecer. A desforra era completa. Comandante de divisão da Força Expedicionária Britânica na França, em 1939-1940, vira-se derrotado na Bélgica e acabara vítima da desastrosa evacuação de Dunquerque.

Sua primeira revanche se dera em 1942, com a vitória de El Alamein, obtida contra Rommel nos desertos do Egito e que, no dizer de Churchill, mudou decisivamente o rumo da guerra. A segunda começou em junho de 1944, ao assumir o comando das forças terrestres aliadas no desembarque da Normandia e, em seguida, já à testa do 21º Grupo de Exércitos, a partir de Caen, quando libertou o norte da França e a Bélgica.

Voltou-se para o norte da Europa com determinação ferrenha, mostrando-se implacável com o inimigo e também com os aliados.

Suas conhecidas desavenças com os demais chefes militares, em particular com Eisenhower e Patton, alimentaram, durante anos, os comentaristas dos jornais e os historiadores militares.

Por exemplo: enquanto Patton queria investir na direção do Reno e conquistar Berlim, Montgomery julgava ser mais eficaz uma ofensiva pelo norte da Alemanha. Defendia tanto esse ponto de vista que Eisenhower decidiu atacar sobre *uma ampla frente* e repartir igualmente os meios entre Montgomery e Patton. Na verdade, Monty conseguiu obter algo mais de *Ike*: prioridade de apoio para uma operação aeroterrestre sobre Arnhem, com a finalidade de dividir a Holanda em duas partes (o que, diga-se de passagem, redundou em tremendo desastre).

Todavia, Monty não se deu por vencido, buscando destruir o inimigo com a mesma tranqüilidade e tenacidade. Em fins de abril de 1945, atravessou o Elba, apossou-se de Lübeck e de Kiel, cercando os alemães na Dinamarca. Na corrida rumo ao Báltico, os ingleses venceram os russos com 24 horas de vantagem.

A derradeira satisfação para Montgomery, entretanto, foi ter estabelecido os primeiros contatos com o inimigo, que levariam, poucos dias depois, à capitulação alemã firmada em Reims.

A 3 de maio, em uma viatura arvorando uma bandeira branca, quatro oficiais alemães se apresentaram aos ingleses. Entre eles se achava o Almirante Von Friedeburg, Comandante-em-Chefe da Marinha alemã.

Estão prontos, perguntou-lhes Montgomery, a renderem as forças alemães que combatem no meu flanco norte e oeste, entre a Holanda e Lübeck, bem como as estacionadas na Dinamarca?

Não, responderam-lhe os alemães. Nós desejamos acertar com o senhor uma forma que permita à população civil escapar a um massacre.

Dentre as soluções propostas, constava um cronograma que se estendia por várias semanas, ao fim das quais as tropas britânicas avançariam lentamente, enquanto as alemães operariam uma retirada paralela.

Montgomery retrucou:

Eu me pergunto, senhores, se estão bem a par da sua situação na Frente Ocidental. Sacou sua carta de operações e a exibiu aos alemães, que ficaram estarrecidos diante do progresso dos aliados tanto na Frente Ocidental quanto dos russos na Frente Oriental.

Convidaram os alemães para o café da manhã e o frio Almirante Friedeburg caiu em lágrimas, chorando durante toda a refeição.

Após o desjejum, Montgomery recebeu novamente os alemães e, secamente, transmitiu-lhes suas condições, um autêntico ultimato.

Precisam compreender três coisas. Devem render incondicionalmente todas as tropas na Holanda, Frísia, Heligolândia, Schleswig-Holstein e Dinamarca. Quando o fizerem, estarei pronto a discutir com os senhores os termos da rendição... e eis o terceiro ponto: se não aceitarem a rendição, prosseguirei a guerra e serei impiedoso.

E acrescentou mais ainda:

Todos os seus soldados e civis poderão ser mortos.

Os alemães se declararam não-crediados a aceitar esses termos. Dois deles permaneceram imóveis, enquanto dois outros, Friedeburg e o Major Frieder, retornaram a suas linhas para dar conhecimento aos seus superiores do resultado das conversações.

Na sexta-feira, 4 de maio, os plenipotenciários alemães voltaram ao quartel-general de Montgomery, desta vez

prontos a aceitar as condições de rendição impostas, sem restrições.

A cerimônia de rendição durou apenas cinco minutos. O General Montgomery, em impecável uniforme, adentrou o quartel-general, onde já o aguardavam os alemães. Na sua passagem, sorriu aos correspondentes de guerra e lhes disse com o canto da boca:

É o momento!

Trazia, na mão direita, os papéis a serem assinados.

Ao entrar na barraca, os alemães tomaram a posição de sentido. Monty sentou-se e convidou seus hóspedes a fazerem o mesmo.

Vou ler-lhes os termos da capitulação.

Solenemente, com qualquer coisa de triunfal na voz, notou uma testemunha, o marechal procedeu à leitura do ato. Quando terminou, os alemães assinaram o documento em silêncio.

E agora, aduziu Montgomery, vou assinar em nome do General Eisenhower, Comandante Supremo das Forças Aliadas.

Em seguida, os alemães mencionaram a Montgomery que gostariam, também, de incluir, na rendição, três outros exércitos que combatiam os russos.

A RENDIÇÃO DA ALEMANHA EM REIMS

Não, declarou-lhes sem hesitação o marechal inglês. *Esses exércitos combatem nossos aliados russos. Se desejam render-se a alguém é a eles que devem fazê-lo. Nada tenho a ver com isso. É problema dos russos, por se passar na Frente Oriental. Rendam-se ao comandante soviético. A discussão está encerrada.*

O Almirante Von Friedeburg, aparentemente impassível diante de Montgomery, firme e despachadamente, insistiu:

Nós desejamos, agora, discutir a rendição da totalidade das forças alemãs.

A notícia causou espanto. Eisenhower, que se encontrava em seu quartel-general instalado em Reims, foi imediatamente informado. Respondeu a Montgomery o seguinte:

Que enviem os representantes alemães a Reims!

Monty executou a ordem sem perda de tempo.

PROPOSTA DE PAZ EM SEPARADO

Seguiram, para Reims, o Almirante Hans Georg von Friedeburg e o Coronel Poleck.

Von Friedeburg, um homem de 50 anos, robusto e

um tanto calvo, tivera uma carreira brilhante na Marinha. Em 1943, substituíra Doenitz no comando da frota de submarinos e, dois anos mais tarde, no comando supremo da Marinha alemã. Razão por que fora enviado ao General Eisenhower para conhecer os termos de capitulação da *Wehrmacht*, em nome do novo chefe do moribundo *Terceiro Reich* - Almirante Karl Doenitz.

Seu companheiro Poleck, membro do *Oberkommando*, era um homem alto, seco, impenetrável, acanhado e pouco simpático. Responsável pelo Serviço de Intendência, tinha por encargo cuidar dos suprimentos.

A viagem a Reims dos dois oficiais alemães foi bastante complicada.

Partiram da pequena cidade de Inneburg, via aérea, às 8h00min do sábado, 5 de maio. Trocaram de avião às 10h00min em Vorst mas, por causa das más condições atmosféricas, a aeronave pousou em Bruxelas às 11h15min. Faziam-se acompanhar por dois oficiais ingleses, o Tenente-Coronel Bury e o Major F. J. Lawrence, que decidiram, então, prosseguir a viagem por rodovia. Partiram de Bruxelas às 13h10min em viatura

dirigida por uma jovem escoesa. O Almirante Friedeburg, em perfeito inglês, desculpou-se por não dormir quase há dez dias e, alegando ter necessidade de se recuperar um pouco, adormeceu. O Coronel Poleck, calado permaneceu durante toda a viagem, apreciando a paisagem de viaturas alemãs abandonadas pelo caminho, o que não contribuiu para levantar o seu moral.

Às 17h00min do mesmo dia, sábado 5 de maio, chegaram ao quartel-general do SHAEF (*Supreme Headquarters Allied Expeditionary Forces*), em Reims. Os militares trocaram continência, sendo notado que os alemães não mais o faziam de braço estendido, à maneira nazista.

O almirante, cantarolando, mostrava-se descontraído enquanto seu companheiro, ao contrário, parecia nervoso. Logo depois, tiveram início as conversações.

Em nenhum momento, embora se encontrasse em seu quartel-general, Eisenhower participou diretamente das negociações, nem mesmo do ato formal de assinatura da capitulação de Reims. Incumbiu seu chefe de estado-maior, o General Be-

dell Smith, de conduzir as conversações.

Esta cerimônia o repugnava, salientou um de seus conselheiros, Robert Murphy posteriormente, em suas memórias. Julgava-se um combatente e não se mostrava interessado no que se passava em Ialta.

Às 17h20min, vinte minutos após a chegada ao quartel-general avançado de Reims, instalado, desde fevereiro de 1945, na Escola Técnica de fachada em tijolos vermelhos, os dois oficiais alemães foram levados ao gabinete de Bedell Smith, pelo Major-General Strong, chefe da 2ª Seção do estado-maior. O encontro durou vinte minutos. O General Bedell Smith solicitou ao Almirante Von Friedeburg a apresentação das credenciais de representante do Almirante Doenitz, sucessor de Hitler após o suicídio dele.

O alemão gesticulou derrotado. Nada tinha a apresentar nem possuía poderes de negociar a rendição dos exércitos de seu país.

Bedell Smith chegou a enervar-se momentaneamente, mas controlou-se e expôs aos alemães a decisão do comandante supremo:

Exigimos a rendição incondicional com a obriga-

ção de todas as tropas permanecerem em suas atuais posições, não se permitindo qualquer engajamento das aeronaves, nem aos navios de guerra se afastarem de onde se encontrarem. Estou certo de que o comando da Wehrmacht tratará de transmitir e executar todas as ordens dadas pelos comandos aliados

E acrescentou ainda:

Os senhores devem se dar conta de que a situação da Alemanha é desesperadora, no momento...

O almirante, com um sinal de cabeça, aquiesceu, dizendo, em seguida:

Sim, esperamos sobretudo que inúmeros soldados alemães não sejam mortos pelos russos...

Com um sorriso furtivo, fez uma ressalva:

A menos que se lhes permita renderem-se diretamente às forças aliadas da frente ocidental.

A proposta escapara. Os alemães sonhavam com a paz em separado no Ocidente.

Porém, Bedell Smith cortou secamente a palavra dos seus interlocutores:

Os aliados estão prontos a discutir, unicamente, a rendição dos alemães na Frente Ocidental, conjugada a uma rendição simultânea e

incondicional aos aliados russos.

Os alemães sabiam, muito bem, dos maus-tratos e sofrimentos que haviam imposto aos eslavos, ao longo daquela cruel guerra. Preferiram se entregar aos norte-americanos porque temiam as represálias dos russos, poloneses, iugoslavos e tchecos.

Levados a uma sala contígua, foi apresentada aos alemães a minuta do ato de rendição incondicional. Ao lado, na sala de operações, reinava intensa atividade. Os oficiais aliados, aguardando a decisão final iminente, acompanhavam as notícias. Entre eles se achavam dois representantes do Exército soviético - o Major-General de Artilharia Ivan Sousloparov e o Coronel Ivan Zenkovich.

Bedell Smith chamou-os à parte e colocou-os a parte de todos os pormenores das primeiras negociações com os alemães, mostrando, a seguir, o texto da mensagem enviada por Eisenhower a Washington, Moscou e Londres:

O Almirante Friedeburg tem apenas autoridade de oferecer rendição dos remanescentes do Exército alemão na Frente Ocidental. A discussão da proposta limi-

tada de paz foi recusada. Estando disposto, o almirante, a discutir a rendição total - se credenciado - foi instado a solicitar autorização do Governo alemão

Os russos ficaram satisfeitos.

Von Friedeburg chamou o General Strong e confiou-lhe uma mensagem endereçada a seu chefe - Almirante Doe-
nitz:

Conceda-me plenos poderes para negociar uma rendição total, ou envie alguém munido dos poderes necessários para o fazer.

A mensagem foi imediatamente codificada e transmitida ao XI Exército britânico para ser enviada à frente por estafeta.

Às 15h00min do domingo, 6 de maio, depois de um fim-de-semana angustiante, veio a resposta; o General Jodl, Chefe do Estado-Maior do Exército alemão (substituto de Guderian), deslocou-se para Reims, acompanhado de seu assistente, Coronel Wilhelm Oxenius.

SETE DE MAIO DE 1945, EM REIMS

O General Jodl e o Coronel Oxenius desembarcaram, do C-47 norte-americano

Mary Lou II, no aeroporto de Reims, às 17h08min do domingo, 6 de maio de 1945.

Apenas dois oficiais norte-americanos e alguns PE os aguardavam.

A caminho do quartel-general de Eisenhower, cruzaram com dois cortejos de prisioneiros alemães. Jodl, naturalmente, fez cara feia.

Às 17h30min, davam entrada no quartel-general, onde os acontecimentos se precipitavam. O Almirante Von Friedeburg, ao se encontrar com Jodl, não o cumprimentou mas simplesmente exclamou:

Eis, enfim, tu!

Porém, seu superior não estava de bom humor, ignorando-o. Em seguida, Friedeburg pediu uma carta da Europa e café, dando a impressão de ser favorável à rendição imediata e já haver convencido seu chefe. Este teria dito qualquer coisa assim:

Sim, vamos assinar... De qualquer modo, estamos perdidos...

Às 18h15min, teve início a conversa com Bedell Smith, que levou meia hora, e cujos pormenores são desconhecidos.

Às 18h45min, Bedell Smith prestou conta das negociações com os alemães a Eisenhower e, pouco depois, aos russos.

Tudo estava acabado. O General Jodl teria formulado algumas condições de última hora. Uma mensagem foi enviada ao Governo alemão e passou-se a aguardar resposta. Os participantes da reunião foram dispensados e alertados para ficarem em condições, quando convocados, de retornar imediatamente.

Os habitantes de Reims dormiam e não notaram o desfile de viaturas em frente à porta da Escola Técnica, na rua que recebeu o nome de Franklin Roosevelt, por volta de duas horas da manhã, trazendo oficiais aliados.

Decidira-se realizar a cerimônia que poria fim à guerra na *sala de operações - War Room* - hoje transformada em museu. Ficava em dependência no primeiro andar da antiga Escola Técnica (atual Liceu Roosevelt), e permanece tal qual se encontrava a 7 de maio de 1945, com mapas e cartas de operações fixados às paredes, onde se atualizavam, diariamente, os movimentos de tropas e suprimentos, representados por alfinetes de cabeça colorida, fitas e símbolos, dados estatísticos, gráficos, quadros diversos, inclusive das perdas aliadas sofridas no total de 600.000 homens, sendo 130.000 mortos.

Em preparação para a cerimônia de assinatura da rendição, foi colocada uma grande mesa de reunião dos professores do Liceu, com 13 cadeiras ao redor e alguns cinzeiros. Dois tapetes foram estendidos poucos minutos antes do ato, para decorar o ambiente. Os tapetes e os cinzeiros foram levados como *souvenirs*, mas a mesa e as cadeiras continuam intactas, no mesmo lugar. A 7 de julho de 1945, a sala foi oficialmente entregue à Prefeitura de Reims pelas autoridades militares norte-americanas.

Entrando-se na sala, é vista, à direita, uma carta mostrando as instalações logísticas e os oleodutos. Ao lado da janela, acha-se o mapa da rede ferroviária com informações pormenorizadas a respeito dos estoques e toneladas transportados. Um termômetro montado sobre uma suástica indica o número de prisioneiros alemães feitos - 4.035.051 homens. Dois quadros estatísticos revelam material descarregado nos portos da Mancha, a quantidade de prisioneiros de guerra capturados por Exército aliado, o volume de suprimento e pessoal desembarcados e as perdas humanas aliadas. No canto esquerdo dessa parede, vêem-se três cartas de navega-

ção com tabelas de tonelagem de navios e indicações das áreas minadas. Na parede oposta, encontra-se um enorme mapa em duas folhas, no qual estão marcados, por fitas de diversas cores, os avanços aliados em todas as frentes do teatro de operações europeu. Junto à porta, as paredes encontram-se cobertas por mapas de operações aéreas, com a localização dos aérodromos, estimativa de baixas e de pessoal disponível, relativos a 5 de maio, e as previsões do tempo para o dia seguinte. Finalmente, cartas de operações em curso no Pacífico estão dispostas em torno da porta. O gabinete de Eisenhower fora instalado na dependência ao lado.

As 2h34min da madrugada, o General Bedell Smith entrou na sala. Rapidamente, contornou a mesa, verificou o dispositivo, certificou-se da presença de todos, e convidou os aliados a ocuparem seus lugares.

Bedell Smith sentou-se no lugar que deveria ser ocupado por Eisenhower, de quem era chefe de estado-maior. À sua direita, achavam-se o Almirante Sir H. M. Burrough, da *Royal Navy*, o General François Sevez, representante do General Juin, chefe de estado-maior do General de

Gaulle, e o Tenente-General Sir F. E. Morgan, inglês. À sua esquerda, um lugar ficou desocupado o tempo todo - o destinado ao Major-General K. Strong, do Exército britânico que, por ser portador dos documentos que deviam ser assinados pelos alemães e pelos aliados, permaneceria atrás da delegação inimiga, como intérprete. A seguir, vinham o General Ivan Sousloparov, do Exército soviético, e dois aviadores - o General C. Spaatz, da Força Aérea dos EUA, e o Marechal-do-Ar Sir J. M. Robb, da RAF.

As cabeceiras da mesa haviam sido reservadas para o Major-General H. R. Bull, norte-americano, e para o Coronel Zenkovitch, russo. Mas este último veio a sentar-se atrás da cadeira vazia do General Strong, a fim de ficar mais próximo do seu chefe, General Sousloparov. Havia, também, os oficiais que trabalhavam no quartel-general do SHAEF e 17 correspondentes de guerra.

O outro lado da mesa, entende-se, fora reservado à delegação alemã que, às 2h39min, deu entrada no *War Room*. Impressionada com o silêncio glacial dos dez oficiais sentados à mesa, avançou em passo um tanto solene. Permanecendo em posi-

A RENDIÇÃO DA ALEMANHA EM REIMS

ção de sentido por um instante, a um gesto do General Bedell Smith ocupou os seus lugares. O General Jodl tinha, à sua direita, o Coronel Oxenius e, à esquerda, o Almirante von Friedeburg.

São 13 pessoas à mesa.

O General Bedell Smith pôs a mão sobre os documentos que o General Strong acaba de colocar diante dele e declarou:

Eis os documentos da rendição. Pergunto aos senhores se estão oficialmente prontos a assiná-los.

O primeiro artigo do ato está assim redigido:

Nós, abaixo assinado agindo em nome do Alto Comando alemão, capitulamos pelo presente, incondicionalmente, ao Comandante Supremo das Forças Expedicionárias Aliadas e, simultaneamente, ao Alto Comando soviético, com todas as forças terrestres, navais e aéreas que se encontram neste dia sob comando alemão.

Os artigos seguintes detalham as minúcias desse ato. *O Alto Comando se compromete a ordenar a todas as forças subordinadas cessar a participação em todas as operações ativas no dia 8 de maio de 1945, às 23h01min (hora da Europa Central), e permanecer nas*

posições ocupadas nesse momento.

No caso do Alto Comando alemão ou determinadas forças sob seu controle deixarem de proceder conforme este ato de rendição, especifica ainda o texto, o Comandante das Forças Expedicionárias Aliadas e o Alto Comando soviético tomarão todas as medidas punitivas ou outras que julgarem apropriadas.

O artigo 4º do documento, bastante ambíguo, declara:

Este ato de rendição não invalida qualquer instrumento geral de rendição imposto pelas nações unidas e aplicado à Alemanha e às Forças Armadas alemães no seu conjunto, e que venham a substituir este documento.

O General Jodl, hirto na cadeira, satisfez-se em concordar com um sinal de cabeça, respondendo à pergunta que lhe fizera Bedell Smith. Passou, então, ao ato de assinatura da rendição após lançar breve olhada. Os documentos circularam pela mesa e receberam a assinatura de todos os oficiais aliados presentes.

A assinatura da documentação durou, precisamente, sete minutos - das 2h34min às 2h41min - de 7 de maio de

1945, sem os participantes trocarem qualquer palavra.

Jodl levantou-se logo depois, tomou a posição de sentido, e falou:

Quero dizer umas palavras.

O General Bedell Smith autorizou-o balançando a cabeça e o alemão disse:

General, por esta assinatura, o povo alemão e as Forças Armadas alemãs estão entregues nas mãos dos vencedores, para o melhor e para o pior. Nesta guerra, que durou mais de cinco anos, o povo e os exércitos alemães realizaram e sofreram mais, talvez, que outro qualquer no mundo. Nesta hora posso somente manifestar a esperança de que o vencedor os tratará com generosidade.

Ninguém retrucou.

Um quarto de hora mais tarde, os três alemães foram levados ao gabinete do General Eisenhower, que os viu pela primeira vez. A entrevista não levou mais de dois minutos. O Comandante Supremo aliado perguntou aos plenipotenciários alemães se estavam cônscios do significado do ato acabado de assinar e de que os termos da capitulação deveriam ser respeitados. O General Jodl respondeu afirmativamente.

Estava encerrada a capitulação da Alemanha em Reims. A alegria dominava o quartel-general. Ike confraternizava com os oficiais de seu estado-maior, com os demais oficiais aliados e com os russos, apertando suas mãos. Calmo e sorridente, pousou longamente para os fotógrafos. Com as duas canetas que serviram para a assinatura daquele histórico ato, fez o V da vitória.

Uma mensagem lacônica do quartel-general avançado do SHAEF, assinada por Dwight D. Eisenhower, data da de 7 de maio de 1945, de número FWD-2798, comunicava aos comandos subordinados o término da Segunda Guerra Mundial na Europa nos seguintes termos:

A missão destas forças aliadas foi cumprida às 2h41min, hora local, em 7 de maio de 1945.

Às 3h39min da madruga-
da, diante dos militares que
se comprimiam no War
Room, Eisenhower proferiu
o discurso da vitória:

As forças aliadas que invadiram a Europa no dia 6 de junho de 1944, junto com seus valentes aliados russos e os exércitos vindos do Sul, derrotaram completamente a Alemanha, em terra, no mar e no ar. No princípio, a mai-

or parte das forças que entraram em linha provinha da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Elementos de todos os países oprimidos pelo inimigo na Europa participaram da luta.

Penso que é particularmente simbólico ter a rendição sido assinada no coração da França, esse país que tanto sofreu, esse país onde desembarcamos em junho último e cujas forças armadas e movimentos de resistência tanto apoiamos.

Esta rendição incondicional foi obtida graças não somente a todos os aliados participantes mas, igualmente, às diferentes forças terrestres, navais e aéreas.

Minha gratidão, talvez não suficiente, vai para cada um dos cinco milhões de homens que tomaram parte na luta. O profundo reconhecimento e a eterna gratidão lhes são devidos por todos os cidadãos livres das Nações Unidas.

NOVE DE MAIO DE 1945, EM BERLIM

Após a capitulação de Reims, os russos exigiram que a mesma fosse ratificada em Berlim, na noite de 8 de maio de 1945, pois desejavam que

o documento final pondo término à guerra, para ser reconhecido oficialmente, fosse firmado na capital da Alemanha ocupada pelas tropas russas. A rendição das forças alemãs também já tinha sido firmada na Itália por Von Vietinghoff, a 2 de maio, e a dos exércitos inimigos do norte da Alemanha, próximo a Lüneburg.

Durante anos, tem intrigado aos historiadores por que foram os alemães obrigados a assinar a capitulação duas vezes. Todas as potências envolvidas na guerra contra Hitler achavam-se representadas em Reims em 7 de maio 1945. O ato de rendição era, pois, válido. Contudo, uma segunda cerimônia de assinatura da capitulação alemã teve lugar em Berlim, a 9 de maio de 1945.

Um comunicado muito sucinto explicava que este segundo ato tinha uma dupla finalidade: 1) consagrarsolemnemente, de pleno acordo com o Grande Estado-Maior soviético, a rendição das forças alemãs; e 2) regular, por solicitação do estado-maior russo, o texto original do ato de capitulação firmado pelo General Jodl em Reims.

Passados os anos, compreende-se o sentido do parágrafo segundo.

A RENDIÇÃO DA ALEMANHA EM REIMS

Depois de meses de intenso debate, Washington, Moscou e Londres chegaram à redação final de um documento para a rendição alemã. Enfim, os *três grandes* aprovaram, em março de 1945, um texto que foi remetido, em envelope azul lacrado, ao Comandante-em-Chefe das Forças Aliadas, o qual o confiou ao General Bedell Smith. Quando, no começo de maio, Montgomery alertou ao quartel-general de Reims que os alemães estavam prestes a capitular, uma ata foi redigida pelo estado-maior de Bedell Smith, ignorando a existência do famoso envelope azul enviado numa gaveta secreta que continha o texto definitivo e pormenorizado estabelecido pela Comissão Interaliada.

O envelope azul esquecido por Bedell Smith na precipitação dos últimos acontecimentos, segundo antigo conselheiro do Presidente Roosevelt e do General Eisenhower, Robert Murphy, vinte anos depois, teria sido a causa da exigência russa.

Sobrecarregado por milhares de preocupações, todas da mais alta importância, o General Bedell Smith teve um lapso de memória.

Esqueceu que o Conselho Consultivo já havia redigido um texto para a capitulação.

Porém, outros historiadores consideram tal explicação pouco verossímil. Existem hipóteses diferentes. O documento estaria sendo revisado por iniciativa de Washington, em consequência da morte de Roosevelt e a ascensão de Truman à presidência. Ou, a pedido de Moscou, que dava sinais, na opinião de observadores, de alterar sua política com a proximidade da vitória, notadamente com referência à divisão da Alemanha.

Seria um dos motivos a recente aceitação da França como signatária? Quereriam os russos organizar uma cerimônia única de assinatura para descartar as prioridades anglo-americanas, ganhando tempo a fim de favorecer o avanço de suas tropas, enquanto Eisenhower tinha simplesmente pressa de terminar a guerra e impedir qualquer manobra do Almirante Doenitz? Todas essas hipóteses têm sido levantadas.

Uma outra causa de atrito entre os aliados foi a anúncio da rendição. Dezessete correspondentes de guerra em Paris haviam sido

convidados a assistir o evento de Reims. Fora-lhes solicitado não difundir a notícia antes das 15h00min de 8 de maio. Inúmeros telegramas foram trocados entre as capitais dos diversos países para que a proclamação oficial se desse ao mesmo tempo. Mas, como sói acontecer em casos como esses, verificou-se um *vazamento*. Um jornalista norte-americano presente à cerimônia de Reims desrespeitou o compromisso assumido e transmitiu a notícia à sua redação.

Pouco depois da assinatura da rendição, às 8h45min de 8 de maio, os alemães anunciavam o ocorrido pela Rádio Flensburg e a BBC captava a transmissão. A Rádio Hamburgo confirmou a notícia às 12h45min.

Stalin, então, exigiu que tivesse lugar uma segunda assinatura em Berlim. Ao tomar essa decisão pretendia, sobretudo, neutralizar a propaganda insidiosa que incitava o Exército vencido a capitular na Frente Ocidental e continuar a luta no Leste.

Na realidade, os soviéticos consideravam a rendição de Reims apenas como um ato preliminar.

O fim da guerra devia ser *oficializado*, pensavam eles,

em Berlim, a capital do Terceiro Reich conquistada pelos russos mediante duros combates. Consideravam-se eles responsáveis pelo pagamento do tributo mais pesado da guerra.

Uma segunda capitulação foi imposta aos alemães, na verdade, para aceitarem um texto que dizia a mesma coisa: rendição incondicional.

As vedetes seriam diferentes. A URSS far-se-ia representar pelo Marechal Zhukov, o homem que salvava Moscou e tomara Berlim. Como em Reims, o General Eisenhower recusar-se-ia a participar da cerimônia, mandando em seu lugar o Marechal Sir Arthur Tedder, da RAF. O General Spaatz, dos Estados Unidos, também lá estaria. A França teria por representante o General de Lattre de Tassigny, comandante do I Exército francês.

Berlim achava-se completamente devastada e a cerimônia desenrolar-se-ia em uma comuna dos arrabaldes - Karlshorst - onde o Marechal Zhukov estabeleceria seu quartel-general, numa antiga escola de oficiais subalternos. As acomodações eram limitadas. Ao chegar de seu posto de comando no sul da Alemanha, o General

de Lattre foi conduzido a um alojamento de subalternos. As dependências ao lado da sua eram ocupadas por soldados russos.

Morriamos de fome, lembra o General de Lattre. *Nossa primeira atitude foi interpelar um soldado russo e lhe explicar, com grande esforço de gestos, que desejávamos comer. Surpreesa da linguagem improvisada: nosso homem sorriu, saiu e voltou, minutos depois, com um fonógrafo...*

Ao cair da tarde, após ter se avistado com Zhukov, o General de Lattre, sem ter o que fazer, resolveu verificar o local no qual realizar-se-ia a cerimônia. Na enorme sala da escola, tudo estava preparado: uma grande mesa destinada aos chefes das delegações, duas outras para os assessores e uma, com três cadeiras, reservada aos alemães. Oficiais aliados entravam e saíam e os cinegrafistas instalavam seu equipamento no local.

O General de Lattre surpreendeu-se ao constatar que apenas três bandeiras ornamentavam a parede ao fundo da sala: a vermelha da União Soviética, a *Union Jack* da Grã-Bretanha e a *Star and Stripes* dos Estados Unidos.

E a França? Inquiriu ele. Exijo que se faça presente por intermédio de seu pavilhão colocado em igualdade com o de seus aliados!

De Lattre provocou um pequeno incidente diplomático (porque nem todos concordavam com a presença da França) e também um problema administrativo. Na Berlim em ruínas não existia sequer uma bandeira francesa. Os russos decidiram fabricar uma: um pedaço de sarja cortado de um macacão de mecânico proporcionou o azul, outro de lençol fez o branco. Quanto ao vermelho, não faltava aos soviéticos, mas preferiram utilizar uma tira de um antigo pavilhão hitlerista. Um jipe trouxe a bandeira confeccionada às pressas, mas se tratava do pavilhão holandês. Costuraram o azul, o branco e o vermelho na horizontal. Viram-se obrigados a improvisar outra bandeira.

A tarde toda foi dedicada a acertar os textos definitivos da capitulação. A luz de velas, os datilógrafos bateram documentos em russo, inglês e alemão.

Tive vontade de fazer valer também os direitos da língua francesa, confidenciou de Lattre. Todavia, sen-

ti que assim a guerra jamais terminaria...

A cerimônia começou, enfim, aos 00h06min. Já era 9 de maio de 1945. O General Zhukov saudou as delegações aliadas e mandou introduzir os alemães.

Aos 00h10min recorda de Lattre de Tassigny, em seu livro *História do I Exército Francês, Keitel avança e pisca sob o foco das luminárias. Aprumou-se em seu grande uniforme com paramentos vermelhos, em que reluziam suas duas cruzes de ferro. Marcha em passo ordinário, bate os calcanhares e saúda, arrogante, com seu bastão de marechal. Ninguém se levanta. Keitel olha à direita, primeiro, com o bastão sempre erguido, depois volta os olhos da esquerda para a direita, lentamente, até o momento em que sua vista se detém sobre o pavilhão tricolor. Prosseguindo seus olhares, identifica-me: 'Ach!' - resmunga ele - 'há também franceses! Eles não faltariam a isso'.*

A partir daí, tudo se passa rapidamente. Uma troca de perguntas e respostas. Os alemães aceitam as condições ditadas pelos aliados. Aos 0h15min, o Marechal Keitel ajusta seu monóculo e assina, imitado pelo General

Stumpf, o sucessor de Göering, e o Almirante Friedeburg, já conhecido desde Reims que se suicidaria poucos dias mais tarde. Aos 0h45min, a cerimônia estava terminada. Keitel se ergue, saúda com o seu bastão e sai acompanhado de sua comitiva. Posteriormente, seria levado ao tribunal de Nuremberg e condenado à morte, como o seu colega Jodl.

Uma hora depois, na mesma sala da capitulação, a toalha verde foi substituída por uma branca alvíssima, coberta de cristais, de prataria, de garrafas de vinho do Cáucaso, de frascos de vodca e de zakouski. Uma orquestra acomodou-se no balcão - o Marechal Zhukov oferecia um grande banquete a seus aliados.

Ao longo do ágape, 27 brindes com vodca foram erguidos em honra dos chefes de Estado, dos generais aliados e das diferentes Armas. O Marechal Zhukov, pessoalmente, fez um brinde todo especial, muito caloroso, à França a seu espírito de resistência, personificado pelo General de Gaulle, e ao seu Exército que, malgrado a invasão alemã, reorganizou-se e contribuiu em grande parte para a vitória das nações aliadas.

Eram 7h00min da manhã quando Zhukov levantou-se e deu sinal de partida. Fazia um belo dia. O sol da liberdade brilhava sobre a Europa finalmente em paz.

O fim da guerra foi assassinado e reassinado, a 7 de maio de 1945, às 2h41min, em Reims, e a 9 de maio de 1945, aos 00h15min, em Berlim.

Nesse mundo de hipocrisia e incerteza, todos, afinal, aceitaram consagrar 8 de maio como o Dia da Vitória na Segunda Guerra Mundial ou o *V-E Day (Victory in Europe)*, para distinguir do *V-J Day* (vitória sobre o Japão), a 15 de agosto de 1945. Dizem ter sido uma solução diplomática aventada por Churchill, face às divergências entre os aliados e os russos, por terem cessado, nessa data, as hostilidades no teatro de operações europeu.

O estado de beligerância entre a Alemanha e as nações aliadas, porém, persistiria durante muitos anos, até recentemente, quando o Governo alemão o deu por encerrado, uma vez que os políticos germânicos não reconheciam os atos firmados pelos militares em Reims e Berlim. ☺

A manobra estratégica de Hitler na Segunda Guerra Mundial¹

Sérgio Augusto A. Coutinho*

Em poucas linhas o artigo dá ao leitor uma visão sintética da manobra estratégica de Hitler na 2^a Guerra Mundial e apresenta o que o autor chama de *futurologia do pretérito*, caso a concepção estratégica do *führer* alemão tivesse dado certo.

Para um simples espectador ou para um leitor que se tenha limitado à crônica da Segunda Guerra Mundial, fica-lhe a imediata constatação de que a ambição desmedida de Hitler o levou a uma aventura sem limites e de incalculáveis custos para a humanidade, buscando realizar um projeto de conquista da Europa e, com toda aparente evidência, do mundo. Depois de invadir e dominar quase todos os países europeus (por que não todos?) teve a insana pretensão de invadir a Rússia, insensatez que, finalmente, o levou ao desastre

militar e à frustração do projeto visionário.

Parece ter sido assim mesmo o conflito mundial; não obstante, tudo se passou segundo um projeto lúcido e lógico, imoral e agressivo. Partia de um conceito de exclusividade nacional de uma raça cuja realização se faria por intermédio de uma política de ódio e violência. Sem constrangimentos nem escrúpulos, tal política levaria ao extermínio de outros grupos étnicos subjugados e uma guerra deliberada de conquista, violando a soberania e a autodeterminação das nações e provocando a

morte de muitos milhões de pessoas.

Tudo isto tinha antecedentes em uma concepção ideológica desenvolvida por Hitler, em seu livro *Mein Kampf*:

As fronteiras de 1914 nada mais significam para o futuro da nação alemã.

Hoje somos 80 milhões de alemães na Europa. Mas a justeza desta política não ficará estabelecida senão quando dentro de um simples século, 280 milhões de alemães estejam vivendo neste continente.

Sem dúvida, tal política territorial não pode achar,

* General.

¹ Selecionado pelo PADEC EME (Programa de Atualização dos Diplomados da ECEME).

por exemplo, a sua finalidade no Camerum mas, sim, quase exclusivamente, na Europa.

Falando em terras, na Europa de hoje em dia, apenas podemos referir-nos, em primeira instância, à Rússia e aos Estados fronteiriços sob sua influência.

Este pequeno extrato revela a causa fundamental da Segunda Guerra Mundial: o projeto nacional-socialista de fazer o *Reich dos 1000 anos*. As causas históricas que são levantadas pelos estudiosos, diante das claras definições ideológicas de Hitler acabam sendo para ele mesmo não mais do que pretextos para inflamar o mundo em um conflito de proporções jamais vistas.

O projeto expansionista nazista na direção do leste tinha porém uma pedra no caminho, uma fatalidade geográfica e histórica. Entre a Alemanha e a Rússia, estava a Polônia. Assim, a consecução do objetivo de Hitler dependia da conivência polonesa ou da invasão do país. Mas havia mais. A Polônia se intrometia entre a Prússia Oriental e a pátria-mãe. Portanto, a integração daquela província germânica à projetada Grande Alema-

nha incluía, necessariamente, a anexação da Polônia Ocidental. Hitler nem considerou solução negociada e, uma vez mais na história, a Polônia seria invadida e dividida.

Tal ato de guerra teria implicações inevitáveis, a primeira das quais seria o risco de intervenção da União Soviética, o que poderia entretanto ser protelado diplomaticamente. Depois, a certeza da guerra também com a França e a Grã-Bretanha, em razão de compromissos de mútua defesa existentes entre aquelas potências e a Polônia.

Hitler sabia disso e aceitou.

A realização de seu projeto político, ou melhor, ideológico, tinha pois duas condicionantes: primeiro, a guerra seria seu instrumento de execução, não a diplomacia, porque as exigências seriam inaceitáveis. Segundo, a possibilidade da guerra em duas frentes, preocupação permanente dos militares alemães.

Daí podemos presumir a *Concepção Geral da Guerra*. O objetivo político seria a conquista e anexação da Rússia e da Ucrânia, vasto território contíguo, fértil e provedor de matérias primas, alter-

nativa vantajosa de um império colonial em além-mar.

Para concretizar esse grandioso objetivo, os nazistas engendraram (ou Hitler engendrou) um monumental, coerente e perfeito conceito estratégico, que só fracassou porque, pela sua complexidade e magnitude, acabou envolvendo fatores indesejáveis, imprevisíveis e incontroláveis.

Podemos tentar reconstituir essa estratégia. Embora não tendo sido explicitamente revelado, o conceito estratégico de guerra pode ser restabelecido pela natureza e seqüência dos acontecimentos bélicos e políticos, desde a entrada pacífica e atrevida de tropas alemães na Renânia, em 7 de março de 1936, até 31 de janeiro de 1943, quando os russos retomaram Stalingrado e o projeto nazista estava definitivamente comprometido.

De forma esquemática, para fácil visualização, a manobra seria a seguinte:

1. *Objetivo Militar de Guerra*: - Destruir o poder militar soviético (aniquilamento das suas forças armadas e domínio da sua área vital).

Esse objetivo foi desesperadamente buscado, pelos

alemães, nas campanhas ofensivas de 1941 e 1942.

2. *Manobra Estratégica* (acompanhar na carta Europa 1919 - 1929, na página 21). Fazer a guerra em três fases manobrando em linhas interiores:

- 1^a Fase - Reconstruir a Grande Alemanha, a pátria de todos os alemães (reminiscência dos territórios germânicos do antigo Santo Império Romano); todos os alemães sob um só Estado. Para isso:

Anexar a Renânia, Áustria, Checoslováquia e Me-

Invadir e anexar a Polônia Ocidental, integrando a Prússia Oriental à

cias; invadir a França através da Holanda, Bélgica e Luxemburgo. Ficar em con-



Destrução de Varsóvia.

Grande Alemanha, aceitando o risco de imediata intervenção da França e Grã-Bretanha. Preliminarmente, assegurar a não intervenção da União Soviética (tratado de não agressão com a URSS e divisão da Polônia).

- 2^a Fase - Evitar a guerra em duas frentes. Para isso:

Cobrir-se ao norte (Escandinávia) face à Grã-Bretanha; conquistar e manter a Dinamarca e a Noruega.

Complementarmente, assegurar a neutralidade da Suécia.

Eliminar a França e a Grã-Bretanha como potênc-

diões de invadir a Grã-Bretanha ou impor-lhe a saída da guerra e assegurar a sua neutralidade.

- 3^a Fase - Conquistar o "Espaço Vital" no Leste. Para isso:

Invadir a URSS; derrotar as forças armadas soviéticas; conquistar e anexar os territórios da Rússia Européia, Ucrânia, Cáucaso, Lituânia, Estônia e Letônia.

Preliminarmente, assegurar aliança milenar com a Finlândia, Hungria, Romênia e Bulgária.

A concepção geral da guerra, nas duas primeiras fases, foi integral e cronometricamente realizada:

01 Mar 1936 - Ocupação militar na Romênia;

01 Set 1936 - Criação do Eixo Roma-Berlim;



Alemães em Salzburgo, Áustria.

mel, evitando ir a guerra (diplomática). Preliminarmente, tranquilizar e evitar reação da Itália (Eixo Roma - Berlim).



Ocupação de Paris.

12 Mar 1937 - *Anschluss*, anexação da Áustria;

10 Out 1938 - Ocupação do território dos Sudetos na Tchecoslováquia (seguiram-se a Boêmia e a Morávia e, depois, toda a Tchecoslováquia);

21 Mar 1939 - Anexação de Memel, às expensas da Lituânia;

23 Ago 1939 - Pacto de não agressão com a URSS;

29 Ago 1939 - Pacto de divisão da Polônia entre a Alemanha e a URSS;

01 Ago 1939 - *Invasão* da Polônia (27 Set 1939, rendição de Varsóvia);

09 Abr 1940 - Invasão e ocupação da Dinamarca e da Noruega;

10 Mar 1940 - Invasão dos países baixos e da França;

22 Jun 1940 - Armistício França-Alemanha.

A capitulação da França é seguida do primeiro e fatal tropeço no desenvolvimento do plano estratégico nazista: a Grã-Bretanha não foi invadida e se recusava a admitir que

frustrada invasão da ilha. Assim, a 2ª Fase da manobra estratégica restou mal resolvida. Isso obrigou Hitler a uma modificação no curso do seu plano estratégico. A 3ª Fase, a invasão da URSS, teve que ser antecedida por duas outras ações estratégicas:

Fixar os britânicos com uma manobra diversionária no norte da África, ameaçando o Egito e o Oriente Médio. (Fev/Mar 1941, desembarque do Afrika Korps, em apoio aos italianos na Líbia).

Cobrir-se ao sul (Balcãs) face aos britânicos, conquistar e ocupar a Iugoslávia e a Grécia (Invasão em 6 Abr 1941).

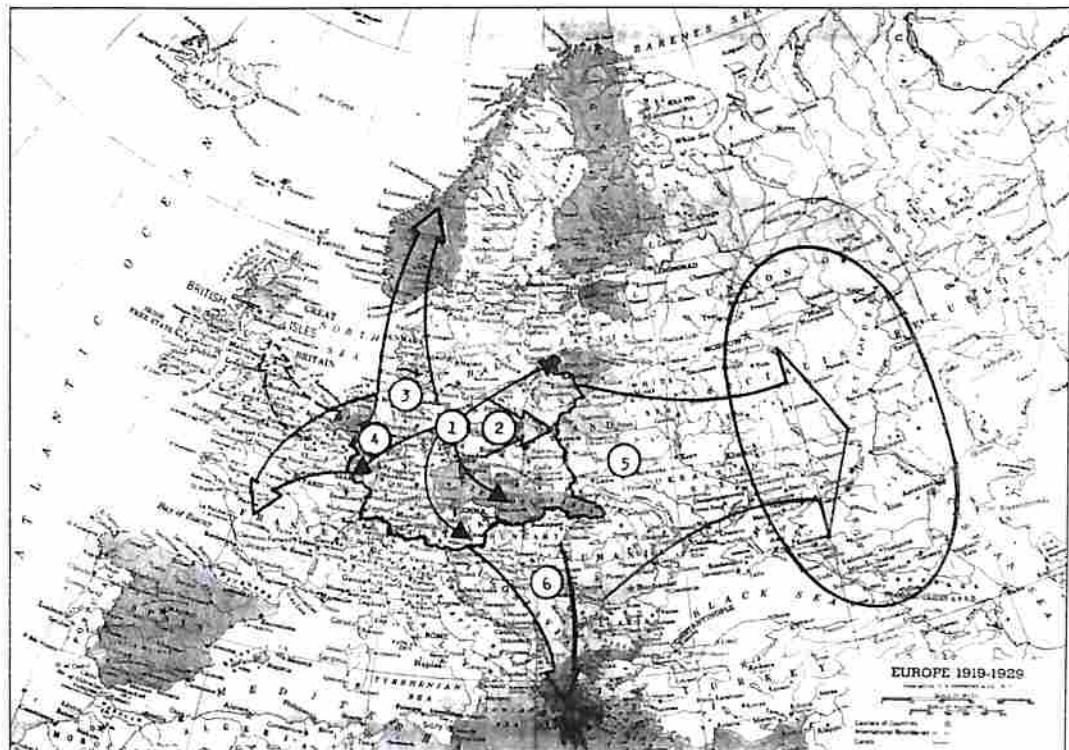
• 3ª Fase - Invasão da Rússia.



Invasão da URSS

estaria derrotada, mesmo depois de iniciada a tremenda campanha aérea alemã que se seguiu como alternativa da

Realizadas essas ações preliminares, forçadas pelas circunstâncias, finalmente a 3ª Fase da manobra é desen-



Europe 1919-1929.

cadeada em 22 de junho de 1941. Uma fantástica máquina de guerra entra pela Rússia a dentro, só vindo a ser parada no fim do ano às portas de Moscou. No ano seguinte, novo e tremendo esforço vai quebrar-se na resistência dramática de Stalingrado. Embora a guerra ainda tivesse continuação, o projeto monstruoso de Hitler já tinha *fracassado* à frente de Moscou e às ruínas de Stalingrado.

Simplificando, foram três as causas do malogro do visionário *Reich* de Hitler.

Desde logo, a invencibilidade da Inglaterra; em seguida, a entrada dos Estados Unidos na Guerra; finalmente, a tenacidade da resistência russa.

Especulando, poderíamos fazer uma indagação: e se a concepção estratégica de Hitler tivesse dado certo?

O óbvio é que o *Reich dos 1000 anos* se teria tornado uma realidade e, provavelmente, um pesadelo. Seu território abrangeria a Grande-Alemanha (Alemanha, Prússia e as anexadas Áustria, Checoslováquia,

Polônia, e Memel, com cerca de 775.000 Km²; a pátria de todos os alemães), e um vasto território colonial contíguo constante da Rússia Européia, Ucrânia, Cáucaso e Estados Bálticos (quase 5 milhões de Km²).

Podemos ir um pouco mais longe na projeção, fazendo uma *futurologia do pretérito*: provavelmente França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega e Grécia recuperariam sua independência por tratados de paz exigentes e semelhantes àquele de Versal-

les imposto à Alemanha, em 1919.

A Iugoslávia possivelmente seria dada a Itália, como compensação.

Finlândia, Rumânia, Bulgária e Hungria também teriam a sua independência, mas certamente teriam algum tipo de vinculação política e eco-

nômica ao Reich, que limitaria a sua soberania.

Como ponto máximo da premonição do passado que não houve, poderíamos imaginar que o mundo seria também bipolar no pós-guerra. Seria inevitável o confronto ideológico USA X Reich dos 1000 anos.

Felizmente isso não se realizou. Porém o desfecho da Segunda Guerra Militar teve, ironicamente, algo de semelhante: emergiu a Grande Rússia com sua colônia contígua na Europa Ocidental, simetria geográfica e ideologia do Reich de Hitler. ☈

“Sonhar
mais um sonho impossível,
lutar
quando é fácil ceder,
vencer
o inimigo invencível
negar
quando a regra é vender.”

Miguel de Cervantes

Modernize os conceitos de Sun Tzu

Encontre uma melhor estratégia para dominar o inimigo com a guerra de alta tecnologia¹

*Li Wenging **

Não importa quão brilhantes e hábeis tenham sido os estrategistas e comandantes na formulação de estratagemas e na condução das operações e dos princípios fundamentais ou das leis de guerra. Estes normalmente não ultrapassam os que foram resumidos pelo famoso estrategista da antigüidade, Sun Tzu, em sua obra *Arte da Guerra*, escrita há 2.500 anos - diz o autor. No desenvolvimento deste artigo, ele analisa a possibilidade de aplicação, nas guerras de alta tecnologia, dos princípios formulados nessa obra baseando-se na teoria de semelhança e da comparação.

Sun Tzu, em sua obra *Arte da Guerra*, escreveu que: *a guerra é tema de importância vital para o Estado; é um assunto de vida ou morte; o caminho da sobrevivência ou da ruína; por isso, é imperativo que ela seja perfeitamente estudada.*

Na história da humanidade, todas as guerras aconteceram em épocas que apre-

sentavam características diferentes, se comparadas com aquelas travadas anteriormente. Entretanto, todas, até mesmo as atuais, possuem vários aspectos semelhantes. Dentre estes, podemos citar: as causas fundamentais, os princípios de direção, os métodos e formas de emprego da força, os meios para atingir os objetivos da

guerra, a forma de emprego das estratégias militares, etc. Nesse contexto, a profunda, antiga e mundialmente famosa obra *Arte da Guerra*, depositário da sabedoria do povo chinês, teve destacada contribuição para o desenvolvimento dos processos de guerra.

Observando as guerras limitadas que absorveram as tecnologias mais atuais e, em

* Coronel Professor da Chinese People's Armed Police.

¹ Selecionado pelo PADECME (Programa de Atualização dos Diplomados da ECEME). (Matéria extraída da comunicação preparada, pelo autor, para o "IV" Simpósio Internacional sobre o livro *Arte da Guerra* de Sun Tzu." Tradução do Coronel de Artilharia e Estado-Maior Enir dos Santos Araújo).

época mais recente, diante do conceito de Globalização e da Revolução de Conhecimentos Militares (RCM), que tem, na guerra de informações, sua maior característica, podemos prever que as estratégias estarão, mais e mais, impregnadas com os meios técnicos e científicos, e que sua qualidade de atingirá novo estágio com novas características e tendências. A obra de Sun Tzu, acredito, cada vez mais haverá de contribuir para o desenvolvimento das sociedades e das guerras modernas.

PRIMEIRO, MODERNIZE O CONCEITO DE SUN TZU VENCER COM ESTRATAGEMAS, PREPARE UM NOVO CAMINHO PARA O SUCESO E CONCEBA AS ESTRATEGIAS DE FORMA CIENTÍFICA.

A Revolução de Conhecimentos Militares no mundo e a grande velocidade de desenvolvimento da Ciência & Tecnologia estão forçando, de forma convincente, a mudança do nosso pensamento. Devemos, pois, dar mais atenção para o campo da informação, para o acompanhamento do tempo, aspecto principal de nossa era, assim como para as atuais doutrinas da *Guerra de Informações*, ficando em condições de criar melhores estratégias para a conquista do inimigo. Por isso, endossamos o pensamento de Sun Tzu de vencer com estratégias, de criar novas concepções de vitória e de preparar estratégias de forma científica.

PREOCUPE-SE COM OS ASPECTOS HISTÓRICOS DOS CONFRONTOS, MODIFIQUE SUA FORMA DE COMBATE CONVENCIONAL E SUAS HABILIDADES TÁTICAS PARA INFORMAÇÕES, E TENTE DOMINAR O INIMIGO INTELIGENTEMENTE.

A sociedade atravessou a era da agricultura, a industrial, e está entrando na da informação. Enquanto isso, a arte da guerra ultrapassou a do confronto físico e da habilidade técnica e, nos dias atuais, está chegando a uma nova forma, a do valor da mente.

No passado, havia lutas e combates pela massa e pela força. Sun Tzu, no seu livro *Arte da Guerra - ataque por estratégias*, citou que: quando sua relação para o inimigo for de dez para um, cerque-o. Quando for cinco vezes mais forte, ataque-o. Se

for o dobro, engaje-o. Em caso de igualdade, seja capaz de dividi-lo. Se estiver em inferioridade, esteja em condições de se defender. E se, em tudo por tudo, estiver em condições desfavoráveis, seja capaz de iludi-lo.

Comparando com situações anteriores, a chegada da era da informação trouxe uma série de mudanças nos objetivos da guerra, seja quanto à possibilidade da tomada de iniciativa ou quanto às formas de modificá-la. A *inteligência* passou a ser um item de elevada consideração e tudo isto nos leva a analisar o desenvolvimento e os confrontos da História, modificando nosso pensamento diante da competição entre *habilidade/força física e inteligência*, estabelecendo o conceito de *vencer a guerra com sabedoria*, e fazendo surgir a *Guerra de Informações*.

PREOCUPE-SE COM O DESENVOLVIMENTO PLURIDIMENSIONAL DA GUERRA. MODIFIQUE O CONCEITO DE COMBATE PARA OBTENÇÃO DA SUPERIORIDADE EM TERRA, MAR, AR E ELETRÔNICA, PELO DOMÍNIO DA INFORMAÇÃO,

E PREPARE-SE PARA VENCER A GUERRA COM INFORMAÇÃO.

Sun Tzu enfatizou bastante o valor do terreno e disse, na *Arte da Guerra - terreno* : *sua conformação é de grande importância para as operações militares. É necessário que um grande general faça avaliações corretas da situação inimiga, a fim de criar condições que o possam levar à vitória, calcular distâncias e o grau de dificuldade do terreno.* Enfatizou, também, a importância do aproveitamento do terreno, assim como dos princípios sobre movimento da tropa nas várias condições de progressão.

Com a expansão da guerra aérea, o domínio do solo, do mar e do ar tornou-se de capital importância para a vitória e, com o passar do tempo, a luta pela obtenção do domínio dos meios eletrônicos também se tornou fator relevante para a vitória.

Hoje, estamos diante de uma novidade: a *Era da Informação*. O domínio desse campo passará a ser o primeiro dentre todos os elementos necessários para vencer. A *Guerra da Informação* reescreverá a história da

guerra. Assim, nas guerras de alta tecnologia do futuro, ambos os lados dirigirão a luta para a confiabilidade das fontes de informação, para a obtenção da superioridade de informação, que se tornará o objetivo maior do estratagema militar. Haverá disputa pela obtenção de informações e contra-informações, para a destruição e proteção de suas fontes, e a conquista da superioridade de informações será extremamente violenta e difícil. Devemos dar especial atenção a essas modificações e procurar obter a iniciativa no campo de batalha informatizado.

PREOCUPE-SE COM A EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE GUERRA. MODIFIQUE O EMPREGO DE GUERRA MECANIZADA PARA O DE INFORMAÇÃO. ESTABELEÇA NOVAS TÁTICAS PARA A GUERRA DE INFORMAÇÕES.

Em todas as guerras do passado, as forças armadas acumularam experiência e criaram muitas táticas inéditas para vencer o inimigo. Contudo, os estratagemas e as táticas que foram de grande valor no passado não serão adequadas para a con-

dução da *Guerra de Informação*. Estamos diante da transformação da guerra mecanizada para a de informação. Dessa forma, é necessário acompanhar com oportunidade o desenvolvimento dessa transformação.

Permanecemos no ápice do desenvolvimento histórico, para analisar, estudar, prever e explorar as características da informação, e na base do prosseguimento das estratégias e táticas tradicionais de nossos exércitos. Sustentamos a nossa preocupação com as novas características e tendências da *Guerra de Informações*, com a pesquisa de novos fundamentos e com o estudo de novas táticas para o emprego de nova estratégia que bem se coadune com esse tipo de guerra.

TENHA A ATENÇÃO VOLTADA PARA O TEMPO DISPONÍVEL PARA A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS, A TOMADA DE DECISÕES PELA EXPERIÊNCIA TRADICIONAL DOS MEIOS CIENTÍFICOS, E PARA FORMAR O CONCEITO ESTRATÉGICO PELA COMBINAÇÃO DE RAPIDEZ, PRECISÃO E FLEXIBILIDADE.

A Arte da Guerra - treinamento de guerra, de Sun

Tzu, ressalta o princípio de operação segundo o qual a *vitória rápida, e não operações prolongadas, é o que é valorizado na guerra*, fundamentada na confiabilidade, no valor do combatente, na qualidade dos materiais, na capacidade financeira e na preocupação para que seja feita completa e oportunamente análise das condições de ambos os lados. Estimam-se previsões com muita seriedade e determinam-se contramedidas de acordo com a situação.

Nas guerras do passado, a criação e seleção de estratégias ressaltavam a experiência dos generais, uma vez que os meios de combate mais lentos davam, por suas características, bastante tempo para o planejamento. Nas modernas, tão velozes quanto o raio, a separação entre estratégia, arte operacional e tática tem se tornando cada vez mais difícil. Grande quantidade de ações imediatas e inesperadas ocorrerá durante o confronto. Dessa forma, será também mais difícil criar estratégias e tomar decisões, o que vem obrigando os chefes a modificarem sua forma de atuação. Em vez do aproveitamento da própria experiência, mudar para um

novo processo de planejamento, abrangendo o campo de batalha informatizado.

A associação científica entre rapidez, precisão e flexibilidade no planejamento

A guerra da informação reescreverá a história da guerra. Assim, nas guerras de alta tecnologia do futuro, ambos os lados dirigirão a luta para a confiabilidade das fontes de informação, para a obtenção da superioridade de informação, que se tornará o objetivo maior do estratagema militar.

não é apenas um resultado de condições altamente técnicas, mas, também, da capacitação do comando superior para se defrontar com tais casos. Todos os nossos comandantes têm, em seus objetivos, essa transformação: preparar a concepção de novas estratégias e tomar decisões com rapidez, precisão e flexibilidade, assim como avaliar as necessidades da *Guerra de Informação*, a fim de assegurar a *criação de estratégias dentro da barraça de comando*, e determinar a vitória no campo de

batalha informatizado, milhares de milhas distante.

PREOCUPE-SE COM AS MODIFICAÇÕES DOS PONTOS NOS QUAIS AS ESTRATÉGIAS IRÃO COLIDIR. TENTE FAZER COM QUE O IMPACTO SEJA SEMELHANTE, TANTO NOS INDIVÍDUOS COMO NOS MATERIAIS. PROCURE UMA MELHOR FORMA DE EMPREGO DAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS E FORMULE CONCEITOS DE OBTENÇÃO DE IGUAL STRESS NOS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS E FÍSICAS.

Vença o exército inimigo sem combater, conquiste as cidades inimigas sem assaltá-las; na guerra, a melhor política é atacar a estratégia do inimigo; um exército inteiro pode perder seu poder de combate e seu comandante ter sua capacidade de decidir extinta. Na Arte da Guerra, esses comentários estão enquadrados no pensamento estratégico segundo o qual empregar operações psicológicas contra o inimigo é a melhor ação. Normalmente, o emprego desse princípio permite obter sucesso militar e efeitos sociais que as operações físicas não poderão alcançar.

Nas guerras de alta tecnologia, o emprego de elevada precisão, a destruição em massa e os sistemas de armas altamente automatizadas, bem como a automatização de sistemas C3I (comando, controle, comunicação e elementos de informação) mudaram, ou mudarão, muito mais os processos de treinamento, comando e controle. Na zona de conflito, as oportunidades para o combate aproximado e o choque corpo a corpo certamente diminuirão. Terão posição proeminente os ataques e contra-ataques com engenhos de grande alcance, mísseis intercontinentais de alta tecnologia, cujos alcances atingirão qualquer ponto do globo terrestre. O emprego da estratégia pela qual a melhor ação é empregar operações psicológicas contra o inimigo provocará uma grande mudança do psicológico para o físico, do espiritual para o material, ou seja, os comandantes, nos diferentes estágios da guerra, devem dar mais atenção para o fator material do que para o fator humano no emprego dos meios técnicos para atacar o centro de comando do inimigo, atuando nos seus computadores com vírus, a fim de paralisar

seus sistemas de comando e controle. Pelo estratagema de uso de espiões, entrar na rede de computadores inimiga para apagar ou modificar dados operacionais.

Consta que certa potência mundial tem centenas de pesquisadores envolvidos na pesquisa de vírus de computador e empenhados no seu emprego. É necessário que tenhamos grande preocupação com esse detalhe.

ACOMPANHE O RÁPIDO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, PROCURE ATUALIZAR-SE COM AS MODERNIZAÇÕES DESSA ÁREA E TENHA CRIATIVIDADE NA UTILIZAÇÃO DE ESTRATEGIAS, DISTRIBUINDO DE FORMA IGUAL O STRESS NA CONCEPÇÃO DE ESTRATÉGIAS, SEJA PARA O COMBATENTE SEJA PARA OS COMPUTADORES.

A guerra de alta tecnologia surge como uma nova forma de combate, fazendo largo emprego de engenhos sofisticados e técnicos que são de grande valor para o combate, particularmente, o desenvolvimento e o uso de computadores. A conclusão dada pelo líder Mao Tse

Tung, citando que o homem é fator decisivo para a vitória ou para evitar a guerra; concomitantemente, o armamento é, apenas, importante, embora testada pela guerra, deve ser reestudada e reanalisada de forma mais profunda.

Mas, por outro lado, Ciência & Tecnologia é somente uma forma de expressão da materialização da sabedoria humana e da inteligência. Seu nível e grau de desenvolvimento são determinados pelo conhecimento humano, não importando o estágio de desenvolvimento dos computadores. Estes são produto da ciência e da tecnologia, um prolongamento do cérebro humano e, portanto, não podem criar estratégias, pelos motivos a seguir listados.

- O computador não tem consciência.
- Seu pensamento não tem criatividade. Sun Tzu disse, na *Arte da Guerra - ataque por estratagema*, que excelente é vencer o inimigo sem combate. Assim, na guerra, a melhor política é atacar a estratégia do inimigo. E, numa segunda etapa, procurar corromper suas alianças pelos meios diplomáticos. O próximo passo será atacar seus exércitos. E a pior política, seria atacar ci-

dades fortificadas. Como vencer o inimigo sem combate e desagregar suas alianças pelos meios diplomáticos? Quando atacá-lo? Quando utilizar simultaneamente esses recursos? Tudo depende do raciocínio humano baseado numa completa análise de condições existentes. Computadores nada podem fazer!

• Os computadores não têm interesse pela sociedade. Durante o processo de planejamento e para a tomada de decisão, quando os computadores emitem a informação - pensamento - eles não se preocupam com os efeitos sociais, apenas fazem um teste ou cálculo comparativo dos dados de vários esquemas de operação, enquanto o homem, durante esses planejamentos, deve se preocupar com os efeitos militares e com o significado social decorrentes do emprego de estratégias. A *Arte da Guerra - variações de táticas*, de Sun Tzu, já mencionava que *um general inteligente precisa considerar em suas decisões os fatores favoráveis e os desfavoráveis. Pelos favoráveis torna seu plano exequível. Analisando os desfavoráveis, evitará possíveis insucessos.*

• O pensamento do computador não tem psico-

logia. Sun Tzu, em seu *Arte da Guerra - as nove variações do terreno*, disse: *as diferentes medidas apropriadas para as nove variações de terreno e a capacidade de avançar ou retrair de acordo com a circunstância e as leis fundamentais de natureza humana são itens que devem ser estudados cuidadosamente pelo general.* Pois computadores não possuem psicologia e não têm sentimentos, enquanto o cérebro humano pode conceber estratégias de acordo com o estado psicológico do adversário nos diversos momentos e sob diferentes condições.

EM SEGUNDO LUGAR, INTER-RELACIONE CORRETAMENTE AUTOPROTEÇÃO E DERROTAR O INIMIGO, ESTABELEÇA UM SISTEMA DE DEFESA ALTAMENTE EFICIENTE E DE ACORDO COM O CONCEITO DE SUN TZU DE AUTOPROTEÇÃO E OBTENÇÃO DE UMA VITÓRIA COMPLETA.

As modificações nas estratégias e táticas despertaram o crescimento da nova Ciência & Tecnologia militar, bem como dos armamentos e equipamentos, e tiveram grande influência

nas operações militares. Portanto, devemos empregar o conceito de Sun Tzu procurando engajar nossas forças armadas nas modernas condições de guerra.

PREOCUPE-SE COM O INTER-RELACIONAMENTO ENTRE AUTOPROTEÇÃO E DERROTAR O INIMIGO.

Autoproteção e obtenção de vitória total são os mais importantes conceitos de Sun Tzu na conduita da guerra e são considerados como um dos objetivos fundamentais das operações militares, tanto nos dias atuais como no passado. Eles são um princípio básico para as estratégias e para as decisões das operações militares.

Tanto a ofensiva como a defensiva são adaptadas com as condições reais. Entretanto, em recentes choques, sob condições de alta tecnologia, pudemos observar que esse princípio básico foi empregado com algumas conotações novas. Assim, na escolha dos objetivos da operação e nas operações de autoproteção, ambos os lados ressaltaram a necessidade de aniquilar a efetiva força do inimigo, protegendo-se. Portanto, objetivo estratégico é

alcançado através da paralisação do sistema de operações do oponente e eliminando sua capacidade de acirrar o antagonismo. Os principais alvos das operações militares são os pontos chaves do inimigo - seus sistemas de operações, centros de computadores e centros de comando e controle - e, ao mesmo tempo, proteção dos similares de nossa tropa.

A presteza e o poder de destruição da guerra tecnológica estão aumentando em alta escala e com grande velocidade. O problema de como fazer nossa própria proteção tornou-se mais importante do que em guerras passadas, particularmente quando da suspensão dos conflitos, uma vez que precisamos ter habilidade para optar, corretamente, entre proteger nossa tropa e derrotar o inimigo, quando este empregar a estratégia do ataque de surpresa.

ESTABELEÇA UMA ESTRUTURA DE DEFESA SISTEMÁTICA EFETIVA E OPERACIONAL.

Observando guerras do futuro com sua alta tecnologia, nos preparamos para enfrentar suas diferentes formas e variadas condições,

com a preocupação de defender em todas as direções. Portanto, seja no desenvolvimento estratégico ou nos preparativos de campanha ou, até mesmo, na construção de nosso sistema de defesa aéreo, devemos aplicar sempre o princípio de autoproteção, derrotar o inimigo dando maior prioridade para autoproteção.

Aplicando medidas diferentes, inclusive simulando os fatos e insinuando ao inimigo uma finta, estabelecemos um sistema de defesa efetivo, eficiente e altamente confiável. Mas, efetivas medidas defensivas para assegurar níveis operacional e estratégico de nossos sistemas C3I e de nossas forças ainda estão muito distantes.

Devemos, também e ao mesmo tempo, concentrar nosso poder de combate para produzir, no centro de comando inimigo e em suas forças principais, o golpe fatal, no ponto e no tempo decisivos.

Podemos tomar a decisão de cortar as linhas de suprimento inimigas, concentrando nosso poder aéreo e o de nossas unidades antimísseis, para neutralizar sua bases aéreas, seus planos EW e aeronaves de apoio, a

fim de reduzir ou destruir sua capacidade de atuação no ar. Podemos, também, procurar diminuir o poder de ataque inimigo, atacando suas bases de retaguarda e paralisando suas unidades logísticas, a fim de diminuir o poder de combate de suas forças.

EM TERCEIRO LUGAR, PREPARE PLANOS OFENSIVOS E DEFENSIVOS PARA OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES, DE ACORDO COM O CONCEITO DE SUN TZU DE QUE A FRAQUEZA E O PODER PODEM SER INTERCAMBIÁVEIS, E FAÇA USO HABILIDOSO DA SIMULAÇÃO E DA REALIDADE.

A fim de estabelecer um sistema de defesa efetivo no campo de batalha do futuro, devemos seguir o conceito de Sun Tzu da interação entre fraqueza e poder, e empregar, com habilidade, a simulação diante da realidade.

SIMULAR PARA POSSIBILITAR A CADEIA DE INFORMAÇÕES

Durante o confronto de duas forças opositoras, ambos os lados procuram obter informações através de

todos os meios possíveis. Sun Tzu reuniu doze princípios fundamentais, todos indicando a necessidade de atacar onde não se está preparado e atuar em local inesperado, mas com tudo isso apoiado em importante sistema de informação, preciso e claro, de ambos os lados. Ele fez estranho comentário sobre o princípio da fraqueza e da força e ressaltou que a interação entre eles e a ofensiva e defensiva é observada e empregada de acordo com o engajamento, com a força inimiga, e com o prazo para manutenção da iniciativa pelas nossas forças. O emprego desses métodos estava repleto de ardil, de simulação dos fatos e de fintas pela liberação de falsas informações, as quais poderão fazer com que o inimigo diminua sua defesa e se torne menos ofensivo.

As guerras antigas eram assim. As modernas são iguais ou similares. Do ciclo de operações militares, *obtenção de informações - observar - interpretar (certo ou errado) - tomar decisões através de atividades psicológicas - executar - sucesso ou falha*, podemos observar que as atividades psicológicas são necessárias durante todo o processo,

desde a recepção da informação até a conclusão das operações militares. De acordo com esse fenômeno, fazemos perfeito emprego da interação de fraqueza e for-

O problema de como fazer nossa própria proteção tornou-se mais importante do que em guerras passadas, particularmente quando da suspensão dos conflitos, uma vez que precisamos ter habilidade para optar, corretamente, entre proteger nossa tropa e derrotar o inimigo, quando este empregar a estratégia do ataque de surpresa.

ça, durante a atuação da cadeia de informações no campo de batalha informatizado.

IDENTIFICAR A FINTA DURANTE O ESTUDO E ANÁLISE DA CADEIA DE INFORMAÇÕES.

Não importando passado ou presente, a citação *na guerra nada é falso* é uma realidade constante. Em *Arte da Guerra - emprego de espionagem*, Sun Tzu afirmou:

a razão pela qual a autoridade e o general inteligente conquistam o inimigo sempre que eles se movimentam e suas recompensas ultrapassam aquelas dos homens comuns além do que tiveram previsto.

Na guerra, para vencer o inimigo, é melhor conhecê-lo tão detalhadamente quanto possível a priori, mas ele sempre procurará contramedidas para simular fintas na cadeia de informações. Por outro lado, para evitar que o adversário obtenha nossas informações, nós também liberaremos informações falsas para iludi-lo. O processo de tomada de decisão pode ser assim simplificado: *receber a informação - criar a estratégia - e estabelecer o plano*. Quando a linha de ação é estabelecida, os comandantes e seus estados-maiores concentram os estudos no objetivo final do comando superior, em suas próprias atribuições e em preparar medidas ativas para a coleta de informações destinadas às operações de ambos os lados, conseguindo assim obter uma completa idéia dos fatos, como sejam, o inimigo, seu poder de combate, sua missão, o terreno e as condições meteorológicas e sociais.

Nos fundamentos do estudo, devemos estabelecer importante passo na análise e interpretação, criando estratégias e tomando decisões. É a ligação entre *reber a informação e estabelecer a estratégia*. Uma interpretação errada certamente conduzirá a uma estratégia também errada. O emprego desta, sem dúvida, levará a força ao fracasso. Assim, na guerra tecnológica do futuro, a precisão, a presteza, a aplicação e a confiabilidade da informação recebida devem ser identificadas, discriminadas e analisadas inteiramente.

criar estratégias talentosas para manutenção e proteção das fontes de informação e empregar-se pelo domínio das informações.

Como já foi citado, no campo de batalha do futuro, a luta pela obtenção, ou não, de informação, seja para destruir ou proteger as fontes de informação, ou para empregar-se na conquista da superioridade de informações, será de grande importância além de intensa e muito complicada.

A segurança e proteção da informação é uma cons-

tante, na maior parte da luta no campo dos estratagemas militares, na era atual de informações. A segurança das fontes de informação certamente tornar-se-á o principal ponto da segurança nacional.

Assim, nós a protegeremos através do uso adequado da política, economia, diplomacia, ciência & tecnologia e, acima de tudo, das forças militares, procurando atingir o nível citado por Sun Tzu em *Arte da Guerra - fraquezas e forças: contra aqueles hábeis no ataque, o inimigo não sabe onde defender e, contra os excelentes na defesa, o inimigo não sabe onde atacar. Com que astúcia e habilidade os inteligentes não deixam rastros!*

Como é divinamente misterioso, não são inaudíveis! Dessa forma, dominará o destino de seu inimigo. Assim: a) fortaleça a liderança e o gerenciamento da segurança e proteção da informação; b) os diferentes níveis das autoridades de comando militar, particularmente, os altos comandos, preparam organizações e treinam staffs, que se adaptam com as condições militares e nacionais de comando e controle da segurança de informação, após ter observado

a bem sucedida experiência das forças armadas estrangeiras; c) faça um *layout* funcional e prepare uma eficiente, racional e segura rede de informações; d) finalmente faça completo uso de meios modernos, para melhorar nossas técnicas de informação e para a segurança e proteção de nossas fontes de informação.

FINALMENTE, DESENVOLVA O CONCEITO DE SUN TZU PARA USO DE ENERGIA: ULTRAPASSE OS SEUS LIMITES E CRIE NOVOS MÉTODOS PARA USO DE ESTRATAGEMAS, TENTE OBTER OS MELHORES EFEITOS DA ENERGIA NO CAMPO DE BATALHA.

Para a compreensão do conceito de energia de Sun Tzu temos três processos, que são: estado, situação e momento. Poderes militares semelhantes descarregarão energias diferentes e em diferentes estados, situações ou momento. Dessa forma, Sun Tzu escreveu em *Arte da Guerra - uso de energia: um general adestrado obtém grande superioridade, aproveitando a situação para obter melhor vantagem*.

Observando atentamente as diferentes guerras tra-

MODERNIZE OS CONCEITOS DE SUN TZU

vadas no final do século XX, podemos concluir que, nas de alta tecnologia, as forças dotadas de energia vantajosa usaram muito mais a iniciativa e atingiram o sucesso final. Combatendo com tecnologia, ultrapassamos o limite de emprego de estratégias tradicionais e criamos novos processos de combate. Com o auxílio de técnicas modernas, deliberadamente concebemos estratégias e desdobramos nossas forças racionalmente, a fim de obter o melhor efeito da *energia*. Dessa forma, podemos nos ocultar. Como descreveu Sun Tzu: *esconde-se sob o mais secreto dos abrigos terrestres na defesa, fazendo com que o inimigo se confunda quanto ao nosso verdadeiro poder de combate; ou desloque-se rapidamente para os pontos mais elevados, nas ações ofensivas, procurando fazer com que o inimigo não identifique onde ou como defender, deixando-o em situação absolutamente passiva.*

MANOBRE, TÃO RÁPIDO QUANTO POSSÍVEL E CRIE SITUAÇÕES DE PERIGO PARA O INIMIGO, A FIM DE SURPREENDÊ-LO COMPLETAMENTE.

Nas técnicas modernas de guerra, a natureza de muitos fatos e condições se modificaram. Isso também aconteceu com nossa forma de pensar e de conceber estratégias e táticas.

Citamos, como exemplo, a consequência da grande divulgação das armas tecnológicas, equipamentos e o seu extenso uso nas guerras. Distância e grandes alcances não são mais obstáculos, uma vez que qualquer um pode atacar de surpresa seu adversário ou sofrer desastroso *raid* lançado de distâncias superiores a dezenas de milhas. O atacante pode criar facilmente perigosas situações para o oponente e atacá-lo quando ele menos espera, impedindo-o assim de organizar sua posição defensiva, enquanto terá menor risco e obterá uma vitória de valor real. A chave para esse sucesso é *velocidade - manobra, tomada de dispositivo o mais rápido possível, e surpresa*. Surpreender o inimigo é de alta importância. O ataque aéreo americano na Líbia nos exemplifica caracteres da guerra moderna - grandes distâncias, ação rápida, surpresa e *raid* executado quando o inimigo não esperava e em locais para os quais não estava preparado.

REALIZE FINTAS OU MANOBRAS PARA ILUDIR O INIMIGO QUANTO À SITUAÇÃO DO ATAQUE PRINCIPAL

Todas as manobras de combate estão fundamentadas na simulação, pois ela é uma importante lei que todos os estrategistas e comandantes através dos tempos observaram para o preparo de seus estratagemas. As guerras usaram freqüentemente a simulação e, até mesmo nos dias de hoje, as guerras técnicas e a simulação - ataques simuladores ou movimentos de finta para deslocar o inimigo para uma situação desfavorável - são ainda um processo de aproveitamento da energia para obter um envolvimento favorável em combate.

Durante o conflito das Ilhas Malvinas, entre a Inglaterra e a Argentina, o Exército britânico preparou um ataque simulado. Fingindo estar na direção leste e atacando realmente a oeste, realizou uma ação diversionária ao sul das ilhas, perto de Porto Darwin e Baías Fox, atraindo o adversário para uma situação desvantajosa. Essa operação militar constitui um grande ensinamento.

NÃO PERCA A OPORTUNIDADE DE EXPLORAR A NOS- SA VANTAGEM E CRIE UMA SITUAÇÃO FAVORÁVEL

A realidade da guerra nos ensina que não interessa quão brilhante é o comandante, uma vez que é impossível que não cometa enganos ou erros durante toda a guerra. A possibilidade de aproveitar a oportunidade ou brecha do inimigo que possa ser explorada vantajosamente por nós, constitui a saída. Nas guerras tecnológicas, particularmente, quando estivermos em situação desfavorável, deveremos fazer o maior esforço para vencer o combate e aproveitar as dificuldades do inimigo, forçando-o ou conduzindo-o para situações desvantajosas, invertendo, assim a nossa posição inicial.

Durante a 4^a Guerra do Oriente Médio, a força israelense aproveitou muito bem a oportunidade dada pela tropa egípcia. Partiu para a margem oeste do Canal de Suez e tomou a iniciativa do combate, obrigando assim os egípcios a suspenderem o combate e se renderem. Isso demonstra que todas as

oportunidades possíveis para obtenção da vantagem e para a procura de uma situação favorável devem ser consideradas

*Distância e grandes
alcances não são mais
obstáculos, uma vez
que qualquer um pode
atacar de surpresa seu
adversário ou sofrer
desastroso raid
lançado de distâncias
superiores a dezenas
de milhas.*

como assunto de elevada importância.

CRIE SITUAÇÕES FAVO- RÁVEIS E MANTENHA O EFEITO DA ENERGIA COM O AUXÍLIO DE ALTA TEC- NOLOGIA.

Nas guerras do passado, o terreno ou outros obstáculos foram usados para ocultar os movimentos e os desdobramentos de tropa do inimigo para confundi-lo, a fim de manter a alta eficiência da energia e preparar uma vantajosa posição. Nas guerras tecnológicas do futuro, embora esses fatores sejam bastante necessários e reais para a conduta de operações militares e para o sucesso das

campanhas, técnicas avançadas são usadas mais extensivamente e integradas com estratégias ágeis e flexíveis. Todas as operações e formas de combate, como sejam, manobra, guerra em posição e guerrilha, são empregadas em conjunto. As táticas de defesa e ataque, ataque principal, secundário, frontal, envolvimento ou desdobramento, movimentos militares como avanço ou retraimento, concentração e dispersão são intercambiáveis. Apenas nesse caso podemos atacar o ponto fraco do inimigo com nossa maior força.

Faça sempre o melhor aproveitamento de nossas vantagens e atue sobre todas as desvantagens inimigas.

LIBERTE-SE DO CONCEITO TRADICIONAL DE *DEFE- SA DE PONTO FORTE E LI- NHA DE DEFESA* E PROCU- RE A OBTENÇÃO DO DOMÍ- NIO EM SITUAÇÕES PLURI- DIMENSIONAIS.

No passado, quando da ocupação de posições defensivas, normalmente adotávamos as formas de *defesa de pontos fortes* e *linha de defesa*, de acordo com a doutrina tradicional. Com o desenvolvimento da guerra, a disputa do domínio aéreo

tornou-se da maior importância para o seu desenrolar, especialmente nos seus estágios iniciais. Se um dos contendores obtiver o domínio do ar, poderá resistir aos ataques aéreos inimigos e proteger efetivamente seu poder de combate ou o potencial nacional para a guerra. Isso dará um significado estratégico mais importante para estabilizar a situação de combate, fazer a cobertura de nosso desdobramento no mesmo nível e, ain-

da, fazer a adaptação de nosso país para os tempos de guerra.

As guerras tecnológicas estão se travando em situações pluridimensionais e a maioria começou com ataques aéreos. Assim *raids* aéreos e defesa antiaérea se tornaram a melhor forma de operação. O espaço aéreo tornou-se a grande preocupação de todos os países. Por isso, devemos esquecer o conceito tradicional de *defesa de ponto forte e linha*

de defesa, deixando de enfatizar o tradicional conceito de domínio terrestre, para dar importância ao do ar e ao das informações, a fim de que se possa criar uma situação favorável de combate. Atendendo ao princípio de *agir de acordo com as circunstâncias*, reajustamos o desdobramento de nossas forças, mantemos e fortalecemos nossas vantagens para a manutenção da iniciativa e, por certo, venceremos a guerra. ☺

“Para ser grande, sé inteiro:
nada teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa.

Põe quanto és no
mínimo que fazes.

Assim em cada lago a lua
toda brilha, porque alta vive.”

RICARDO REIS (Fernando Pessoa)

À guisa de informação

Manuel Cambeses Júnior*

Coletânea de cinco apreciações enfocando diversos temas da atualidade, sobre os quais fornece informações oportunas.

MÍDIA: TOTALITARISMO OU DESINFORMAÇÃO?

Em 1987, foi publicado, nos Estados Unidos, sob o patrocínio da Oxford Analytica, um livro chamado *América in Perspective*. Nele, procura-se retratar a influência que detêm os meios de comunicação social desse país.

Chama-nos a atenção a afirmativa contida nessa publicação: *as três redes nacionais da televisão (ABC, CBS e NBC), as duas maiores revistas nacionais (Time e Newsweek), a Associated Press (agora deixada sozinha pelo virtual colapso da UPI), o New York Times, o Wall Street Journal e o Washington Post, juntamente com a pequena elite de peritos com*

acesso a esses meios de comunicação têm desfrutado, desde o final dos anos cinqüenta até os oitenta, de uma enorme influência como juizes do processo político e como fatores de definição da agenda política nacional.

De maneira análoga, outro livro daquela mesma época, *The Irony of Democracy*, de Thomas Dye e Harmon Zeigler, afirmava: *os principais executivos das cadeias de televisão mantêm contato permanente com os editores do New York Times, do Washington Post, Newsweek e das principais cadeias de imprensa com quem intercambiam pontos-de vista. Eles constituem uma pequena e coesa fraternidade.*

Em outras palavras, na década passada, nove meios de comunicação social estavam sendo privilegiados na capacidade de definir os rumos da vida política norte-americana e, inevitavelmente, a maneira com que os estadunidenses percebiam a realidade que os rodeava. Essa realidade era comum à maioria dos países. Com as variáveis de cada caso, era usual que um pequeno número de meios informativos domésticos detivessem uma imensa influência sobre a vida nacional. Nos dez anos transcorridos desde então, produziu-se uma mudança fundamental. A informação não somente se globalizou como também, sob o impulso dos avanços tecnológicos e das exigências de capital, começaram a surgir gigantescos conglomerados nesse

* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG).

campo. Hoje em dia, não basta manter presença em todos os rincões do planeta que permita a transmissão instantânea da notícia aonde quer que ela ocorra, como é o caso da CNN. É necessário algo mais. É necessário estar integrado a uma rede cujos tentáculos não somente abarquem a difusão da informação em todas as suas vertentes (TV aberta, TV a cabo, rádio, jornais, revistas, informação via Internet), mas também o mundo do entretenimento (fundamentalmente a produção cinematográfica). É o que denominamos, na atualidade, de *multimídia*. Afinal de contas, a simbiose entre entreter e informar sempre foi muito grande. Desde os velhos noticiários que precediam os filmes na época de ouro do cinema, até o rádio e a televisão, aonde notícias e diversão se misturam extraordinariamente constituindo-se na melhor forma para promover e digerir, com facilidade, a informação.

Exemplo bem significativo de um desses conglomerados de comunicações é encontrado no império Time Warner-CNN, que inclui a revista Time, a produtora cinematográfica Warner

Bros, os canais de cinema a cabo HBO, Cinemax e TNT, as redes de informação CNN e TBS, a firma editorial Little Brown, a distribuidora de livros Book of the Month, produtoras de discos, etc. As vendas anuais desse megaconglomerado atingem 21 bilhões de dólares. Para sobreviver nesse mundo globalizado e integrado da informação e do entretenimento, não existe outro caminho que não seja o das grandes redes e as grandes fusões. Bem valeria a pena fazer referência a alguns dos casos mais ilustrativos nesse sentido: o império News Corporation Limited, do australiano Rupert Murdoch, que inclui não somente célebres jornais, como o Time, de Londres, e o New York Post, mas também, cadeias de rádio e TV e redes de jornais e revistas em diversos continentes.

Também cabe destacar a fusão entre a Walt Disney Co. e a cadeia ABC ou a fusão que está se produzindo na Europa entre as maiores redes de televisão a cabo. Exemplificando, as seis grandes redes de TV europeias estão se integrando em dois grupos competitivos para poder sobreviver, em meio à dura realidade do

mercado atual. Sílvio Berlusconi, da Itália, está se aliançando com dois titãs da Alemanha e da Holanda, para fazer frente à aliança de Rupert Murdoch com outros dois gigantes da França e da Alemanha. Até o próprio Bill Gates, da Microsoft, está adentrando nesse universo em aliança com a NBC e a Time Warner-CNN, para desenvolver um ambicioso projeto informativo de televisão e Internet.

Uma indagação permanece para nossa reflexão: - o que ocorreria se os dez ou doze megaconglomerados da informação, que atualmente estão se consolidando no mundo, decidissem repetir a experiência das nove grandes organizações que dominaram a informação nos Estados Unidos na década passada? Ou melhor, se decidissem pôr-se de acordo para definir as diretrizes fundamentais do planeta e a maneira que o homem deve perceber a realidade ao seu redor? De fato, parecem existir claras evidências de que o livre mercado se transformou em um denominador comum, defendido por todos os grandes centros informativos mundiais. Qualquer país que hoje em dia se atreva a questionar

esse paradigma, deve estar disposto a assumir o custo de um virtual ostracismo.

Se essa tendência a impor normas e paradigmas se generalizar, nos encontraremos ante um mundo que nada teria que invejar ao universo totalitário imaginado por George Orwell, em sua famosa obra.

Entretanto, contrapondo-se a esse quadro catastrófico e totalitário, a revista Time, em sua edição de 21 de outubro 1996, efetuou acurada análise sobre o processo de difusão da informação, que resultou, curiosamente, alvissareira. De acordo com o estudo, a tendência prevalecente, nos dias atuais, parece apontar para a atomização na busca da informação. Atônito ante um acúmulo de notícias e conhecimentos que não está capacitado a entender, o homem comum está concentrando sua atenção em pequenas parcelas de interesse informativo, desdenhando as demais. Esse cidadão simples e comum está se atendo em informações esportivas, financeiras, do mundo da moda, da arte ou da diversão, esquecendo-se do restante. Se realmente as coisas estão sendo processadas dessa maneira, existe a

forte possibilidade de que a *lavagem de mentes* somente pudesse se operar de forma significativamente limitada.

Diante desse novo, complexo e curioso cenário, podemos concluir que afortunadamente, a desinformação poderia chegar a ser a tábua de salvação do público-alvo, no limiar do terceiro milênio.

A SAGA DE UMA NAÇÃO

Se algo caracterizou o Japão, ao longo de sua história, é a sua singular capacidade para alterar radicalmente seu projeto nacional ou a marcha de sua economia, cada vez que as circunstâncias assim o requereram.

No início do século XVII, ante uma penetração ocidental que não somente ameaçava alterar as bases da sociedade mas, também, difundir o cristianismo, o país decidiu fechar-se a todo contato com o exterior. Durante dois séculos e meio, o Japão se manteve dentro da mais absoluta autarquia, mantendo uma estrutura social petrificada. Inclusive, o uso da roda chegou a ser proibido, pois esta era tida como elemento de modernização e, por conseguinte,

de transformação. Esse período foi denominado de *Tokugawa*.

Para a segunda metade do século XIX, as pressões por mudanças dentro do país eram demasiadamente contundentes para que se mantivesse de pé o modelo vigente. O regime Tokugawa havia deixado aberta uma pequena janela com o exterior, ou seja, um navio holandês que uma vez ao ano vendia os seus produtos no país. Por essa janela se infiltraram as idéias que iluminaram a imaginação e os desejos de mudanças da baixa aristocracia japonesa, que tinha a seu cargo a administração efetiva do Estado. A atitude dessa camada social, aliada a insatisfação da classe dos mercadores, cujo poder econômico contrastava fortemente com sua reduzida influência política, consolidaram as bases para uma transformação radical. A isso veio unir-se a constatação de que estava ocorrendo na China uma sociedade cujo tradicionalismo a havia mantido no mais profundo atraso, tornando-a presa fácil para o apetite colonial do Ocidente. O *Tratado de Nankin*, de 1842, havia imposto à China a abertura ao Ocidente, ao

tempo em que Hong Kong se transformava em colônia britânica e algumas de suas principais cidades portuárias eram entregues ao controle das potências ocidentais.

Os burocratas da baixa aristocracia e os mercadores, cada um em função de suas próprias razões, uniram-se com a idéia de modernizar o país. Era a única forma de evitar que o Japão tivesse a mesma sorte da China. Só faltava o elemento detonante para materializar as exigências de mudanças no cenário geopolítico nipônico. A presença de uma esquadra norte-americana, sob o comando do Comodoro Perry, em 1858, exigindo a abertura dos portos japoneses ao comércio com o Ocidente, foi o estopim que desencadeou a revolução. Após alguns anos de instabilidade que presenciaram a derrocada do regime de Tokugawa consolidou-se, a partir de 1868, uma mudança radical de rumo. A figura do imperador, que durante o período anterior havia sido um personagem meramente simbólico, ascendeu ao centro do cenário político. Começava ali a era *Meiji*. Nos anos seguintes, o país adentrou na mais rápida transformação de instituições e

valores culturais já presenciados em sua história.

A partir desse momento, o Japão se lança em um gigantesco processo de ocidentalização de seus costumes e de suas instituições. Instala um Parlamento ao estilo inglês; códigos civis e penais semelhantes ao francês; um exército de modelo prussiano; um direito comercial de orientação alemã; um sistema orçamentário calcado no norte-americano; relojoaria suíça; rolamentos suecos; embarcações norueguesas; ótica alemã. E assim sucessivamente. A partir de nada e em poucos anos, o país transformou-se em uma economia moderna: estaleiros, fábricas, siderúrgicas, têxteis, telégrafos e um forte sistema bancário. A obsessão pelo progresso nos moldes ocidentais permitiu que, para o início do século XX, o Japão ingressasse no seleto clube das grandes potências mundiais.

Isso, inevitavelmente, conduziria a uma acirrada competição com o Ocidente pelas esferas de influência no leste asiático. Já em 1905, o Japão havia derrotado militarmente o mais vasto império da Europa, a Rússia. Em 1939, iniciou-se a cruenta medição de forças entre o Japão

e as grandes nações do Ocidente, no decurso da Segunda Guerra Mundial.

Após a traumática derrota de 1945, o Japão reformula novamente o seu projeto nacional de maneira dramática, renunciando a suas ambições hegemônicas e a um militarismo assentado em sua ancestral tradição samurai. O país suporta a presença tutora norte-americana, concentrando-se em uma economia de caráter civil. Cinquenta anos depois da derrota, sua produção industrial eqüivalia à de França e Alemanha juntas e era equivalente a de todos os demais países asiáticos combinados.

É importante destacar que, não somente os projetos nacionais do Japão transformaram-se de maneira radical, cada vez que as circunstâncias históricas assim o exigiram mas, também, sua economia sofreu periódicos reajustes, muitas vezes de forma acentuada, para fazer face às adversidades que surgiram. A título de exemplo, poderíamos mencionar os problemas enfrentados, pela economia japonesa, nos anos de 1973 e 1985. No primeiro caso, produziu-se uma acentuada alta nos preços do petróleo, che-

gando a quadruplicar o valor do barril, no comércio internacional. Em 1985, o aumento do valor do yen, da maneira com que foi estabelecido, fez perigar a competitividade das exportações japonesas. Em ambos os casos o Japão soube sair incólume e, até certo ponto, vitorioso frente aos riscos enfrentados.

O Japão, no momento, atravessa uma difícil crise recessiva, cujas origens remontam ao final dos anos oitenta. A ruptura da bolha especulativa em seus mercados financeiros e de bens imóveis iniciou esse processo, hoje agudizado com a crise asiática em curso. Muitos apregoam o fim do milagre econômico japonês e insistem na incapacidade do país de adaptar-se às exigências da economia pós-industrial do século XXI. Um sistema educacional que enfatiza a docilidade e uma tradição de submissão às normas sociais são vistos como antagônicos à criatividade individual, chave da nova era econômica.

Diante dessa realidade, cabe-nos as seguintes indagações: poderá o Japão sair-se bem em seu objetivo de retomar o crescimento e tri-

lhar o caminho do progresso? saberá dar outro desses inesperados saltos para o sucesso que caracterizaram o seu passado?

De uma coisa, porém, temos absoluta certeza: não é possível subestimar o Japão.

A IMPLEMENTAÇÃO DO EURO: FATOR DE COESÃO DA UNIÃO EUROPÉIA

Os textos de Economia ensinam que o símbolo monetário de um país desempenha três papéis essenciais: o de unidade de valor, o de meio de intercâmbio e o de unidade de reserva. Porém, a moeda nacional representa muito mais do que isso. A partir do surgimento dos estados nacionais no século XIX, a moeda passou a ser considerada um dos símbolos da unidade nacional, juntamente com a bandeira. A fortaleza e credibilidade do símbolo monetário de um país dependem, intimamente, de seu potencial econômico e da saúde estrutural de seu aparelho produtivo. Uma economia débil e vulnerável terá, como corolário, uma moeda fraca e desprestigiada carreando reflexos negativos à economia nacional.

A União Européia transcendeu o antigo conceito de Estado nacional, quando decidiu pela criação de um Banco Central Europeu e de uma moeda única, a partir de 1º de janeiro de 1999, conforme acordado no Tratado de Maastricht, de 1992. A União Econômica e Monetária (termo jurídico apropriado) representa a fase superior e final de um processo de integração econômica que teve início em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma.

Desde a queda do Império Romano e a partir do enfraquecimento do Império dos Francos, fundado por Carlos Magno, no século IX, passando pelas Cruzadas, na Idade Média, o Renascimento, a Guerra dos Cem Anos, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, o imperialismo do século XIX e as duas grandes guerras do século XX, a Europa não havia conquistado um período de mais de cinqüenta anos ininterruptos de paz como o iniciado a partir do Tratado de Roma.

A primeira lição que extraímos desse histórico acontecimento é que a União Econômica e Monetária está sendo possível graças a um pro-

cesso laborioso e claramente delineado, com um objetivo específico, com uma autêntica *carta de navegação* estabelecendo os pontos a serem atingidos e fixando as datas para a sua execução. Consta-se que nada é improvisado, nem tampouco decidido abruptamente no seio da União Européia.

Os seis países fundadores da Comunidade Econômica Européia e os atuais quinze que integram a União Européia, passaram por todas as fases de um processo de integração, ou seja: união aduaneira, mercado comum e mercado único. A última fase dispôs sobre a livre circulação de bens, serviços e pessoas a partir de 1º de janeiro de 1993 (Ata Única Européia, de 1985), ainda que a liberalização plena dos movimentos da capital nos países da União já havia ocorrido em 1º de julho de 1990, dando início à Primeira Fase da União Econômica e Monetária.

O Tratado de Maastricht estabeleceu taxativamente o cumprimento de requisitos de convergência macroeconômica para ter acesso à moeda única, tomando como base os indicadores dos Estados membros, de 1997: *o déficit do setor pú-*

blico não pode ultrapassar 3% do Produto Interno Bruto (PIB); a dívida pública não pode ser maior do que 60% do PIB; a inflação não deve exceder em mais de 1,4 pontos percentuais a média dos três Estados membros com menor inflação; os juros a longo prazo não devem superar em dois pontos percentuais a média dos três Estados membros com menor inflação e, a moeda nacional deve manter-se dentro das margens normais de flutuação do Sistema Monetário Europeu, pelo menos durante dois anos.

A segunda fase da união econômica e monetária teve início em 1º de janeiro de 1994, com a criação do Instituto Monetário Europeu, antecessor do Banco Central Europeu. Previamente, em 1º de novembro de 1993, se congelou a composição da cesta de moedas que conformam a unidade monetária europeia, antecessora da moeda única, utilizada como moeda de referência para fins contábeis.

Reforçaram-se os mecanismos de coordenação de políticas econômicas a nível supranacional, com a criação do Comitê de Ministros da Fazenda do Conselho Europeu e com a participa-

ção dos Bancos Centrais. Em 31 de maio de 1995, a Comissão Européia adotou o *livro verde* sobre a moeda única. O Conselho Europeu de Madrid (dezembro de 1995) concordou em batizar de Euro a nova moeda, e fixou o programa técnico para a introdução desta, a partir de 1999, e colocá-la em circulação a partir de 1º de julho de 2002, em caráter definitivo e em substituição às moedas locais.

Fixados juridicamente os requisitos de convergência macroeconômica e decidida a *carta de navegação* da moeda única a nível técnico, surgiu a preocupação política sobre a sustentabilidade ou permanência no tempo dos compromissos de convergência e coordenação econômica adquiridos pelos Estados membros. Como resposta a essa preocupação, o Conselho Europeu de Amsterdam (junho de 1997) adotou o Pacto de Estabilidade e Crescimento, o qual obriga juridicamente os Estados membros a manter, perenemente, os mesmos requisitos de convergência contidos no Tratado de Maastricht e se fixaram custosas penas pecuniárias aos que não cumprirem os acordos firmados.

A Comissão Européia recentemente submeteu à consideração do Conselho Europeu, órgão máximo de decisão política da União, o *Informe e Recomendação sobre o Progresso para a Convergência com vistas à Transição para a Terceira Fase da União Econômica e Monetária* (25 de março de 1998). O Informe indica que onze Estados membros da União Européia estão aptos para consentir a moeda única a partir de 1º de janeiro de 1999, a saber: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria e Finlândia. Faz-se mister ressaltar que Grã-Bretanha, Suécia e Dinamarca optaram por incorporarem-se posteriormente e também quando cumprirem todos os requisitos de convergência macroeconômica estabelecidos no Tratado da Maastricht, como é o caso da Grécia.

Os progressos em matéria de convergência macroeconômica têm sido notáveis. A média dos déficit fiscais do setor público dos Estados membros caiu de 6,1% em 1993, para 2,4% em 1997 e a média da inflação baiou substancialmente para menos de 2% neste último

ano. Esses resultados permitirão não somente avançar com passo firme para a moeda única, o Euro, na data prevista, como também contribuirão para fomentar o comércio e a inversão a nível global, em um ambiente de maior estabilidade macroeconômica, maior crescimento e menor inflação.

De conclusivo, a constatação de que a implementação do *Euro* está intimamente relacionada com a coesão que deve existir entre os países constitutivos da União Européia. (dezembro, 1998)

A CONFLITUALIDADE NO ORIENTE MÉDIO

Indubitavelmente, os Estados Unidos têm uma posição dominante na nova ordem mundial posterior à Guerra Fria e à denominada Guerra do Golfo, de 1991. Porém, mesmo com seu predomínio no poder militar e seus avanços tecnológicos e espaciais, não conseguem obter o controle de todos os fatores políticos que influem em uma confrontação. Existe um poder dominante mas também existem vários pólos políti-

cos que conferem à *multi-polaridade* um significado e um peso indiscutível. A *pax americana* posterior a 1991 não se assemelha à *pax romana* ulterior à destruição de Cartago, um século antes de Cristo.

Desde Sun Tzu até Clausewitz, passando por Tucídides e Tito Lívio, a guerra é um fato político.

O acordo alcançado pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, e o Presidente Saddam Hussein conseguiu abortar a incursão aérea sobre o Iraque. Entretanto, o problema derivado da posse de armas biológicas e químicas, por parte desse país, está longe de ser resolvido. E mais ainda, os complexos e insolúveis problemas que acometem o Oriente Médio permanecem presentes como um permanente pano de fundo. Bem valeria a pena passar uma rápida revista aos mesmos. O Pan-arabismo, o conflito árabe israelense, o problema palestino, o fundamentalismo islâmico e as controvérsias étnico-territoriais: eis aqui as causas fundamentais da instabilidade e da conflitualidade dessa zona do mundo.

O Pan-arabismo é resultado do processo artificial e arbitrário que deu origem à

existência dos Estados da região. Na medida em que estes surgiram como resultado de um simples traçado geométrico, que ignorou as realidades subjacentes, não foi possível assentar sobre eles um sentido de identidade nacional. Essa busca de identidade, que não encontrou resposta a nível de unidades nacionais, teve de trasladar-se a dois estratos diferentes. De um lado ao clã, a tribo, a família. De outro, ao contrário, para uma entidade muito maior que os próprios Estados, ou seja, para a idéia da grande nação árabe. Em virtude desse fenômeno, conhecido como Pan-arabismo, as fronteiras estatais são vistas como divisões artificiais que não fazem mais do que separar um mesmo povo.

O fenômeno Pan-árabico tem trazido consigo consequências e as seguintes tendências: a formação de lideranças messiânicas que buscam projetar-se sobre o conjunto do mundo árabe; a intervenção em assuntos internos dos demais Estados árabes em virtude da justificativa brindada por essa noção supraestatal; a considerar as riquezas da região como propriedade mancomunada de todos os países

árabes e os subseqüentes ressentimentos que derivam ante a impossibilidade de aceder a elas; a identificar arabismo com sunismo, ou seja, a raça árabe com a vertente sunita do islamismo.

O conflito árabe-israelense encontra sua origem no fim da I Guerra Mundial, quando os britânicos assumiram o mandato sobre um território que, a seguir, haveria de chamar-se Palestina. Ao fazê-lo, começaram a dar rédeas soltas à imigração judia, a qual se assentava nos compromissos derivados da chamada *Declaração Balfour* e nas exigências do movimento sionista que teve sua origem no intelectual húngaro Teodoro Herzl.

A Resolução 181 das Nações Unidas, do ano de 1947, adotou um plano para dividir a Palestina em dois Estados: um árabe e outro judeu. A declaração de independência do Estado de Israel, em 1948, veio imediatamente sucedida por um ataque combinado de Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque. O resultado dessa guerra foi que Israel ficou de posse de territórios mais extensos do que aqueles que lhe haviam sido designados, originalmente, no Plano de Partição da Palestina, apro-

vado pela ONU. Dessa maneira, ao problema da introdução de um *corpo estranho* na região, vieram somar-se dois problemas adicionais: a ocupação, por parte de Israel, de territórios que não lhe foram conferidos juridicamente e a presença de uma população árabe-palestina flutuante, transformada em permanente fator de combustão.

O problema palestino teve sua origem na impossibilidade de se criar um Estado árabe, de acordo com o prescrito pela Resolução 181 que dividiu a Palestina. A guerra de 1948, que sucedeu a independência de Israel, aumentou seu território, ocupando a Galiléia e a parte oeste de Jerusalém, que haveriam de corresponder à Palestina árabe. Mais grave ainda, entretanto, foi a atitude dos próprios árabes para a criação de um Estado árabe-palestino. O emir Abdullah anexou a Cisjordânia, a seu próprio território da Transjordânia, formando sobre essas bases o moderno reino da Jordânia. Por outro lado, o Egito ficou com o controle da Faixa de Gaza, também destinada ao Estado árabe-palestino. Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel con-

quistou Gaza e a Cisjordânia. A partir desse momento, a impossibilidade de conformar um Estado árabe-palestino, sob os termos da Resolução 181, passou a recair sob a responsabilidade israelense.

O fundamentalismo islâmico é resultado do caráter totalizador do credo corâmico, sempre propício aos excessos. A *Sharia*, ou sujeição às leis religiosas, se apresenta como uma opção natural de identidade em meio à influência ocidental e ao mundo moderno. Nela, o crente muçulmano encontra resposta para suas dúvidas, em meio aos preceitos que guiam todos os aspectos de sua vida cotidiana e lhe brindam com um *nicho de certezas* frente a um leque de questionamentos sem respostas. A revolução de Khomeini no Irã, abriu as portas a um modelo de vida e de sociedade que a cada dia se apresenta mais atrativo para amplas massas populacionais do Oriente Médio. O temor a *Jahiliyya*, ou seja, a apostasia e a barbárie, são identificados não somente com a presença e a influência do Ocidente, mas também com a dos regimes pró-ocidentais da região.

As controvérsias étnico-territoriais são resultado de

traçados artificiais nas quais ingleses e franceses delinearam as fronteiras da região, após o fim da I Guerra Mundial. Antigas províncias turcas se viram desligadas de seus centros ancestrais de posse, da mesma maneira como grupos étnicos de uma mesma origem se viram separados por novos limites estatais. Dessa forma, a Jordânia se sentiu no direito histórico de anexar a Cisjordânia, da mesma maneira que o Iraque considerou que podia fazer o mesmo com o Kuwait. Irã e Iraque têm mantido uma perene disputa sobre o Shatt-el-Arab, da mesma forma que a Síria sempre considerou que a província de Mossul, outorgada ao Iraque, forma parte de sua herança histórica. De um a outro extremo da região os problemas territoriais se reproduzem, gerando ruzgas e confrontos. Por sua vez, a pressão irredutível de grupos étnicos que se consideram com direito a uma pátria própria se faz sentir de maneira contundente. Junto ao caso palestino, anteriormente aludido, encontramos também os curdos, grupo étnico que foi disseminado entre Turquia, Irã e Iraque.

É importante enfatizar que o Oriente Médio con-

tém em suas entradas dois terços das reservas petrolíferas do mundo e tem demonstrado, sistematicamente, incapacidade para alcançar a estabilidade e estabelecer a tão almejada paz. Os problemas e tensões, que afloram a todo momento, demonstram estar calcados em ódios e ressentimentos acumulados ao longo de séculos e mostram-se demasiadamente enraizados para que seja promovida uma trégua à conflitualidade reinante nesta conturbada região do planeta (fevereiro, 1998).

DECLÍNIO DE TIO SAM?

Geralmente se considera o ano de 1898 como marco do ingresso dos Estados Unidos no clube das grandes potências mundiais. Nesse ano, derrotou militarmente a Espanha e herdou um império que abarcava desde Porto Rico até as Filipinas. Entretanto, desde 1880 havia ultrapassado a Inglaterra como a maior nação industrializada do planeta e produzia 29% do produto industrial bruto mundial. Em 1914, o conhecido editor Henry Luce escreve o seu famoso ensaio *O Século Americano* que,

com o passar dos anos, passou a ser reconhecido como expressão de uma inapelável realidade. Após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos se consolidaram como uma das cinco grandes potências mundiais e, ao terminar a Segunda Guerra, se transformaram em uma das duas grandes superpotências. Ademais, em 1945, sua superioridade econômica não encontra comparações, pois o país já ostenta a expressiva marca de 50% do PIB mundial. Com o colapso do comunismo, iniciado em 1989, os Estados Unidos não somente ganham a Guerra Fria como também se transformam em única e indisputável superpotência.

As manifestações da atual hegemonia norte-americana são múltiplas. Trata-se de um portentoso poder militar. O orçamento que os Estados Unidos destinam à aquisição de armamentos é equiparável ao total das seis nações mais poderosas que lhes seguem na lista e duplica em relação ao orçamento com defesa em comparação a todos os adversários que ainda lhes restam juntos.

Trata-se, também, de um pujante poder econômico. Os Estados Unidos são o quartel general da economia

global. O maior mercado monetário, bursátil e de bônus do mundo. Suas empresas representam a terça parte das quinhentas maiores corporações do mundo e acumulam a metade dos seus benefícios. As mesmas dominam nos setores de maior tecnologia e valor agregado, mas, também, nos de consumo maciço.

Constituem-se, ainda, de um prodígio poder institucional. Os Estados Unidos não somente sediam as maiores organizações mundiais, tais como a ONU, o Banco Mundial e o FMI, mas também exercem um papel determinante sobre estas e as demais instituições de nosso tempo como a OTAN e a OMC.

Consistem, também, de um extraordinário poder diplomático. Os Estados Unidos têm sido o grande árbitro dos conflitos mundiais: Irlanda do Norte, Oriente Médio, os Balcãs etc. Sua ação diplomática tenta pôr fim à divisão de Chipre, busca equilibrar a China e Taiwan, a Armênia e Azerbaijão, a Índia e Paquistão, aos tutsis e hutus.

Trata-se, ainda, de um incrível poder cultural. Desde Hollywood, a CNN e MTV, passando por McDonald's

até a Microsoft e Marlboro, as idéias, hábitos, valores, costumes e modismos norte-americanos reinam em profusão. A própria Internet leva a marca estadunidense. É tudo aquilo que convenção-chamamos de poder suave e que se manifesta através da multimídia e da cultura global *pop*. Não é sem razão que a jornalista francesa Sophie Gherardi assinala: *a hegemonia norte-americana não é uma novidade. O que resulta excepcional é que através de uma conjunção de fatores e de circunstâncias os Estados Unidos passaram a ganhar em todos os tabuleiros* (Le Monde/maio 1998).

Curiosamente, nunca antes haviam surgido tantas teses, desde o interior do mundo acadêmico norte-americano, que proclamassem o declínio inevitável dos Estados Unidos no cenário internacional. Mesmo no momento em que a evidência de seu poder parece inquestionável, surgem algumas teses como a de Paul Kennedy, em sua obra *Auge e Queda dos Grandes Poderes*, que sustentam que os Estados Unidos iniciaram um processo de decadência. Samuel Huntington afirma que a modernização somen-

te tem servido para fortalecer outras culturas rivais e para reduzir o poder do Ocidente e, por conseguinte, dos Estados Unidos. E, mais ainda, que o *multiculturalismo* que afeta internamente o país, ante o impacto de culturas estranhas que o permeiam, constitui-se em uma poderosa fonte de decadência.

Robert Putnam, conceituado politicólogo, entende que a *arte da associação*, elemento-chave da grandeza estadunidense está se desmoronando. O povo perdeu a fé em suas autoridades e em suas instituições e, ao mesmo tempo, está perdendo, também, a capacidade de associar-se em grêmios e organizações. Para outros, como Arthur Schlesinger Jr, pelo contrário, a causa do declínio norte-americano se encontra na excessiva capacidade associativa, que tem

conduzido a sociedade a um processo de tribalização.

Lester Thurow, conhecido analista político, indica que a globalização está reduzindo seriamente o poder dos Estados e que os Estados Unidos não se constituem em exceção, nesse sentido. E, mais ainda, a economia desse país não somente tem-se mostrado menos relevante na economia global mas, também, tem diminuído progressivamente sua influência nas organizações econômicas multilaterais.

O aparecimento da nova moeda européia, o *euro*, conduzirá, inevitavelmente, ao surgimento de uma divisa rival ao dólar, o que impactará fortemente a preeminentia econômica estadunidense. Por outro lado, a crescente desigualdade econômica que está ocorrendo no interior do país cria as con-

dições para sérias crises políticas e institucionais.

Donald White, conceituado estudioso do assunto, sustenta que a redução da presença norte-americana na economia global, a atomização da sociedade em parcelas ideológicas, étnicas e grupais, bem como a perda da capacidade de consenso com respeito ao papel que os Estados Unidos devem representar no mundo, evidenciam um claro e acentuado declínio da superpotência no cenário internacional.

Diante dessa constatação, resulta paradoxal o fato de que no momento de máxima glória e de euforia em que vivem, atualmente, os Estados Unidos, a intellectualidade tenha adentrado em um processo reflexivo marcado pelo pessimismo com relação ao futuro do país (outubro, 1998). ☀

“Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem.”

Rousseau

O proveito mútuo das pesquisas astronômica e militar. A importância da Astronomia na História Militar¹

Ronaldo Rogério de Freitas Mourão*

Reprodução de matéria publicada na Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, edição nº 83, de 1998.

PESQUISA ASTRONÔMICA CONTRIBUIU PARA FINS MILITARES

Em julho de 1962, durante o *Simpósio International de Astrofísica*, em Liège, fui convidado pelo astrônomo belga Sylvan Arend para estagiar no Observatório Real da Bélgica, onde fiquei durante quinze dias trabalhando sob sua orientação.

Na realidade, fazia alguns anos vinha mantendo correspondência com Arend sobre minhas observações. Voltando a visitá-lo em seu gabinete, em Uccle, no dia seguinte, ao término do simpósio, constatei que o con-

vite não era uma simples conversa estimulada pelo champanhe francês de uma recepção. Era um convite mesmo. Antes que lhe respondesse afirmativamente, Arend se levantou e conduziu-me pelo braço ao Diretor do Observatório, Paul Bourgeois, solicitando um apartamento onde eu deveria permanecer durante o estágio.

Queria que eu ficasse três meses. Disse-lhe que estava de férias e só poderia permanecer quinze dias. Na realidade, como viajava com recursos próprios, apesar de minha ausência do País, a fim de apresentar trabalho sobre o planeta Júpiter no colóquio de Liège, ter sido

autorizada pelo primeiro-ministro Tancredo Neves do governo parlamentar de João Goulart, não estava livre para permanecer por um período tão longo.

Para aproveitar ao máximo aquela oportunidade única de trabalhar com alguém que admirava por suas obras e descobertas, dentre elas a do cometa Arend-Roland, resolvi trabalhar todos os dias: no sábado, no domingo e, até no dia nacional belga. Como consequência, publiquei meu primeiro trabalho sobre a órbita de uma estrela dupla - sistema de duas estrelas que giram em redor de um centro comum de gravidade - no *Bul-*

* Astrônomo. Sócio Honorário do IGHMB.

¹ Selecionado pelo PADECEME (Programa de Atualização dos Diplomados da ECEME).

letin Astronomique do Observatoire Royal de Belgique (1963).

Contente com meu trabalho, Arend solicitou que visitasse por um período mais longo, se possível de um ano, no momento em que deixava o observatório. Ofereceu-se para interceder junto às autoridades belgas competentes caso fosse necessário obter um auxílio.

No ano seguinte, através do Consulado, ganhei uma bolsa para estudar em Bruxelas. Assim, durante os anos de 1963 e 1964, trabalhei no Observatório Real da Bélgica, sob os auspícios do *Office Belge de Coopération Technique*, do *Ministère des Affaires Étrangères Belge*. O objetivo principal do estágio de pesquisas era desenvolver estudos no campo da astrometria, com ênfase especial para as estrelas duplas visuais, os asteróides, e os estudos de problemas relativos à montagem, instalação e ajuste de instrumentos astronômicos. Esse último item do programa foi acrescentado tendo em vista que, como Coordenador da Universidade de Brasília, fora convidado por Anísio Teixeira, na época reitor em substituição a Darcy Ribeiro, para liderar a construção

de um moderno observatório astronômico em sítio ao norte de Brasília.

Toda esta introdução serve para mostrar como acabei na Bélgica, onde iria começar um longo trabalho sobre estrelas duplas visuais, que para minha surpresa teria aplicação à tecnologia militar.

Um dos problemas que surgiram, durante nossas pesquisas, foi a dificuldade de determinar a órbita aparente de algumas estrelas duplas visuais. Apesar de se possuir, às vezes, um grande número de observações, mais de cinqüenta ao longo de um intervalo de tempo superior a 125 anos, como era o caso de estrela *Tau Sculptoris* (Tau do Escultor), descoberta, em 1837, pelo astrônomo inglês John Herschel, a determinação de sua órbita era muito difícil em virtude dos enormes erros, ou melhor, das imprecisões observacionais. Na realidade, quando as duas componentes de uma estrela dupla se encontram muito próximas, a observação visual, realizada com um micrômetro a fios de aranha, é uma verdadeira arte. É, como dizia Arend, fazer a pontaria sobre dois luta-

dores de box. Essa imagem de Arend, para quem já mediou a distância entre um par de estrelas próximas, é muito pertinente, principalmente, se o sistema for constituído por duas estrelas que se encontram no limite do poder separador da luneta ou telescópio. O mais grave é que, além de possuir um grande número de observações muito dispersas, durante um longo intervalo de tempo, algumas delas apresentavam uma curvatura sensível, como no caso de *Tau Sculptoris*, cuja trajetória era de 50 graus com grande variação nas distâncias, sugerindo um movimento orbital. Uma solução seria usar, daquela data em diante, métodos observacionais mais precisos, como a fotografia ou, como ocorre anualmente, o processo de interferometria granular (*speckles*). No entanto, mesmo utilizando os processos mais modernos, iríamos perder mais de um século de observações. O problema era mais preocupante do que se pode imaginar, se considerarmos que algumas estrelas de movimento muito lento sugeriam períodos orbitais às vezes superiores a mil anos. Era, portanto importante desenvolver um processo de

O PROVEITO MÚTUO DAS PESQUISAS ASTRONÔMICA E MILITAR

análise das observações e de determinações de coeficientes que permitisse saber em que valor deveriam ser corrigidas as observações de cada componente de um sistema binário.

Com base no método de Thiele-Innes, empregado para o cálculo de órbita de estrelas duplas, estabelecemos as condições a serem satisfeitas para que fosse possível obter uma solução elíptica, circular, parabólica e hiperbólica. Com base no cálculo diferencial, estabelecemos equações diferenciais, que nos forneciam coeficientes indicativos de quanto deveríamos modificar cada valor observado, a fim de obter uma órbita elíptica, assim como os valores para alterar o aspecto dessa órbita. Esse trabalho foi apresentado durante o *Colóquio de Cálculo Número e Matemática Aplicada*, na cidade de Lille, em 1964, que se organizava no âmbito da *Société Française pour l'Avancement de la Science* e publicado na série *Publications Scientifiques e Techniques du Ministère de l'Air-Notes Techniques no. 157*, Paris, 1967.

Concluído meu estágio na Bélgica, embarquei para a França, em fins de 1964,

como bolsista do *Ministère des Affaires Étrangères Français*, a fim de estagiar no *Observatório do Pic-du-Midi* e preparar meu doutoramento na Sorbonne, em Paris. Nesse período, sempre que possível, ia a Bruxelas visitar Arend. Em uma dessas visitas, encontrei-o muito feliz e alegre. Logo que entrei, ele foi informando: *recorda-se do nosso trabalho sobre estrelas duplas apresentado em Lille? Está sendo usado para corrigir as órbitas dos mísseis. A última vez que estive em Paris, com o General Vermotte, no Ministère de l'Air, em Paris, ele me cumprimentou pelo nosso excelente trabalho e lhe mandou um abraço.*

Assim, uma pesquisa que não tinha nenhum caráter militar acabou se transformando, na mão dos peritos em balística do Ministério da Aeronáutica de França, em um artefato aperfeiçoado que deve estar permitindo aos mísseis atingirem melhor os alvos militares ou, até mesmo, a colocação em órbita de satélites artificiais.

Na ciência, as contribuições que podem servir para salvar vidas também podem ser utilizadas em sentido oposto. Essa foi a razão pela

qual me provocaram enorme impacto as ingênuas declarações de alguns homens de ciência do Brasil, sobre a sua não participação nas atividades de pesquisas básicas que venham a contribuir para o desenvolvimento de uma tecnologia bélica. Ora, essa não participação é impossível. Toda pesquisa básica de caráter pacífico (não militar) pode contribuir para o aperfeiçoamento de uma aplicação militar. A sua recíproca é também verdadeira: toda pesquisa básica com objetivo militar pode contribuir para o aperfeiçoamento de uma aplicação à ciência básica.

AS PESQUISAS MILITARES CONTRIBUEM PARA A PESQUISA ASTRONÔMICA

Realmente as pesquisas militares podem contribuir para fins astronômicos. Com efeito, desde a Segunda Guerra Mundial, a maior parte das descobertas astronômicas tem sido realizada com equipamentos originalmente construídos para atividades militares.

O rápido desenvolvimento da radioastronomia só foi possível graças aos equipamentos de radar de

senvolvidos como esforço de guerra. Pouco antes do fim da guerra, o engenheiro inglês James Stanley Hey, na época trabalhando para o serviço de radar britânico, notou ocasionalmente emissões de rádio muito intensas provenientes do Sol. Da mesma maneira, Hey descobriu reflexões de radar produzidas pelos rastros de meteoros. Em consequência, as observações de radioastronomia do sol e radarastronomia de meteoros começaram a ser realizadas pelos militares seus próprios usuários, através do sistema de radar inglês.

Em 1946, logo após o fim da guerra, Hey e seus colegas de serviço começaram a usar os equipamentos bélicos, com a intenção de aperfeiçoar suas radioantenas, quando descobriram curiosos sinais de rádio de origem cósmica. Mais tarde, ficou provado que esses sinais eram oriundos da primeira fonte de rádio extragalática descoberta - *Cygnus A*.

Nos EUA, as primeiras observações de raios-X e ultravioleta distante, de origem solar, foram realizadas com os foguetes alemães V-2. Os avanços da astronomia infravermelha tiveram uma origem muito semelhante, baseada no progresso que a pes-

quisa bélica obteve com a construção e aperfeiçoamento de detectores infravermelhos. Aliás, muitos dos mais sensíveis sensores de raios infravermelhos foram desenvol-

Desde a Segunda Guerra Mundial, a maior parte das descobertas astronômicas tem sido realizada com equipamentos originalmente construídos para atividades militares.

vidos alguns anos após a Segunda Guerra, com finalidades militares. Por motivo de segurança, esses detectores ultra-sensíveis só foram colocados à disposição dos astrônomos no final dos anos 50 e início dos anos 60.

Uma prova evidente disso são as leis da física, tais como a idéia da ação e reação que deu origem aos foguetes usados, inicialmente, com objetivos pirotécnicos e que, mais tarde, entusiasmaram os pioneiros alemães e norte-americanos, levando-os a iniciar, com recursos próprios, os primeiros experimentos que deveriam tornar realidade o sonho das viagens aos outros planetas.

Infelizmente, esses pioneiros acabaram criando as

mais terríveis armas de destruição e terrorismo, que são os mísseis.

Por outro lado, a alta tecnologia bélica permite a forma mais covarde de luta: matar à distância sem ameaça à integridade do agressor, principalmente se este último não possui as mesmas armas como ocorreu com os foguetes V-2, lançados contra Londres, quase no fim da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, no entanto, foi com esses mísseis que chegamos aos satélites artificiais, com os quais se desenvolveram os meios de comunicação, salvando vidas e levando diversões aos lares mais distantes. Não devemos esquecer que esses mesmos satélites, através da televisão, levam também aos nossos lares as mais revoltantes imagens da morte de civis e militares na guerra, o que felizmente permite uma ação mais rápida de protesto. Não devemos esquecer, igualmente, que os satélites espiões de reconhecimento e alerta para um ataque nuclear foram um dos elementos fundamentais que acabaram com Guerra Fria e conduziram a um rápido desarmamento. Com os satélites foi possível a globalização, a democratização da infor-

O PROVEITO MÚTUO DAS PESQUISAS ASTRONÔMICA E MILITAR

mação graças à Internet, a tomada de consciência sobre a poluição dos mares e dos oceanos, e sobre os desmatamentos.

Aliás, a relação entre a vigilância militar e a astronomia não é nova. Galileu, em 1609, ao mostrar, no Senado de Veneza, a luneta que havia construído, chamou atenção para o seu valor na possibilidade de os venezianos observarem as tropas inimigas, a grande distância, fora do alcance de suas armas, sem poderem ser vistos pelos adversários. A importância militar da luneta galileana impressionou de tal modo os senadores que, além de dobrarem o valor do salário de Galileu, nomearam-no professor vitalício da Universidade de Pádua.

A mesma interdependência entre o progresso científico e o militar pode ser encontrada em vários campos da ciência e da tecnologia, seja ela civil ou militar. É conveniente acentuar que não existe segurança econômica sem segurança militar. Uma potência economicamente forte tem que possuir um sistema de defesa militar forte. Não há dúvida que muitos dos mais urgentes

problemas de navegação, comunicação, detecção, logística e medicina, assim como os da mais violenta destruição, ocuparam as mentes militares, que, quando não desenvolvem sua própria pesquisa básica com fins belicosos, utilizam-se da pesquisa desenvolvida pela mente pacífica dos cientistas civis que fazem ciência pela ciência. Aliás, sem nenhum objetivo comercial, os cientistas acabam dando lucro à indústria e ao comércio, às vezes algumas décadas mais tarde.

Os cientistas são em geral incompreendidos pela grande maioria dos governantes e do povo que, em geral, não entendem que uma pesquisa sem aplicação prática imediata possa contribuir para a indústria.

No entanto, não devemos esquecer que é mais fácil em qualquer nação obter recursos para pesquisas com objetivos militares do que com fins pacíficos. Por outro lado, se os cientistas falham, as críticas são maiores, como ocorreu recentemente com relação ao telescópio espacial Hubble. Centenas de satélites de reconhecimento militar (espionagens) voltados para a Terra foram construídos nos EUA e URSS. Vários deles falharam

e jamais foram motivos de charge e críticas nos jornais de todo o mundo.

O problema da luta contra qualquer forma de guerra é uma opção de não violência que deverá orientar a educação do jovem desde a mais tenra idade. É um problema mais cultural. Sem ilusão, sabemos que a força foi o primeiro instrumento do homem no processo civilizatório. Com o desenvolvimento intelectual, a violência está sendo lentamente substituída pela argumentação, pela reflexão, pelo racionalismo. O caminho é longo. Mas lá chegaremos.

O TELESCÓPIO ESPACIAL, UM APERFEIÇOAMENTO DOS SATÉLITES MILITARES

Apesar de ter demonstrado a possibilidade do vôo espacial com base em dados científicos rigorosos, o engenheiro alemão Hermann Oberth (1894-1989), um dos pioneiros da astronáutica, teve seu projeto de tese, intitulado *Die Rakete zu den Planetenräumen (O foguete para os espaços interplanetários)*, submetido à Universidade de Heidelberg em 1922, recusado, por ter sido considerado como muito *inverossímil*.

Foi esse visionário, para sua época, quem escreveu, pela primeira vez, em 1923, sobre as vantagens da instalação de um telescópio astronômico ao redor da Terra, acima da atmosfera. Após a Segunda Guerra Mundial, quando os foguetes utilizados pelos alemães, durante esse conflito, haviam demonstrado que os vôos espaciais eram viáveis, o astrônomo norte-americano Lyman Spitzer Jr. (1914-1997), no artigo *As vantagens astronômicas de um observatório extraterrestre*, publicado em 1946, imaginou que a colocação em órbita, ao redor da Terra, de um grande telescópio permitiria observações livres das distorções e interferências produzidas pela agitação atmosférica.

Como o seu precursor alemão, Spitzer teve que enfrentar, além das dificuldades de natureza orçamentárias, as críticas dos colegas que preferiam o lançamento de pequenos telescópios à construção de um único de grandes dimensões, como havia sido proposto em 1946.

Logo após a criação da NASA, em 1958, Spitzer conseguiu que fosse incluído no primeiro programa da agência espacial norte-americana o seu projeto de um

observatório astronômico orbital. Em 1964, criou-se o programa *Large Space Telescope*, cuja iniciais LST, foi inicialmente associada à expressão Lyman Spitzer Telescope. Para evitar críticas de um culto à personalidade, Spitzer decidiu rebatizá-lo de *Hubble Space Telescope*, ou HST, com o objetivo de homenagear o astrônomo norte-americano Edwin P. Hubble (1889-1953), que, em fins dos anos 20, havia descoberto que o Universo encontra-se em expansão.

No início dos anos 60, em consequência da decisão do Presidente John Kennedy de enviar um astronauta à Lua, os fundos para as ciências espaciais foram generosamente aprovados pelo Congresso até 1966. Os efeitos da inflação crescente fiziam com que os orçamentos, após a missão Apollo, decrescessem. Durante o governo de Richard Nixon, foram cortados os três maiores programas da NASA: o vôo a Marte, as duas últimas missões Apollo e a estação espacial. Em 1972, a NASA

conseguiu aprovar o desenvolvimento da *Space Shuttle*, nave espacial capaz de reduzir sensivelmente os custos dos lançamentos dos satélites, com o objetivo de

transformar o espaço em uma atividade comercial rentável. Para se ter uma idéia do corte, é suficiente recordar que o orçamento da NASA, no ano fiscal de 1974, da ordem de 3 bilhões de dólares, representava um terço do valor real nos anos generosos que antecederam a descida do primeiro homem na Lua.

Com receio de perder a batalha, Spitzer e seu colega, o astrônomo norte-americano John Bahcall, dividiram entre si a lista dos parlamentares e iniciaram sua luta no Congresso. Apesar das oposições de alguns colegas, Spitzer e Bahcall conseguiram convencer os políticos com argumentos técnicos e científicos sobre as vantagens do seu projeto. Assim, em 1977, o Congresso apoiava o projeto, com um custo inicial estimado em 435 milhões de dólares. O lançamento do telescópio espacial, programado para 1983, previa que o mesmo deveria permanecer operacional durante um período de 10 a 15 anos.

Um dos assessores científicos do Presidente Reagan, George A. Keyworth, ao opinar sobre a realização do projeto escreveu: *Não é uma tarefa difícil (construir o*

O PROVEITO MÚTUO DAS PESQUISAS ASTRONÔMICA E MILITAR

HST), pois já adquirimos uma considerável experiência na fabricação industrial desse tipo de engenho. O HST é novo, mas a tecnologia é a mesma usada no sistema militar. Na realidade, durante as últimas duas décadas, satélites de fotorreconhecimento, os *espiões do céu*, como eram conhecidos, vinham realizando um papel muito importante e indispensável segundo os militares, na vigilância dos territórios da URSS. Eles nada mais eram que um telescópio espacial simplificado. Com efeito, construir um telescópio espacial, como o HST, resumia-se em redesenhar um *satélite espião* que olhasse para cima e não para baixo. Essa opinião dos militares, que conheciam o quanto o governo norte-americano havia gasto, utilizando espelhos de 1 até 2,40 metros de diâmetro, em geral construídos na indústria óptica francesa REOSC para os satélites espiões, nada significava em relação aos recursos que seriam dispendidos para transformar em realidade o *sonho de Spitzer*. Tal parece ser a razão pela qual escolheu-se para diâmetro do primeiro telescópio espacial, o Hubble, esse valor limite adota-

do pelos militares em seus satélites espiões. Por outro lado, os desenvolvimentos tecnológicos exigidos pelos astrônomos seriam de grande utilidade no aperfeiçoamento dos satélites com fins militares.

Na realidade, comportam-se muito ingenuamente os brasileiros que, lutando pelo desenvolvimento da pesquisa espacial no Brasil, não desejam uma cooperação recíproca entre esses dois setores, talvez desconhecendo que a astronomia em raios-gama, bem como toda a tecnologia de detectores fotoelétricos ultrassensíveis em infravermelho, atualmente usados pelos astrônomos em suas observações, surgiu em laboratórios militares e/ou foi financiada pelos recursos provenientes dos ministérios de defesa, como ocorreu com o astrônomo francês André Lallemand (1904-1978) que, no Observatório de Paris, durante vários anos, recebeu recursos do Ministério da Marinha para desenvolver a sua famosa câmara, imprópriamente designada entre os leigos no Brasil de *telescópio eletrônico*, bem como as suas ultrassensíveis fotomultiplicadoras, que permitiram importantes estudos

sobre o brilho das estrelas muito tênues, sem contar as vantagens da aplicação dessas técnicas à medicina e à televisão.

As pesquisas realizadas, com recursos militares, no Observatório de Bordeaux, com a pesquisa fotométrica e, no Observatório de Cerqueira César, com telemetria a laser, destinavam, no primeiro, a detectar os satélites espiões e, no segundo, visavam a atingir alvos, técnica mais tarde aplicada à Guerra nas Estrelas. A concepção de óptica adaptativa - a mais avançada tecnologia de observação astronômica capaz de compensar a agitação atmosférica - foi inicialmente desenvolvida pelos militares para aperfeiçoar as emissoras de raios laser, destinados a destruir os satélites artificiais inimigos no projeto da Guerra nas Estrelas.

PESQUISA MILITAR, UMA NOVA VISÃO DE SUA APLICAÇÃO ÀS INDÚSTRIAS CIVIS.

Até o fim dos anos 70, raciocinava-se em relação à pesquisa e ao desenvolvimento militar como um fator de estímulo ao aparecimento de novas tecnologias

aplicadas às indústrias civis. Essa noção de *subprodutos tecnológicos*, oriundos das pesquisas realizadas pelas indústrias militares, mostrava a enorme vantagem dos benefícios indiretos dos gastos com as pesquisas de natureza militar à sociedade civil. Essa tese dos subprodutos, ou melhor do papel da pesquisa voltada para fins militares como um agente estimulador no plano tecnológico, permaneceu por diversos anos solidamente aceita, com base na justificativa segundo a qual eram enormes os subprodutos civis gerados a partir das pesquisas militares.

Em 1987, o ministro francês da Defesa, André Giraud ao apresentar o seu programa militar justificou-o como uma *locomotiva da tecnologia industrial*, numa referência direta às idéias sustentadas com base no *modelo norte-americano*.

Na realidade, a história industrial no período de 1950-1965 foi significativamente marcada por uma sucessão de importantes adaptações, - quase direta e a custos muitos baixos de produtos fabricados com objetivos militares. As demandas militares, criadas e concebidas por uma indús-

tria que funcionava em um mercado exclusivo e protegido, permitiam o desenvolvimento e a produção de produtos industriais aplicáveis às atividades civis.

Aliás, desde os anos 60, a astronáutica e a aeronáutica forneceram muitos exemplos desse tipo de situação. Na aeronáutica, podemos citar o exemplo do Boeing 707, que derivou diretamente do abastecedor militar KC135. O surgimento do Boeing 747 e do DC 10 só foi possível graças às tecnologias desenvolvidas para o avião de transporte que a força aérea dos EUA lançou alguns anos antes. Ao contrário desse tipo de adaptação, oriundo de produtos militares, aconteceu também a criação de produtos provenientes das demandas militares, como ocorreu na indústria de computadores e de componentes eletrônicos que cresceram, no início, graças às subvenções, às pesquisas e ao desenvolvimento que serviam aos mercados exclusivamente militares. No final dos anos 60, cerca de 50% dos gastos com pesquisas e desenvolvimento da indústria de calculadoras eletrônicas foram subvençionados pelo Departamento de Defesa dos EUA.

O desenvolvimento dos circuitos integrados esteve em grande parte associado à história da planificação criadora e às técnicas ousadas desenvolvidas pela Força Aérea dos EUA. Foram os créditos de pesquisas e as encomendas militares que permitiram às empresas como a Westinghouse, e depois a Texas Instrument e a Fairchild, assumirem o papel de líderes mundiais no setor dos componentes eletrônicos.

Os satélites de telecomunicação espacial, origem dos mais avançados meios de navegação virtual, derivaram diretamente dos satélites artificiais. De início desenvolvidos exclusivamente para fins militares, os satélites têm atualmente uma ampla aplicação em todos os setores da vida civil. Urge acen-
tar que a astronáutica surgiu com recursos orçamentários exclusivamente estatais, pois a iniciativa privada não imaginou que o espaço fosse um dia fonte de lucro, como ocorre hoje com as telecomunicações e as empresas de transporte espacial, como a Ariane, financiada exclusivamente com capital privado.

Com o crescimento da indústria eletrônica japone-

sa, durante o decênio de 1970, assim como o acentuado desenvolvimento das empresas Philips e Siemens, o papel motor das mudanças técnicas mais importantes passou do setor militar para o mercado civil. Em consequência, nos anos 80, nos EUA, a noção de *subproduto tecnológico* começou a ser abandonada e ganhou vida a idéia da *tecnologia de uso duplo (dual - use technology)*, segundo a qual as tecnologias têm aplicações e finalidade duplas sejam elas civis e/ou militares. Essa expressão, tecnologia de uso duplo, surgiu associada à perda de competitividade industrial bem como em virtude do enfraquecimento do domínio tecnológico dos EUA em relação às indústrias eletrônicas japonesas e alemães, especialmente em relação às novas tecnologias de natureza genérica, como ocorreu com o advento da microeletrônica. Na realidade, essa revolução em relação à noção dos *subprodutos tecnológicos*, mostrou a importância, para o comércio exterior dos EUA, de agir simultaneamente em duas frentes. Ao contrário do que se acreditava até então, o que de fato

acontecia era uma, guerra de duas frentes (*two front war*) - uma contra a URSS no plano estratégico e outra contra o Japão e os outros países industrializados,

A astronáutica surgiu com recursos orçamentários exclusivamente estatais, pois a iniciativa privada não imaginou que o espaço fosse um dia fonte de lucro, como ocorre hoje com as telecomunicações e as empresas de transporte espacial, como a Ariane, financiada exclusivamente com capital privado.

no plano comercial. Em consequência, surgiu uma reorganização da política do Departamento de Defesa dos EUA, que não se viu reduzido no seu papel mas, ao contrário, redirecionalizado. Assim, em 1981, criaram-se duas listas de tecnologias críticas, um autêntico desmembramento da indústria militar, ou melhor, uma reorientação da política do Departamento de Defesa. A primeira lista de tecnologias militares emergentes (*Military Emergent Technology Awareness - METAL*), tem como finalidade a possibilidade de permitir que o Departamento de Defesa indique as tecnolo-

gias emergentes que devem ganhar grande importância nos próximos anos. A segunda lista, Lista Militar de Tecnologia crítica (*Militar Critical Technology List - MCTL*),

é autêntico catálogo que comprehende todas as *tecnologias de uso duplo* (microeletrônica, informática, aerospacial, nuclear, óptica, lasers, telecomunicações, etc.) que são suscetíveis de serem objetos de controle e interdição de exportações.

Em consequência dessa nova visão, o Departamento de Defesa deu mais ênfase à sua agência de pesquisa de projeto de defesa avançada (*Defense Advanced Projects Research Agency - DARPA*) que, com apoio do Congresso do EUA, montou um programa de pesquisa e desenvolvimento com participação de empresas norte-americanas que não estavam regularmente associadas às indústrias militares, como aquelas que se ocupam da produção informatizada e da criação de robôs. Tal cooperação, da qual participam as maiores empresas norte-americanas de eletrônica, tem como objetivo tentar recuperar e manter o primeiro lugar entre as indústrias de com-

ponentes. Na realidade, visa a auxiliar a pesquisa em setores designados como de *tecnologia crítica*, como a das telas de alta definição, supercondutividade, componentes ultra-rápidos, inteligência artificial etc.

IMPORTÂNCIA DA ASTRONOMIA NA HISTÓRIA MILITAR

Diversos eventos da História Militar, em particular nos da Segunda Guerra Mundial, foram determinados em função das condições astronômicas. Os momentos desses eventos, sejam eles fugas, invasões, desembarques e ataques, foram programados em função das condições de iluminação lunissolar, da intensidade das marés e da época das festas estabelecidas com base num calendário lunar.

De início, pode-se pensar que a melhor condição para um combate ocorre na lua nova, numa ação secreta, ou na lua cheia, se o campo é mal conhecido. De fato, a lua cheia fornece luz durante toda a noite. Nessa ocasião o nosso satélite nasce próximo ao pôr-do-sol, início do crepúsculo, alcança o seu ponto mais alto

acima do horizonte à meia-noite e, finalmente, põe-se próximo do nascer do sol. Ainda melhores podem ser as condições criadas por uma lua gibosa, diversos dias depois da lua cheia. Nessa fase, a Lua nasce depois do anotececer, transita pelo meridiano local depois do meio-dia, permanecendo brilhante e relativamente alta no céu até o amanhecer.

Alguns ataques exigiram uma noite com iluminação lunar especial, uma lua gibosa, como durante o ataque de *Pearl Harbor*, no Havaí, em 7 de dezembro de 1941.

A grande batalha de *El Alamein*, em 23 de outubro de 1942, no norte da África, foi programada para ocorrer, durante a lua cheia, de modo que os engenheiros afiados pudessem usufruir da luz adicional que os ajudasse a cruzar o extenso campo minado que defendiam as posições alemães. Ao contrário, alguns assaltos, como a *batalha de Bulge*, em 16 de dezembro de 1944, ocorreram em noite sem lua, para tomar a ação mais clandestina. Com esse mesmo objetivo de trabalhar na calada da noite, aproveitou-se para programar a ação militar durante a lua nova,

levando em conta a ocorrência, nessas épocas, das marés de sizigias, quando se produzem as marés mais altas e, portanto, as mais favoráveis a uma ação como a de desembarque. Assim, é possível ultrapassar uma maior extensão de praia com menor esforço dos soldados, que, em suas embarcações, podem atingir um ponto mais avançado da costa, onde pretendem estabelecer uma cabeça de praia, base fundamental para todas as ações subsequentes ao desembarque.

Além das condições de iluminação lunar, é necessário escolher a posição que a Lua se encontra em relação à Terra, quando ocorrem as marés de águas-vivas ou de águas-mortas. Assim por exemplo, durante as marés de águas-vivas, que acontecem duas vezes por mês, em virtude de estar a Lua na sizigia, ou seja, na lua nova ou na lua cheia, são mais fáceis os desembarques, como muito bem sabem os marinheiros há séculos. Aliás, como nos ensinam todos os livros de astronomia elementar, as forças das marés provêm da ação da Lua e do Sol, que, associados entre si, podem aumentar, ou melhor, intensificar os seus efeitos. No entanto, não são

bem conhecidas as *marés de perigeu*, também muito mais intensas que as anteriores, e que também ocorrem mensalmente, quando a Lua se encontra mais próxima à Terra (perigeu). Se o instante do perigeu vier a coincidir com a sizígia, temos as marés de águas-vivas perigeanas, as mais altas que podem ocorrer durante o ciclo lunar.

Em oposição às marés de sizígias, podem ocorrer justamente o oposto, ou seja, às marés de águas mortas ou marés de quadraturas que acontecem duas vezes por mês, próximo ao quarto-crescente ou ao quarto-minguante. Acentuando ainda mais a vazante, existem as *marés de apogeu* que ocorrem uma vez por mês, quando a Lua se encontra mais afastada da Terra (apogeu). Se esse momento de águas-mortas coincidir com o das marés de apogeu, o efeito conjunto fará com que o nível do mar seja o mais baixo possível. Tanto uma condição como a outra podem ser fundamentais para o sucesso de um desembarque anfíbio.

A ação conjunta militar das forças anglo-americanas, comandadas pelo general Eisenhower, que provocou a ruptura da frente alemã e possibilitou aos aliados atin-

girem o centro da França, teve a sua data programada em função da Lua. Com efeito, o desembarque da Normandia, a 5 de junho de 1944, foi escolhido com base na lua cheia do dia 6 de junho e no perigeu do dia 11 de junho. Como se tratava de um desembarque anfíbio, com apoio de tropas aerotransportadas de pára-quedistas lançados nas retaguardas alemães, optou-se pela lua cheia, pois o luar e as marés de sizígias facilitavam tanto o desembarque marítimo como o aéreo.

A invasão da costa normanda pelas tropas anglo-americanas e canadenses, *Operação Overlord*, foi minuciosamente estudada durante longos meses em sigilo absoluto, quanto às condições meteorológicas, às influências lunares (iluminação e maré) e à frente de ataque a ser escolhida. A invasão foi precedida de uma eficaz preparação aérea sobre a Europa Central, de 2 a 6 de junho de 1944, quando a Lua se encontrava em sua fase gibosa, como no ataque de Pearl Harbor. Essa luz lunar permitiu visualizar melhor as fortificações alemãs do muro do Atlântico, desde Cherbourg ao Passo de Calais. A invasão, mar-

cada para 5 de junho, foi adiada em virtude das tempestades. Uma frente de 80km desembarcou, às 6h30min, de 6 de junho, quando foram lançadas de pára-quedas três divisões aerotransportadas, ao mesmo tempo que se efetuava o desembarque de cinco divisões conduzidas a bordo de 4.266 navios de transporte, escoltados por 722 navios de guerras. Quatro mil barcaças de desembarque e mais de 11 mil aviões estiveram em ação. Não houve resistência aérea, pois os aliados haviam reduzido ou quase aniquilado a força aérea alemã (Luftwaffe). No período de 7 a 11 de junho, data do plenilúnio ao perigeu, antes que os alemães pudessem reagir, as tropas desembarcadas se juntaram às aerotransportadas. Uma cabeça-de-ponte contínua se estabeleceu de Montebourg ao norte de Caen, quando 325 mil homens puderam desembarcar, graças aos portos artificiais e cais flutuantes que tinham o nome cifrado de *Mulberry*.

No Brasil, desde a época colonial, a colaboração dos militares foi fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico, assim como para as atividades de ensino e cultura. 

Sociologia: Um desconvite?¹

Peter L. Berger*

A sociologia tem um amplo escopo - o estudo de todos os aspectos da sociedade humana - e seus pensadores mais influentes têm aplicado à disciplina métodos rigorosamente científicos.

Em fins do século passado, Émile Durkheim preconizou o uso da objetividade; poucas décadas mais tarde, Max Weber demonstrava que a pesquisa poderia levar a teorias de grande alcance sobre culturas; e os mais destacados sociólogos americanos deste século, inclusive o estudioso contemporâneo Peter Berger, valorizam o trabalho empírico de campo e os estudos comparativos. Mas agora Berger lamenta que sua disciplina esteja correndo o risco de perder seu inestimável legado, porque os sociólogos de hoje se mostram incapazes de ver grandes tendências e relutam em abrir mão da advocacia partidária em seus escritos. Ele sustenta que a revitalização do campo está na volta às raízes: tentar compreender as complexidades e mudanças da cultura moderna.

Para reconquistar seu impacto, a sociologia precisa voltar à sua vocação original de estudar temas importantes de forma não preconceituosa.

A modernização é a grande força transformadora do mundo de hoje, mas, não é um processo uniforme. Eis porque a sociologia, a disciplina por excelência da modernidade, tem de ser comparativa.

Verifico, nesta altura da vida, que tenho poucos sinais em minha identidade de sociólogo. Se perguntado sobre minha disciplina acadêmica, costumo responder

por rotina com essa identificação. Mas ela tem pouco a ver com o que faço ou com o que considero que sou. Dedico escassa atenção aos assuntos em que se engajam

as pessoas do ramo. E atrevo-me a dizer que elas me devolvem as expressões na mesma moeda. Estamos quietos. Mas às vezes sou lembrado do fato de que em

* Diretor do Instituto para o Estudo de Cultura Econômica na Universidade de Boston, Berger é também conhecido por seus estudos sobre religião. Os 12 livros de sua autoria incluem *Invitation to Sociology* (1963) e *The Capitalist Revolution* (1986) (A Revolução Capitalista. Itatiaia. 1992).

¹ Texto transcrito, com permissão de Transaction Publishers, em Society © 1992 by Transaction Publishers. Tradução de José Lívio Dantas. Selecionado pelo PADEC EME (Programa de Atualização dos Diplomados da ECEME).

minha impetuosa juventude andei convidando um tanto encarecidamente, tanto em meus escritos quanto em minhas aulas, outras pessoas a estudarem essa disciplina. Será que devo me arrepender do gesto? Ou preciso emitir um desconvite solene para não mais ser responsável por outros estudantes inocentes que se deixem seduzir pelo que poderia ser perfeitamente considerado uma empresa falida? Creio que a resposta a ambas as perguntas só pode ser um amável não: não, porque continuo a pensar que o tipo da sociologia que adoguei outrora é tão válido hoje quanto sempre o foi - e amável, porque estou ciente do fato de que isso não é o que a maioria dos que se dizem sociólogos está realmente fazendo.

É um truismo dizer que vivemos num tempo de profundas e rápidas mudanças. E estas são apenas uma fase acelerada das grandes transformações ocasionadas pelo processo de modernização que se deu primeiro na Europa e depois, em grau crescente, por todo o mundo. É instrutivo relembrar que a sociologia como disciplina surgiu precisamente como um esforço para compreender

tão vastas transformações e, se possível, exercer controle sobre elas. Foi esse evidentemente o caso nos três países em que surgiram diferentes tradições sociológicas - França, Alemanha e Estados Unidos. Compreender e até controlar a modernidade - eis uma proposta terrível! Não admira, pois, que os primeiros mestres da sociologia tenham sido indivíduos de impressionante poder intelectual e, em muitos casos, de poder pessoal. Seria tolice querer que seus sucessores, remontando-se a uma linha de várias gerações acadêmicas, possuíssem características comparáveis. Mas seria de esperar uma certa continuidade de postura intelectual, uma continuidade se não na substância, pelo menos na forma. É difícil afirmar que esse seja o caso. A sociologia em seu período clássico - mais ou menos entre 1890 e 1930 - tratou das *grandes questões* do tempo; hoje, ela parece evitar essas questões e, quando não as evita, delas se ocupa de forma excessivamente abstrata. Os sociólogos clássicos cuidavam de olhar objetivamente para a realidade social, sem consideração aos próprios preconceitos ou desejos (coisa que

Max Weber resumiu no mal-sinado conceito de *valor-espontaneidade*); hoje, são inúmeros os sociólogos que se vangloriam de não-objetividade e de advocacia partidária. Em determinado momento a sociologia nos Estados Unidos teve a intenção de cultivar um empirismo robusto, que Louis Wirth definiu como sendo a disposição *de alguém sujar as mãos na pesquisa* e que também poderia ser denominado como o cultivo de um nariz sociológico. Hoje não poucos sociólogos se orgulham da qualidade abstrata e antisséptica de sua obra, algo comparável à caprichosa construção de modelos de economistas teóricos. Seria interessante saber se essas pessoas entrevistaram alguma vez um ser humano vivo ou se participaram algum dia, com curiosidade, de um acontecimento social ao vivo.

Chamarei a atenção para estas preocupações à luz de quatro importantes acontecimentos ocorridos a partir da Segunda Guerra Mundial. Cada um desses acontecimentos pegou muitos sociólogos, para não dizer a totalidade, de completa surpresa. E o que é mais grave, mesmo depois desses acon-

tecimentos terem se mostrado ostensivamente às claras, os sociólogos se consideraram incapazes de explicá-los ou de lhes dar sentido dentro da moldura de uma teoria sociológica. Dada a importância desses fatos, o fracasso da sociologia em prevê-los ou ao menos em apreendê-los indica que algo aqui está realmente errado.

Caso um. Em fins dos anos 60 e início dos 70 ocorreu uma revolta cultural e política nas grandes sociedades industrializadas do Ocidente. Foi uma surpresa total. Visto pelas lentes da sociologia convencional, o acontecimento, apresentou uma questão torturante: como podia ser que algumas das pessoas mais privilegiadas da terra, e até mesmo da história, se voltassem violentamente contra a própria sociedade que as fizera assim tão privilegiadas? Volvendo-se para a sociologia americana, como era ensinada então e como ainda o é em inúmeros cursos universitários, constata-se a proposição de que as pessoas se tornam mais conservadoras na medida em que se tornam mais ricas. Tal proposição pode ter sido perfeitamente

válida até o aparecimento do fato acima mencionado. Mas certamente não era válida quando ocorreu aquele cataclisma político-cultural, como já não o é hoje. Ao contrário, tanto na política como na cultura os movimentos *progressistas* têm sido socialmente localizados na afluente classe média alta – a Nova Esquerda, os movimentos antibélicos, o feminismo, o ambientalismo, etc.

Sociólogos de esquerda têm tentado, sem sucesso algum, forçar o fenômeno para dentro de categorias marxistas como a *proletarização da classe média*. Por outro lado, colegas mais *burgueses* resmungam qualquer coisa sobre *política de status*. Mas provavelmente a melhor interpretação é a de que os sociólogos em sua maioria eram nada mais nada menos que parte do fenômeno. A geração que ingressou na profissão naqueles anos, hoje oscilando pela meia-idade estável, tinha adornados no coração todos os sinais liberais de paz. Para eles, aquele era e ainda é um conflito entre bons e maus rapazes – embora os bedéis politicamente corretos tenham mudado um pouco. As pessoas relutam em aceitar explicações

sociológicas sobre seus próprios atos – mesmo que sejam sociólogos profissionais. Em outras palavras, o fracasso da sociologia em apreender esse desenvolvimento deve-se, em grande parte, a antolhos ideológicos.

Caso dois. Uma das transformações fundamentais no mundo contemporâneo é a rápida ascensão econômica do Japão e de outros países do Leste asiático. O que acontece aí não é simplesmente um milagre econômico de enormes proporções, ocorrendo em velocidade vertiginosa, mas o primeiro exemplo de modernização bem sucedida num contexto cultural não-occidental, que deveria ser de especial interesse para os sociólogos. Dito de maneira simples, o Japão é importante para a compreensão ocidental não tanto do Japão como do próprio Ocidente. Novamente aqui, ninguém esperava a ascensão da Ásia oriental. Numa conferência que se realizou nos anos 50 e da qual alguns participantes ainda se recordam sem muitas saudades, foi unânime a concordância de que o confucionismo era um dos obstáculos mais temíveis ao desenvolvimento

da Coréia do Sul e das sociedades chinesas. Hoje é comum citar-se esse legado cultural como uma das causas do sucesso econômico do Extremo Oriente.

A teoria da modernização vacilou na esteira do final dos anos 60, quando ela foi completamente desacreditada como uma ideologia do imperialismo ocidental. Enquanto isso, sociólogos esquerdistas se ocupavam em dar nascimento à chamada teoria da dependência, segundo a qual o capitalismo perpetua necessariamente o subdesenvolvimento; a solução, é óbvio, estava no socialismo. Há uma bizarra sincronização entre desenvolvimento empírico e desenvolvimento teórico. Mesmo quando o Sudeste asiático estava explodindo numa prosperidade e num desenvolvimento econômico espantoso, ao tempo em que todas as sociedades socialistas afundavam na estagnação irremediável, sociólogos em número cada vez maior continuavam a proclamar obediência a uma teoria condenada.

Com toda franqueza, meu segundo caso não se parece muito com o primeiro, já que de fato tem havido um considerável esforço por parte dos sociólogos

para compreender o fenômeno, ainda que não o tenham previsto. É uma tarefa ingente modificar o conceito de sociedade moderna, tal como ele se desenvolveu a partir, digamos, de Max Weber até Talcott Parsons, com critérios a serem obtidos da nova modernidade não-ocidental.

Esta é realmente uma *grande questão*. É uma questão nada consentânea com pessoas cuja perspectiva é paroquialmente etnocêntrica e que se agarram a métodos que não se prestam às *grandes questões*. O que aqui se requer é uma sociologia de índole clássica, fundamentada num conhecimento da história metodologicamente flexível e imbuída de um espírito cosmopolita sempre curioso sobre todas as manifestações da vida humana. Sociólogos que praticam seu ofício com tal índole, é escusado dizer, já não são encontrados com muita facilidade. Pior ainda, pode-se afirmar que tanto a formação como o sistema de recompensa da profissão são habilmente destinados (ainda que talvez sem essa intenção) a impedir que tais pessoas surjam.

Caso três. Outro conceito que parecia muito bem

consolidado nas décadas de 1950 e de 1960 era a chamada teoria da secularização. Em breves palavras, essa teoria postula a noção de que a modernização traz necessariamente consigo um declínio da religião na vida humana, não só em termos de instituições sociais como também de consciência individual. Tal noção tem uma longa história no pensamento ocidental, remontando pelo menos ao iluminismo do século XVIII, para não dizer a mais longe. A modernidade, erigida sobre os fundamentos da ciência e da tecnologia, acarretou uma mentalidade cada vez mais racional que já não considerava plausíveis as interpretações religiosas, presumivelmente irracionais, do mundo.

Deixando de lado o pressuposto questionável quanto à irracionalidade da religião, a teoria da secularização parecia baseada na evidência empírica e era, consequentemente, aberta à falsificação empírica. Por volta do final da década de 1970, ela havia sido bastante falsificada. Acontecia, para começar, que essa teoria teve muita substância empírica. Era e continua a ser válida numa única região do mundo, a Europa, em

poucos territórios espalhados e numa camada bastante rarefeita de intelectuais de formação ocidental dispersos por toda parte. O resto do mundo continua sendo tão fervorosamente religioso como sempre foi, e até bem mais do que foi antes neste século.

O que tornou essa teoria completamente insustentável foi o ressurgimento evangélico na América durante os anos 70, primeiro induzido à atenção geral pela candidatura à presidência, em 1976, de Jimmy Carter, um seguidor da Igreja Batista do Sul e, um pouco mais tarde, pelo ruidoso aparecimento da organização política *maioria moral* e grupos semelhantes. De repente, tornou-se óbvio que a sociedade americana, embora fosse um fato pouco observado nos meios intelectuais, continha milhões e milhões de cristãos *renascidos* e que, em ritmo alarmante, eles continuavam a crescer cada vez mais, enquanto as igrejas de linha tradicional entravam num vertiginoso processo de declínio demográfico. O fenômeno evangélico serviu para pôr em destaque um fato mais fundamental: a América diferia da Europa exa-

tamente pela mentalidade religiosa.

Afora os Estados Unidos, entretanto, o acontecimento que sacudiu a teoria que vincula a modernização à secularidade foi a Revolução Iraniana de fins da década de 1970. Mais uma vez saltou aos olhos um acontecimento grave que, teoricamente, não deveria ter ocorrido de forma alguma. A partir de então, surtos religiosos de toda espécie vêm pipocando por todo o mundo. E os sociólogos de todas as colorações continuam a ser confundidos. Sejam ou não politicamente de esquerda, eles sofrem de antolhos ideológicos quando o assunto é religião, e a tendência então é das fartas explicações. Mas, ideologia à parte, o paroquialismo é aqui também um fator importante. Os sociólogos vivem em ambientes realmente secularizados - academias e outras instituições da indústria de conhecimento profissional - e parece que não são mais imunes que os não sociologicamente instruídos ao equívoco comum de que se pode generalizar sobre o mundo a partir do cantinho de cada um.

Caso quatro, finalmente. Este se refere ao surpreen-

dente colapso do império soviético e ao que parece, pelo menos por ora, o colapso mundial do socialismo, tanto como realidade quanto como idéia. Seria injusto singularizar os sociólogos. Assim como ninguém previu essa revolução (nem mesmo os batalhões de sovietólogos de carteirinha), assim também todo mundo está tendo grande dificuldade em compreendê-la dentro de uma estrutura teórica que faça sentido. Não obstante, é lícito afirmar que os sociólogos, mesmo aqueles com relevantes especializações regionais, não eram melhores que qualquer outra pessoa para prever o acontecimento, como não são melhores hoje para avaliá-los. Cabe imaginar o que eles farão em anos vindouros.

O colapso do império soviético e a crise mundial do socialismo apresentam um enorme desafio ao entendimento sociológico da modernidade. O que se quer é um meticoloso repensar da relação entre instituições econômicas, políticas e sociais numa sociedade moderna. E aqui me lembro do antigo chiste que diz: *se você não serve para nada, mesmo assim serve de mau*

exemplo. Para a teoria sociológica, *maus* exemplos como o socialismo são tão úteis quanto os *bons* exemplos. A questão mais interessante não é saber porque as sociedades comunistas se espatifaram, mas saber porque não ocorreu isso com as do Ocidente. É esse um ponto teórico básico que demasiado sociologismo tem desprezado sistematicamente: o *problema* não é desorganização social, mas organização social – casamento e não divórcio, adesão à lei e não crime, harmonia social, e assim por diante. Podemos admitir com segurança que o padrão humano comum é infidelidade, violência e ódio. Essas manifestações da natureza humana quase não precisam de explicação; esta é necessária naqueles casos em que as sociedades surpreendentemente conseguem reprimir tais propensões.

O que é que esses quatro casos realmente revelam sobre o que molesta a sociologia hoje? Pode-se apontar para quatro sintomas: paroquialismo, trivialidade, racionalismo e ideologia. Cada um deles é aleijante. E a combinação de todos é simplesmente mortal. Se se lan-

ça um olhar para a obra de grandes sociólogos clássicos, com Max Weber e Émile Durkheim na liderança, logo vem à lembrança a máxima do fundador do metodismo, John Wesley: *O mundo é minha paróquia*. Poucos sociólogos poderiam dizer isso hoje, e aqueles que o fazem muito frequentemente denunciam uma embaraçosa falta de profundidade histórica.

Em debate está muito mais do que mera tendência em favor de um tipo de cosmopolitismo sofisticado. Uma pessoa pode ser um excelente médico sem jamais ter posto os pés fora da própria sociedade; mas sei que não acontece o mesmo com um sociólogo. E a razão para isso é simples. A modernização é a grande força transformadora do mundo de hoje, mas não é um processo mecânico uniforme. Toma diferentes formas e evoca diferentes reações. Eis porque a sociologia, a disciplina por excelência para buscar compreender a modernidade, tem de ser necessariamente comparativa.

Era esse, como se sabe, um dos critérios fundamentais de Weber; e é hoje mais relevante do que nunca. Por isso, os sociólogos têm de

olhar para o Japão a fim de compreender o Ocidente, para o socialismo a fim de entender o capitalismo, para a Índia a fim de compreender o Brasil, e assim por diante. Paroquialismo em sociologia é muito mais do que uma deficiência cultural: é a fonte de falhas mutílantes de percepção.

Também a trivialidade é fruto do paroquialismo, mas no caso da sociologia a raiz mais importante é metodológica. Essa doença da disciplina remonta mais ou menos aos anos 50. Num esforço inútil e teoricamente equivocado para imitar as ciências naturais, os sociólogos desenvolveram métodos quantitativos de pesquisa cada vez mais refinados. De si mesmo, não há nada de errado nisso. A sociologia encerra um bom número de questões que precisam de pesquisa tipo levantamento; e quanto melhores forem os métodos quantitativos, mais confiáveis serão as conclusões. Mas nem todas as questões sociológicas exigem essa abordagem, e algumas são de tal caráter que exigem abordagens qualitativas diferentes.

Como ciência, a sociologia será necessariamente um

exercício de racionalidade. Mas vai uma grande distância entre esse exercício e admitir que a ação social comum seja guiada pela racionalidade. A disciplina da economia repele a participação com esse critério e continua a operar como um modelo altamente racional. Como consequência, repetidas vezes deixa espetacularmente de compreender, quanto mais de prever, a dinâmica do mercado. Não são poucos os sociólogos que procuram rivalizar com a economia, adaptando modelos teóricos baseados no *paradigma da ação-racional* à sua própria disciplina. Podemos com segurança prognosticar que os resultados intelectuais dessa proposta serão muito parecidos com os da economia. Sim, a sociologia é uma disciplina racional; toda ciência empírica o é. Mas precisa não cair no erro fatal de confundir a própria racionalidade do mundo.

Tal crítica corresponde em certo grau àquelas feitas por C. Wright Mills no livro *The Sociological Imagination* (1959). Mills que faleceu em 1962, escreveu antes que a maré ideológica de fins da década de 1960 dominasse o campo. Não po-

demos saber o que Mills teria feito se tivesse vivido durante aquele período. Sabemos entretanto, o que fizem muitos dos seus leitores, especialmente aqueles que ficaram mais impressionados com suas críticas. Mergulharam num delírio ideológico, em grande parte moldado em pressupostos marxistas, que pareciam fornecer remédios para todas as doenças do campo. Essa escola proporcionou uma orientação teórica que certamente tratou de *grandes questões* e assim o fez num arcabouço internacional de referência (nada menos que *sistemas mundiais*). Mas não se entusiasmou muito com métodos quantitativos e, por fim, enquanto se considerava como sendo rigorosamente científica, também admitia que quase todo mundo estava se deixando afigir por *falsa consciência*.

As respostas às *grandes questões* acabaram, infelizmente, por se revelar errôneas, e o mundo se recusou a comportar-se da forma que a teoria prognosticava. A pior consequência da ideologização da disciplina, que ocorreu nos anos 60 e 70, é a crença persistente de que a objetividade e *valor-espon-taneidade* são impossíveis, e

que os sociólogos, comprendendo tal coisa, teriam de expressamente agir como advogados.

Tal postura não se restringe de modo algum à Esquerda. Nas grandes disputas metodológicas durante o período clássico da sociologia, especialmente na Alemanha, eram pensadores de Direita que assumiam muito vigorosamente essa posição. O antídoto ao *falso ideal* de objetividade era uma *ciência alemã* e a formulação mais elegante de ciência de advocacia partiu, nada mais nada menos, que de um personagem e propagandista nazista chamado Josef Goebbels - *A verdade é aquilo que é bom para o povo alemão*.

Na medida em que a Esquerda declina na vida intelectual americana, se é que está declinando, outras ideologias podem ser observadas adotando a mesma postura de subjetividade que transforma a ciência em propaganda e demarca, onde quer que ela seja adotada, o fim da ciência. Feministas e multiculturalistas são hoje os grandes representantes dessa postura nas ciências sociais americanas, mas podemos esperar, com certeza, que outros apareçam. Pode

ser até que alguns sejam de Direita.

Diagnosticando-se a condição da sociologia, não se deve considerá-la em isolamento. Seus sintomas tendem a ser aqueles que normalmente atormentam a vida intelectual. E não se pode dizer que outras ciências humanas estejam em melhor forma. Em sua maioria, os economistas são cátivos de pressupostos racionalistas, enquanto quase todos os cientistas políticos parecem cair na mesma armadilha.

A sociologia não é tanto um campo como uma perspectiva. Se essa perspectiva inexistir, nada restará. Assim pode-se estudar a economia, o sistema político e os hábitos de acasalamento dos samoanos a partir de perspectivas diferentes, uma das quais é a sociologia. A perspectiva sociológica introduziu-se na instrumentação cognitiva da maioria das ciências humanas com grande sucesso. São poucos os historiadores que de alguma forma não tenham incorporado uma perspectiva sociológica em sua obra. Ao contrário dos outros cientis-

tas humanos, os sociólogos não podem reivindicar um território empírico específico como próprio. O que eles têm a oferecer é quase sempre uma perspectiva. As doenças é que efetuam precisamente a dissolução dessa perspectiva, por aí tornando obsoleta a sociologia.

Poder-se-ia argüir que tal obsolescência não constitui um grande desastre intelectual, uma vez que o que a sociologia tinha originalmente a oferecer já se encontra em grande parte integrado ao corpo de outros campos. Mas quando se olha para esses campos, não se pode senão chegar à conclusão de que eles precisam desesperadamente de uma boa dose de sociologia, tal como a disciplina era compreendida em seu período clássico, e não só migalhas e pedacinhos de erudição sociológica que tenham sido assimilados. Em outras palavras, há bons motivos intelectuais para que uma pessoa não deva aplaudir a possível defecção da disciplina.

Será que esse destino pode ser evitado? Tenho cá minhas dúvidas. Na verda-

de, a patologia já está muito aprofundada. É possível sugerir algumas condições para uma reversão de estado: uma sociologia que retorne às grandes questões da era clássica, que seja cosmopolita e metodologicamente flexível, e que seja também enfática e militante-mente antiideológica. Mas o que dizer das exigências institucionais para uma tal reversão? É óbvio que ela não poderá ser realizada por conferências, manifestos ou outras diligências intelectuais efêmeras. O ressurgimento da disciplina terá de basear-se em um ou mais dos programas acadêmicos nos quais os sociólogos sejam formados em universidades provavelmente (ou lamentavelmente) de elite. E o processo terá de ficar nas mãos de pessoas mais jovens, aquelas que tenham duas ou mais décadas de vida profissional ativa à frente - porque é esse o tempo de que se precisará. Será que alguma coisa disso é possível? Talvez sim, talvez não. Mas um dos critérios fundamentais da sociologia clássica é que as ações humanas podem surpreender. ☀

A missão da ONU para a transição da administração da Eslovênia Oriental - UNTAES¹

Sérgio Luiz Cruz Aguilar*

Observador militar da ONU na ex-Iugoslávia, no período de 1995 e 1996, o autor discorre sobre o desenvolvimento da missão de paz das Nações Unidas nessa região, em particular na Eslovênia Oriental, setor de responsabilidade da UNTAES na qual ele atuou.

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

A História fez, da antiga Iugoslávia, um *país de fronteiras*. Por aquele território passaram as culturas romana, helênica, bizantina e otomana. Ali também se encontraram as religiões católica, ortodoxa e islâmica e os dois alfabetos, o latino e o cirílico. Naquela região permaneceu ainda, uma das mais duradouras fronteiras políticas da história, com os impérios otomano e austriaco.

A região começou a ser habitada pelos ilírios aproximadamente mil anos antes de Cristo. Foi conqui-

tada pelos romanos no século II a.C., posteriormente pelos bárbaros, até tornar-se parte do Império Bizantino.

No século VI d.C., tribos eslavas começaram a ocupar a Península Balcânica. A história então os fez trilhar caminhos diferentes. No século IX, os sérvios foram convertidos ao cristianismo bizantino e os croatas ao catolicismo. O rompimento dos bizantinos com o Papa, conhecido como *Cisma do Oriente*, em 1054, originou mais tarde a religião ortodoxa.

Enquanto os sérvios se tornavam hegemônicos na maior parte dos Balcãs, a

Croácia passou, de reino independente, a território anexado pelo Reino da Hungria e, posteriormente, parte do império dos Habsburgos.

Em meados do século XIV, os turcos conquistaram a região. Os sérvios foram derrotados na Batalha de Kosovo, fato que marcou o início da epopéia daquele povo pela autodeterminação. A vitória abriu caminho para os otomanos, que seguiram até a atual fronteira da Bósnia Herzegovina com a Croácia. Nessa região, os sérvios estabeleceram-se entre os turcos e os austriacos, criando uma fronteira militar conhecida como Krajina.

Nos territórios da Bósnia Herzegovina, a política da *Sublime Porta* de levar cri-

* Major de Infantaria.

¹ Selecionado pelo PADECEME (Programa de Atualização dos Diplomados da ECEME).

A MISSÃO DA ONU PARA A TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESLOVÉNIA ORIENTAL

anças para Istambul, onde eram islamizadas e passavam a integrar os exércitos ou a administração do Estado, aliada à certas regalias oferecidas aos que se convertiam ao islamismo, fez com que uma grande população eslava adotasse a religião muçulmana.

A dominação otomana começou a declinar no século XIX. Em 1830, os sérvios conseguiram autonomia e, em 1878, o Congresso de Berlim consolidou a independência da Sérvia. Ao mesmo tempo, os austro-húngaros conseguiram a administração do território da Bósnia Herzegovina e, em 1908, acabaram por anexá-lo, provocando reação contrária dos sérvios.

Surgiram grupos nacionalistas na Bósnia que lutavam pela libertação do jugo austriaco. O assassinato do arquiduque Ferdinando, herdeiro do trono austriaco, em Sarajevo, em julho de 1914, por um estudante sérvio bósnio, desencadeou acontecimentos que culminaram na Primeira Guerra Mundial.

Em 1918, formou-se o reino dos sérvios, croatas e eslovenos, que se transformou em república, liderada pelo marechal Josip Broz Tito, após a 2ª Guerra Mun-

dial, apesar das diferenças étnicas, religiosas e culturais existentes.

Até os anos 90, o Estado socialista iugoslavo dividiu-se politicamente nas repúblicas da Sérvia, Montenegro, Macedônia, Croácia, Bósnia Herzegovina e Eslovênia, e duas regiões autônomas da Vojvodina e de Kosovo. A população de 23.690 000 habitantes (senso de 1989) era etnicamente composta por: sérvios (36,3%); croatas (19,7%); muçulmanos (8,9%); eslovenos (7,8%), albaneses (7,7%); macedônios (6%) e montenegrinos (2,6%), além de várias outras minorias, que se espalhavam por 255 800 quilômetros quadrados, praticamente o tamanho do estado do Piauí.

O governo do Marechal Tito orientou seus atos no objetivo permanente de manter os *eslavos do sul* unidos. Dessa maneira, reconheceu a etnia e a nação muçulmana, a língua macedônia e deu *status* de província autônoma à Vojvodina e a Kosovo. Em 1974, uma nova constituição iugoslava deu substancial poder às seis repúblicas e às duas províncias autônomas (banco central, polícia, sistemas judiciais e educacionais separados).

O rompimento com Stálin, em 1948, e a criação do Movimento dos Países Não-Alinhados, em 1956, deram a Tito uma certa liberdade em suas relações tanto com o Ocidente como com seus vizinhos da *Cortina de Ferro*. Esse relacionamento permitiu a obtenção de recursos para o desenvolvimento do país, a expansão industrial e a manutenção de um nível social aceitável, colaborando para que as diversas etnias se mantivessem unidas.

Quando o crescimento econômico chegou a seu limite, as portas do exterior se fecharam e a dívida externa foi cobrada, o governo lançou mão da apropriação dos recursos coletivos do país.

A morte de Tito, em 1980, e o fim da União Soviética acabaram com alguns dos motivos que mantinham os iugoslavos unidos, os quais somados aos problemas econômicos, que evoluíram, foram suficientes para reacender antigos movimentos nacionalistas.

A GUERRA DE 1991 A 1995

Com a morte do marechal, passou-se a fazer uma

rotação anual da presidência entre os representantes de cada república. Mas o sistema deteriorou-se. O poder central começou a perder terreno para os governantes locais. Antigos comunistas passaram a ver, no ressurgimento dos nacionalismos, apoiados por forte propaganda, a única saída para se manterem no poder.

Partidos democráticos surgiram em todas as repúblicas e, nas eleições realizadas em 1990, ficou claro o apoio da população aos partidos nacionalistas. Esse apoio se confirmou nos referendos pela independência que se realizaram em seguida.

Em 1991, a Croácia, a Eslovênia e a Macedônia tornaram-se independentes, seguidos pela Bósnia Herzegovina, em 1992. A reação do governo nacional iugoslavo, sob o manto protetor dos sérvios da Croácia e da Bósnia, acabou levando o país à guerra que durou quatro anos.

A luta entre os exércitos e grupos paramilitares que se formaram e a *limpeza étnica* praticada resultaram num total de aproximadamente 250 mil pessoas mortas, um grande número de mulheres violentadas, pelo

menos 3 milhões de pessoas internamente deslocadas e cerca de um milhão de cidadãos que emigraram, entre eles cientistas e intelectuais. Ajudou, também, a despovoar regiões da Bósnia e da Croácia e a destruir cidades inteiras.

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a *Força de Proteção* (UNPROFOR) na Croácia, no início de 1992. Com a escalada do conflito na Bósnia, o mandato da missão foi estendido para aquele país, assim como para a antiga república iugoslava da Macedônia, ambas recém independentes.

Em 1995, a ONU reestruturou a missão, criando a *Força de Paz da ONU* (UNPF), que enquadrava: a *United Nations Confidence Restoration Operation* (UNCRO) na Croácia; a *United Nations Preventive Deployment Force* (UNPREDEP) na Macedônia, e a *United Nations Protection Force* (UNPROFOR), que teve seu mandato limitado ao território da Bósnia Herzegovina.

Com um efetivo que chegou a mais de 60 mil homens, a ONU conseguiu manter o conflito estabilizado, e adotou uma postura

mais humanitária. Com a falta de uma ação mais forte, não conseguiu, contudo, uma solução política e, apesar dos esforços, foi impossível implementar as inúmeras resoluções do Conselho de Segurança para a região.

Diversos planos de paz foram apresentados sem resultados, principalmente pela intransigência dos serviços da Krajina, que controlavam 1/3 do território croata, e da Bósnia que controlavam aproximadamente 70% dos territórios.

Em meados de 1995, a Croácia desencadeou duas operações e reconquistou as regiões sérvias da Krajina e da Eslavônia Ocidental. O exército muçulmano da Bósnia, apoiado pelos croatas, lançou também uma ofensiva e conquistou extensa área. Ao mesmo tempo, o governo dos Estados Unidos da América (EUA) assumiu a condução das negociações.

Em 5 de outubro, foi anunciado o cessar-fogo e, em 1º de novembro, começaram as discussões para um plano de paz, em Dayton - Ohio, nos EUA. Após diversas reuniões, em 10 de novembro chegou-se a um acordo sobre a Bósnia, sua divisão, eleições, retorno de refugiados, etc.

A MISSÃO DA ONU PARA A TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESLOVÊNIA ORIENTAL

Criou-se uma *Força de Paz* sob comando da OTAN em substituição às tropas da ONU. Como componente civil da operação internacional, criou-se o *Conselho de Implementação de Paz*, com mais de 40 países e 10 organizações internacionais trabalhando com a polícia civil da ONU, o *Alto Comissariado da ONU para Refugiados* (ACNUR), outros grupos de assistência e a *Organização para Segurança e Cooperação da Europa* (OSCE).

Em relação à Eslavônia Oriental, última região da Croácia nas mãos dos sérvios, ficou acertado uma administração transitória da ONU de um ano, podendo ser prorrogada por mais um ano, ao final da qual a região estaria reintegrada à Croácia.

A UNTAES

Criada através da resolução 1037 do Conselho de Segurança da ONU, no final de 1995, a UNTAES estabeleceu-se na região da Eslavônia Oriental, Baranja e Sirmium Ocidental no início de 1996, em substituição ao antigo Setor Este da UNCRO.

Sua missão era: trazer a região para o controle do governo da Croácia, mantendo a característica multiétnica da região e promovendo a confiança entre todos os residentes locais; permitir o retorno de todos os refugiados em condições de segurança; promover o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; e o desenvolvimento e a reconstrução da região. Finalmente, devia organizar eleições locais livres e honestas.

O efetivo autorizado a ser desdobrado na região foi de 5000 militares, 100 observadores militares, 600 policiais civis da ONU, 469 civis internacionais e 681 civis locais recrutados, num total de 6850 pessoas, com um custo de manutenção de aproximadamente 280 milhões de dólares ao ano.

A REGIÃO

Antes da guerra, a região, de aproximadamente 2300 quilômetros quadrados, tinha um dos maiores índices *per capita* na antiga Iugoslávia. Era dividida em três partes: Baranja ao norte, Eslavônia ao centro e o Sirmium ao sul. A população, em torno de 200 mil ha-

bitantes antes da guerra, passou para 150 mil durante o conflito, quase a totalidade de sérvios. Dessa população, em torno de 60 mil eram refugiados oriundos da Bósnia, da Eslavônia Ocidental e da Krajina. A conquista da região pelos sérvios, após duros combates, no final de 1991, provocou a fuga da população croata.

A área da UNTAES possuía, na sua maior largura, 30 km e, no seu maior comprimento, 90 km, com um terreno quase todo plano.

Os dois rios mais importantes da região eram o Danúbio e o Drava, ambos navegáveis em toda sua extensão dentro da área da missão. Durante a guerra, o rio Drava perdeu sua navegabilidade, devido ao assoreamento do seu leito e às minas lançadas. A região ao norte do rio Drava e a oeste do rio Danúbio, nos meses de chuva, ficava alagada. Na área ao sul do rio Drava não havia rios de grande significância.

A região só possuía vegetação natural na porção sudeste da Baranja. O restante da região era composto por campos destinados à agricultura, onde eram plantados trigo, girassol, milho e uvas. A guerra levou a po-

A MISSÃO DA ONU PARA A TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESLOVÉNIA ORIENTAL



A região da UNTAES

pulação a praticar uma agricultura de subsistência e os campos de minas reduziram a área utilizada para esse fim.

No sul da região, localizava-se um campo petrolífero, de grande importância para a economia da região.

A ESTRUTURA DA MISSÃO

Para cumprir a missão, a UNTAES foi estruturada com um *gabinete do administrador transitório*, estando ligados diretamente a ele a *força militar*, os *observadores militares*, o *vice-administrador*, e seções que tratavam de aspectos políticos,

de assuntos legais, de assuntos públicos, de informações e de polícia.

Os demais órgãos eram uma *divisão de assuntos civis* e uma *divisão administrativa*.

A divisão de assuntos civis coordenava a *unidade de coordenação e reconstrução econômica* e o *secretariado do Comitê de Implementação Conjunta*. Era responsável pelo planejamento das ações a serem executadas para permitir a reconstrução da infra-estrutura, o assentamento de refugiados, o retorno dos habitantes que deixaram a região durante a guerra e o desenvolvimento econômico da área.

AS FORÇAS MILITARES EM PRESENÇA

Dentro da região, havia o 11º Corpo de Exército com duas divisões sérvias: a Baranja e a Eslavônia além da Milicija (unidade paramilitar e de polícia). Com a



A organização da UNTAES

A MISSÃO DA ONU PARA A TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESLOVÊNIA ORIENTAL

Divisão da Eslavônia atuavam os grupos paramilitares: os *Tigres de Arkan*; os *Scorpions* (Escorpiões) e os *Jumping Snakes* (Cobras Saltadoras) que guardavam o campo de petróleo de Djelatovic

Era composto de militares do antigo Exército Nacional Iugoslavo. A maioria dos seus oficiais e sargentos eram profissionais que haviam combatido na Eslovênia e na Krajina. O equipamento era velho, de procedência russa e o suprimento vinha da Iugoslávia. Um grande número de soldados era de efetivos mobilizados. Os batalhões se equivaliam a uma companhia reforçada do nosso exército. Os comandantes de brigada eram coronéis e, do corpo de exército, general-de-brigada. O QG do Corpo de Exército era localizado na cidade de Vukovar.

A Divisão da Baranja tinha QG na cidade de Beli Manastir e era composta por três brigadas: a 37^a, a 39^a e a 60^a. A Divisão da Eslavônia tinha QG em Vukovar e possuía cinco brigadas: a 34^a, a 45^a, a 40^a, a 50^a e a 55^a.

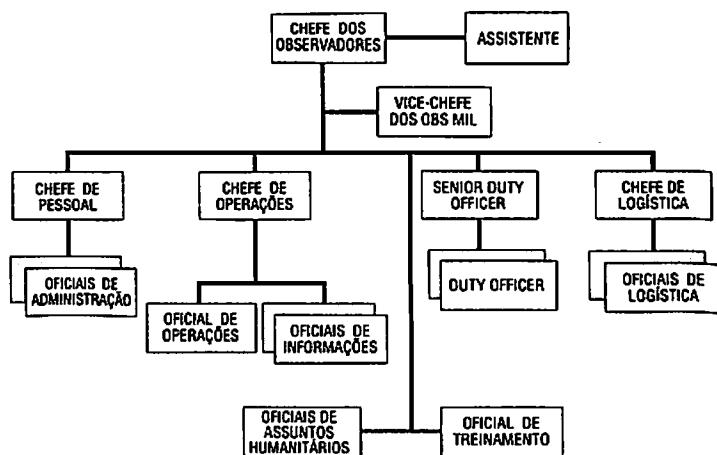
Após anos de embargo internacional, as tropas sérvias estavam exauridas e sem capacidade de se manter em um conflito prolongado,

principalmente depois que Milosevic retirou seu apoio às forças da Krajina.

O Exército Croata se equipou durante a guerra e estava mais bem treinado, como consequência de forte apoio internacional, em termos financeiros, e da ajuda militar. O moral estava elevado, face às vitórias conseguidas, em meados de 1995, na operações *Flash* e *Storm*, na Eslavônia Ocidental e na Krajina. Na fronteira com a região da UNTAES possuía duas brigadas que ocupavam a *linha de confrontação* com um efetivo e

OS OBSERVADORES MILITARES

Os observadores militares, além de suas missões normais, foram incumbidos de: monitorar a atitude da população local, informando as atividades da missão e seus progressos; monitorar a situação dos refugiados e relatar qualquer alegação de violação dos direitos humanos; atuar na desmilitarização, monitorando a retirada de armamento pesado e pessoal das unidades, além da entrega de armamento e sua destruição.



A estruturação do QG dos Obs Mil

constituição semelhante a uma Brigada de Infantaria Motorizada e a uma Brigada de Cavalaria Blindada de nosso exército. Seus efetivos eram, em sua maioria, ex-policiais.

Foram organizados em um QG em Vukovar, seis equipes no interior da região e duas na Croácia. Entre os cem observadores que operavam na UNTAES, estavam seis militares brasileiros.

A MISSÃO DA ONU PARA A TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESLOVÉNIA ORIENTAL

O Administrador Transitório solicitou à ONU que os incluísse no mandato, em virtude de que seriam os únicos militares desarmados da missão, o que facilitaria sua penetração, negociação diplomática e aceitação por parte da população civil.

O mandato inicial iria até 15 de julho de 1996, quando toda a desmilitarização já teria sido realizada. Como 80% das informações que chegavam ao QG eram provenientes dos observadores militares, seu mandato foi estendido, e permaneceram até o final da missão UNTAES.

ARGENTINA	2	QUENIA	6
BANGLADESH	6	NEPAL	4
BÉLGICA	4	NOVA ZELÂNDIA	2
BRASIL	6	NIGÉRIA	3
REPÚBLICA CHECA	4	NORUEGA	6
EGITO	4	PAQUISTÃO	5
FINLÂNDIA	3	POLÔNIA	5
GANA	6	RÚSSIA	5
INDONÉSIA	7	SUÉCIA	5
IRLÂNDIA	3	SUIÇA	3
JORDANIA	7	UCRÂNIA	3
		INGLATERRA	1

O número do Obs Mil por países participantes

A FORÇA MILITAR

A Força Militar deveria prover segurança à região com o desdobramento de

tropas na Zona de Separação entre sérvios e croatas, a instalação de postos de controle nos pontos de passagens, realização de patrulhamento, escoltas de comboios e segurança de pontos sensíveis.

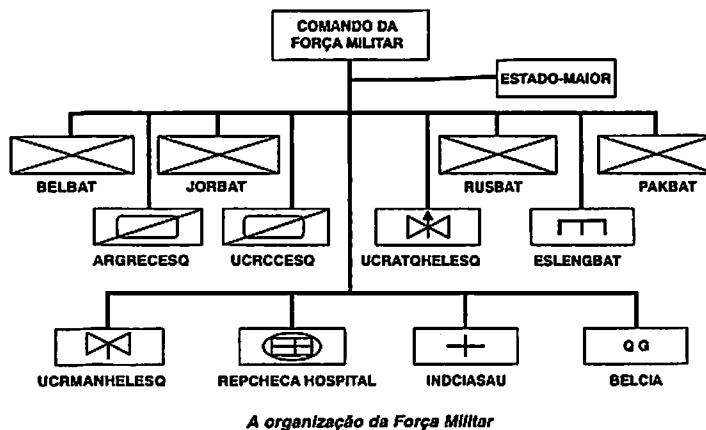
Essa força foi organizada em um comando central na cidade de Vukovar, com efetivo de 154 homens e quatro batalhões da Bélgica, Rússia, Paquistão e Jordânia.

Desdobraram-se também na região: um batalhão de Engenharia, da Eslováquia; um Esquadrão de Reconhecimento, da Argentina; um Esquadrão de Carros de Combate, da Ucrânia; dois esquadrões de Helicópteros, da Ucrânia (um de ataque e outro de manobra); um Hospital Cirúrgico de Campanha, da República Checa;



A localização das equipes de Obs Mil e a divisão da região pelos Btl da ONU

A MISSÃO DA ONU PARA A TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESLOVÉNIA ORIENTAL



uma Companhia de Saúde, da Indonésia, e uma Companhia de Comando da Bélgica.

A POLÍCIA CIVIL DA ONU

A Polícia Civil da ONU era composta por monitores de vinte países e cuidava das atividades de polícia. No início das atividades da UNTAES, ocuparam as onze estações da Milicia (a polícia local sérvia) e passaram a operar com ela.

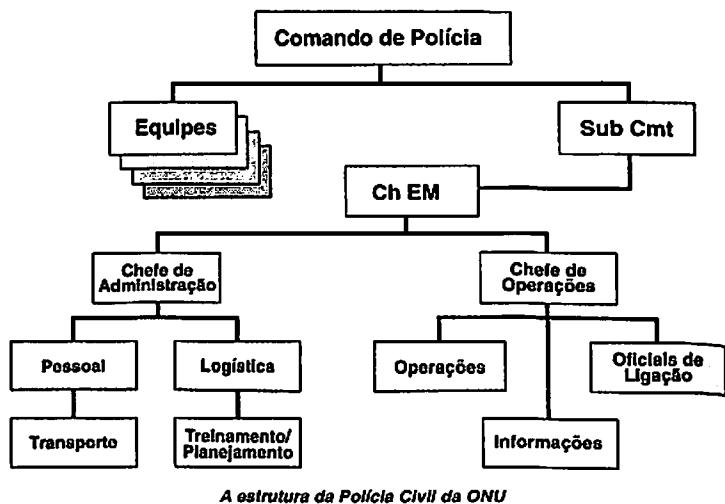
Foi criada uma Força de Polícia Transitória (FPT) composta por sérvios e croatas que, após selecionados e treinados, passaram a realizar o policiamento juntamente com a Polícia Civil da ONU. A principal finalidade dessa FPT era, durante o período transitório, preparar uma

força multi-étnica para prover imparcial segurança ao povo da região e capacitar pessoal para realizar as mesmas missões, quando a ONU deixasse a área.

em grande parte destruída e ocupada militarmente pelas forças sérvias, durante mais de quatro anos, estava com a sua infra-estrutura básica destruída. O que funcionava era só o serviço, pois tudo que era croata fora destruído. Os serviços de telefone, água e energia elétrica eram fornecidos pela Iugoslávia. A moeda corrente era o *dinar* daquele país e a população da área era 92% de sérvios.

CAMPO MILITAR

No Campo Militar, foi estabelecida uma *Comissão*



ATIVIDADES DA UNTAES

Havia a necessidade da execução de diversas tarefas que possibilitassem o cumprimento do acordo. A região,

Militar Conjunta, que iniciou os trabalhos após o desdobramento da Força Militar. Essa comissão, da qual faziam parte militares da ONU e das forças sérvias

as que operavam na área, foi a responsável pelo planejamento e execução da desmilitarização da região. Todas as unidades militares foram desmilitarizadas, incluindo as forças policiais. Todo o armamento pesado, incluindo carros de combate e peças de artilharia, retornaram à Iugoslávia. Foram estabelecidos quatro postos de coleta de armas (um em cada batalhão) para receber armamento individual, assim como destruí-los. Equipamentos específicos como de engenharia, logística, médicos e de comunicações foram transferidos para o controle da UNTAES, assim como o dos quartéis e os bloqueios de rodovias.

As unidades militares sérvias providenciaram o programa de desmilitarização e os dados conhecidos sobre campos de minas, obstáculos, e preparação de demolições em suas áreas. A relação entre os comandantes dessas forças com a UNTAES foi muito amistosa. O cronograma da retirada das unidades foi integralmente cumprido e todo movimento de tropas executado com o acompanhamento dos observadores militares. Apesar dos esforços, o senso de defesa da população fez com

que pequenas armas e munição não fossem devolvidas.

A retirada das forças sérvias também provocou o aumento de famílias deixando a região com seus pertences em direção à Iugoslávia. A Croácia passou a fazer intensa propaganda e a movimentar tropas para próximo da fronteira, numa clara demonstração de que poderia usar a força, como na Krajina, para reaver a região, o que deixou a população sérvia insegura quanto ao seu futuro. Aumentou a preocupação da ação de extremistas com atos terroristas dentro da região para prejudicar o andamento do processo de transição.

A desmilitarização causou um grande número de ex-soldados que passaram à condição de desempregados, ocasionando o aumento de ações contra o pessoal e as propriedades das Nações Unidas. Vários ex-soldados passaram a trabalhar em empresas de segurança que começaram a operar na região e na companhia de desminagem, DESK, contratada pela ONU.

Com relação ao armamento que, ao final da desmilitarização, permaneceu com a população, foi imple-

mentado um programa de compra do mesmo. Os interessados levavam as armas a qualquer aquartelamento da ONU e recebiam dinheiro no ato da entrega. Face ao desemprego e à falta de dinheiro entre a população, o programa foi um sucesso, pois mais de dez mil fuzis e milhares de lançadores de foguetes, granadas, pistolas, explosivos e armas brancas foram entregues. O financiamento foi feito pelo governo croata, que era também o destinatário final do que foi recolhido, com exceção do armamento inservível, que era destruído.

ASSUNTOS CIVIS

A falta de atividades econômicas fazia com que prevalecesse a agricultura de subsistência, com a população lutando em expandir suas plantações devido à incerteza do futuro e aos problemas para comercializar as colheitas. Muitos trabalhavam para firmas iugoslavas de exploração de madeira, muitas delas ilegais, e não tinham a intenção de voltar para a Croácia, onde achavam não mais estar seguros. Não desejavam também ir para a Sérvia, a qual diziam

A MISSÃO DA ONU PARA A TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESLOVÊNIA ORIENTAL

tê-los vendido. Aliás, o discurso mais comum na região era de que Milosevic os vendera para os croatas em troca do fim do embargo, e que não seriam bem-vindos à Sérvia. Chegou-se a planejar o estabelecimento de campos de refugiados nas áreas dos batalhões, pois grande parte das casas que os refugiados ocupavam seria devolvida aos donos croatas, mas que acabaram não sendo ativados.

Foram criados os seguintes *Comitês de Implementação*: *de restauração de serviços públicos* (água, energia, esgotos, transporte público, comunicações, coleta e destino do lixo, instalações educacionais e de saúde) e de reconstrução de casas danificadas ou destruídas durante o conflito; *de administração civil*, para realizar a transição da estrutura administrativa sérvia para a croata, dirigir os procedimentos judiciais locais, dirigir assuntos relativos ao orçamento, receita e despesas, e às linhas internas e externas de transporte e comunicações; *de retorno de refugiados*, a fim de controlar a volta voluntária dessas pessoas; *de polícia*, para estabelecer uma força policial temporária e dirigir sua

implementação; *de direitos humanos*, para monitorar os direitos humanos; *de educação e cultura*, para estabelecer procedimentos e regulamentos relativos ao currículo educacional e às necessidades educacionais das minorias étnicas; *de registros*, para facilitar a localização e a provisão de cópias de registros perdidos ou destruídos, a autenticação de registros envolvendo transferência legal de coisas e supervisionar a emissão de novas licenças e registros; e *de eleições*, para estabelecer o calendário e os procedimentos para estas.

Passou-se a organizar reuniões familiares na Zona de Separação, em conjunto com a Cruz Vermelha Internacional, que visavam a proporcionar o encontro de famílias afastadas pela guerra, e visitas de proprietários às suas antigas casas deixadas durante o conflito.

Com recursos de governos estrangeiros e ONGs, foram desenvolvidos programas destinados a estudantes e a distribuição de biscoitos com vitaminas, remédios e comidas em jardins de infância.

Para prevenir doenças e como medida de aproximação com a população, foi

iniciado o combate a mosquitos, com a pulverização realizada por cinco aviões croatas pilotados por croatas e com serviços como copilotos, dois helicópteros de ataque da ONU, fazendo a segurança, e um terceiro helicóptero de transporte com especialistas em pulverização.

Iniciou-se a regularização do serviço postal e o restabelecimento das ligações telefônicas entre a área da UNTAES e a Croácia.

Foi desenvolvido um programa de pagamento de pensões, para moradores da região que contribuíram para o sistema de previdência antes da guerra, que começou a ser feito em moeda croata (o Kuna), visando a estimular sua aceitação pelos serviços.

A desminagem da região foi iniciada pelo Batalhão de Engenharia da Eslováquia e, posteriormente, foram contratadas uma empresa croata e uma alemã, que empregava técnicos alemães e ex-militares sérvios. Optou-se pelo início das atividades pelo sul, em várias vilas selecionadas para projetos pilotos de reassentamento.

O monitoramento da fronteira começou a ser realizado pela ONU em nove

pontos da divisa da UNTAES com a Iugoslávia e a Hungria. A equipe responsável era composta por elementos de diversos países. Trabalhando em cooperação e coordenação com a polícia transitória de fronteira e alfândega, e com as unidades militares da ONU, mantinha pessoal 24 horas por dia na fronteira, sendo responsável pela fiscalização de veículos, armas e munições e documentação de exportação, realizando assim a transição do regime de fronteira e alfândega existente para o vigente na República da Croácia.

Foram também realizadas operações para combater a retirada ilegal de madeira para a Iugoslávia, através da identificação de áreas de corte e veículos de transporte ilegais e a prisão de responsáveis.

Um mercado aberto foi estabelecido na região da antiga Zona de Separação durante os domingos, com a finalidade de promover o comércio da região com a Croácia, incentivar a entrada da moeda croata, a fim de substituir a moeda sérvia e promover reuniões familiares, permitindo o encontro de parentes e amigos separados pela guerra. O primei-

ro teve a presença de aproximadamente 200 pessoas e, um mês após, chegou a 8 mil, de ambos os lados.

Face à importância do fator religioso no desenrolar dos acontecimentos, foram realizadas reuniões e visitas do Administrador Transitório aos líderes religiosos católicos e ortodoxos. Essa prática prosseguiu até o final da missão. Em Vukovar, uma das primeiras obras do programa de reconstrução da cidade foi a recuperação de igrejas, face ao seu simbolismo.

Iniciou-se o projeto de abertura de postos de documentação dentro da área da UNTAES. O projeto consistia na abertura de escritórios em diversos locais onde, diariamente, funcionários croatas providenciavam o registro e a entrega de documentação croata, como carteiras de identidade, passaportes e certidões de nascimento. A implementação do programa, face ao perigo de ação de grupos extremistas, foi cercado de medidas de segurança, onde participaram a força militar, a polícia transitória e os observadores militares.

A manutenção da população informada sobre a evolução das atividades, era de

suma importância para o sucesso da missão. Foram então desenvolvidas atividades de imprensa com a publicação de um boletim impresso em inglês e servo-croata, apresentando notícias sobre as atividades realizadas pela administração, os projetos, etc. Era distribuído em toda a região e visava, principalmente, a auxiliar na construção da confiança da população local na administração transitória. Um programa de rádio passou também a ser transmitido diariamente na língua local por uma rádio de Vukovar para a Eslavônia, e pela rádio do Batalhão Belga para a região da Baranja.

O problema dos criminosos de guerra foi discutido entre o Administrador Transitório e as autoridades da Croácia, culminando com a aprovação, pelo Congresso desse país, em setembro, da Lei de Anistia, que anistiava todos os que haviam participado do conflito entre 1990 e 1996, com exceção dos que haviam cometido crimes de guerra, como definidos nas leis internacionais.

Foram instalados, com recursos dos EUA e da Noruega, escritórios para assistência legal gratuita a todos

A MISSÃO DA ONU PARA A TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESLOVÊNIA ORIENTAL

os residentes da região, assim como refugiados e desalojados que estivessem retornando a suas cidades de origem, com a finalidade de assisti-los quanto aos seus direitos humanos e civis, providenciando o acesso dos mesmos a explanações sobre o sistema legal e administrativo da Croácia.

O atendimento médico nos batalhões passou a ser realizado diariamente, assim como no Hospital de Campanha Checo e na Companhia de Saúde da Indonésia, inclusive com entrega de medicamento, providenciados pelos próprios batalhões, inicialmente, e posteriormente pela Organização Mundial de Saúde.

RECONSTRUÇÃO DA REGIÃO

Foram reabertas para o tráfego: a auto-estrada Zá-
reb-Belgrado após quase 5
anos, com 7 Km em área da
UNTAES que passaram a ser
patrulhadas pela polícia da
ONU; a estrada de ferro
Vinkovci-Sid, após trabalhos
de desminagem; a auto-estra-
da Osijek - Vukovar, após
trabalhos de remoção do
viaduto destruído no meio
da antiga Zona de Separa-

ção e que impedia o tráfe-
go; do *ferry-boat* que permi-
tiu a ligação entre a Baranja
e Belisce, na Croácia.

O comércio estava para-
lisado, limitando-se ao mer-
cado negro controlado por
gangs ou pelos grupos para-
militares. O incremento das
atividades comerciais era de
fundamental importância
para a transição pacífica da
administração. A abertura
da fronteira húngara, em
Udvar, após intenso tra-
balho de desminagem, criou
um corredor de transporte
de mercadorias dentro da
região da Baranja. A abertu-
ra da fronteira permitia a
passagem de produtos croa-
tas dentro da área da UNTAES,
além do comércio da
região com aquele país.

Foi reaberto o Rio Dra-
va para tráfego comercial,
outro importante passo no
estabelecimento de linhas de
comunicação da região com
o restante da República da
Croácia. Vinte e três quilô-
metros do rio, desde a con-
fluência com o Rio Danú-
bio até Osijek, foram desmi-
nados por unidades croatas
e sérvias e abertos à navega-
ção.

Outro ponto de impor-
tante resolução foi a ques-
ção do campo de petróleo
de Djeletovic, instalado na

região e que, durante a guer-
ra, era explorado pela Nafta
Industrija Krajina (NIK),
que bombeava o petróleo
para a Sérvia. Em 25 de ju-
lho de 1996, foi finalizado
um acordo entre autorida-
des croatas e sérvias sobre
sua exploração, sendo trans-
ferida sua administração
para a empresa croata INA.

A UNTAES distribuía
combustível para o funcio-
namento de sistemas de
aquecimentos durante o in-
verno de tratores, caminhões
e máquinas agrícolas, du-
rante o plantio e a colheita
de máquinas, para tratamen-
to de água; para geradores
de energia em hospitais e
para os veículos da polícia
transitória.

AÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ONU

Quanto ao *Alto Comis-
sariado da ONU para Refu-
giados*, instalado na região
desde outubro de 1991, com
três escritórios na área da
UNTAES, providenciaava
ajuda humanitária e prote-
ção para 60 mil refugiados.
Três projetos-pilotos de re-
torno desses refugiados para
seus lares foram estabeleci-
dos em quatro cidades. Tra-
balhando em coordenação

com várias ONGs, iniciou-se a reconstrução de prédios públicos, infra-estrutura básica e casas particulares.

O UNICEF direcionava suas atividades principalmente para os setores da saúde, educação e bem estar social. Programas de saúde e nutrição distribuíram remédios, vacinas, kits de higiene. Durante o inverno, houve distribuição de roupas de frio para crianças. Equipamentos básicos para escolas foram distribuídos aos governos locais, assim como iniciou-se um programa de treinamento de professores e programa de conscientização sobre o perigo das minas. Foi feita a reconstrução do jardim de infância de Vukovar para 300 crianças e a preparação do *Centro de Trabalho Social de Vukovar* para a reabilitação fisico-social de crianças.

ATIVIDADES POLÍTICAS

Em 23 de agosto de 1996, foi assinado um acordo de normalização das relações entre a Iugoslávia e a Croácia, em que ambas se reconheciam como nações independentes e acordavam quanto às respectivas fronteiras internacionais. Duas

semanas após, a República Federal da Iugoslávia e a República da Croácia trocaram notas em Zágreb e Belgrado, com base no *Acordo de Normalização das Relações*, estabelecendo completa relação diplomática e consular e elevando as missões que haviam se estabelecido em ambos países por ocasião do acordo de paz, ao nível de embaixadas.

Em abril e junho de 1997, foram realizadas eleições na Croácia e se estenderam também ao território da UNTAES. A ONU baseou-se na organização partidária local e no registro eleitoral da população para atuar na fiscalização do pleito, que foi considerado absolutamente dentro da lei e da ordem, apesar do receio de fraudes e tumultos.

Um mês antes do final da UNTAES, estimava-se que mais de 85 mil pessoas, a maioria sérvia, ainda estavam na região e que a retirada da ONU poderia causar um êxodo. Apesar disso não havia interesse da ONU em estender o mandato.

Em 15 de janeiro de 1998, esse mandato encerrou-se para a região e, com ele, a missão UNTAES. Maneceu o que se chamou de *Grupo de Apoio Policial*

das Nações Unidas, composta por policiais civis, que prosseguiu monitorando a atuação da polícia croata até outubro de 1998, sendo substituído por uma missão da *Organização para a Segurança e Cooperação na Europa*.

A ONU entregou a região para o governo croata, que recuperou o pedaço que faltava para que o país estivesse com o mesmo território dos tempos da Iugoslávia de Tito. Mas com uma grande diferença: sem os 600 mil sérvios de antes.

CONCLUSÃO

As missões estabelecidas pelo *Acordo de Dayton* na antiga república iugoslava da Macedônia (UNPRE-DEP) e na Península da Prevlaka (*United Nations Mission of Observers in Prevlaka* - UNMOP) ainda estão em andamento. O mesmo acontece com as tropas da OTAN que ainda permanecem na Bósnia Herzegovina garantindo a frágil paz daquele país.

A Iugoslávia, bastante debilitada pelos mais de quatro anos de embargo estabelecido pelo Conselho de Segurança da ONU, e sem

A MISSÃO DA ONU PARA A TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESLOVÊNIA ORIENTAL

resolver o grave problema dos refugiados sérvios vindos da Krajina, das Eslavônias e da Bósnia, acabou por mergulhar em mais uma grave crise em relação ao problema de Kosovo.

A Croácia, que teve um terço de sua capacidade de produção paralisado durante a guerra, tenta se desenvolver através de auxílio externo.

Na Eslovênia, em torno de 70 mil pessoas deixaram a região durante a administração transitória. Um pequeno número de croatas, dentre os que deixaram a região durante a guerra, re-

tornou e a economia da região continua precária.

A UNTAES foi a única missão desenvolvida na antiga Jugoslávia que cumpriu seu objetivo. No prazo previsto de dois anos, entregou pacificamente a região ao governo croata.

O Brasil participou da missão UNTAES com doze observadores militares. O convívio com militares de diversos países proporcionou o aprimoramento cultural e profissional e deu oportunidade para o conhecimento de novos equipamentos e materiais. Permitiu também um profundo

conhecimento do trabalho da ONU no emprego de forças militares em operações de paz, do funcionamento das diversas seções empenhadas em resolver os problemas políticos, humanitários, sociais e econômicos das áreas sob seu mandato, e do funcionamento do apoio logístico necessário à consecução dos objetivos.

Essa participação colaborou para a projeção do país no cenário internacional, como participante ativo das missões de paz da ONU e para reforçar nossos ideais pela solução pacífica dos conflitos. ☽

BIBLIOGRAFIA

- Basic Facts About the United Nations - UN Department of Public Information - New York - USA - 1995
JOVANOVIC, Aleksandar - À Sombra do Quarto Crescente - Editora Hucitec - São Paulo - 1995 - 271 p.
MALCOLM, Noel - Bosnia A Short History - Papermac Editora - Inglaterra - 1994 - 340 p.
SILBER, Laura e Little, Allan - The Death of Yugoslavia - BBC Books - Inglaterra - 1996 - 400 p.
The Blue Helmets - A review of UN Peace-keeping - UN Department of Public Information - New York - USA - 1996
UNICEF Monthly Report - Emergency Programmes in former Yugoslavia - Novembro 1995
The United Nations and the situation in the former Yugoslavia - United Nations Department of Public Information - New York - 1995
United Nations High Commissioner for Refugees - Information Notes on former Yugoslavia - New York - 1995 e 1996
UNTAES Bulletim - UNTAES Division of Information - Vukovar - 1996

A evolução estratégica da OTAN¹

*Luiz Pinto Ramalho**

O artigo aprecia os diversos cenários dos quais a estratégia da Organização do Atlântico Norte teve que adaptar-se, desde a sua criação até nossos dias.

Reproduz matéria do *Jornal do Exército* (Abril de 1999), veículo de comunicação da Força Terrestre Portuguesa.

O PERÍODO INICIAL, DE 1949 A 1955, ANO DA ADESÃO DA RFA

Ealar das transformações estratégicas da Aliança implica fazer o estudo da evolução do seu conceito estratégico, sucessivamente ajustado e aprovado ao longo dos 50 anos de história da OTAN, pois o mesmo evidencia, em cada momento da sua aprovação, as alterações estruturais que correspondem à natural adaptação estratégica às realidades da conjuntura que se vivia. Importa, contudo, reconhecer que, a essa readaptação estratégica da Alian-

ça, não é estranha a evolução da estratégia global dos EUA.

Em 4 de abril de 1949, quando da constituição do Tratado do Atlântico Norte, a preocupação principal dos doze países-signatários-fundadores (Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido) foi a construção de um efetivo sistema de defesa coletiva, capaz de se opor à pressão política e militar exercida pela URSS, tornada evidente após a eclosão do *golpe de Praga*, em fe-

vereiro de 1948, a par do reconhecimento da fragilidade militar do Tratado de Bruxelas, imediatamente estabelecido em 17 de Março de 1948.

Os países-membros vão construir uma organização militar, partindo de uma estrutura de comando unificada entre todos os aliados, iniciando a recuperação, adaptação e modernização das respectivas forças armadas, tirando partido das novas tecnologias, numa perspectiva que combinasse capacidade militar com uma efetiva solidariedade dentro da aliança, capaz de desencorajar qualquer agressão.

Nessa fase, à OTAN põe-se desde logo a grande questão de qual será a atitude

* Coronel Tir de Artilharia do Exército Português.

¹ Selecionado pelo PADECUME (Processo de Atualização dos Diplomados da ECEME).

estratégica mais conveniente a adotar, ou seja assumir uma fraqueza deliberada que não inspire receio ou, pelo contrário, demonstrar a capacidade de defesa que obrigue o adversário a deter-se e a negociar? A procura da constituição da aliança é uma clara opção pela segunda hipótese e, para implementar essa estratégia de defesa, a OTAN vai partir de dois conceitos fundamentais: a existência de uma capacidade defensiva pretende fazer crer ao agressor que não terá sucesso; a existência de uma capacidade retaliatória torna claro ao agressor que a agressão não compensará.

No início da sua constituição, a OTAN está confrontada com um ambiente internacional de Guerra Fria e com uma esmagadora superioridade em forças terrestres por parte da URSS. De 1949 a 1952, é inequívoco que a OTAN vai basear a sua defesa na superioridade nuclear americana e assumir uma estratégia de retaliação maciça.

No entanto, após a eclosão da Guerra da Coréia essa estratégia começa a ver a sua credibilidade sofrer alguma erosão e a aliança começa a encarar outras opções, apon-

tando para a criação de uma força defensiva, que cedo se verifica ser também demasiado dispendiosa. Assim, até 1955, a OTAN irá manter como estratégia de defesa a de retaliação maciça, fazendo coexistir com a força de retaliação nuclear uma presença de forças convencionais na Alemanha, que materializam o conceito de defesa avançada e que servem como *disparador (Trip-Wire Strategy)* dessa capacidade nuclear retaliatória destinada a fazer parar a agressão.

É, pois, o período da *estratégia de defesa avançada (Forward Strategy)*, para a qual os Estados-membros reconheceram não dispor a OTAN de capacidade militar para a levar a cabo e de tal estratégia significar a defesa da Europa no solo alemão, com as decorrentes implicações da participação militar e política da RFA; assunto que não é pacífico para todos os Estados-membros, em particular para a França.

A criação da OTAN deveria ter como consequência o normal apagamento, ou mesmo o fim, do Tratado de Bruxelas, uma vez que os objetivos que se propunham alcançar passaram

a ser os da Aliança Atlântica. Assim parecia ter acontecido até 1954. A partir dessa data, e de acordo com a estratégia declarada pela Aliança, punha-se aos europeus o delicado problema de integrar a Alemanha no sistema de defesa da Europa Ocidental, tendo a Grécia e a Turquia já sido admitidas na Aliança, durante a reunião de fevereiro de 1952, em Lisboa.

A fórmula encontrada para dar satisfação aos EUA, vivamente empenhados em associar a capacidade militar alemã ao esforço de defesa atlântica e afastar as preocupações que isso levantava na Europa, sobretudo na França, pela perspectiva de um exército alemão autônomo, consistiu em integrar a Alemanha na Organização do Pacto de Bruxelas, fazendo-o reviver e transformando-o na União da Europa Ocidental (UEO), a qual exerceeria o controle inicialmente planejado, a partir da efêmera Comunidade Européia de Defesa (CED); a Itália, por seu lado, vai aderir também à UEO e as forças militares aliadas de ocupação vão manter-se em território alemão, embora com outro estatuto. O parlamento da RFA faz então questão de

expressar o seu apoio àquele permanência. A RFA não tem ainda as suas forças armadas totalmente levantadas e a presença das forças aliadas é indispensável ao conceito estratégico de defesa avançada da OTAN.

Apesar dessas medidas e da evidência de uma maior confiança e condições de cooperação militar, os EUA, preocupados com a eficácia da defesa ocidental, acharam preferível, uma vez vencidas as reticências francesas, forçar o ingresso da Alemanha no sistema defensivo da OTAN, o que veio a efetivar-se em 5 de maio de 1955.

O PERÍODO DE 1955 A 1967, CARACTERIZADO POR CRISES DIVERSAS E PELO AUMENTO DA AMEAÇA SOVIÉTICA

Aquilo que parecia ser o final de um período de Guerra Fria, face ao interesse demonstrado pela URSS na realização das conferências de Genebra com vista à resolução do problema da divisão da Alemanha, acabaria por não se concretizar. O fracasso das conversações vai fazer gorar essa expectativa de coexistência

pacífica que é agravada, logo no ano seguinte, em 1956, com a intervenção da União Soviética na Hungria e com ações de desestabilização verificadas na área do Oriente Médio.

A partir de 1957, dois fatos vão determinar que a Aliança repense a sua estratégia de defesa: por um lado a campanha antimodernização do armamento da Aliança, levada a cabo pela União Soviética junto da opinião pública ocidental e, por outro, o lançamento do primeiro *Sputnik*, em outubro daquele ano, confirmado a capacidade daquele país no campo dos mísseis de longo alcance. A URSS revela então dispor, na Europa, de superioridade nuclear, para além da convencional que já tinha o antecedente.

A crescente capacidade nuclear soviética levanta questões quanto à estratégia de utilização de armas nucleares, declarada pela Aliança. No entanto, aquela estratégia não sofre alterações de fundo e é explicitamente afirmado: *a estratégia de defesa da OTAN continua assente num conceito de dissuasão forte, compreendendo forças convencionais e nucleares e uma*

força de retaliação nuclear (Documento OTAN MC 14/2).

O ano de 1967 será, no entanto, o ano decisivo na redefinição da estratégia da Aliança, e no renovar do seu dinamismo. Em 13/14 de dezembro, nas suas novas instalações em Bruxelas, a OTAN vai aprovar, durante a reunião dos Ministros da Defesa e Negócios Estrangeiros de todos os países-membros, o relatório acerca das tarefas futuras da Aliança, conhecido por *Relatório Harmel*, que vai determinar decisivamente a política de defesa para o futuro, seja nos seus aspectos militares, seja nos seus aspectos políticos.

É igualmente estabelecido um plano de forças para cinco anos, que a OTAN irá observar e implementar no período de 1968 a 1972, e é constituída a *Standing Naval Force Atlantic (STANAVFORLANT)* com navios de vários países-membros e que se irá manter até à atualidade. O relatório vai ainda clarificar dois aspectos importantes: a atitude para com os problemas internacionais que, embora fora da área definida pelo Tratado, afetam a segurança da Aliança, e a posição política a

assumir, no que respeita aos esforços conducentes à redução dos armamentos, nas negociações com a URSS.

Durante essa reunião, seria também clarificada, de forma inequívoca, a nova estratégia de defesa da OTAN - o Conselho adota o conceito estratégico proposto pelo Comité Militar, na seqüência da revisão do conceito estratégico OTAN de 1956. Esse conceito, a estratégia da OTAN face aos atuais desenvolvimentos políticos, militares e técnicos, é baseado numa resposta flexível e de alcance da sua concretização. Essas respostas, sujeitas ao controle político, estão concebidas, em princípio, para evitar a agressão e preservar a paz, caso a agressão ocorra, para manter a segurança, a integridade da região do Tratado do Atlântico Norte dentro do conceito de defesa avançada. (Documento OTAN MC 14/3).

Esse conceito altera decisivamente o papel das forças convencionais, que deixam de ter a função de fusível para o emprego nuclear, para a de parar a agressão convencional sem que seja, de imediato, necessário proceder à escalada nuclear.

A OTAN assume, face ao potencial agressor, uma capacidade convencional capaz de fazer face à agressão e uma intenção deliberada de esca-

A partir de 1957, dois fatos vão determinar que a Aliança repense a sua estratégia de defesa: por um lado a campanha antimodernização do armamento da Aliança, levada a cabo pela União Soviética junto da opinião pública ocidental e, por outro, o lançamento do primeiro Sputnik em outubro daquele ano, confirmando a capacidade daquele país no campo dos mísseis de longo alcance.

lar o patamar nuclear, mantendo o controle político seletivo das armas nucleares. Clarifica ainda que aquele uso não ocorrerá só quando estiver esgotada a capacidade convencional, pois nesse caso não haveria a possibilidade de explorar a vantagem obtida pelo uso das armas nucleares.

O conceito da resposta flexível pressupõe ainda uma colocação das armas nucleares em áreas avançadas e está baseado na capacidade da OTAN em mo-

bilizar, reforçar e colocar meios na Europa em tempo de crise ou tensão e, ainda, num credível grau de preparação civil para enfrentar emergências.

Os anos de 1966 e 1967 são também anos de crise interna da Aliança, decorrente da saída da França da estrutura militar integrada, assim como do pessoal francês presente nos QG integrados, a par da transferência, do território francês, de todas as instalações OTAN (quartéis-generais integrados, sede da Aliança e Colégio de Defesa) para outros países-membros. O SHAPE irá de Rocquencourt para Mons, na Bélgica; o Comando do Centro da Europa de Fontainebleau para Brunssum, na Holanda; a Sede da Aliança, de Paris para Bruxelas, e o Colégio de Defesa, para Roma.

Durante esse período, a Aliança foi ainda confrontada, em 1956, com a situação decorrente da nacionalização do Canal de Suez e do levantamento popular na Hungria e correspondente intervenção soviética. Em 1962, com a crise de Cuba, e em 1964, com o agudizar da situação no Chipre.

O PERÍODO DE 1968 A 1989, ANO DA QUEDA DO MURO DE BERLIM

A Aliança vai viver, durante o período de 1968 a 1982, uma situação internacional marcada por esforços no sentido do abrandamento das tensões entre o Leste-Oeste e no campo do desarmamento.

O novo conceito estratégico definido no ano anterior - *Resposta Flexível* - é apresentado aos aliados da seguinte forma: um ataque soviético encontrará pela frente uma força de cobertura da OTAN, constituída fundamentalmente por unidades de cavalaria blindada atuando ao longo e muito perto da fronteira alemã; a essa força compete-lhe identificar o esforço do ataque principal, tentando trocar espaço por tempo; numa segunda fase, a defesa consiste em travar a batalha decisiva empenhando, em primeiro lugar, as unidades de combate à disposição da Aliança na Europa e seguidamente os reforços trazidos dos EUA, Canadá e Reino Unido; uma terceira fase, dependente do resultado da batalha travada na fase anterior, consistirá num contra-ataque das for-

ças da OTAN, uma vez detido o avanço soviético ou, em caso contrário, evitar a ameaça de destruição dessas forças, utilizando armas nucleares táticas e, se mesmo assim não for obtido o sucesso, então travar com as forças convencionais o *momentum* soviético e ganhar o tempo necessário à decisão política de onde aplicar as armas nucleares estratégicas.

Logo de início, dentro da Aliança se começou a notar um certo criticismo. As críticas advinham do fato de se considerar, por exemplo, que logo na primeira fase da agressão as opções que se colocavam à força de cobertura eram muito limitadas, face à pouca profundidade entre a fronteira e as primeiras forças capazes de se empenharem no combate decisivo.

Outra questão, igualmente sensível, decorria do interesse em se detectar em tempo oportuno intenções agressivas e concentrar forças na Europa para fazer face a essa agressão o que, em caso de má percepção, poderia conduzir a criar junto da URSS a idéia de uma atitude agressiva na OTAN e precipitar assim os acontecimentos. Esse conceito

implicou, também, a necessidade da existência de armas nucleares de alcance intermédio, bem colocadas na frente, e daí a sua sensibilidade a um ataque-relâmpago, por parte do Pacto de Varsóvia.

Por fim, mas certamente não a última nem a menos importante das críticas, temos a posição RFA que considerava ser melhor deter as forças do Pacto de Varsóvia através de uma ameaça credível de utilizar as armas nucleares táticas, logo numa primeira fase do conflito (mesmo que isso possa parecer uma estratégia de suicídio nacional), do que aceitar um ataque convencional prolongado, que se desenrolaria em solo alemão, pois as realidades geográficas da RFA mostravam que 25% da sua capacidade industrial e 30% da sua população estavam localizadas a menos de 90Km da fronteira entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia.

Essa posição apontava para a necessidade da manutenção do conceito de defesa avançada, apoiada numa credível capacidade nuclear. Aliás, esse sentimento não pode ser desligado da decisão que mais tarde irá ser tomada, quanto à

colocação na Europa dos mísseis INF.

Apesar da melhoria das relações Leste-Oeste, a Aliança toma consciência de que a situação mundial é de clara paridade nuclear estratégica entre a URSS e os EUA. Esse fato afeta a segurança da Europa e, uma vez mais, a OTAN sente que tem de ajustar o seu conceito estratégico de defesa à situação dinâmica da cena internacional.

Nos anos seguintes, a Aliança irá constatar e denunciar, nas suas várias reuniões, o crescente aumento da capacidade militar do Pacto de Varsóvia, designadamente quanto à instalação de armas nucleares de alcance médio na Europa (SS-20). Ainda em 1975, a Aliança clarifica o conceito estratégico de defesa de 1967, afirmando que se mantém o conceito estratégico de defesa baseado na dissuasão (resposta flexível e necessidade da existência da triade - forças nucleares estratégicas, forças nucleares de teatro e forças convencionais). No entanto, relativamente às forças convencionais, é dito que elas devem ser suficientemente fortes para repelir um ataque convencional em esca-

la limitada ou, relativamente a um de maior escala, ter capacidade de conduzir uma defesa em áreas avançadas, infligindo perdas sérias ao agressor, prevendo, se necessário, a utilização de armas nucleares táticas.

A questão do aumento, na Europa, da capacidade nuclear de alcance médio soviética vai continuar a ser objeto de análise por parte da Aliança nos anos seguintes, levantando-se de imediato a questão da necessidade de modernização dos meios equivalentes, postos à disposição da OTAN, sendo decidido instalar na Europa, 108 Pershing II e 464 mísseis de cruzeiro (Cruise-GLCM).

Cumpre referir ainda que a OTAN assiste, a partir de 1980, a uma evolução da estratégia global dos EUA, em que deixa de prevalecer a versão SCHELESINGER da resposta flexível (resposta graduada, num conceito de estratégias contra-forças e contra-value), para uma versão, dentro do princípio de *Countervailing* ou compensação, em que são anunciados os objetivos (DP-59, diretiva do Presidente dos EUA). Mas se essa é uma estratégia de

emprego das armas nucleares estratégicas, a OTAN vai ainda assistir, em 23 de março de 1983, ao discurso de Reagan que, pela primeira vez, refere-se à *Iniciativa de Defesa Estratégica (IDESDI)* e que, com a mesma levanta, também pela primeira vez, a hipótese de uma defesa contra a arma absoluta - a arma nuclear - e passar-se de um conceito de dissuasão baseado no MAD (*Mutual Balance Destruction* - Destrução Mútua Assegurada) para um conceito futuro, MAS (*Mutual Assured Survival* - Sobrevivência Mútua Assegurada).

Igualmente importante de referir é a afirmação, efectuada já em 1982 na reunião de Colorado Springs, em 22/24 de março de que constatado o contínuo aumento do número de SS-20 (que naquela altura atingia 300 lançadores com cerca de 900 ogivas, continuando, apesar disso, a instalação de novos sistemas), é necessário que a OTAN tenha em atenção aquela sua crescente vulnerabilidade. A situação naquela data era a da existência de mais de 200 mísseis do que em dezembro de 1979, quando os aliados acordaram na decisão

por duas vias. No comunicado final da reunião é declarado que a colocação planejada na Europa dos 108 Pershing II 464 GLCM não se destina a igualar os meios soviéticos arma por arma, mas, sim, a reforçar e dar credibilidade à estratégia da resposta flexível e ligar mais estreitamente a dissuasão estratégica dos EUA à defesa da Europa, refletindo a premissa fundamental de que a segurança dos EUA é inseparável da dos seus aliados.

Na Reunião de Luxemburgo, de 17 e 18 de maio de 1982, a Espanha vai tornar-se oficialmente o 16º membro da OTAN, embora sem participar na estrutura militar integrada da Aliança.

A partir de 1982, o debate estratégico no interior da Aliança vai ter duas vertentes que, embora distintas, se mantêm complementares na procura do objetivo desde sempre declarado: por um lado, a salvaguarda da paz e a manutenção de segurança na Europa e, por outro, um esforço nas áreas de desarmamento e do controle de armamentos. Assiste-se, então, às conversações START (*Strategic Arms Reduction Talks*) e

às conversações para a Redução de Forças (*Mutual Balance Reduction Forces*). A outra vertente é a procura da melhoria da capacidade de defesa da Aliança, quer no âmbito da modernização e reforço das forças convencionais, quer das forças nucleares, tendo em vista a garantia da permanente credibilidade da estratégia da resposta flexível.

No campo nuclear, mantém-se a proposta americana da *opção zero* ou seja, o total desmantelamento dos mísseis soviéticos SS-20, pela não colocação dos mísseis INF na Europa ou, ainda, numa situação transitória, um período de paridade quanto ao número de ogivas americanas e soviéticas. O abandono das negociações por parte da URSS e a ausência de resposta às propostas americanas irão dar origem a que, em dezembro de 1983, se concretize o início da instalação dos INF na Europa, designadamente na RFA, no Reino Unido e na Itália.

No domínio dos armamentos convencionais, vai-se assistir ao aparecimento e definição de subconceitos estratégicos, postos em prática pelo Exército Americano

no - o *Airland Battle 2000* - o qual não só altera profundamente os aspectos táticos de atuação das forças convencionais, como cria especificações necessárias a serem satisfeitas por novos sistemas de armas.

A nível da OTAN, passa a ser seguido, no âmbito convencional, uma versão do *Airland Battle 2000*, designada por *Doutrina Rogers*, materializada no ataque aos segundos escalões das forças do Pacto de Varsóvia e conhecida por FOFA (*Follow-on Forces Attack*).

Convém referir, no entanto, que não há qualquer alteração ao conceito estratégico de defesa da Aliança - a resposta flexível, situação que o próprio General Rogers, quando da apresentação pública do subconceito estratégico FOFA, irá clarear e reforçar, pondo, uma vez mais, a tônica do seu discurso na necessidade da existência da triade de forças: a *estratégia de defesa da OTAN, a resposta flexível, consiste na oposição de um ataque através de uma defesa direta, derrotando-o ou colocando a da escalada deliberada, por parte da OTAN, recorrendo às armas nucleares intermédias ou, inclusive, a uma res-*

posta nuclear generalizada como garantia última da dissuasão. Para o General Rogers, a estratégia da resposta flexível da OTAN baseia-se na existência de forças convencionais e nucleares táticas e estratégicas, disponíveis e credíveis, e na incerteza, provocada ao potencial agressor, quanto à dimensão da resposta a essa agressão, por parte da Aliança.

No final de 1983, volta-se a reafirmar a estratégia da resposta flexível e o conceito da defesa avançada, como sendo a base de conceitos estratégicos de defesa da Aliança, assim como a sua associação com a existência da tríade de forças e com a necessidade urgente do aumento da capacidade convencional. Já em 1984, em maio, o DPC chama a atenção para a necessidade de se atingir um aumento anual de 3%, nas despesas relativas à defesa, com vista a serem eliminadas as deficiências mais significativas da Aliança no âmbito da sua capacidade convencional, quer quanto à sua prontidão, quer à sua sobrevivência, quer ainda à sua sustentação. Os objetivos da OTAN, para o período de 1985 a 1990, deverão, na

opinião das diretrizes saídas daquela reunião, ser analisados e implementados num quadro conceptual militar mais atualizado. Essa intenção virá a ser clificada em dezembro de 1985, através do que ficou conhecido como *Plano de Melhoramento de Forças para o Ano 2000 - CDI*

(Conventional Defense Improvements - Melhoria da Capacidade Convencional) - em que, além de se declarar que *o objetivo da Estratégia de Defesa Flexível e da Defesa Avançada da OTAN é a prevenção da Guerra Total e que as armas nucleares são essenciais para a consecução desse objetivo, estando a Aliança determinada a reforçar a credibilidade desse conceito estratégico, evitando a necessidade de uma utilização imediata das armas nucleares, num estágio inicial de um eventual conflito, através de um esforço especial na melhoria da capacidade convencional.* Assim, irão ser indicados aos países-membros oito áreas de modernização da capacidade convencional, tirando partido das tecnologias emergentes, visando: ao ataque e destruição do 1º escalão

das forças do Pacto de Varsóvia; ao ataque aos 2ºs escalões; superioridade aérea, incluindo a defesa aérea; controle do mar; projeção de poder naval; controle e proteção da navegação; vigilância dos espaços aéreos e marítimos nacionais; operações de área da retaguarda.

Embora ainda no início de 1987, em abril, após as conversações entre Schultz e Gorbachev, em Moscou, numa reunião do Secretário de Estado norte-americano com os responsáveis da OTAN, se reafirme que o conceito estratégico de defesa da Aliança é o da resposta flexível, a situação decorrente da retirada dos INF cria dados novos na formulação daquele conceito, designadamente se atentarmos no que, ao longo dos tempos, foi referido quanto à harmonia necessária entre os três componentes da tríade, com vista à credibilidade daquela estratégia.

Em 28 de setembro de 1987, o General John Galvin, sucessor do General Rogers, quando confrontado com a posição do antecessor, de que a saída dos INF comprometia a estratégia da res-

posta flexível, declara que a questão que se lhe punha atualmente era a de uma situação de fato, a possibilidade da retirada daqueles mísseis da Europa e, se mesmo assim, poderia, ou não, cumprir a sua missão; a resposta era sim mas o risco era elevado. A sua convicção de que a OTAN continuaria a cumprir a sua missão de salvaguarda de paz decorria de duas premissas: uma é a de que a Aliança tem que, definitivamente, atenuar o desequilíbrio convencional, melhorar alguns dos seus sistemas de armas, como no caso da artilharia (com capacidade nuclear e aviões DCA - *Dual Capability*), garantir estoques de munições, sobressalentes e combustíveis, aperfeiçoar a capacidade e rapidez do reforço e ainda a sobrevivência e possibilidades dos Sistemas C3; a outra é, que se Ocidente admitir que a URSS pode atacar a Europa e ter êxito, então estão criadas as condições psicológicas para um clima de intimidação e é real o risco de que o Ocidente opte por se acomodar às exigências do Leste. Para o General Galvin, a retirada dos INF enfraquece

de fato a OTAN, mas a retirada dos SS 20 também enfraquece a URSS e o Pacto de Varsóvia.

Em 8 de dezembro de 1987, foi formalizado o acordo entre a URSS e os EUA quanto aos mísseis INF e iniciada, no ano seguinte, a retirada dos mesmos, seguidos de destruição e correspondente verificação *in loco*.

No seguimento da CSCE, em Viena teve lugar, em 3 de março de 1989, também naquela cidade, o início das negociações para a redução de forças convencionais na Europa (*Negotiations Conventional Armed Forces in Europe - CFE*) entre os 23 membros da OTAN e os do Pacto de Varsóvia.

O ano de 1989, contudo, será decisivo para a futura estabilidade e segurança da Europa e para o repensar estratégico da Aliança. A queda do Muro de Berlim vai corresponder a uma alteração profunda do mapa geopolítico europeu e dar início a uma série de alterações radicais da conjuntura estratégica internacional, materializadas pela implosão da URSS e pelo assumir de uma postura mais dialogante e cooperante da Rússia e, ainda pelo

fracasso da ideologia marxista-leninista.

O PERÍODO DE 1990 ATÉ À ATUALIDADE, TENDO COMO HORIZONTE A CIMEIRA DE WASHINGTON, EM ABRIL DE 1999

Com o início da década de 90, a Aliança vai ser confrontada com uma alteração radical da conjuntura estratégica em que vivia. De uma estratégia de contenção entre blocos militares antagônicos, ideologicamente bem diferenciados e com uma postura estratégica bem demarcada passou-se para um ambiente estratégico qualitativamente diferente, marcado pela ausência de uma ameaça bem caracterizada e pela declaração política da inexistência de inimigos para com a Aliança, embora se reconheça a permanência de riscos multifacetados diversificados, geograficamente disseminados, e multidirecionais, mais difíceis de prever e de controlar. Na nova conjuntura estratégica, em que têm de ser realçados dois acontecimentos de alcance estratégico determinante - a reunificação alemã em 3 de

outubro de 1990 e a dissolução do Pacto de Varsóvia, em 1 de julho de 1991, a ameaça foi substituída pela incerteza e por novos riscos para a segurança. O novo conceito estratégico da Aliança, aprovado em 7 e 8 de novembro de 1991, durante a Cimeira de Roma, vai estabelecer uma nova abordagem da segurança, tendo em vista a proteção da paz no novo ambiente estratégico europeu, segundo quatro grandes vias: o diálogo, político e militar, em que o controle de armamento constitui peça importante; a cooperação, na perspectiva de que só a segurança comum pode prevenir as crises; a defesa coletiva pelo reconhecimento de que a dimensão militar é indispensável à segurança; e, por último, a capacidade para a gestão de crises e para prevenção de conflitos.

Quanto à dimensão militar da Aliança, o conceito estratégico reconhece que continua a ser necessária uma complementaridade de capacidades convencional/nuclear na Europa, a par de uma nova estrutura de forças (Forças de Reação Imediata e Rápida, Forças Principais de Defesa e Forças de Aumento) e da

necessidade de revisão e adaptação da estrutura de Comando; para as forças é referida a necessidade de reforçar o seu caráter multinacional. Quanto aos meios nucleares, é realçado o seu caráter indispensável e a sua finalidade política, sendo mais evidente o seu papel estratégico, como garantia última da dissuasão.

A OTAN vai ainda modificar o conceito de *defesa avançada* para a atitude estratégica de *presença avançada reduzida* e explicitar o conceito da *resposta flexível, clarificando o papel das armas nucleares como armas de último recurso, em quantidades significativamente mais reduzidas, à disposição da Aliança*.

Contudo, o diálogo político, a nível europeu e também a nível da Aliança reconhecendo uma nova realidade geopolítica e geestratégica no centro da Europa, a par da nova postura estratégica da Rússia, vai fazer a afirmação de que desapareceu a situação de ameaça, vivida até 1989, e de que a Aliança não é dirigida contra outros atores da cena internacional, desaparecendo também a figura do *inimigo*. Essa afirmação esvazia de conteúdo os con-

ceitos no âmbito convencional de *presença a avançada reduzida*, e realça o papel das armas nucleares como argumento último da dissuasão e o significado político do seu eventual emprego.

Nos anos seguintes, a OTAN vai prosseguir a sua readaptação às novas realidades da conjuntura estratégica. Na Cimeira de 1994, em Bruxelas, aprova e inicia a implementação dos conceitos da Parceria para a Paz (*Partnership for Peace* - PfP) e o das Forças Conjuntas e Combinadas (*Combined Joint Task Forces* - CJTF). Igualmente, aprofunda as relações com o Leste, ultrapassando as iniciativas no âmbito do *out reach* estabelecendo o NAC-C que, em 1998, dará lugar ao *Euro-Atlantic Partnership Council* (EAPC) e institucionalizará as relações com a Rússia e com a Ucrânia, iniciando também o diálogo com seis países do Mediterrâneo (Egito, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia).

Na vertente militar assistiu-se à reestruturação de comandos, reduzindo de 65 para 20 o número de quartéis-generais, ficando a estrutura constituída por

dois comandos estratégicos, um para a Europa e outro para o Atlântico, o primeiro com dois comandos regionais e o segundo com três, mais a STRIKFLANT e o SUBCLANT; o terceiro nível de comando é agora constituído por um total de 12 comandos sub-regionais.

Paralelamente, prossegue o processo de alargamento que se irá concretizar, em 1999, com a adesão formal da República Tcheca, da Hungria e da Polônia. Durante esse período, desenvolveu-se a atitude estratégica da Aliança de participação em operações de paz, sob a égide da ONU ou da OSCE, abrindo campo para a atuação operacional da OTAN nas chamadas novas missões (missões fora do art. 5, do Tratado de Washington), ultrapassando definitivamente os constrangimentos do *out of area*, evidenciando o seu caráter indispensável como mecanismo de segurança fundamental para a estabilidade internacional.

Igualmente se tem assistido a uma relação cada vez

mais estreita com a UEO, na criação da possibilidade de utilização de meios da OTAN por aquela organização e o empenho no desenvolvimento da Identidade Européia de Segurança e Defesa, no seio da Aliança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em abril de 1999, a Cimeira de Washington comemorará os cinquenta anos de existência da Aliança e, mais do que celebrar o seu passado, irá definir o seu futuro.

Além de formalizar a adesão dos três novos parceiros, irá aprovar o novo conceito estratégico que, certamente, estabelecerá um equilíbrio entre *centralização* das missões de defesa coletiva da Aliança (o art. 5 do Tratado) e a capacidade para contribuir para a preservação da paz através da evidência de meios de resposta às crises e às novas ameaças potenciais, dentro de um conceito alargado de segurança e de *fronteiras*

expandidas e da sua disponibilidade política e militar para as *novas missões da Aliança* que, genericamente, têm sido designadas por *não art. 5*, e que se enquadram nas operações de apoio à paz, na prevenção de conflitos e na gestão de crises.

No entanto, o grande objetivo da OTAN será, conservando o seu caráter político-militar de Aliança defensiva, manter e reforçar a coerência estratégica transatlântica e garantir a segurança na área euro-atlântica.

Num ambiente estratégico em que o conceito estratégico de segurança tem, como já se referiu, um espectro político-militar amplo, a aproximação internacional para a sua concretização e preservação passa pela capacidade da Aliança desenvolver uma atitude cooperativa cada vez mais estreita, quer com os *países parceiros* quer com outras organizações internacionais, como sejam a OSCE, a UE, a UEO, o Conselho da Europa e as Nações Unidas. 

General VÔ NGUYEN GIAP um mestre da estratégia da resistência

*Claudio Ricardo Hehl Forjaz**

Ensaio-tentativa sobre a vida do General GIAP e de sua bem sucedida luta para a construção de um Estado vietnamita, capítulo destacado da reação ao colonialismo ocorrida em nosso século. (1^a parte)



O século XX foi cenário de profundas transformações. De isoladas tribos primitivas e vastos impérios mundiais, o planeta assistiu a revoluções, guerras, evoluções tecnológicas e radicais mudanças de comportamento, levando-o a tornar-se uma aldeia global.

Um dos lugares que mais sofreram com essa metamorfose foi o Extremo Oriente. Ali, povos lutaram por sua liberdade desde o alvorecer da centúria, criaram impérios poderosos e, por fim, as novas nações nascidas chegaram a

ameaçar suas antigas metrópoles, tanto militar como economicamente.

Nesse caleidoscópio geográfico, étnico, religioso, cultural, político e econômico, brotaram gigantes como o Japão, a China e a Coréia. Seus filhos trilharam os ensinamentos de Hiroito e Mao Tsé-Tung, dentre outros. E, nesse ambiente de afloramento de Estados, desponta um que, em poucas décadas, deixou de ser uma oprimida colônia para ter uma projeção política regional importantíssima e ser respeitado pelas grandes potências: o Vietnã.

Para que isso se tornasse possível, o país se valeu não só de um acurado senso pragmático e de uma perseverança sem igual mas, principalmente, de uma liderança consciente e atuante, capaz de aglutinar e guiar os interesses e a vontade nacionais, convergindo-os para os objetivos primordiais de uma nação: a autodeterminação e o progresso.

O presente ensaio enfoca os feitos daquele que foi um dos principais articuladores da unificação, expansão e desenvolvimento do Vietnã: o General vietnamita Võ Nguyen Giap.

* Capitão de Engenharia.

De extrema capacidade organizacional e de um carisma sem par, ele desempenhou funções de relevo no governo vietnamita e, no campo militar, se destacaria como um dos grandes estrategistas e logísticos do mundo moderno.

Respondendo pelo treinamento, doutrinação, disciplina, comando, administração e logística, teve o mérito de transformar camponeses atrasados em guerrilheiros ardilosos e, estes, em combatentes de primeira linha. No seu currículo constam a vitória sobre a elite dos exércitos franceses e norte-americano, dentre outros.

Dentre os seus principais legados está uma série de ensinamentos acerca da guerrilha e de como torná-la o suporte para uma eficiente aplicação da *Estratégia da Resistência*, da qual é, sem dúvida, um de seus maiores mestres.

QUEM É GIAP?

Vô Nguyen Giap foi general e político vietnamita. Filho de um camponês rebeldes, desde a adolescência



General Giap, com o mesmo vigor de outrora, mesmo sendo octogenário.

estava envolvido nas greves e distúrbios que assolaram o Vietnã no princípio do século.

Professor de história, dedicou-se à profissão com afinco, buscando sempre conhecer o espírito de seus compatriotas, e o comportamento da civilização, de um modo geral. Mais tarde, como jornalista e, posteriormente, militar, Giap reforçou seus estudos acerca desses temas¹.

Buscar as origens da vitória dos vietnamitas nos diversos conflitos deste século é percorrer, passo a passo, a vida do General Giap². Por essas razões sua vida se mescla com a história recente de sua nação, ousando-se dizer que sua figura personifica o espírito de seu exército.

General da Reunião Vietnamita (*Thong Nhat*), imortalizou-se na História Militar pela eficiência no comando dos guerrilheiros vietnamitas, no transcurso dos diversos conflitos que ocorreram na península da Indochina, particularmente após a última guerra mundial.

Vô Nguyen Giap foi um dos criadores do *Vietminh* (uma liga nacional liderada pelos comunistas, que apoiou a libertação do Vietnã)³. Ele derrotou os japoneses na Segunda Guerra Mundial, e os franceses, na luta pela independência. Para dar suporte militar ao *Vietminh*, criou e chefou

¹ Nunca desprezou seu passado de historiador, mergulhando sempre que possível nos livros, a fim de colher ideias e ensinamentos para aplicá-los contra seus inimigos. Ao lado de Tito, da Iugoslávia, e de Lawrence da Arábia, foi um dos maiores militares autodidatas de todos os tempos.

² A tradução de GIAP para o português é madeira. (BOGO, Generoso, Padre. *Imagens e Paisagens do Vietnã*, pg. 72).

³ VIETMINH é a sigla que representa *Viet-Nam Doc Lap Dong Minh Hoi*, ou seja, Frente de Independência do Vietnã. Ela foi fundada por Hô Chi Minh e seus companheiros na China meridional, em maio de 1941, para lutar pela independência, fazendo frente aos japoneses e aos franceses. Mais tarde, mudou o nome para *Lien Viet* (Frente Nacional do Vietnã), mas permaneceu sendo conhecida pelo antigo nome e foi a principal responsável pela derrota franca em Dien Bien Phu e pelos posteriores acordos de paz firmados em Genebra, que acabaram por ratificar a independência do Vietnã do Norte. (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE - CULTURAL - Vol. 24, pg. 5954).

o EPVN (Exército Popular do Vietnã do Norte).

Foi responsável também pela organização dos *Vietcong* (guerrilheiros comunistas que atuavam no Vietnã do Sul), com quem abriu caminho para a derrota dos Estados Unidos e seus aliados, na conhecida Guerra do Vietnã.

Seu nome está ligado especialmente a duas operações militares: a *batalha de Dien Bien Phu*, em 1954, onde infligiu aos franceses sua maior derrota colonial, e a *ofensiva do Tet*, em 1968, ponto de inflexão da luta contra os norte-americanos.

Conhecido atualmente no Ocidente como o *Napoleão Vermelho*, é considerado o maior combatente irregular da História, segundo o brigadeiro inglês Peter MacDonald.

Foi ele um dos fundadores e expoentes do Partido Comunista da Indochina (PCI). Nos intervalos entre os inúmeros conflitos que conduziram o Vietnã a uma posição de destaque na região do Sudeste Asiático, Giap foi sempre colocado em funções de decisão no governo, a fim de que pudesse colaborar com o desenvolvimento do seu país.

Primeiramente, ocupou o cargo de Ministro do Interior e, em 1945, o da Guerra, já no governo de Hô Chi Minh. No ano seguinte foi empossado Presidente do Vietnã do Norte, posto que ocupou até o início das hostilidades contra os franceses.

Entre 1945 e 1954, comandou o Exército Norte-Vietnamita contra o domínio gálico. Após a vitória, Giap assumiu os encargos de Vice-presidente do Conselho e Ministro da Defesa do Vietnã do Norte, a partir de 1954. Quando da unificação do Vietnã, participou do governo da República Socialista do Vietnã, de 1976 a 1980, ano em que abandonou as funções de Ministro da Defesa. Em 1982, retornou ao cenário político vietnamita como Vice-Primeiro Ministro, ali permanecendo até 1991. Atualmente, desempenha várias funções no governo vietnamita, destacando-se a de Vice-Presidente do Conselho de Ministros, adepto do *doi moi* (renovação, novo rumo), nova política econômica neoliberal vietnamita, de combate à pobreza e o atraso em seu país, objetivando torná-lo um *Tigre Asiático*.

Apesar da riqueza dos ensinamentos colhidos por

suas atividades e campanhas, poucos são os livros editados no Ocidente que tratam de sua bibliografia.

OS PRIMEIROS PASSOS

Nascido em An-Xa, em 1911, Vô Nguyen Giap era, membro de uma família de camponeses rebeldes, como já foi ressaltado. Seu próprio pai faleceu vítima de doença contraída em presídios coloniais.

Aos 13 anos, ingressou no Liceu Francês (*Lycée National*) em Huê. Envolvido politicamente em distúrbios, desde essa idade, foi expulso do colégio por liderar revoltas estudantis.

Nessa época, nasceu-lhe o desejo de ver sua nação livre e poderosa, como o havia sido, antes da colonização européia. Para que seu sonho se tornasse realidade necessitava saber o que fazer, como fazer, quando agir e se seria seguido em seu intento. E escolheria um interessante caminho para obter suas respostas.

O Professor de História

Os anos se passaram e Giap foi adquirindo maio-

res ensinamentos sobre arte militar e política.

Quando chegou à idade adulta e à obrigação de trabalhar, escolheu no magistério a matéria que mais lhe apetecia. Lecionou História na escola Thang Long, em Hanói, onde procurou expor seus pontos de vista e aprimorar seu modo de aliciamento. E foi instruindo seus compatriotas que Giap começou a tomar conhecimento detalhado dos fatos marcantes da vida de sua pátria.

Depois de estudar a fundo a história de seu povo, constatou que, apesar de sua remota origem (remonia ao Paleolítico), o Vietnã nasceu praticamente de um mosaico de grupos étnicos, com predomínio do chinês, ao qual esteve ligado politicamente por um milênio.

Após algumas revoltas, os vietnamitas conquistaram sua independência, no final do século X (938 d.C.), expulsando os chineses. A partir daí, mesmo invadidos, nunca se curvaram ao agressor. Cercado por dois grandes impérios, o chinês e o hindu, repeliu-os sempre de seu território, embora muitas vezes com alguma demora, como aconte-

ceu com os chineses no século XI (1075-77) e com as hordas mongólicas no século XIII (1257-58 e 1285-88).

Um detalhe interessante do contato com seus vizinhos foi a adoção de suas religiões. Há uma certa divisão histórica entre um norte budista, de origem chinesa, e um sul hinduista, conhecido como *Champa* ou *Cochinchina*.

O povo vietnamita propriamente dito nasceu da união de suas duas principais regiões, *Tonquim* e *Annam*, criando um reino, *Dai Viet*, que logo procurou se expandir, conquistando Champa, ao sul, em 1802. Pela primeira vez na história, os atuais limites do Vietnã estavam sob um mesmo senhor e essa idéia iria ser o farol das ações de Giap.

Com a expansão colonial européia, a região foi invadida pelos franceses que, além de intervirem na *Cochinchina* (1858), nove anos depois, estabeleceram um protetorado em *Annam* e *Tonquim* (1884), incorporando-os ao Camboja (1887). No período de dominação, os invasores exploraram a borracha, o arroz e a madeira, situação que perdurou até 1941, quando ocorreu a

invasão nipônica, e foi marcada por revoltas e distúrbios, quase todos visando a restabelecer a independência.

Uma das peculiaridades dos movimentos insurrecionais vietnamitas refere-se à mobilização de toda a população. Alguns deles tiveram antigos imperadores como líderes, outros nasceram nos campos, e há notícia de insurreições promovidas por trabalhadores urbanos e estudantes.

Sabe-se que, originariamente, a unidade política e cultural vietnamita repousava na burocracia confucionista, organizada a nível local, onde praticamente toda aldeia era auto-suficiente. A conquista gálica destruiu boa parte dessa secular tradição e criou tensões ao introduzir uma nova cultura, com novos valores econômicos e políticos, o que deixaria seqüelas inevitáveis, geradoras de antagonismos, e tornando irreversível o processo de luta pela autodeterminação.

A primeira centelha de rebeldia foi deflagrada por antigos governantes. A insurreição ficou conhecida como o movimento das *Bandeiras Negras*, onde o

imperador Ham Nghi iniciou uma guerra à base de guerrilhas, que assolou An-nam de 1883 até 1913. Depois, vieram as revoltas populares em Saigon, Binh Thuan e Phu Yen, entre 1885 e 86. Já no século XX, começaram as atividades terroristas em Hanói e Huê, além de distúrbios de toda ordem que se propagaram pelo país, marcando a primeira década do nosso século. Em 1916, o imperador Duy Tan revoltou-se, mas sua revolução, como as outras, foi contida.

Em outras palavras, a paz nunca reinou na região e Giap contou com ensinamentos recentes sobre como conduzir as lutas, além de, historicamente, contar com um apoio popular muito favorável a levantes contra os estrangeiros. Ele jamais desprezou esse fato e aplicou com mestria os recursos humanos de que pôde dispor.

O rebelde

Vô Nguyen freqüentou a Universidade de Hanói e, em junho de 1937, bacharelou-se em direito e ciências políticas.

Nesse mesmo ano, ingressou no PCI, onde co-

nheceu Nguyen Thi Minh Giang, militante comunista, que viria a ser sua primeira esposa, e aproveitou para escrever inflamados artigos no jornal marxista *Viet Lap* (Vietnã Construído).

Em 1930, Vô Nguyen Giap foi preso pelos franceses como comunista atuante e condenado à reclusão por suas atuações nos movimentos revolucionários do período de entre-guerras. Apoiado por uma representativa parcela da população rural, o PCI contribuía para a desordem nos campos e nas cidades. Esse apoio era consequência da fome e do desespero oriundos da fenomenal queda dos preços do arroz, borracha e outras atividades primárias, base da débil economia local, causados pela depressão de 1920.

Esse período é considerado, pelo futuro general, como o mais negro de sua vida, uma vez que perdeu uma irmã e a esposa, nos campos franceses para prisioneiros políticos. Isso lhe marcou profundamente.

Em 1939, o jovem revolucionário conseguiu fugir para a China, onde travou seus primeiros contatos com Mao Tsé-Tung. Com o

líder chinês, o futuro comandante vietnamita aprendeu as táticas de guerrilha, os fundamentos da guerra psicológica e a *Estratégia da Resistência*.

Uma fase assaz fecunda estava se iniciando em sua vida, como colocar em prática seus ideais. O tempo mostraria o quanto importante foi seu aprendizado.

APRENENDENDO COM OS MESTRES

Na história, poucos grandes homens tiveram oportunidade de aprender seu ofício com os grandes mestres. Vô Nguyen Giap foi um desses afortunados.

Conhecendo Mao Tsé-Tung pessoalmente pôde dele extrair todo o conhecimento sobre a estratégia da Guerra Revolucionária.

O comandante chinês logo percebeu a sua extrema capacidade e resolveu tratá-lo de modo diferente. Antes de lhe passar os segredos da Guerra Revolucionária, orientou-o para que estudasse a fundo os grandes filósofos da arte militar. Fruto disso, Giap pôde formar a base de sua filosofia bélica.

As lições de Mao Tsé-Tung

Mao Tsé-Tung foi o principal mestre de Giap. Com ele, além dos princípios da estratégia da guerra revolucionária e da usura, aprendeu os fundamentos da guerra psicológica, da qual se tornou o melhor exemplo prático de emprego⁴.

O *Dragão Chinês* lhe ensinou condutas básicas sobre o faseamento da conquista de um país⁵, assim como a atuação em negociações e de como proceder em outros campos importantes da arte militar. As aulas sobre as atividades de inteligência e logística foram pautadas numa miscigenação de teoria suntzuniana, história geral e prática revolucionária.

Esses e outros ensinamentos passaram, durante anos, pelo crivo da prática e foram descritos por Mao Tsé-Tung em diversos livros,

como *Guerra de Guerrilhas, A Guerra Prolongada e Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária*, presença obrigatória nas bibliotecas dos revolucionários e contra-revolucionários deste final de século⁶. Flexíveis e profundos, essas matérias mostraram-se tão eficazes que as doutrinas maoístas foram consideradas como uma das mais perfeitas até hoje escritas.

Certo de que seu aluno se tornaria um grande chefe militar, certo dia Mao ensinou-lhe algo de que ele nunca esqueceria: a fórmula mágica para realmente ter sucesso em sua empreitada. Foi Mao Tsé-Tung quem o convenceu de que o segredo do sucesso estaria na busca de uma *maneira vietnamita* para atingir seus objetivos. Assim como o estudo do filósofo chinês Yen Fu dera a Mao a idéia do *culturalismo* como resposta chinesa de mobilização do povo, tornando-o

uma força irresistível, Giap deveria buscar na história de seu país as soluções para vencer seus adversários.

Estudando os pensadores

Não tardou Giap a tomar gosto pelo estudo de Sun Tzu, Clausewitz, Lênin e outros, reservando tempo precioso para a análise de suas obras, enquanto ia tomando contato com os fundamentos maoístas. Para termos uma noção da influência nas suas futuras ações, destacaremos as mais importantes observações que foram apropriadas por ele.

De Sun Tzu, filósofo e primeiro historiador militar oriental, o futuro chefe vietnamita apropriou-se de alguns ensinamentos a respeito da condução das campanhas típicas de guerra civil. Aprendeu como se busca a fragmentação moral do adversário para debilitá-lo,

⁴ Esta estratégia havia sido traçada por Mao Tsé-Tung para combater os nipônicos invasores de seu país na década de 30. Todo estudo acurado de emprego da guerrilha ou da Doutrina da Lassidão (da Resistência ou da Usura) tem que focalizar as campanhas do General Giap.

⁵ As ações táticas acompanhavam as estratégicas. Na primeira fase, seriam escolhidos o local da base, de preferência numa região de difícil acesso e isolada; organizado um centro de treinamento; espalhar propagandistas nas imediações para angariar voluntários; criar um cinturão de segurança, composto principalmente por simpatizantes. As ações seriam essencialmente de caráter conspiratório, clandestino, metódico e progressivo. Na segunda fase, a ação direta cresce de importância, surgindo atos de sabotagem; terrorismo seletivo; e ataques de surpresa a postos isolados, objetivando principalmente apropriar-se de armas e mantimentos.

A expansão da área de atuação é acompanhada por um maior atrevimento das tropas rebeldes, praticando agora abertamente a guerrilha. Os habitantes das áreas liberadas são incitados a aderirem, caracterizando assim um movimento de massa. Na última fase, com a guerrilha consolidada, formar-se-ia um exército regular, capaz de fazer frente ao legal. (CLUTTERBUCK, Richard. *Guerrilheiros e Terroristas*, pg. 43).

⁶ O próprio General Westmoreland tinha o livrinho vermelho de Mao como livro de cabeceira. Nele estavam descritos os ensinamentos do líder comunista chinês sobre guerrilha. (AIR UNIVERSITY REVIEW, Vol. XXXVIII, pg. 64).

compreendeu a importância das atividades de inteligência e da escolha do local de combate.

Tais fundamentos lhe foram cruciais.

Por intermédio de Clausewitz, famoso teórico da guerra, o estudioso vietnamita pôde conhecer o pensamento dos ocidentais, visto que eles se baseavam nos escritos desse general prussiano para formular suas respectivas doutrinas militares.

Outros aspectos dele absorvidos foram os da relação entre a política e a guerra, o conceito de *povo em armas* e a destruição do inimigo num ataque contra o grosso de suas tropas⁷.

Quanto à doutrina marxista-leninista já era do conhecimento do vietnamita, uma vez que era a base de seu pensamento político. A reformulação dos ensinamentos clausewitzianos proposta por Lênin serviu de reflexões sobre a condução da Revolução e de parâmetros para o governo de

seu país após a conquista da independência.

TOMANDO CONSCIÊNCIA DO VALOR DE SEU Povo

Ao estudar esses princípios, relembrou-se dos momentos em que, sentado nos bancos escolares, ouvia as heróicas passagens de seus antepassados. Sua vontade foi brotando e tomando força, à medida que se aprofundava nos estudos sobre a história do Vietnã.

Logo ele se identificou com aqueles que enfrentaram os chineses em busca da independência, finalmente lograda depois de um milênio sob seu jugo. A estes se juntariam os que, como seu pai, pegaram em armas e morreram em busca do ideal maior da autodeterminação. Sentia-se profundamente arraigado ao seu povo e ao destino a ele reservado.

De todos os heróis da história vietnamita, aquele no qual o jovem Vô mais

se espelhou foi um histórico vulto nacional, Tran Hung Dao, que, no século XIII, liderou a revolta contra os mongóis, culminando na expulsão destes. Empregando pequenos contingentes em operações irregulares contra as massas invasoras, Dao foi o precursor da doutrina militar vietnamita, da guerra psicológica na península indochinesa, e o maior estímulo de convicção para Giap de que empregando essas técnicas poderia vencer o inimigo.

Sua primeira pergunta havia sido respondida, ou seja, seria necessário empreender uma guerra irregular para poder derrotar o adversário. Restava agora saber detalhes importantes sobre o caráter de seu povo.

O culto aos antepassados

Os estudos iniciais de Giap salientaram que seus compatriotas vietnamitas sempre lutaram e lutariam pela independência do Vie-

⁷ Esses conceitos foram fundamentais para os vietnamitas. O primeiro determinou a total submissão das Forças Armadas ao Politiburo, evitando assim o atrito comum entre o Presidente, o Parlamento e o Alto Comando sobre a forma de condução da guerra, tão comuns nos países democráticos. Como exemplo podemos citar a divergência de opiniões entre Nixon e o General Westmoreland que culminou com a substituição deste último do comando das forças norte-americanas em ação no Vietnã. O segundo deu base para as reivindicações de Giap com relação a pessoal e material. Este conceito, nascido de observações acerca da mobilização popular da Revolução Francesa, contribuiu para que os comunistas vietnamitas dispusessem de todos os recursos existentes em seu país. Esse aspecto foi capital para o êxito nos conflitos. A aplicação da máxima sobre a destruição do inimigo foi de certa forma catastrófica para Giap. Quase toda vez que procurou assediar um posto ou base adversária, teve baixas desproporcionais. Porém, sua maior vitória foi a conquista de Dien Bien Phu, a *Vérdun Asiática*, que, ao contrário da original europeia, caiu e levou consigo o Império Colonial Francês. (N. A.).

tnã, mesmo que muito sangue fosse derramado, muita desgraça cobrisse seu país e o tempo lhes cobrasse o tributo de uma existência.

Uma das razões principais era o elevado respeito dos vietnamitas aos antepassados, reforçado pelo alto grau de religiosidade. A influência de quatro religiões, sendo três delas orientais, quais sejam: Confucionismo, Tauísmo e Budismo, deixaram profundas marcas no caráter deste povo. O mosaico religioso desses três cultos está presente na grande maioria do povo e possui alguns aspectos, de certa forma, de difícil entendimento para os ocidentais. Citaremos alguns deles:

• *Diferente compreensão da morte*

Para os vietnamitas a morte é simplesmente carnal e não da alma. Segundo sua crença, o espírito de um morto permanece no seio da família e é sempre informado do que está ocorrendo dentro do lar, desde eventos importantes

como nascimentos e casamentos, até banais, como doenças passageiras e resultados de testes escolares.

• *A família é o centro da vida*

A vida familiar, independente da região em que esteja, é o centro das atividades cotidianas. O patriarca a cheia com plenos poderes até a sua morte, quando é substituído pelo primogênito. Caso este também tenha o mesmo destino, outro membro, escolhido pela família, ocupa-lhe o lugar.

Os irmãos são muito unidos e, quando os pais tomam uma decisão, mesmo que seja uma posição política, eles a defendem até a morte. Dessa forma, a decisão do patriarca deixa de ser individual e passa a ser familiar.

O caso de Giap é um bom exemplo disso, uma vez que seu pai havia sido um rebelde e, além dele, sua irmã, cunhada e primeira esposa também o foram. Todos morreram encarcerados ou por doença contraída

durante os anos de prisão. Com isso, é fácil entender o alto grau de fidelidade desse povo aos membros do lar.

• *Honra pelo sacrifício da vida*

Este tópico é praticamente produto das duas observações acima expostas. Para um vietnamita, como para outros orientais, o sacrifício da vida em prol da família ou da pátria é mais que uma obrigação, é, além de impostivo, uma honra⁸. Para ele, ao sacrificar-se, será venerado por sua família e, assim, sua alma estará segura no seio dos que o amam, e não vagará infinitamente pelo mundo, fruto da vergonha de seus erros durante a vida carnal.

Baseado nas apreciações acerca do caráter e peculiaridades do vietnamita, Giap concluiu que seria seguido facilmente pelo seu povo. O futuro provaria que sua conclusão fora acertada, pois, independente do número de baixas, sempre confiariam a ele a missão de conduzi-los à vitória⁹.

⁸ Como havia ocorrido na Grande Guerra, em especial com os combatentes japoneses, essa característica cultural oriental é de difícil compreensão para os historiadores ocidentais.

⁹ Como ilustração, os vietcongs perderam cerca de 50.000 soldados durante um mês de ofensiva do Tet e nem por isto abandonaram seu intento, enquanto os americanos, que não haviam perdido nem metade desse efetivo desde o início da conflagração, viram sua opinião pública immobilizada contra as *enormes perdas* e a favor da retirada de suas forças do longínquo território asiático.

Mas, na mesma época em que travou contato com Mao Tsé-Tung e seus ensinamentos, um acontecimento precipitou sua entrada em cena e mudou completamente o rumo de sua vida. Giap deixou de ser um rebelde revolucionário e passou a ser um destacado chefe militar.

CONTRA OS JAPONESES

Em 1941, o Japão realizou a sua *blitzkrieg* (guerra relâmpago) e nos primeiros meses de 1942 já era senhor de quase todo o Pacífico, ocupando terras coloniais inglesas, holandesas e francesas. Dentre estas, estava a Indochina que, apesar de ocupada pelos nipônicos, foi mantida sob administração francesa, fiscalizada por Vichy.

Nasce o Vietminh

Em maio de 1941, um grupo de vietnamitas refu-

giados no sul da China fundou o Vietminh, ou Frente pela Independência do Vietnã (*Viêt-Nam Doc Lap Đồng Minh*), direcionando o esforço nacional para a

Para um vietnamita, como para outros orientais, o sacrifício da vida em prol da família ou da pátria é mais que uma obrigação, é, além de impositivo, uma honra

libertação, dando-lhe um caráter bélico, nacionalista, comunista, anti-japonês e anti-francês. Com essa união política com os nacionalistas, deu um importante passo para atuar mais decisivamente em prol de seu país. Desse grupo pioneiro destacam-se, além de Giap, Pham Van Dong e Hô Chi Minh, empossado presidente da frente¹⁰.

O Vietminh começou a ter raízes profundas na população vietnamita, levando

em consideração a formação social da sociedade local e prestigiando a boa liderança ao invés de formas pouco apreciadas de ascensão. Desse forma, era visto pelos moradores como um convicto e eficiente movimento de resistência aos estrangeiros, e não como um bando de terroristas, tão comuns naquele época.

Enquanto o Vietminh, sensível ao descontentamento dos aldeões e dos homens cultos da sociedade vietnamita, a cada dia mais se aproximava da população vietnamita, Giap galgava postos na hierarquia dessa frente, sendo o quinto elemento em importância no Bureau Político.

Sob o codinome de Van, Vô Nguyen Giap prosseguiu seu aprendizado nas artes bélicas com os comunistas chineses de Mao e com alguns militares aliados, lançados à retaguarda dos domínios nipônicos para instruir e adestrar ele-

¹⁰ Nguyen Tat Than, mais conhecido como Hô Chi Minh, é considerado o Pai do Vietnã. Revolucionário na maior parte de sua vida, ele foi sobretudo um homem prático. Fora muito mais um conspirador e organizador do que teórico do comunismo. Talvez antes mesmo de Mao Tsé-Tung, ele percebera que o marxismo asiático teria um cunho mais camponês. Hô Chi Minh nasceu em Kim-Lien, um lugarejo de Annam, no ano de 1890. Seu pai, um diretor de uma escola, fora afastado de seu cargo por discordar do domínio francês. Autodidata, ele foi para a Europa em 1911. Ali estudou, trabalhou em restaurantes e como marinheiro. Em Paris editou um jornal anticolonialista, o que lhe levou a se aproximar do Partido Socialista. Depois da cisão deste, ingressou no Partido Comunista Francês, em 1920, representando-o quatro anos depois, no V Congresso da Internacional Comunista, em Moscou. Posteriormente seria preso na China por agitações políticas. Em 1930, ele organizava um partido comunista na Indochina. Em 1941, assumiu a liderança da resistência contra os franceses e japoneses, que então haviam invadido o Vietnã. No ano seguinte, Tat Than, que já havia se chamado Nguyen Ai Quoc (Nguyen, o Patriota) mudou seu nome para Hô Chi Minh (aquele que ilumina), com o qual se eternizaria. Em 1946, Hô Chi Minh se tornaria o primeiro Presidente da República Democrática do Vietnã do Norte, cargo que por diversas vezes ocuparia. Quanto ao Partido Comunista do Vietnã, permaneceria à frente até sua morte, em 1969. (BROWN, Ashley. *O Vietminh. (Guerra na Paz - Vol. 10)*, pg. 176).

mentos nativos na luta contra o Império do Sol Nascente.

Contou com o apoio de uma equipe, a *American Office of Strategic Service Deer Team*, chefiada pelo Major Allison Kent Thomas, que aterrissou no norte do Vietnã, em 1944, com a missão de instruir e preparar a resistência local contra os nipônicos.

A preparação nesses anos de clandestinidade foi essencial para que Giap desenvolvesse e experimentasse diversas técnicas que iriam nortear suas futuras campanhas.

Entre essas, escolheu a guerrilha, por ser historicamente a melhor forma de conduta militar para uma força mais fraca levar a cabo sua missão, com alguma probabilidade de vitória e por contar, nos comunistas chineses, com um laboratório da prática desse tipo de luta. Além disso, aproveitaria como ninguém a proximidade com a China, que, na época, também combatia contra os nipônicos, para estabelecer sua base no *Viet Bac*. Essa região era um misto de mon-

tanhas e matas virgens, na fronteira com a China. Para ali e dali partiriam suas linhas de abastecimento, jugular dos suprimentos e da evacuação dos guerreiros que combatiam os soldados das potências ocidentais, a centenas de quilômetros¹¹.

Batismo de Fogo

Fundo o período de aprendizagem e de volta ao Vietnã, chegou o momento de o jovem rebelde e seus camaradas porem em prática os ensinamentos adquiridos com Mao.

Preparando-se para uma guerra prolongada, conforme o preconizado pelos chineses, Giap e os demais membros do *Vietminh* procuraram primeiro se organizar. Começaram formando a base, recrutando pequenos grupos de guerrilheiros. Esses destacamentos seriam o embrião dos quadros do futuro e vitorioso Exército Vietnamita. Além de formarem o braço armado da organização, os líderes vietnamitas buscaram selecionar os elementos aptos a desempenharem as funções administrativas

e políticas do movimento. A fim de não serem incomodados pelos nipônicos, estabeleceram-se nas distantes selvas e montanhas lindéreas setentrionais, onde o inimigo jamais ousaria penetrar¹².

Vislumbrando que o término da guerra estava próximo e que caberia aos aliados a vitória, o *Vietminh* resolveu agir. Deixou as reuniões e atividades diplomáticas para entrar em combate e, daí, lucrar com os louros da vitória como qualquer entidade vencedora. Somente dessa forma o movimento teria o reconhecimento da comunidade internacional e assim poderia reivindicar o controle político das regiões então ocupadas pelos japoneses no Vietnã.

Giap foi um dos articuladores das ações militares do *Vietminh*. Seu profundo conhecimento de História logo o levou a comparar a situação do Vietnã daqueles anos à da América pré-revolucionária. Ele sabia que, tanto os ocidentais como os japoneses, haviam relegado o Sudeste Asiático a um segundo pla-

¹¹ Esses suprimentos eram geralmente transportados em lombos de muares ou em bicicletas, através de inóspitas trilhas por entre montanhas e selvas.

¹² CLUTTERBUCK, Richard. *Guerrilheiros e Terroristas*, pg. 37.

no por vários fatores, desde o econômico até o geográfico, sendo então muita custosa sua manutenção.

Com base nessas observações, os líderes do *Vietminh* perceberam que a chave da vitória seria o desgaste do invasor, o qual, tendo que atuar em outras frentes mais importantes, dificilmente reforçaria a região.

Tendo uma *radiografia* de seu povo, da região que bem conhecia, dos reais interesses do invasor e das diversas consequências históricas de situações similares pôde, enfim, traçar as linhas mestras de sua estratégia e, além de expô-las ao Partido, defendê-las.

Enquanto a liderança do *Vietminh* estudava as propostas de Giap, ele preparou caminho para as futuras operações militares. Graças aos seus estudos, ensinamentos logísticos e experiência na clandestinidade, nosso protagonista organizou muitas vias de acesso através das matas e montanhas, visando a estabelecer uma efetiva linha de suprimentos para o *Viet Bac*. Foi nessa área que o *Vietminh* estabeleceu sua principal

base de operações, posição vital para o êxito nas diversas campanhas que travou.

Presente no Vietnã desde 1943, Giap logo percebeu a precariedade da situação do *Vietminh*. Para atenuá-las, estreitou ligações com Chu Van Than, chefe dos grupos rebeldes que atuavam nas montanhas Tho. Tal medida possibilitou base mais adequada ao novo guerrilheiro e a seus companheiros.

Por seu dinamismo, conhecimento e liderança, foi confiada a Vô Nguyen Giap a missão de formar, em 1944, a *Brigada de Propaganda Armada*, um seletíssimo grupo de apenas 34 soldados, incluindo três mulheres. Eles estavam armados com apenas 2 revólveres, 17 fuzis, 14 espingardas de pederneira e 1 metralhadora de mão.

Foi com esses companheiros que Giap teve seu batismo de fogo, ao atacar dois postos inimigos, no Natal daquele ano. Foi a primeira operação do recém criado Exército Popular de Libertação do Vietnã, ou *EPLV* (*Quan Doi Nhan Dan*), uma formação com duas centenas de vo-

luntários, gênese do vitorioso Exército Vietnamita.

Em junho de 1945, o *Vietminh* já era senhor das seis províncias localizadas chamada *Viet Bac*, região famosa por suas matas fechadas e montanhas de difícil acesso.

Enquanto a liderança política agia, Giap organizava o alicerce de seu exército. Em cada aldeia foi criado um grupo de doze pessoas que ficariam responsáveis por sua defesa, além de outros cinco que participariam de operações fora da área da própria comunidade. Havia expedições periódicas de recrutamento, tendo, como principal baluarte dos voluntários, a luta por um Vietnã independente e unido¹³.

Os soldados tinham instruções intensas. Sua alimentação era espartana: arroz e um pouco de peixe ou carne. Nenhuma bebida alcoólica. Sua dedicação era semelhante a de um seminarista. Mesmo tendo um cunho nacionalista, Giap começou a semear as sementes do comunismo em seus homens. Todos os membros do *EPLV* eram submetidos a duas horas diárias de treinamento ideológico. As canções entoa-

¹³ BROWN, Ashley. *O Vietminh. Guerra na Paz* - Vol 10, pg. 176.

das nos momentos de folga eram quase todas revolucionárias.

As Primeiras Atividades Políticas

A guerra mundial estava consumindo não só as potências do Eixo, mas as aliadas, muitas delas ainda detentoras de um vasto império ultramarino. Como historiador, Giap percebeu a oportunidade ímpar que surgia no horizonte das nações coloniais ainda existentes no mundo se libertarem definitivamente do jugo europeu¹⁴. Para tal, ele e seus camaradas deveriam agir em todos os campos do poder, em especial no militar e no político. Seu futuro dependeria da forma com que atuariam, diante das indefinições tão comuns à época de um conflito mundial.

Pragmático o suficiente para nunca cometer o erro primário de subestimar situações ou adversários, bem como nunca negar apoio, de quem quer que fosse, o *Vietminh* foi capitalizando aliados e simpatizantes à sua causa.

Enquanto Giap atuava no front interno contra os japoneses e contra a administração francesa de Vichy, Hô Chi Minh, líder do *Vietminh*, visava a se sentar à mesa com os vencedores para obter compensações mais efetivas.

Aproveitando-se das ações políticas internacionais contra os japoneses, principalmente próximo ao final da guerra, o *Vietminh* aproximou-se das Nações Unidas, colocando-se como o legítimo representante da resistência do povo vietnamita.

Essa manobra política possibilitou o PCI (Partido Comunista da Indochina) a assumir poder no Vietnã quando da derrota japonesa, uma vez que não havia tropas francesas na região¹⁵.

Em 2 de setembro de 1945, foi concretizada a proclamação da República Democrática do Vietnã, sob a presidência de Hô Chi Minh e tendo Giap, já promovido a general-de-exército (*Dai-Tuong*), como seu Ministro do Interior e comandante de uma força de 1.000 soldados. Era a con-

sagração de um ideal e o marco do êxito em sua primeira campanha militar. Libertava-se o Vietnã definitivamente do inimigo nipônico.

CONTRA OS FRANCESES

Um mês depois da ascensão de Hô Chi Minh à presidência da República do Vietnã, a França enviou ao Extremo Oriente tropas sob comando do General Leclerc. Estas reocuparam o sul da Cochinchina, provocando um impasse na região.

As relações entre Hanoi e Paris só voltaram à normalidade após a conferência de Delat, na qual Giap participou como membro da comitiva vietnamita. Como desdobramento dessa conferência, foi reconhecido o Estado do Vietnã do Norte. Só que esse Estado permaneceria integrando à União Francesa. Para manutenção da ordem e da autoridade gálica, uma divisão francesa com função policial foi despachada para o Vietnã do Norte.

¹⁴ O momento em que vivia era muito semelhante ao vivido nas Américas no século anterior, onde as metrópoles, desgastadas pelas guerras, no caso as napoleónicas, não tiveram condições para manter seu império colonial.

¹⁵ Tropas chinesas (nacionalistas) ocuparam o norte do Vietnã, enquanto as inglesas o fizeram no sul desse território. O *Vietminh* ocupou Hanoi.



General Giap, quando Ministro da Defesa do Vietnã do Norte, pouco antes de deflagrada a guerra contra as forças colonialistas francesas.

Em 1946, Giap assumiu provisoriamente a direção do país e, em novembro desse ano, iniciaram-se algumas manifestações de rua em Hanói e Haiphong. Houve um pequeno incidente na alfândega dessa última, que trouxe, como represália, o bombardeio da cidade pela artilharia francesa.

Percebendo que logo estaria em conflito com os franceses, Giap ordenou o recrutamento de jovens. Com os voluntários for-

mou pequenos e ligeiros grupos, que com o passar dos meses foram se ampliando até contar com 30.000 homens.

Em dezembro, milícias locais (*Tu Vê*) pegaram em armas, iniciando uma fase de combates e tréguas. Hô Chi Minh reassumiu a presidência do país, recolocando seu lugar-tenente novamente à frente de seus soldados. Logo a liderança do *Vietminh* estava conclamando o povo à insurreição armada contra a dominação de Paris, iniciando a última fase da longa e dramática caminhada rumo à independência¹⁶.

A partir de 1949, com a vitória de Mao Tsé-Tung na guerra civil chinesa, Giap passou a contar com um apoio ininterrupto. Em pouco tempo o EPLV tinha efetivo suficiente para mobilizar seis divisões de infantaria. Para lhe fazer frente, os franceses tinham apenas três divisões, apoiadas por blindados, artilharia e algumas aeronaves.

Certo de já haver ultrapassado todos os estágios predefinidos de sua estratégia e de ter uma força altamente motivada, Giap cometeu seu primeiro equívoco: passou imediatamente para a ofensiva geral. Planejou atacar diversos postos franceses em Tonquim e Annam. A data marcada para desencadear seu ataque foi 20 de dezembro. Contudo, a milícia *Vietminh* foi traída e esmagada pelas forças legais. Nas três grandes ofensivas que desencadeou, em 1951, ao longo do rio Vermelho, o EPLV praticamente perdeu um terço de seu efetivo.

Como alternativa só restou a Giap e seus seguidores se embrenharem nas selvas e montanhas do *Viet Bac*. Nessa região, pouco adiantaria o arsenal superior dos colonialistas.

Durante três anos, o general vietnamita estudou seus erros. Recomeçando da estaca zero, iniciou a primeira das cinco fases de seu plano, calcado nos princí-

¹⁶ Se formos analisar friamente a história do Vietnã em busca de sua auto-afirmação, identificaremos vários movimentos nacionalistas anti-coloniais. Durante toda a dominação francesa houve insurreições populares. Praticamente todo o povo engajou-se nelas, pois uma delas foi chefiada por um imperador anamita, enquanto as seguintes eram desencadeadas por trabalhadores e estudantes vietnamitas. A fase empreendida pelo *Vietminh* é a última grande revolta dos vietnamitas contra a dominação estrangeira, que, além de lograr êxito, marca um divisor de águas entre a forma adotada. Ou seja, essa fase inicia com a união de todas as tendências políticas (nacionalistas, comunistas, centristas, etc.) sob o comando de Hô Chi Minh e termina com a assunção ao poder do comunismo, tão logo se concretiza a independência. Seria esse mesmo regime político o adotado pelos vietnamitas para realizarem sua antiga *destinação histórica*: a reunificação de todo o Vietnã e a posterior expansão de seus domínios pela Indochina.

pios maoístas¹⁷, ou seja, a mobilização das massas. Ele melhorou o treinamento do EPLV, ampliou aos poucos sua área de influência e estabeleceu as primeiras zonas administrativas em um território liberado. Sua meta era conquistar a simpatia da população local para posteriormente ter dela o apoio necessário¹⁸.

Paralelo ao esforço militar estava o político que, doutrinando o povo, criou nele uma vontade férrea de vencer todos os obstáculos que obstruíam a sua autodeterminação. Esse foi, sem dúvida nenhuma, o maior feito do *Vietminh*, pois conseguiu que os pobres e subdesenvolvidos orientais fossem bem mais decididos que os bem armados e adestrados ocidentais.

Para melhor apoiar suas futuras ações, o *Vietminh* foi dividido em seis zonas administrativas, todas controladas por Hô Chi Minh.

Nelas seriam recrutados os futuros guerrilheiros de Giap. Todos os homens com idade entre 18 e 45 anos foram mobilizados para a luta contra os colonizadores¹⁹.

Ciente de possuir uma base de apoio bem alicerçada na população e com forte suporte externo, o chefe vietnamita passou para a segunda fase de sua campanha, ou seja, a guerrilha.

Guerre de Pourrissement

Partindo de uma base segura, o comandante vermelho foi capaz de ameaçar os intrusos onde quer que estivessem, sitiando boa parte de seus postos avançados, tudo empregando uma exemplar dinâmica de incursões guerrilheiras. O desgaste das forças estrangeiras foi enorme. Essa fase do conflito foi conhecida, pelos gálicos, como proces-

so do *Pourrissement* (apodrecimento). Era a *doutrina da usura* tomando forma no Vietnã²⁰.

Os franceses buscaram um confronto decisivo que pusesse termo à luta²¹. Contudo, só lograram êxito nas oportunidades em que Giap, achando-se pronto para realizar um combate regular, abandonava sua vitoriosa tática de combate de guerrilhas e os atacava empregando técnicas convencionais.

Podemos dividir o citado período em três fases:

- 1^a período (de 1947 até 1949) - onde as ações do *Vietminh* começaram a tomar maior amplitude tática. De operações de emboscada às forças francesas que se aventurem a perseguir os rebeldes vietnamitas na selva, às operações mais arrojadas e profundas de golpes-de-mão, culminando em incursões contra vias de comunicação, comboios, postos e instala-

¹⁷ Procurando adaptar as teorias maoístas da campanha revolucionária de três fases: organização, guerrilha e guerra móvel, para cinco estágios necessários para atingir seu objetivo: 1^a - Mobilização das massas, 2^a - Guerra de guerrilhas, 3^a - Guerra prolongada, 4^a - Guerra móvel, 5^a - Ofensiva geral. Ninguém melhor do que ele entendeu e executou as teorias de Mao. (KEEGAN, John. *Dien Bien Phu*, pg. 37).

¹⁸ Giap, apesar de cívido de uma ideologia totalitária (no caso, comunista), é muito feliz em demonstrar o valor de constantes ações psicológicas para obter a união da vontade nacional. Ele mostra, de forma cabal, que as ações psicológicas devem ser realizadas diuturnamente, quer na paz quanto na guerra. (A DEFESA NACIONAL, Nr 767. *As Ações Psicológicas e os Técnicos da Guerra*, pg. 84).

¹⁹ Muitos deles trabalhariam como carregadores, transportando 25 Kg a distâncias de até 25 Km, ao dia. Com 50.000 desses transportadores, Giap mantinha o apoio logístico de uma divisão. (BROWN, Ashley. *O Vietminh. (Guerra na Paz - Vol. 10)*, pg. 177).

²⁰ Este é o mais conhecido e rico exemplo histórico onde esta doutrina foi aplicada, o mais perfeito exemplo prático da estratégia maoista, além de ser um dos clássicos da guerra psicológica.

²¹ Além das perdas humanas, a peste estava exaurindo os cofres públicos ocidentais. Em 1952, 40% dos gastos franceses eram cobertos pelos Estados Unidos. Dois anos mais tarde, esta porcentagem subiu para 80%.

Vale lembrar que mais da metade do dinheiro investido no Vietnã era na área de segurança. (JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos*. pg. 532).

ções coloniais localizadas ao norte dos deltas, próximo à fronteira sino-vietnamita e a cavaleiro da *Route Coloniale 4* ou RC-4 (Estrada Colonial Nr 4)²².

Essa fase terminou com a expulsão dos franceses da área, na sua desastrosa retirada de Cao Bang, Nam Nang, Dong Khe e That Khe; e com um aumento substancial das forças comunistas, que agora contavam com seis divisões, sendo uma delas bem dotada de armamento pesado.

A conquista da RC-4 pelo *Vietminh* foi a primeira grande vitória do General Giap.

• 2^a período (de 1950 até 1952) - marcado pela presença do General De Lattre de Tasigny. É nessa fase que os franceses empregaram com sucesso grupos móveis, geralmente forças-tarefas valor regimento (os conhecidos *Groupes Mobiles*), e destacamentos de comandos contra os guerrilheiros vietnamitas. Os combates convencionais tomaram vulto, com grandes derrotas militares para Giap. Es-

sas porém não foram definitivas. O período de vitórias dos franceses terminou com o retorno de seu chefe militar para Paris.

• 3^a período (de 1953 até 1954) - a última fase. Iniciou-se com o retorno da iniciativa para as mãos de Giap, que retomando as atividades de guerrilha e realizando incursões sobre o Laos, ampliou o controle sobre a região²³. Findou-se com a grande derrota das forças de Paris em Dien Bien Phu, coroando com sucesso a segunda campanha militar de Giap.

Dien Bien Phu

Giap começou a se infiltrar pelo Laos, a fim de contornar as linhas francesas. Em 1953, depois de sucessivos embates, os franceses procuraram estabelecer uma forte posição defensiva num ponto que obstruísse o caminho de Giap para aquele país vizinho.

Esse ponto era Dien Bien Phu, um conhecido entroncamento de estradas, sendo a maioria antigas ro-

tas de ópio. Os militares franceses julgavam que Giap os atacaria com todo o seu efetivo, num combate direto, onde a superioridade aérea e de fogos dos franceses decidiriam a peleja.

Ciente das vantagens e também das limitações logísticas do intruso, o general vietnamita procurou, numa façanha até então imaginável para os franceses, reverter o fiel da balança para o seu lado.

Num esforço quase sobre-humano, auxiliado por dezenas de milhares de nativos, Giap imperceptivelmente reuniu aproximadamente 40.000 homens em torno da guarnição colonial francesa. Durante três meses ele transportou, à mão, suas peças de artilharia para o alto das elevações recém-conquistadas. Estas exerciam um comandamento sobre as posições defensivas coloniais. As bocas de fogo, bem posicionadas e camufladas, puderam bombardear o único ponto de abastecimento dos sitiados, seu campo de pouso.

²² Conhecida como a Estrada da Morte (*Rout de la Mort*), a RC-4 com seus quase 500 quilômetros de extensão era constantemente atacada pelo *Vietminh*, que causou mais baixas aos franceses nas investidas contra os comboios do que nos ataques aos postos avançados distribuídos ao longo da mesma. (KEEGAN, John. *Dien Bien Phu*, pg. 41).

²³ Quando transcorreu a batalha de Dien Bien Phu, o *Vietminh* já se assenhoreava de 2/3 do território vietnamita e cerca da metade de sua população, além de ter a simpatia da maioria do restante dos vietnamitas e dos povos vizinhos.

Em 13 de março os cañhões vietnamitas começaram a alvejar os fortins franceses, enquanto a infantaria avançava e desalojava os soldados da Legião Estrangeira de seus postos avançados. Não tardou para Giap isolar toda a área.

Em poucos dias os sitiados perceberam a gravidade de sua situação. Não podiam ser devidamente apoiados, nem retraír. O suprimento aéreo ficou restrito ao lançamento de fardos por pára-quedas. Essa modalidade de abastecimento também foi seriamente afetada, quando Giap enviou para o local modernas armas anti-aéreas, então recebidas da China.

No dia 8 de maio de 1954, após cinqüenta e cinco dias de heróica resistência, a fortaleza caiu. Perto de 2.000 soldados franceses e 8.000 norte-vietnamitas tinham perecido na batalha. Sem aeronaves e sem blindados, o *Vietminh* conseguiu vencer a elite da Legião Estrangeira e das tropas coloniais, infligindo-lhes a maior derrota militar do pós-guerra. Essa batalha, a maior de todas na península, marcou

o apogeu do *Vietminh* e a consagração tático-estratégica de Giap.

As consequências políticas de Dien Bien Phu foram diversas, tais como o fim da dominação francesa no Vietnã, podendo-se dizer que foi o princípio do fim do Império Colonial Francês no Extremo Oriente e o surgimento de diversos países: Vietnã do Norte, Vietnã do Sul, Laos e Camboja²⁴.

Findava-se a Primeira Guerra da Indochina. Apesar das enormes baixas, vencera a vontade mais forte. Vencera o General Vô Nguyen Giap.

ENTRE GUERRAS

O período entre 1954 e 1959 foi marcado pela ênfase dada pelos governos de Hanói e de Saigon à reconstrução dos dois Vietnãs. Estes receberam forte apoio econômico do exterior, em especial dos norte-americanos, cujos dólares inundaram o Vietnã do Sul.

Enquanto Hô Chi Minh, no norte, firmava-se como um governante voltado para os objetivos nacionais, os

dirigentes do sul mergulhavam seu país num redemoinho de corrupção, incompetência, golpes de Estado e desmandos, afetando drasticamente a vida da população local, que começou a orientar-se para o lado de seus irmãos setentrionais.

O preparo das tropas

Nessa época, Giap continuou a dirigir as Forças Armadas do Vietnã do Norte. Aproveitando as experiências adquiridas no conflito contra a França para adentrar ainda mais seu Exército, procurou sedimentar seus conhecimentos, desenvolvendo diversos manuais, transformando em doutrina suas condutas vitoriosas e incentivando o intercâmbio com outros países comunistas, como a União Soviética. Mais tarde sua obra, *Guerra do Povo, Exército do Povo*, seria o livro de cabeceira de seus comandantes subordinados em todos os escalões, orientando-os nos mínimos detalhes de como deveriam operar taticamente.

Vô Nguyen Giap pregou o emprego do terror

²⁴ Somado a isso houve a queda do governo francês do premier Joseph Laniel, levando o seguinte a fazer a paz em Genebra, Suiça, a 21 de julho do mesmo ano. (KEEGAN, John. *Dien Bien Phu*. pg. 150).

como arma eficaz da guerra irregular, além de uma disciplina férrea. Todos os soldados deveriam obedecer cegamente a seus superiores e não vacilar jamais frente à morte.

O chefe vietnamita continuou a dar destaque à inteligência. A busca de informações e informações seria uma constante em todas as suas ações. Para ele era essencial que todos os movimentos do inimigo fossem observados, acompanhados e comunicados o mais depressa possível.

Giap deu especial ênfase à educação política e à mobilização de toda a população²⁵, ensinando a todos, inclusive mulheres, crianças e velhos, fundamentos básicos de combate e de primeiros socorros, importantíssimos para o próximo conflito.

Essas ações demonstraram quão importante havia

sido sua convivência com os chineses de Mao Tsé-Tung.

A reforma agrária

No campo nacional, em 1956, como Ministro da Defesa, Giap divergiu tenazmente da maneira como estava sendo conduzida a reforma agrária. Semelhante ao ocorrido em diversos países comunistas, um júri popular dava destino às terras e aos seus antigos proprietários, levando muitos deles para a morte. No Vietnã do Norte, a cerca de 12.000 já se tinha dado esse destino.

Giap interveio ferozmente, uma vez que muitos dos antigos proprietários haviam se empenhado valentemente na expulsão dos franceses, além de todas as famílias vietnamitas terem, de alguma forma, contribuído para a vitória no conflito.

Sua ação foi fundamental para que o próprio Hô Chi Minh tomasse a frente das atividades de reforma, salvando assim milhares de ex-combatentes vietnamitas da morte certa.

A um passo da eternidade

Conforme uma das cláusulas do acordo de paz, perto de um milhão de campões do Norte tiveram permissão para migrarem para o Sul. Giap sagazmente infiltrou seus mais capazes agentes nessa massa. Em contrapartida, os soldados do Vietminh que ali se encontravam puderam retornar para o Norte²⁶.

Aproveitando-se dos problemas políticos de seu vizinho, o general vietnamita convenceu os líderes do Vietnã do Norte a lançarem, em 13 de maio de 1959, um apelo público à luta contra o regime do Vietnã do Sul. Era

²⁵ A luta contra as forças de Paris havia aperfeiçoado a antiga organização das forças do Vietminh: tropas populares, tropas regionais e tropas regulares. As primeiras, paramilitares, eram a espinha dorsal das FFAA vietnamitas. Milicianas, eram o elo entre a população e o movimento, caracterizavam assim a participação ativa da população na luta pela autodeterminação. Dedicavam-se às atividades cotidianas como agricultura e estudo escolar. No campo militar, além de defenderem as aldeias sob administração do movimento, auxiliavam na coleta de informações, transporte de suprimentos e eventualmente nas ações de emboscada. Levemente armadas, tinham instrução militar nas horas de folga e serviam de reserva para as demais forças. As tropas regionais, organizadas em unidades ou subunidades, eram melhor equipadas e combatiam com regularidade. Reserva do exército regular, exerciam atividades de apoio às populações mais distantes, operavam em coordenação com as regulares e realizavam missões de guerrilha. As tropas regulares, mais bem equipadas e adestradas, destinavam-se à guerra de movimento, que se seguia às guerrilhas. Com efetivo de divisão, baseado em três regimentos de infantaria e um grupo pesado. Compunha o *Chu Luc*, ou a força combatente, propriamente dita. (A DEFESA NACIONAL Nr. 770. *Sudeste da Ásia - Um Clássico da Estratégia da Lassidão*, pg. 17 e 18).

²⁶ Esses soldados, cerca de 8.000, e sob o comando do General Le Duan, então comandante das forças vietminh localizadas no Sul, se deslocaram levando, além de seus armamentos, a idéia de para lá retornarem, estabelecendo-se como força guerrilheira e sob as orientações de Hanói. Estas idéias muito alegraram Giap que, como sempre, costumava ouvir seus subordinados. Estava lançada a semente do VIETCONG, exército guerrilheiro fundado em 1961, braço armado da Frente de Libertação Nacional do Sul e que atuaría atrás das linhas americanas. (História do Século XX. Editora Abril, pg. 2815).



O transporte sobre bicicletas foi uma das grandes inovações das vietnamitas, demonstrando sua engenhosidade e improvisação. Desde a luta contra os franceses, Giap utilizava esse meio de transporte.

o primeiro passo para a insurreição armada no território meridional. Giap e Hô Chi Minh se preparavam para anexar o seu vizinho do sul.

Quanto ao comandante vermelho, este recebeu três

tarefas principais: ampliar o ENV para quinze divisões; organizar destacamentos que se infiltrariam no Vietnã do Sul e ali atuariam; e manter operando o complexo sistema logístico, ligando portos e estradas à linha de frente, passando pela famosa *trilha Hô Chi Minh*²⁷. O Vietnã do Norte passou a ser uma enorme base onde chegavam mantimentos e armamentos da China e da URSS, por terra e por mar, respectivamente.

O escopo dos dirigentes comunistas era implementar uma guerrilha que avançaria vagarosamente das regiões

mais inóspitas para os campos e, destes, para as cidades.

Imediatamente alertado do intento de seus vizinhos, o Exército sul-vietnamita²⁸ não teve sucesso frente às ações irregulares do *vietcong*²⁹, obrigando o governo do Sul a estabelecer uma série de medidas pouco apreciadas pela população, como a adoção de uma legislação restritiva e cruel.

Os sucessos iniciais dos *vietcongs* fizeram com que fosse oficializada a Frente Nacional de Libertação do Sul e prosseguissem as ações guerrilheiras na região. Estas estariam sob o comando do General Le Duan e diretamente subordinados ao General Giap, em Hanói, o qual desde 1960, deixou as funções de Ministro da Defesa do Vietnã do Norte. (Continua no próximo número).



²⁷ Aqui vale a pena abrir um parêntese para melhor explicar o que era a *trilha Hô Chi Minh*, a principal via de abastecimento dos *vietcongs*. Antiga estrada de ópio, ela percorria uma extensão de quase 1.200 Km. Era um sistema primitivo, mas bastante eficiente, de trilhas, estradas e vias aquáticas que começavam no Vietnã do Norte, mais precisamente na cadeia de montanhas de Khas, próximo à tríplice fronteira entre os dois Vietnãs e o Laos, seguindo pelo território deste último e adentrando no do Camboja, para de lá infletir para o território sul-vietnamita em direção às cidades de An Loc, Nha Trang e ao rio Mekong. Construída numa região mesclada por serras, selvas, rios, e quase totalmente inóspita, foi concebida pela experiente equipe do General Giap que, baseando-se nos ensinamentos de Von Schlieffen, empregados na ofensiva alemã através da Bélgica, em 1914, desbordou as ex-fortificações francesas da fronteira e a Zona Desmilitarizada do Paralelo 17, atingindo o coração do espaço inimigo, dividindo suas forças e atuando eficazmente em diversos pontos sensíveis de seu território.

O transporte de suprimentos era feito em lombo de animais, a braço ou em bicicletas reforçadas, onde iam os suprimentos, empurradas por voluntários campesinos (*Dang Cong*). Além do transporte de cargas, estes realizavam trabalhos de conserva e melhoramento das vias, e evacuação de feridos e doentes.

Outra característica interessante foi sua construção ter sido feita sob as árvores, rente às escarpas, possibilitando uma camuflagem ímpar. Esse fato levou os americanos a bombardeá-la incessantemente, sem muito sucesso. Nesses ataques aéreos foram empregados maciçamente agentes químicos desfolhantes, o famoso *agente laranja*.

²⁸ As forças sul-vietnamitas haviam sido doutrinadas pelos conselheiros norte-americanos para os combates regulares, nos moldes da recente Guerra da Coreia. (CLUTTERBUCK, Richard. *Guerrilheiros e Terroristas*, pg. 46).

²⁹ VIETCONG (união das palavras *Viet* - Vietnã e *congsan* - vermelho) era o termo usado pejorativamente pelos sul-vietnamitas para identificar os comunistas e seus aliados, unidos em 1960 na Frente Nacional de Libertação. (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE - CULTURAL - Vol. 24, pg. 5954).

Os desafios da paz as Forças Armadas e os conflitos do futuro¹

Fernando Veloso Gomes Pedrosa*

O artigo comenta os chamados *conflitos de legitimidade*, substitutos dos *conflitos de soberania*, até recentemente os únicos responsáveis pelas guerras, e o posicionamento das forças armadas no seu contexto.

ALGO DE NOVO À VISTA

No dia 16 de dezembro de 1997, em sua saudação a uma nova turma de *subtenentes*, alferes e guardas-marinhas das forças armadas argentinas, o Presidente Carlos Menem exortou os a estarem *plenamente capacitados e preparados* para enfrentar as *novas agressões* representadas pelos *fundamentalismos, a destruição dos recursos naturais, o narcotráfico e o terrorismo internacional*. O

mandatário argentino acrescentou que deles esperava, no futuro, não só a tarefa de *defender a soberania* como também de enfrentar o *embate dessas novas agressões*.²

As afirmações acima parecem particularmente surpreendentes por partirem do presidente de uma nação cuja legislação, em nome da preservação da democracia, veda a participação das suas forças armadas em qualquer tipo de operação de caráter interno.³ Coincidem, entre-

tanto, com posições hoje adotadas por políticos brasileiros e parcela da opinião pública nacional; os mesmos que, durante a elaboração da atual Constituição, defenderam vigorosamente a estrita limitação do emprego das forças armadas brasileiras às operações contra ameaças externas.

Constatada essa mudança de enfoque, cabe esclarecer suas causas e possíveis consequências. Alguns analistas tendem a encarar essa nova postura

* Tenente-coronel de Infantaria e Estado-Maior.

¹ Selecionado pelo PADECEME (Programa de Atualização dos Diplomados da ECEME).

² CLARIN, Buenos Aires, 17/12/97. Las FF AA deben prepararse para combatir al narcotráfico.

³ REPÚBLICA ARGENTINA. Ley N° 23.554, de 26/04/88. Ley de Defensa Nacional.

Ley N° 24.059, de 06/01/92. Ley de Seguridad Interior.

como simples reverberação de pressões exercidas pelas potências detentoras do poder mundial, interessadas em reduzir as forças armadas dos países emergentes a um papel policial. Convém, entretanto, investigar se a sociedade estaria a perceber sutilmente o efetivo delineamento de um novo cenário, e avaliar que papel caberia às forças armadas no contexto que se apresenta para o futuro.

UM NOVO PERFIL DOS CONFLITOS

Neste final dos anos 90, a humanidade prepara-se para a virada do século com um misto de esperança e apreensão em relação ao futuro. Se, por um lado, os progressos trazidos pela ciência no decorrer dos últimos cem anos prometem maior conforto material e acesso ao conhecimento, por outro, não se pode esquecer que este século testemunhou atos de violência e barbárie sem precedentes na História. No século XX, o mundo foi sacudido por duas guerras mundiais,

que tragaram as vidas de mais de 40 milhões de seres humanos e assistiu a crimes contra a humanidade, que deixaram um rastro de cerca de 100 milhões de cadáveres, vítimas de questões ideológicas, religiosas ou raciais. Nesse período, o homem levou ao paroxismo o poder de destruição em massa, chegando a ameaçar a própria continuidade da vida no planeta.

A derrocada da União Soviética, no final da década de 80, parecia indicar a consolidação dos EUA como única superpotência capaz de projetar poder econômico e militar no mundo. Em comparação com a paranóia da Guerra Fria, o novo quadro levava a uma visão bastante otimista de um futuro no qual o perigo de um conflito nuclear de grandes proporções parecia definitivamente afastado. De fato, a possibilidade de guerra entre Estados politicamente amadurecidos e estáveis é cada dia mais remota. As frustradas tentativas de erigir utopias sociais, em geral associadas ao autoritarismo e à supressão de liberdades, levaram

a humanidade à desilusão e ao relativismo. Hoje, governos e cidadãos questionam, com ceticismo, se há causas pelas quais valha a pena ir às últimas consequências, avaliando com extrema prudência a adoção de qualquer solução de força. As guerras deste século não deixaram margem para romantismo. Tiveram como saldo ruínas, massacres e destruição.

Por sua vez, a consolidação de governos democráticos e estáveis ao redor do mundo e a interdependência das nações, decorrente do processo de globalização da economia e do conhecimento, tornam a possibilidade de guerras convencionais cada dia mais remota. Há quem chegue a vislumbrar o fim das guerras, como propõe, de maneira profundamente otimista, o historiador britânico John Keegan, embora admita a persistência de formas primitivas de conflitos.⁴

Entretanto, o espectro da violência continua a rondar a humanidade. Os fatos estão a mostrar diariamente que a paz universal permanece uma quimera, como

⁴KEEGAN, John. *Uma História de Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 76-79

têm alertado alguns analistas políticos e sociais de visão mais realista.⁵ No panorama por eles apresentado, os desafios à paz e à segurança mundiais adquirem nova feição, envolvendo atores até então inexpressivos ou desconhecidos, e ameaças surpreendentes e aterradoras. O mundo de para assim com um paradoxo: embora a guerra seja cada vez menos provável, a paz mundial parece cada dia mais distante.

Essas novas circunstâncias alteram a lógica política dos conflitos, colocando em xeque conceitos estratégicos tradicionalmente aceitos. Nesse contexto, é razoável buscar-se um novo modelo para fazer face às ameaças à paz e garantir a segurança internacional. Como responsáveis pela execução da política de defesa nacional, cabe às forças armadas encontrar alternativas para contrapor-se a essas ameaças, desempenhando um novo e, às vezes, incômodo papel.

UM MUNDO MUITO PERIGOSO

Crise de legitimidade

A mudança mais marcante no perfil dos conflitos refere-se à sua natureza, e tem relação com a realidade vivida por grande parte dos países do mundo subdesenvolvido e em desenvolvimento, particularmente pelos novos Estados nascidos do processo de descolonização da África e da Ásia e do desmembramento do império soviético. A maioria desses países caracteriza-se pela debilidade de suas instituições e pela instabilidade política, e são assolados por questões étnicas e religiosas. As disputas daí decorrentes caracterizam aquilo que o analista francês Philippe Delmas define como *conflitos de legitimidade*.⁶ As guerras tradicionais eram causadas por *conflitos de soberania* entre Estados, no intuito de apropriar-se dos atributos de soberania de outros, ou seja, população, territó-

rios e riquezas. Os *conflitos de legitimidade* por sua vez, decorrem da impossibilidade de certas populações viverem juntas ou sob uma determinada autoridade. As guerras de legitimidade não envolvem disputas entre Estados, mas originam-se em ódios antigos e irracionais, agravados por fatores ligados à sobrevivência do grupo, como escassez de fontes de alimentos e de água, assemelhando-se às guerras primitivas. Nesse sentido, as guerras derivadas de conflitos de legitimidade não têm características políticas.⁷

Países fracos e instáveis, entretanto, não são os únicos que sofrem crises de legitimidade. O professor Martin van Creveld, historiador da Universidade Hebraica de Jerusalém, afirma que os Estados modernos angariaram um certo grau de apoio pela capacidade de proteger seus cidadãos contra criminosos e forças externas, o que ele entende como sendo o *único e mais importante requi-*

⁵ DELMAS, Philippe. *O Belo Futuro da Guerra*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

KAPLAN, Robert D. *The Coming Anarchy. The Atlantic Monthly*, February 94; Vol 273, No. 2. pp. 44-76.

RUFIN, Jean Christophe. *O Império e os Novos Bárbaros*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

VAN CREVELD, Martin. *The Transformation of War*. New York: Free Press, 1991.

⁶ DELMAS. op. cit. p.17

⁷ KEEGAN. op. cit. p. 198

sito a que uma comunidade política deve atender.⁸ Observando os grandes aglomerados urbanos por todo o mundo, constata-se que mesmo os governos dos países mais ricos e desenvolvidos têm falhado nessa missão, abrindo espaço para a contestação da sua autoridade, tanto por parte dos agentes da violência, quanto pela própria sociedade.

A face hedionda do crime

Quando os governos não são capazes de atender às demandas das sociedades, forma-se um vácuo de poder. Esse espaço é naturalmente ocupado por outras formas de poder, como justicieros, milícias privadas, narcotraficantes ou grupos radicais armados, que atuam livremente, ao arrepio da lei. Gera-se assim um conflito entre o poder legal, embora carente de legitimidade, e o poder paralelo do crime, resultando em mais instabilidade e violência, na forma de chacinas, guerras de quadrilhas, saques e destruição do patrimônio público e privado.

Essas formas de violência são essencialmente da área da segurança pública, mas sua escalada pode levar o Estado a não ter outro recurso, exceto o emprego dos instrumentos da defesa nacional para combatê-las. Existem, mesmo, estudos - como os desenvolvidos pelo professor Ib Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas - que consideram a exacerbão da criminalidade como uma questão de segurança nacional.⁹

Pode-se afirmar que o crime organizado deve ser encarado como um sério desafio à segurança do Estado e da nação quando:

- cria áreas liberadas, estabelecendo formas de governo paralelo;
- ameaça o monopólio da violência detido pelo do Estado;
- vai além da simples ameaça à integridade física e patrimonial dos cidadãos, pondo em risco as relações sociais, assim como a soberania e o patrimônio material e cultural da nação; ou
- os instrumentos normais de segurança pública mostram-se incapazes de

controlar o crime e a violência.

Um espectro à espreita

Em 1980, os jornalistas Dominique Lapierre e Larry Collins, parceiros na publicação de obras sobre conflitos contemporâneos, lançaram um livro de ficção cuja trama girava em torno de uma chantagem nuclear contra o governo dos Estados Unidos. Na situação criada, um grupo terrorista lograra instalar uma bomba "H" no subsolo de um prédio no coração de Manhattan e ameaçava riscar Nova Iorque do mapa.¹⁰ À época da publicação, o mundo vivia a Guerra Fria, a União Soviética era a imagem de um império inabatível e o quadro catastrófico criado pelos autores parecia inverossímil. A dissolução da URSS, entretanto, fez o panorama mudar radicalmente. Desde então, a possibilidade do emprego de armas de destruição em massa para ações terroristas tornou-se um espectro cada dia mais ameaçador, do qual o ataque com gás letal

⁸ Cit in METZ, Steven - *Um velório para Clausewitz: Rumo a uma filosofia de Guerra para o Século XXI*. Military Review - Edição Brasileira, 2nd Quarter 1995. p. 44.

⁹ Ver ELEUTÉRIO, Regina . *A violência é questão da segurança Nacional* - Entrevista do Prof. Ib Teixeira. *O Globo*. Rio de Janeiro, 08/02/98.

¹⁰ LAPIERRE, Dominique, COLLINS, Larry. *O Quinto Cavaleiro*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

no metrô de Tóquio, em 1995, pode ter sido apenas uma pálida amostra.

A par da possibilidade do desenvolvimento de armas químicas, biológicas e nucleares em países politicamente instáveis e pouco confiáveis, há razões suficientes para se desconfiar da eficácia dos controles exercidos sobre o arsenal nuclear nas repúblicas da antiga União Soviética, em face do virtual domínio que o crime organizado exerce sobre a vida de alguns daqueles países. O próprio Presidente Boris Yeltsin tem admitido que a arena política de seu país encontra-se dominada pelo crime e pela corrupção, chegando a afirmar que a Rússia é hoje o maior Estado mafioso do mundo (...) a superpotência do crime.¹¹ Em entrevista publicada na Folha de São Paulo, em 23.11.97, o General Alexander Lebed, candidato às eleições presidenciais da Federação Russa do ano 2000, alertou para o risco da perda de controle do arsenal nuclear da ex-União

Soviética e fez uma revelação alarmante: durante a Guerra Fria, a URSS teria produzido artefatos nucleares de reduzidas dimensões e peso, capazes de ser transportados em uma mala e acionados por uma só pessoa.¹² O pesadelo torna-se mais palpável quando a facilidade de desvio dessas armas para o mercado negro junta-se à possibilidade da cooptação de cientistas e técnicos que dominam a tecnologia da sua produção por governos radicais ou organizações criminosas e terroristas.

Clausewitz em questão

A lógica de Clausewitz já não se aplica aos conflitos de legitimidade e à violência do crime, que têm natureza essencialmente apolítica. O filósofo alemão entendia que a guerra seria necessariamente conduzida por uma surpreendente trindade formada pelo governo do Estado, seu povo e seu exército,¹³ usando meios limitados e

visando a alcançar objetivos limitados. Segundo essa lógica, somente grupos sócio-políticos conduzem a guerra. Qualquer coisa fora disso pode ser violência, mas não é guerra.¹⁴ Organizações criminosas e milícias privadas não são grupos sócio-políticos, uma vez que representam apenas os interesses particulares dos seus integrantes. Ora, como encarar a luta contra inimigos dessa natureza? Se não é guerra, com certeza também não é paz, como observou um oficial general do Exército dos EUA, referindo-se à situação que encontrou na Somália, em dezembro de 1992.¹⁵

Os conflitos de legitimidade parecem também anunciar o retorno às guerras de aniquilamento, contrariando o princípio da moderação descrito por Clausewitz. A guerra entendida como continuação da política é, por natureza, limitada pelo seu objetivo, cujo valor condiciona o esforço a ser despendido.¹⁶ Philippe Delmas apresenta três con-

¹¹ Cit in BORCHGRAVE, Arnaud de - *Russian Organized Crime* - Depoimento perante o Comitê de Relações Internacionais da Câmara dos Representantes em 01/10/97. Publicado em *CSIS on the Hill: TESTIMONY* - <http://www.csis.org/hill/ls100197.html>.

¹² SPITZCOVSKY, Jaime. *Bomba Portátil* - Entrevista do Gen Alexander Lebed. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23/11/97.

¹³ CLAUSEWITZ, Carl von - *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979. p. 89

¹⁴ COROALLES, Anthony M. - *On War in the Information Age: A Conversation with Carl von Clausewitz*. *Army Magazine*, May 96. pp. 24-26.

¹⁵ ARNOLD, S.L. - *Somália, Uma Operação Abaixo do Nível da Guerra*. *Military Review* - Edição Brasileira, 3rd Quarter 1994. p. 21

¹⁶ CLAUSEWITZ. op. cit. p. 714.

dições para que se conduza uma guerra limitada: 1º) a identificação de objetivos políticos; 2º) que esses objetivos não sejam considerados como vitais por, pelo menos, uma das partes; 3º) que o poder político tenha autoridade efetiva sobre as forças militares.¹⁷ É evidente que nenhuma dessas condições pode ser identificada em conflitos nos quais as partes não representam governos efetivos e as forças organizam-se em bandos armados que lutam pela sobrevivência do grupo ou pela extinção física do adversário.

Alguns pesquisadores chegam a propor que Clausewitz errou ao não reconhecer o potencial de violência irracional que se esconde na alma humana. O professor van Creveld apresenta uma visão assustadora dos futuros conflitos que grassarão no mundo subdesenvolvido: guerras que não serão um meio para se atingir objetivos, mas um fim em si mesmas; guerras travadas não por objetivos políticos, mas para obrigar a conversão religiosa do oponente, para obter des-

pojos ou mesmo por simples passatempo.¹⁸ É o que se poderia chamar de *guerra orgânica*, tão natural quanto comer e dormir. O jornalista e escritor Robert

O General Alexander Lebed, candidato às eleições presidenciais da Federação Russa do ano 2000, alertou para o risco da perda de controle do arsenal nuclear da ex-União Soviética e fez uma revelação alarmante: durante a Guerra Fria, a URSS teria produzido artefatos nucleares de reduzidas dimensões e peso, capazes de ser transportados em uma mala e acionados por uma só pessoa.

Kaplan, profundo conhecedor das misérias e violências de esquecidos países periféricos, reconhece que, para um grande número de pessoas deste planeta que jamais sonharam com o conforto e a estabilidade de uma vida de classe média, uma vida de guerra e violência é até uma forma de progresso pessoal¹⁹. Não seria exagero identificar panoramas semelhantes aos acima descritos, seja nos

movimentos narco-guerreiros que controlam efetivamente amplas áreas de países sul-americanos, seja na região do sertão nordestino conhecida como o *triângulo da maconha*, onde o crime impede a livre circulação de pessoas e bens, ou mesmo em áreas da periferia das grandes cidades brasileiras dominadas pelo crime organizado.

ENFRENTANDO OS CONFLITOS DO FUTURO

Ao longo dos anos da Guerra Fria, as forças armadas já haviam assimilado a idéia da guerra sem frentes e inimigo bem definidos, embora esse quadro envolvesse dilemas e contradições de difícil solução. Surge agora uma modalidade de guerra que não reconhece fronteiras. No caso do crime organizado, uma luta que não admite qualquer possibilidade de negociação, acordo ou terminação; uma guerra contra um inimigo capaz de abalar as próprias bases da instituição militar com as armas da corrupção.

Diante do perfil dos conflitos que se desenham para o futuro, as Forças Ar-

¹⁷ DELMAS, op. cit. p. 219

¹⁸ Cit in METZ, op. cit. pp. 43, 45.

¹⁹ KAPLAN, op. cit.

OS DESAFIOS DA PAZ AS FORÇAS ARMADAS E OS CONFLITOS DO FUTURO

madas brasileiras defrontam-se com algumas possibilidades particularmente desconfortáveis. A primeira delas relaciona-se com uma eventual escalada do crime e da violência, na qual os órgãos policiais se mostrem incapazes de garantir a ordem pública. Um cenário de tal gravidade poderia levar as forças armadas a se envolverem no combate ao crime, com toda a carga negativa disso decorrente, particularmente o risco de verem-se abalados os pilares da hierarquia e da disciplina, bem como corrompidos os princípios da lealdade e da confiança mútua entre comandantes e comandados. Quanto a esse aspecto, Van Creveld vaticina que, submetidas a esse tipo de enfrentamento, as forças militares tenderão a *degradar-se a forças policiais ou, caso a contenda dure por muito tempo, a simples gangues armadas.*²⁰

A segunda possibilidade desconcertante é a do emprego das forças armadas contra distúrbios provocados por conflitos ou convulsões sociais. Tal caso colocaria a nação diante do

risco de ver romperem-se os estreitos laços que devem unir o povo ao seu mais elementar instrumento de defesa.

Em relação a essas duas primeiras questões, deve-se dizer que são ambas fortemente influenciadas pelas deficiências e disfunções do modelo de segurança pública consagrado pela Constituição. O exame do texto constitucional deixa evidente que o governo federal carece de um instrumento próprio de preservação da ordem pública, uma vez que à Polícia Federal destina-se principalmente o papel de polícia judiciária. As consequências desse arranjo tornam-se patentes cada vez que o governo federal vê-se compelido a chamar as forças armadas para preencher lacunas deixadas pela insuficiência ou inadequação do modelo vigente. A cada episódio, surgem acesos debates sobre a necessidade de completa reformulação na estrutura de segurança pública, que logo são esquecidos ante questões mais imediatas. Foi assim quando da *Operação Rio*, em 1994; repetiu-se em 1997, com as greves das Polícias Militares; e, em pequena escala, acontece a

cada eleição, quando a justiça solicita forças federais para garantir a segurança do pleito.

De qualquer forma, esse é o modelo vigente no País e a estrutura militar deve estar em condições de dar respostas às demandas que dele decorrerem. As Forças Armadas brasileiras têm um compromisso histórico com a Nação, da qual são fiadoras da soberania, da unidade e da integridade. Assim tem sido ao longo da História e não seria razoável que, diante das futuras ameaças à paz, o braço armado da Nação viesse a omitir-se. Afinal, os exércitos não são recrutados para lidar com situações amenas, nem lhes cabe escolher quais as missões que desejam cumprir. Finalmente, deve-se examinar a possibilidade de ter o País de rever seu posicionamento quanto à participação em missões que, em decorrência de compromissos internacionais ou por exigência humanitária, envolvam o emprego de força no exterior para restabelecer a paz ou proteger populações ameaçadas em regiões conflagradas do globo. Como conciliar esses imperativos com os princípios da não-

²⁰ Cit in METZ, op. cit. p. 45.

intervenção e da autodeterminação dos povos que, segundo o artigo 4º da Constituição, regem as relações internacionais do Brasil? Sem dúvida, à medida que o País venha a ampliar sua inserção na cena mundial, aumentarão suas responsabilidades e compromissos internacionais. Do ponto de vista militar, entretanto, essa é uma questão estritamente política e jurídica. As Forças Armadas brasileiras estão perfeitamente habilitadas a cumprir qualquer missão dessa natureza. A experiência histórica tem mesmo mostrado que o homem brasileiro é particularmente habilidoso em lidar com forças em confronto, mantendo uma postura equilibrada e imparcial.

Vale citar que, embora imagine um futuro no qual as guerras entre Estados estariam virtualmente extintas, Keegan defende a necessidade de exércitos permanentes, cujos soldados teriam como missão a proteção da civilização *contra fanáticos étnicos, despotas regionais*.²¹ No seu enten-

*der, um mundo sem exércitos - disciplinados, obedientes e cumpridores da lei - seria inabitável e a humanidade teria de resignar-se ao caos sem lei de massas em guerra.*²²

CONCLUSÃO

A despeito das conjecturas que possam ser feitas a respeito do interesse das grandes potências em descharacterizar os instrumentos de defesa das nações emergentes, um fato é indiscutível: o mundo mudou radicalmente na última década, e tudo indica que continuará a adquirir novas feições, para as quais os conceitos estratégicos tradicionais nem sempre terão respostas adequadas. As ameaças à paz já não decorrem do poder dos Estados, mas do fracasso dos governos em corresponder às demandas de suas populações por proteção e segurança diante de um mundo cada dia mais hostil.

No plano interno, evidencia-se a necessidade de reestruturação do modelo de segurança pública, a fim

de, entre outras impropriedades, evitar o engajamento prematuro das forças armadas em questões de cunho policial. Mais prudente que isso, entretanto, é o empenho do Estado em assegurar a legitimidade que lhe é concedida pela capacidade de dar respostas aos anseios da sociedade. Nesse intuito, as forças armadas deverão estar sempre em condições de contribuir com os demais órgãos dos governos, no sentido de apoia-los na implementação de ações socialmente relevantes, na certeza de que o apoio dado pela mão amiga poupará esforços ao braço forte e sangue ao corpo da Nação.

As forças armadas devem estar preparadas para cenários nos quais se verão menos guerras entre Estados e mais guerras internas; menos guerra institucional e mais guerra privada; menos guerras, no seu sentido tradicional, porém mais violência irracional e descontrolada. Nesse contexto, o papel das forças armadas será, cada vez mais, garantir a paz, do que fazer a guerra. 

²¹ KEEGAN. op. cit. p. 405

²² KEEGAN. op. cit. p. 397

Comando, controle, comunicação e inteligência (C3I) nas operações de segurança – Comentários

Humberto José Correia de Oliveira*

O artigo, como expressa o título, tem como proposta apresentar comentários sobre o uso de estruturas e conceitos similares aos aplicados nos sistemas C3I, visando à integração de recursos, humanos e materiais, e de fontes de informações no combate ao crime organizado e no atendimento a situações de emergência.

Ao ler o livro intitulado *Mãos à Obra Brasil – Proposta de Governo*¹ meditei, especialmente nos assuntos expostos no Capítulo II, 2.5 *Telecomunicações*, p. 52 e 2.8. *Ciência e Tecnologia* p. 77, e Capítulo III, 3.5 – *Segurança*, p. 159. Não julgo pecado roubar algumas idéias e palavras do autor, transformando-as em alicerce para desenvolver comentários sobre o assunto denominado *Comando, Controle, Comunicações e Inteligência* (C3I), tema que nos empolga há muitos anos, paralelamente às pes-

quisas e estudos sobre as atividades de Guerra Eletrônica (GE).

A inquietação com a falta de segurança interna no Brasil reflete e agrava, hodiernamente, o descrédito nas instituições públicas. A violência se generaliza e mata mais do que muitas operações militares convencionais.

A violência real e a sensação aguda de desproteção e impunidade formam um cenário perigoso, especialmente nas favelas, *invasões*, subúrbios e cidades satélites. Os *direitos humanos* tão apregoados por líderes

religiosos, políticos, magistrados, etc. viraram sinônimo de *moleza com os bandidos*. O cidadão honesto, probo, trabalhador e respeitador das leis vive enjaulado em seus lares enquanto os marginais, freqüentemente protegidos por autoridades federais, municipais, ou por políticos corruptos e conhecidamente desonestos, têm trânsito livre nas ruas e em salões da sociedade. A situação das polícias, que varia em cada unidade da federação, em geral é precária, principalmente nas regiões metropolitanas.

Os métodos de emprego policial e as ações dos

* Coronel de Comunicações e Estado-Maior.

¹ CARDOSO, Fernando Henrique, Brasília, 1994.

órgãos de segurança federais, estaduais e municipais quase sempre são considerados ultrapassados por falta de recursos humanos bem formados e especializados. Embora seus profissionais demonstrem dedicação, nem sempre esta é reconhecida pela sociedade, que reage a reboque da influência da mídia, preocupada, acima de tudo, com os índices de audiência.

Com materiais obsoletos, sucateados pelo uso permanente, e sem verbas para manutenção, reposição e modernização, os órgãos de segurança têm enfrentado um inimigo que utiliza táticas de guerrilha urbana, possui meios eletrônicos de comunicações e materiais bélicos superiores aos das suas polícias, emprega códigos e cifras nas suas mensagens e, até, mantém atividades de escuta rádio e telefônica, que lhe permitem informações por meio das comunicações oficiais.

Aplicando as leis do terror e aproveitando-se do jogo político, do egoísmo e da omissão de autoridades, o crime organizado

amplia sua área de influência, colocando grandes efetivos humanos como base de apoio e de reação contra as forças, policiais e segurança. Basta olhar e acompanhar os tristes eventos que ocorrem diariamente na cidade do Rio de Janeiro e periferia, para sentir-se a extensão do problema.

Para articular as ações dos órgãos de segurança federais, estaduais e municipais, permitindo a intensificação e o êxito das operações conjuntas e combinadas, especialmente voltadas para o combate ao crime organizado, em suas várias modalidades² entre outras soluções e medidas, acredito ser possível a aplicação de conceitos e estruturas similares aos aplicados nos sistemas C3I, empregados pelas forças armadas de muitos países, para atender à integração dos recursos humanos e materiais e às fontes de informações criminais possibilitando a todos os órgãos de segurança o pleno envolvimento das ações contra esse tipo de crime, e para atender à situações de emergência. O acesso *on line* ao banco de

dados central e aos bancos setoriais, além de agilizar as ações, possibilita respostas imediatas, com o acionamento racional dos recursos humanos e materiais, aplicando-os no momento exato e no local certo, para solucionar os problemas apresentados.

É interessante lembrar que, quando fazemos referência a um sistema como o C3I, ligamos nosso pensamento àqueles que se destinam a atender ao interesse de uma força singular ou das forças armadas como um todo, tendo como suporte o processo conhecido como *Comando e Controle* (C2).

Freqüentemente, não é considerada sua ampliação para atender às organizações civis e paramilitares encarregadas de missões relacionadas com a ordem pública nas cidades, a proteção da população, face às catástrofes materiais³, o controle de tráfego nas estradas, a vigilância da faixa de fronteira, a luta contra o crime organizado, as operações antiterrorismo, a repressão às invasões de terras, o combate a incêndios, etc. Porém

² Narcotráfico, contrabando de armas e materiais estratégicos, roubo de veículos e cargas, seqüestro, exploração de jogo ilegal, etc.

³ Força de defesa civil.

é necessário pensar no assunto, que procuraremos apresentar com palavras simples, de forma a permitir o acesso aos interessados, independente de níveis de conhecimento técnico apurado.

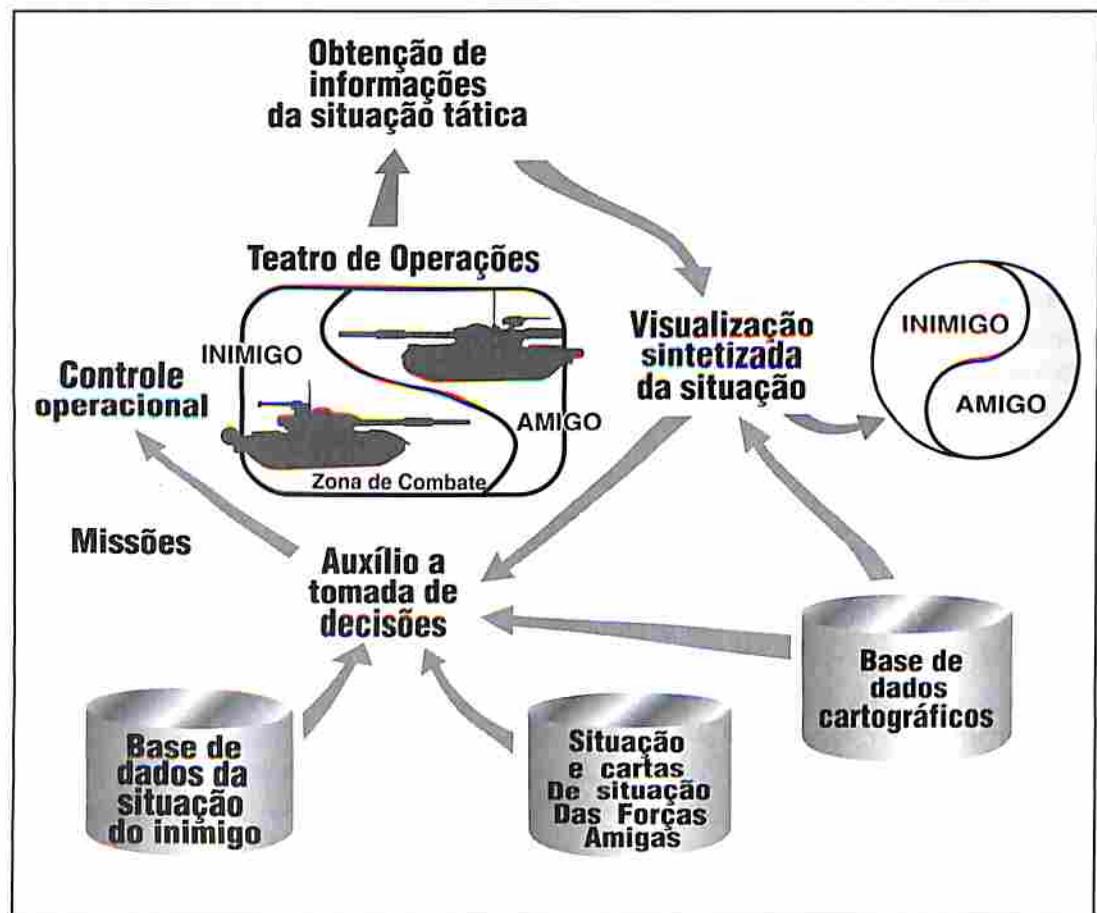
OS SISTEMAS C3I

Os sistemas C3I reúnem ampla variedade de mistu-

ras de informações, cuja finalidade é proporcionar, às autoridades responsáveis pelas decisões, a capacidade de informações e comunicações necessárias para conhecer todos os elementos, em qualquer situação, no âmbito de suas áreas de responsabilidade, permitindo-lhes tomar decisões apropriadas, transformá-las em ordens aos seus subordina-

dos e controlar sua execução. O quadro 01 apresenta as funções gerais de um sistema C3I.

A qualidade de um sistema C3I é mensurada em termo de funcionalidade, sobrevivência, disponibilidade de recursos humanos e materiais, confiabilidade técnica, possibilidades operacionais integrando seus componentes, flexibilidade



Quadro 1 – Funções Gerais de um Sistema C3I.

de, utilidade eficaz, tecnologia aplicada, etc. Essas qualidades devem ser medidas reagindo-as diante dos problemas reais dos sistemas C3I que integram os processos de busca de informações para tomar decisões exatas, rápidas e verdadeiras.

Cada qualidade constitui uma inteira disciplina e está ligada a um amplo conjunto de resultados técnicos, controles, interesses estratégicos e táticos, e direção empresarial. A concepção de um sistema C3I deve prever sua estabilidade durante o período do seu desenvolvimento e implementação.

Se analisar cuidadosamente os sistemas C3I da anualidade, especialmente os adotados pelas grandes potências, notar-se-á que não satisfazem plenamente, exigem simplificação e um razoável equilíbrio entre suas qualidades.

Em senso amplo, o conceito de C3I é entendido como o exercício da autoridade e direção por um comandante, sobre os seus recursos humanos e materiais para o cumprimento de sua missão.

Os elementos básicos de qualquer sistema C3I,

seja ele em nível estratégico, tático, de teatro de operações, de forças policiais, de bombeiros militares, de defesa civil, etc. são:

- os subsistemas de missões, que reúnem informações sobre localização, movimentos, atividades inimigas e posicionamento dos meios amigos;
- os subsistemas de navegação, que informam, às forças amigas, o posicionamento de seus meios;
- os centros de comando e integração, que reúnem, integram e mostram as atividades dos recursos inimigos e amigos, proporcionando a dinamização dos meios adequados para emprego imediato. Devem estar em condições de responder à complexidade e às variações rápidas das situações táticas, as quais impõem freqüentes limitações aos comandantes, para compreenderem a situação geral e particular que se lhes apresentam, dando-lhes subsídios seguros para adotar uma decisão ótima e resposta apropriada;

- enlaces de comunicações entre os sensores e os centros de comando e entre estes e as forças, permitindo a transmissão de informações e comando.

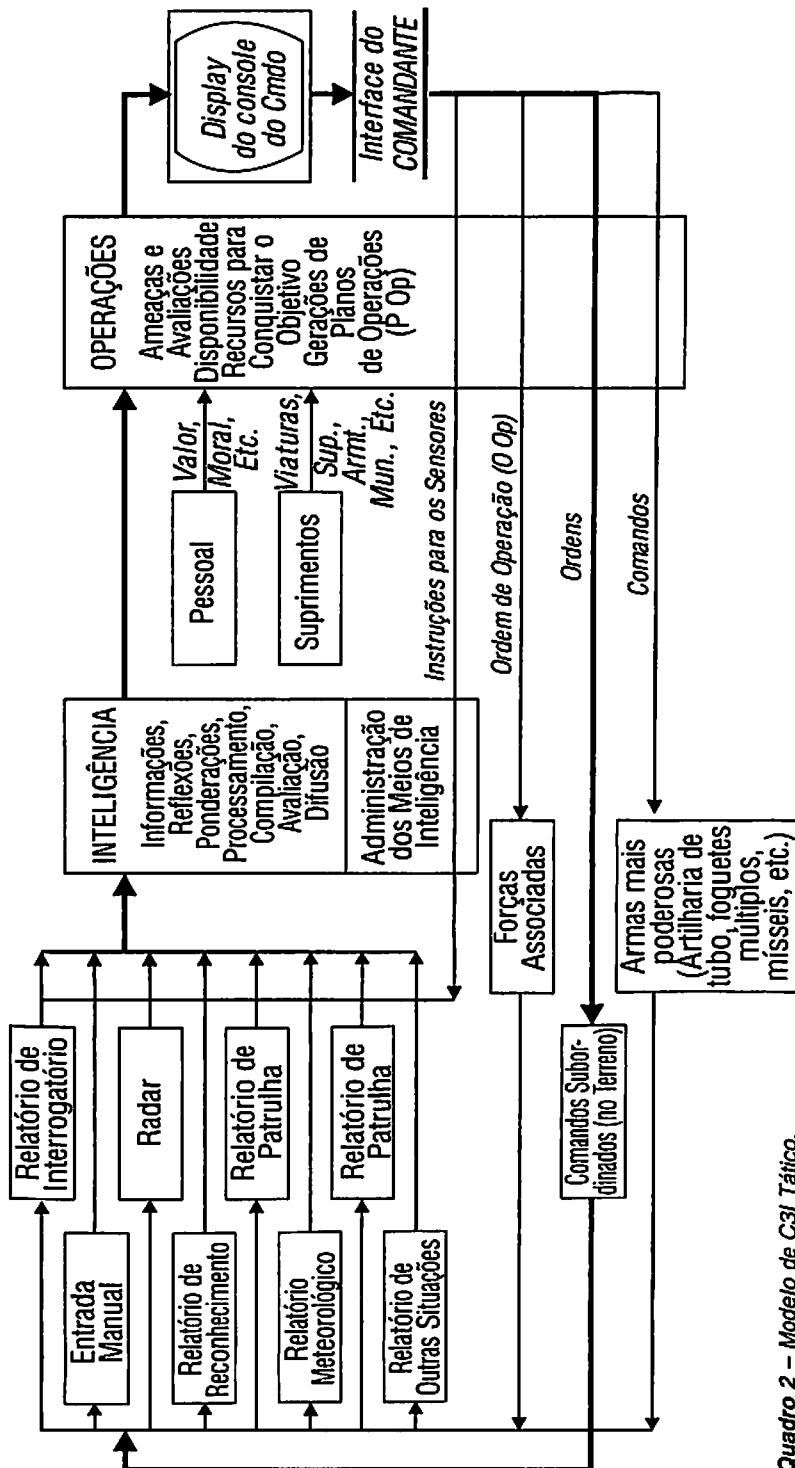
O quadro 2 apresenta um modelo de um C3I tático, mais utilizado pelas Forças Terrestres, de modo a facilitar um melhor entendimento de nossa exposição.

Tal sistema é iniciado com sensores que examinam o ambiente e geram as primeiras informações, as quais são imediatamente avaliadas e comparadas aos recursos disponíveis, permitindo desenvolver um plano de operações (POp).

O POp permite visualizar as atribuições e as ações necessárias, que serão distribuídas de modo a obter o máximo rendimento dos recursos disponíveis. Essas ações afetam o ambiente, gerando novos dados para os sensores e, então, o círculo é fechado e cada elemento é, freqüentemente, realimentado. Para que o círculo tenha seu funcionamento normal, todos os seus componentes são unidos por meio de enlaces de comunicações tecnicamente confiáveis.

O Quadro 02 nos permite verificar vários pontos interessantes. A similaridade a um sistema de controle automático é aparente, com exceção da função inteligência. Esta não é imediatamente receptiva a uma

COMANDO, CONTROLE, COMUNICAÇÃO E INTELIGÊNCIA (C3I) NAS OPERAÇÕES DE SEGURANÇA



Quadro 2 – Modelo de C3I Tático.

determinada quantificação, porém sua importância é tal que caracteriza muitos sistemas de comando e controle enlaçados pelas comunicações, como o sistema C3I, onde a letra I significa *inteligência* e, nos níveis menores de comando, *informações*.

A geração das decisões de comando, como podemos ver ilustrado no Quadro 02, apontam a possibilidade da utilização do sistema C3I como multiplicador de força ou do poder de combate, seja de uma força militar convencional, de uma força policial ou de força de segurança.

Esse conceito é melhor explicado por meio da *equação de Frederick W. Lanchester*, cidadão britânico, considerado por muitos, o *pai da Pesquisa Operacional*. O sentido *lanchesteriano* estabelece que o efetivo de uma força é proporcional ao produto da eficácia de suas armas pelo quadrado do seu quantitativo.

Assim, face a uma força numericamente superior, de dois para um, é necessário contê-la com uma arma que seja quatro vezes mais eficaz do que as das forças inimigas, de modo a alcançar a igualdade. Na prática, isso é conseguido pelos sistemas

C3I, por meio da concentração de forças nos locais de engajamento, de modo a se obter a superioridade numérica localizada e, pela assimetria, no engajamento das armas.

Examinando o Quadro 02, é fácil observar que o caminho mais eficaz para neutralizar um sistema C3I é cortar os enlaces ou *nodos* do sistema. Quando um único enlace de um sistema C3I é suprimido, é necessário que enlaces redundantes sejam imediatamente instalados ou já existam, para assegurar a sobrevivência do sistema.

Ainda, analisando o Quadro 02, é possível observar que a destruição do posto de comando (PC) do sistema C3I torna mais eficaz a neutralização do sistema do que interferir nos sensores radar, por exemplo.

Os sistemas C3I táticos são considerados mais complexos e dinâmicos do que os sistemas estratégicos. Logo, eles exigem operações mais próximas ao terreno sob o controle inimigo e, por isso, devem ser totalmente móveis ou, pelo menos, transportáveis.

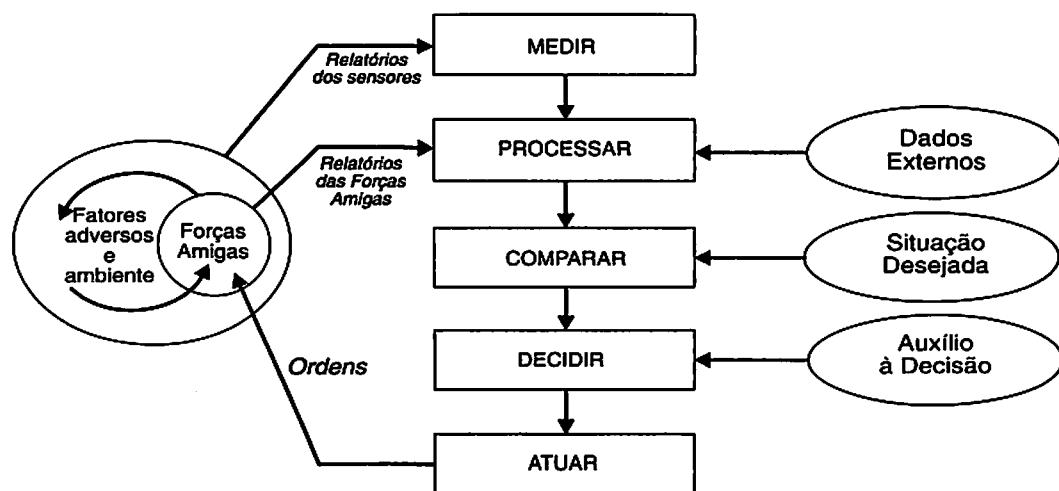
Temos pleno conhecimento de que as operações táticas são caracterizadas pelas rápidas mudanças de po-

sição e, em consequência, elas impõem severas limitações aos sistemas C3I táticos que, basicamente, afetam a habilidade dos comandantes para perceber a situação geral, interagindo às atividades inimigas e amigas, avaliando as ameaças para, depois, decidir e comandar as apropriadas respostas.

Especial atenção deve ser dada aos enlaces de comunicações entre os postos de comando e integração e os meios subordinados, para possibilitar o fluxo normal de informações e comandos. Os sistemas de comunicações devem ser tecnicamente confiáveis, flexíveis e redundantes.

Quando analisamos os sistemas C3I, verificamos um fator adicional gerado pelos problemas operacionais que ocorrem entre os diferentes elementos de uma força de reação engajada em operações conjuntas ou combinadas. Logo, quando tal fato ocorrer, é necessário um detalhado e meticuloso estudo de situação sobre o emprego dos recursos humanos e materiais.

Todo o processo de comando e controle (C2) pode ser modelado segundo a representação exposta no Quadro 03.



Quadro 3 – Modelo de Processo de Comando e Controle (C2).

As decisões são tomadas pelo comandante para conter a ameaça e retomar a situação normal, atuando de forma mais eficaz possível diante da ameaça em um dado ambiente.

O modelo do processo C2 está modulado observada a seguinte seqüência:

- a informação sobre a ameaça, o ambiente e os próprios meios são levados à célula C2 por meio de sensores e por parte dos relatórios das próprias forças. Esses dados avaliados são finalmente complementados pelas informações oriundas de centros cooperantes;

- são processados, organizados e registrados para produzir uma imagem da situação do campo de operações;

- finalmente, comparando a situação desejada com a situação existente, os responsáveis pela tomada de decisões podem avaliar os objetivos a alcançar e tomar as decisões apropriadas, que são transmitidas às organizações operacionais.

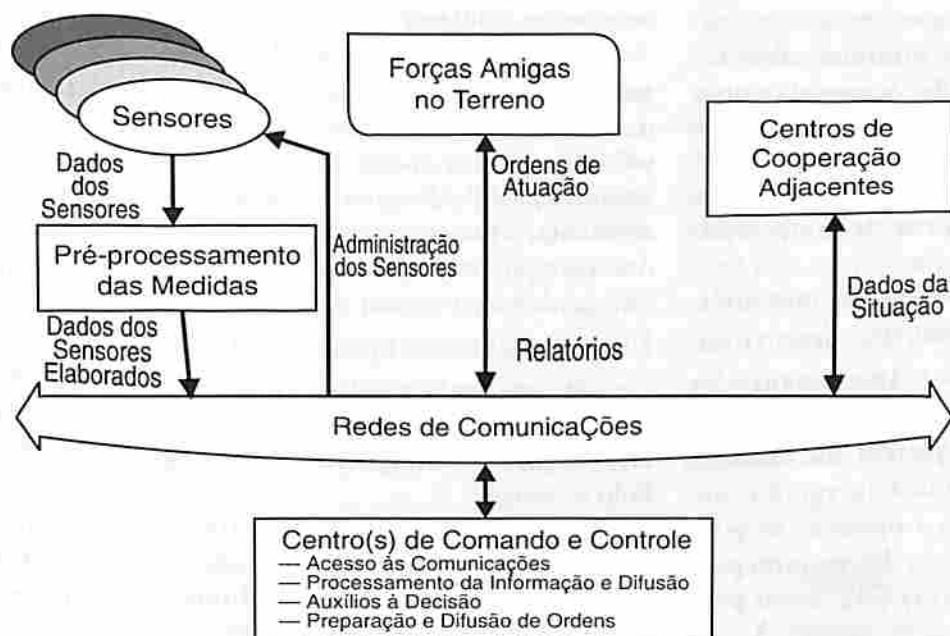
Descrição de Sistemas C3I

Os sistemas C3I, como já descritos genericamente

no item anterior, proporcionam o apoio técnico exigido para alcançar a implementação mais eficaz possível do processo C2. Eles estão compostos por uma montagem integrada de componentes eletrônicos, sistemas de comunicações, computadores, estações com teclado e exposição visual, e *software*. Uma visão geral de um sistema C3I está apresentada no Quadro 04.

Sensores convenientemente distribuídos pela área de responsabilidade⁴ estão ligados a uma rede de comunicações para informar os dados obtidos para o Centro de Comando e Controle.

⁴ Como exemplos típicos podemos citar: os radares de vigilância da Força Aérea; os dispositivos de vídeo para monitorar o tráfego urbano nas grandes cidades e os receptores GPS – *Global Positioning System* – para localização de viaturas externas das organizações de bombeiros militares ou, mais simplesmente, para localização de uma viatura policial em um ponto estratégico.



Quadro 4 – Visão Geral de um Sistema C3I.

Alguns sensores estão complementados com pré-processadores eletrônicos, que transformam os dados em uma informação mais elaborada, adaptada ao processamento e à visualização por computador, assim como à sua interpretação humana. A maioria dos sensores pode também ser controlada via *gerenciador de sensor*, sinalizando ordenadamente para otimizar seu emprego de acordo com a situação observada.

Os dados gerados pelos sensores e os fornecidos pelas forças são transmitidos ao Centro de Comando e Controle, onde se ordenam, processam, relacionam, armazenam e se apresentam aos responsáveis pela tomada de decisão, em diferentes formatos, de acordo com as necessidades dos usuários: textos, listas, tabelas, símbolos sobre cartas ou mapas, imagens, etc. As decisões são tomadas, quando apropriadas, com algum auxílio do computa-

dor, resultando em ordens que são preparadas e difundidas para as forças em ação no campo de operações.

O círculo C2 termina quando a situação resultante é informada de retorno pelos sensores e pelas forças. Dependendo do tipo, valor, estrutura e necessidades operacionais da organização considerada, o sistema de reunir vários tipos de diferentes sensores⁵ e de redes⁶, e inclui mais de um centro C2, nos casos em que estão envolvidas forças nacionais, regionais e locais.

A estrutura de comando pode atuar em coordenação

⁵ Radar, vídeo e GPS, por exemplo.

⁶ Linha de transmissão ou infra-estrutura de microondas e rádio móvel.

com outras organizações que fornecem ou necessitam de informes⁷. Essa capacidade, conhecida como *interoperacionalidade*, está ilustrada no Quadro 04 por meio de um enlace com os centros de cooperação adjacente.

A definição, especificação, projeto, desenvolvimento e implementação bem sucedida de tal sistema requerem um método de sistema integrado que garanta a operação de ponta a ponta dos sensores para os centros C2 e destes para as forças no campo. A integração do sistema requer um conhecimento total de todas as funções do sistema e uma visão muito clara das interfaces entre os componentes, em nível físico e funcional.

APLICAÇÃO ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA

As idéias apresentadas até aqui concentram-se, em alguns aspectos, em sistemas C3I destinados às forças de segurança, principal-

mente às polícias, e aos bombeiros militares.

Como complemento e para ilustrar a grande variedade de sistemas C3I desenvolvidos para atender às organizações de forças de segurança, apresentaremos dois exemplos em separado, um destinado a apoiar as Forças Armadas em operações de pacificação e outro apropriado para o serviço alfandegário, a cargo da Polícia Federal.

Desde um panorama muito geral, os sistemas C3I destinados às polícias têm por finalidade dar apoio para a prevenção e a intervenção contra qualquer eventualidade que ocorra na sociedade, tais como roubos, terrorismo, narcotráfico, acidentes de estrada, contrabando, etc. ou acontecimentos naturais, como incêndios, enchentes, poluição, inundações, terremotos, etc.

Os sistemas C3I proporcionam enlaces entre as forças policiais e de segurança e o público, para assegurar a ordem pública geral e para prestar auxílio aos cidadãos

que necessitam de assistência. Os sistemas C3I também fornecem eficiente armazenagem, classificação e acesso aos dados de qualquer informação que possam ser necessários às forças de polícia e de segurança em ação no curso de um incidente.

Quando se trata com polícia e segurança, os quatro elementos C3I aplicam-se do seguinte modo:

- *Comando*, significa destinar forças⁸, planejar missões⁹ e destinar missões e difundir ordens de atividades ou tarefas;

- *Controle*, se refere a monitorar a situação¹⁰, gerenciar forças e recursos¹¹ e seguir a correta execução das ordens.

- *Comunicações*, relaciona-se ao intercâmbio de informações, independente do tipo: voz, dados, gráficos, imagem e vídeo.

- *Inteligência*, significa o conhecimento de qualquer dado que tenha maior ou menor importância para as operações das forças policiais e de segurança¹².

⁷ Por exemplo, Forças Terrestres e Aéreas, polícia e bombeiros militares.

⁸ Número de patrulhas destinadas a um bairro, número e tipo de viaturas bombas e postos de bombeiros militares, etc.

⁹ Por exemplo, o itinerário das patrulhas e sua programação diária.

¹⁰ Localização das forças e avaliação da condição em que se encontra a missão, incidentes recentes, etc.

¹¹ Número de bombeiros, posicionamento das patrulhas de polícia encarregadas de controlar uma manifestação, etc.

¹² Localização de hospitais, acesso às estações de metrô, plantas dos mais importantes edifícios públicos, etc.

QUALIDADES EXIGIDAS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

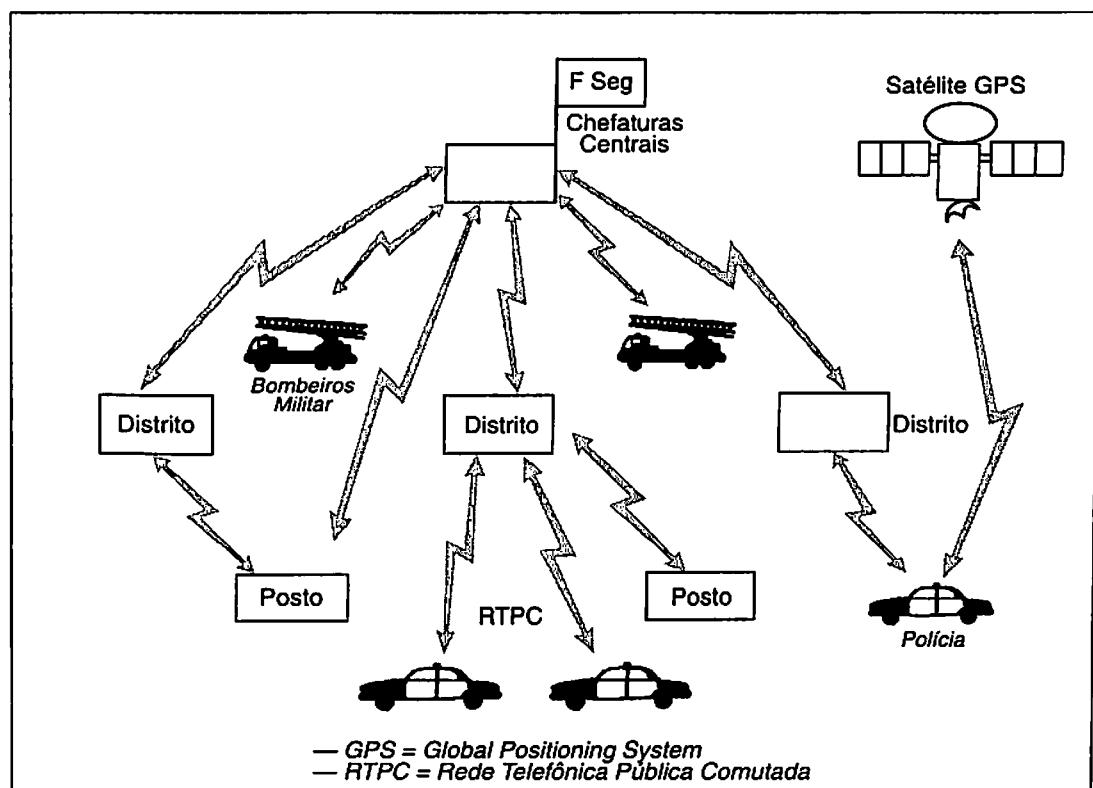
As idéias apresentadas concentram-se, principalmente nos requisitos exigidos das forças de segurança agindo em grandes áreas urbanas.

As forças policiais, civis e militares, estão geralmente estruturadas em três níveis hierárquicos, ilustrados

no Quadro 05. As intervenções recentes são encaminhadas para o nível posto¹³ onde os policiais e bombeiros estão estacionados e possuem seus materiais de intervenção. Os postos não recebem missões ou tarefas e são coordenados a nível distrito, onde todas as chamadas ou pedidos de auxílio ou reforço são recebidos, monitoradas suas operações globais e, algumas ve-

zes, muitos casos especiais são conduzidos em nível chefatura central.

Ainda que os sistemas C3I se estruturem sobre bases técnicas comuns, como as aqui descritas, eles são operados ou funcionam sob contextos muitos diferentes¹⁴ em diferentes áreas¹⁵, de acordo com procedimentos variados e em coordenação com distintas organizações.



Quadro 5 – Visão Geral de um Sistema C3I Típico de Forças de Segurança.

¹³ Policial ou de bombeiros militares.

¹⁴ Político, ambiental, população, etc.

¹⁵ Cidades, bairros, região, município, estado, etc.

Todas essas características tornam cada sistema diferente, exigindo cerrada cooperação entre os usuários finais e os planejadores, para determinar a definição exata das principais funções do sistema.

Consequentemente, é obrigatório, desde o ponto de vista industrial, enfocar o projeto do sistema de uma forma aberta e muito flexível, possibilitando posteriores ajustes, modificações e acréscimos sobre uma base estável.

A esse respeito, a arquitetura do *software* é de fundamental importância, tendo que assegurar a maior independência de qualquer característica específica¹⁶ em cada sistema.

Várias organizações industriais especializadas em sistemas realizaram análises detalhados dos requisitos de várias forças de polícia e de segurança, chegando ao seguinte rol de condições, entre outras, para alcançar o êxito em uma missão crítica, utilizando uma determinada arquitetura de sistema C3I: o apoio de comunicações centro a centro e entre os centros e as for-

ças móveis; o equipamento telefônico dedicado à recepção e ao processamento das chamadas de assistência dos cidadãos; a possibilidade de monitorar em tempo real o estado e a localização das forças, assim como os incidentes em curso e os possíveis eventos; a capacidade de vigilância por vídeo de locais e interesse estratégico; o acesso aos dados de inteligência¹⁷ e os instrumentos para as instruções iniciais e para os relatórios finais após o cumprimento das missões.

ARQUITETURA DE UM SISTEMA C3I

Alguns elementos da arquitetura de um sistema C3I para atender às necessidades de polícia e de forças de segurança estão representados no Quadro 06, onde ressaltamos os seguintes subsistemas:

- uma infra-estrutura de rede de comunicações que pode ser privada ou baseada na Rede Telefônica Pública Comutada (RTPC). Necessitamos dessa rede para apoiar as emissões em

voz e dados entre os centros;

- uma rede rádio privada para transmissão em voz e dados entre distritos ou chefaturas e viaturas-patrulha. A rede rádio pode também servir como alternativa infra-estrutura da rede de comunicações;

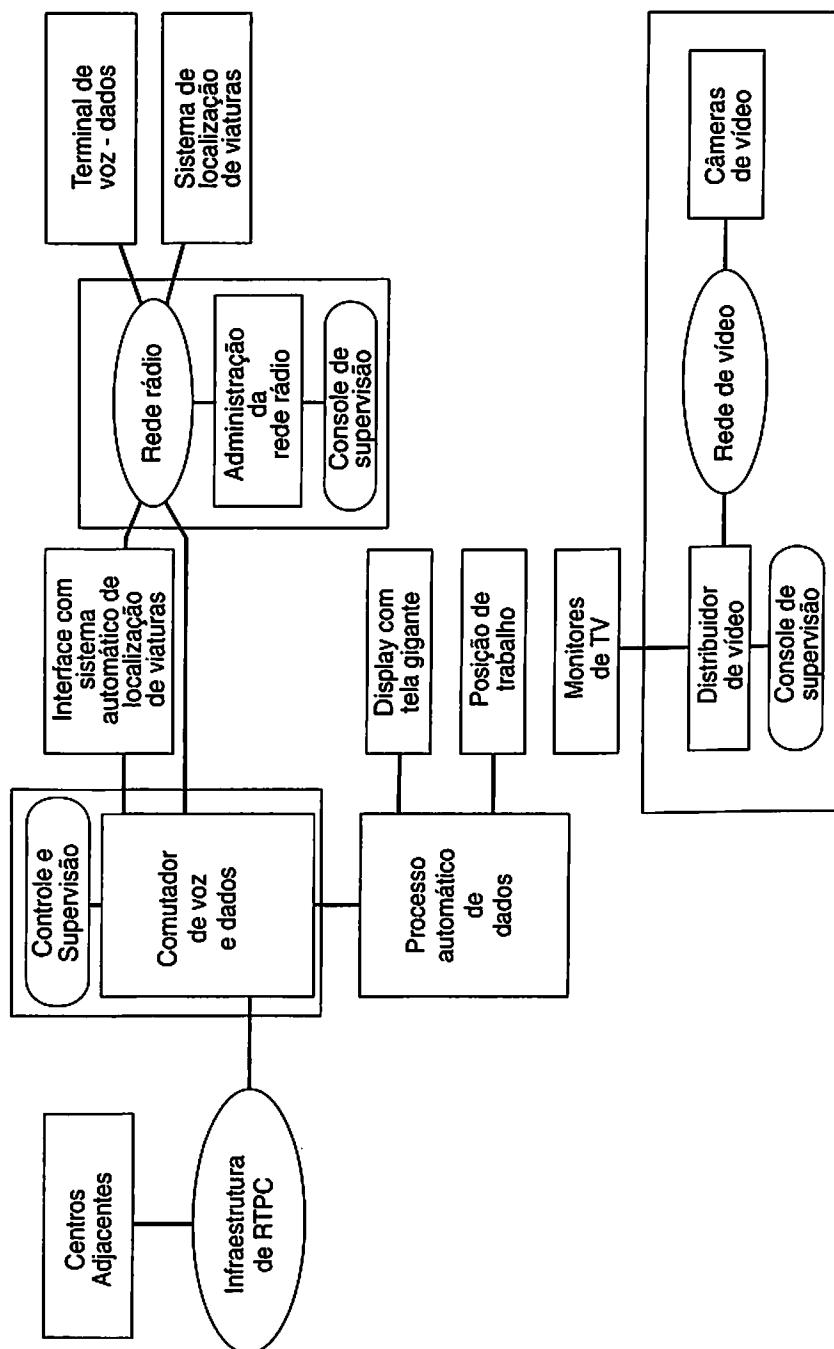
- um subsistema de vigilância por vídeo, composto de câmeras remotamente controladas, de uma rede de transmissão de vídeo, de uma matriz de comutação, de um mural de monitores de vídeo e de consoles de controle remoto;

- um subsistema automático de localização de viaturas, composto por equipamentos eletrônicos e de rádios instalados nas viaturas, para cálculo e transmissão da posição a chefaturas, e de um conjunto de recursos de computação e *software*, para posicionar as viaturas em cartas ou mapas eletrônicos;

- um completo conjunto de computadores, *software* e equipamento de apresentação vídeo com teclado que apoiem a aquisição e processamento de dados, o efetivo da base de

¹⁶ *Hardware*, protocolos de comunicação, procedimentos operacionais, etc.

¹⁷ Criminalidade, documentos de identidade, carteira ou cartão de motorista, plantas de acesso a edifícios importantes, depósitos de materiais perigosos, etc.



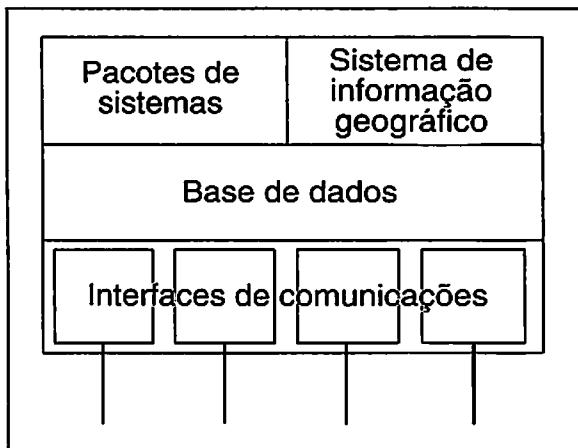
Quadro 6 – Arquitetura Global do Sistema.

dados com informação da situação, a apresentação de informação em vídeo para os responsáveis pelas decisões e o acesso para os arquivos de inteligência disponíveis em sistemas cooperantes.

CENTRO DE COMANDO E CONTROLE (C2)

O centro de comando e controle (C2) é o verdadeiro coração do sistema C3I. É ele o local onde todos os dados comunicados e detectados são transmitidos, integrados processados e apresentados aos executivos, onde as decisões são tomadas e as ordens são expedidas para as forças operacionais no campo de operação. O centro C2 é também o local onde estão disponíveis, para um reduzido número de usuários, os arquivos ou bancos de dados de inteligência e informações complementares. O Quadro 07 fornece uma estrutura de um centro C2.

Considerando que é o ponto de convergência de informações e a fonte das ordens do comando, o centro C2 é o nodo central de todas as redes de comuni-



Quadro 7 – Estrutura de um Centro de Comando e Controle.

cações, proporcionando as conexões entre todos os elementos participantes. O centro C2 também guarda o potencial de computação para a transformação de dados não elaborados em informações comprehensíveis, para armazenamento, recuperação e visualização dos dados e a preparação de mensagens e documentos a transmitir para as forças de segurança.

Os diferentes aspectos das comunicações rádio, dos sistemas automatizados de localização de viaturas, vigilância por vídeo e uma aproximação geral ao software C3I fazem interface para proporcionar o nível de apoio necessário pelas forças de polícia e segurança.

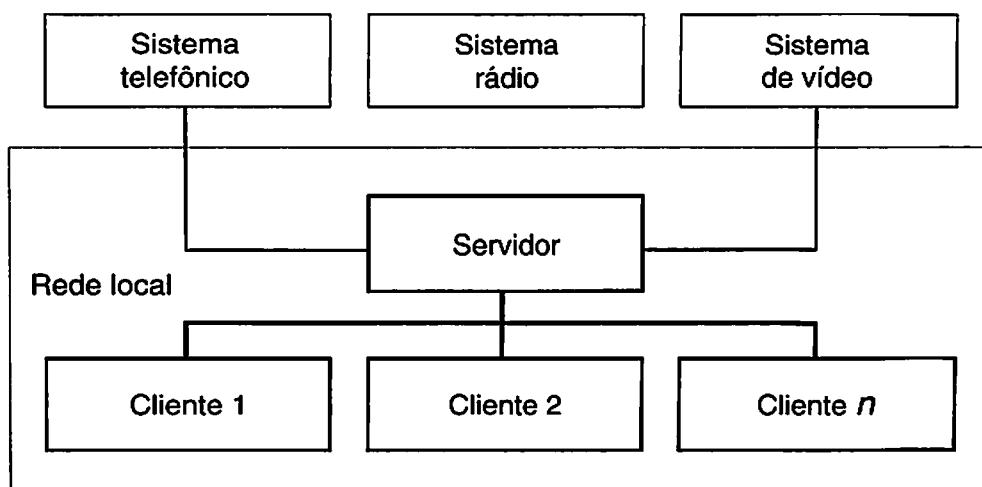
Um centro C2 de polícia e de forças de segurança pode ser enfocado sob vários pontos de vista: funções e serviços apoiados; interfaces com os componentes do sistema de polícia e segurança; equipamento hardware; princípios de software e aspectos de integração.

Para generalizar, podemos informar que existem poucos exemplos na vida real em que esses componentes estão integrados. O centro C2 varia desde um PC muito simples, equipado com poucos telefones e computadores pessoais de baixo perfil, até um C2 muito sofisticado incluindo vídeo, controle flexível de comunicações por rádio,

poderoso apoio informático e equipamento de visualização de gráficos. O Quadro 08 apresenta configuração geral da arquitetura de um centro C2.

nicações de dados, incluindo o status e a situação determinada dos dados recebidos pela rede rádio, assim como os dados intercambiados em redes telefônicas

localização e tipo de evento ou incidente; sinais de alarme emitidos por um equipamento específico gerador de alarmes, como os pontos de chamada de



Sistema de processamento automático de dados

Quadro 8 – Princípios da Arquitetura Global da Sala de um sistema C2.

INTERFACES DE CENTROS C2

O Quadro 09 mostramos, no interior do retângulo pontilhado, o centro de comando e controle (C2) com as interfaces de quase todos os componentes do sistema, que adiante especificaremos: comunicações em voz, rádio privado e telefone público; comu-

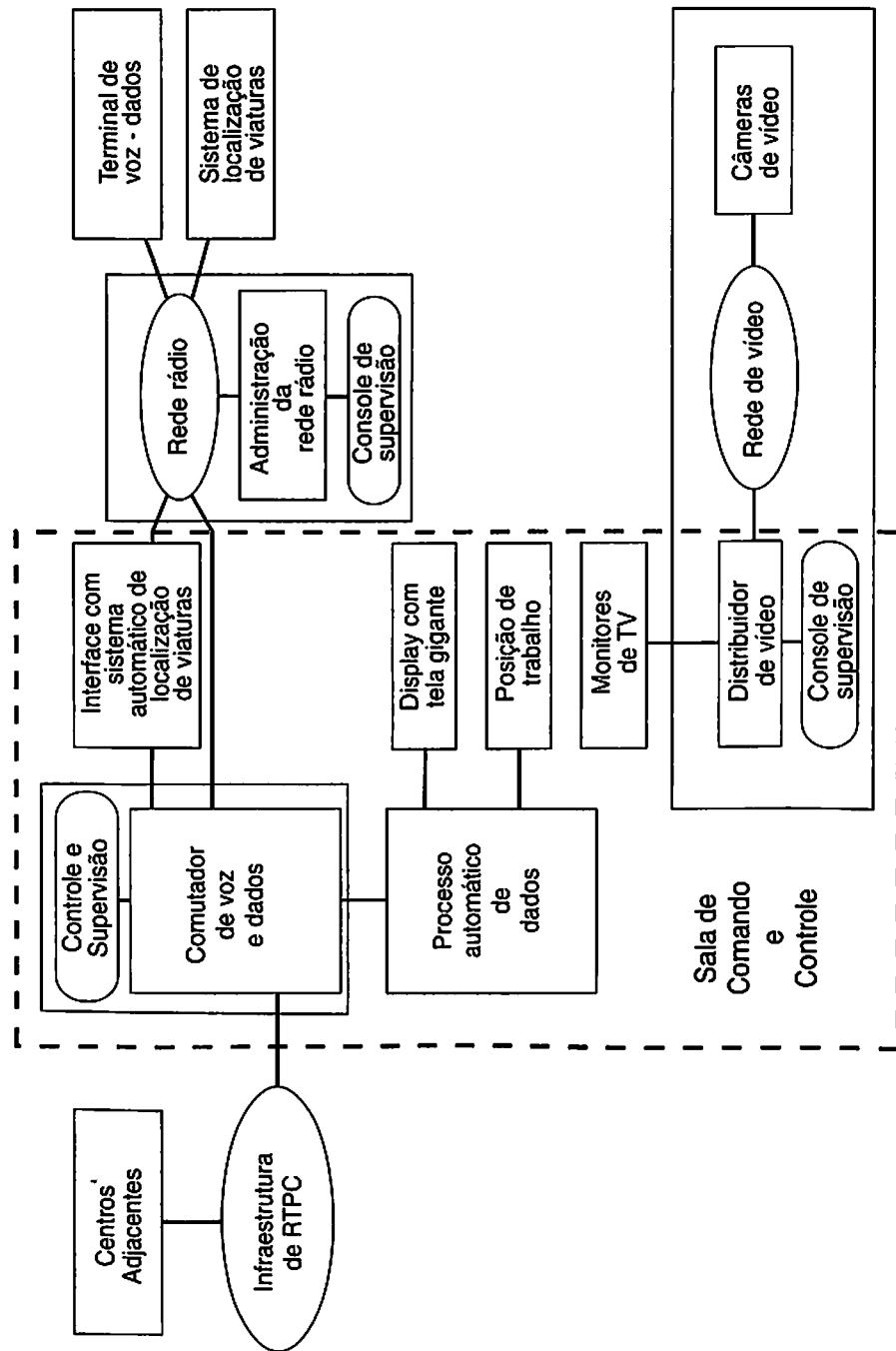
púlicas comutadas ou privadas desde os próprios centros secundários ou cooperativos; e rede de vídeo com imagens e sinalização de controle do equipamento de vídeo.

A informação recebida ou transmitida pelo centro C2 é a seguinte: a chamada de auxílio aos cidadãos em números de emergência dedicados: grupo data-hora,

emergência públicos ou sistemas privados de alarmes¹⁸; dados de missões fornecidos por voz ou por meios automáticos¹⁹; do quais são exemplos típicos *segundo para o local da missão, em serviço, retorno à base, necessito de apoio, necessito contato rádio no canal*, etc; dado de localização automaticamente gerado na viatura e transmitido pela rede rádio, informações fornecidas pelos distritos ou postos, com a lis-

¹⁸ Bancos, armazéns de produtos perigosos, edifícios de órgãos públicos, etc.

¹⁹ Status entrante no terminal rádio.



Quadro 9 – Localização do Centro C2 no Âmbito da Arquitetura Geral do Sistema.

ta de eventos contidos no relatório diário, lista e descrição do plano periódico de patrulhas, disponibilidades de forças e meios, etc; dados de inteligência, de qualquer tipo, fornecidos pelos centros de cooperação ou sistemas; e mensagens contendo ordens expedidas por comandantes (chefes) contendo: tipo da missão, localização, meios humanos e materiais alocados.

A informação é endereçada e processada no equipamento do centro C3, onde ela é recebida e apresentada aos operadores, que preparam uma síntese para os produtores de decisões. O fornecimento, o processamento e a apresentação de informações se descrevem, desde o ponto de vista do sistema, por um conjunto de funções e serviços que serão apresentados no tópico seguinte e que são implementados pelo equipamento eletrônico e *software*.

FUNÇÕES E SERVIÇOS DO CENTRO C2

Um centro C2 de polícia e de força de segurança

geralmente implementa as seguintes funções: chamada de assistência e processamento de eventos; administração da situação global; administração da disponibilidade dos recursos humanos e materiais; preparação e planejamento de missão; gravação, reprodução e simulação; e atualização da base de dados do sistema e funções de apoios auxiliares. Sucintamente, conceituaremos essas funções e serviços associados, fornecidos pelo equipamento C31 ligado no centro C2.

A chamada de assistência (socorro) e o processamento de ocorrências estão ilustradas no Quadro 10, cobrindo muitos aspectos das funções de um centro C2 de polícia e de segurança.

A partir de uma chamada realizada por um cidadão ou por uma operação individual, ilustrada no retângulo superior esquerdo, o sistema suporta a entrada de dados que descrevem o evento ou incidente. Com esses dados, o sistema converte semi-automaticamente²⁰.

Administrar a situação global é a capacidade do sistema de fornecer qual-

quer informação relacionada com a monitoração da situação sobre a área de responsabilidade.

Comumente, os dados de situação devem ser apresentados em forma de gráficos ou símbolos que representem os eventos, forças e qualquer local ou informação sobre um mapa ou carta detalhada da área ou região. Esses símbolos podem ser assinalados eletronicamente para possibilitar informações detalhadas de qualquer tipo - textos, tabelas, desenhos ou imagens de vídeo.

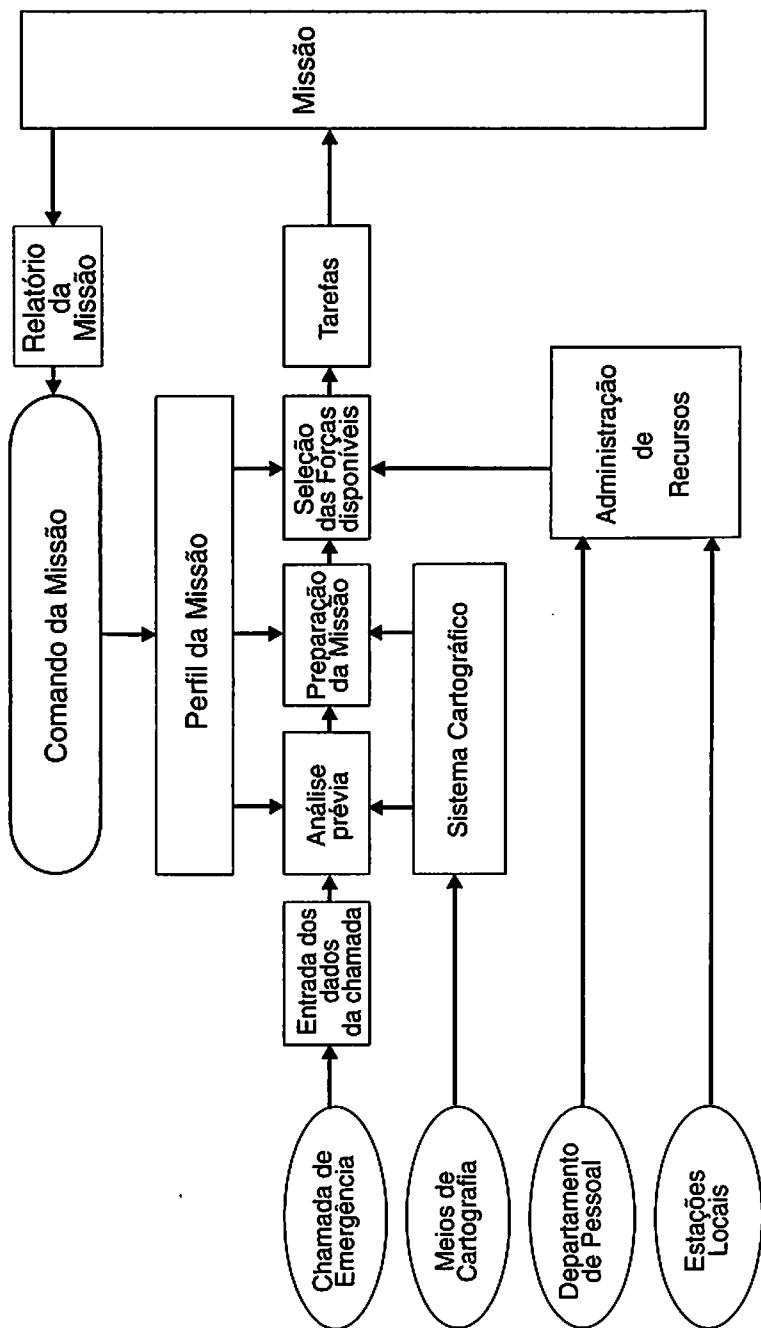
A função de administrar a disponibilidade de meios - recursos humanos e materiais - é bastante tradicional. Ela fornece os dados disponíveis aos responsáveis pelas decisões.

Essa função orienta a base de dados, realizando desde as estações responsáveis por simples atualizações da alocação de forças e meios para as missões, administra os turnos do pessoal (dia-a-dia), e é responsável pela manutenção dos equipamentos²¹.

A função de administração de recursos não somen-

²⁰ O operador pode interagir com o sistema, quando este sugere soluções inaceitáveis, quando há falta de dados ou de sequer informações.

²¹ Carros-patrulha, caminhões especializados dos bombeiros, etc.



Quadro 10 – Diagrama Funcional do Processamento das Chamadas de Emergência.

te fornece informações adquiridas em tempo real, mas também inclui a previsão de disponibilidade, baseada no conhecimento auferido durante o tempo de serviço do pessoal e do tempo médio de manutenção dos equipamentos. Esses dados de disponibilidade são empregados para a realização dos planejamentos.

Associados à função de administração de forças e meios estão os *perfis das missões típicas*, que fornecem contribuição para a alocação de forças destinadas a um determinado tipo de acontecimento. Esses dados, baseados em experiências operacionais, indicam quais meios e quais forças são geralmente alocados a um determinado tipo de evento. Os recursos sugeridos formam uma *lista do pessoal e dos equipamentos disponíveis*. A decisão final de alocação de recursos é sempre realizada sob o controle do operador.

A preparação e planificação da missão têm várias ferramentas que permitem aos chefes representar, antecipadamente, a situação esperada e planejar a alocação dos recursos necessários.

Essa função geralmente está baseada em uma repre-

sentação gráfica da situação esperada junto com os movimentos e posicionamento das próprias forças. Os planos podem ser impressos e distribuídos ao pessoal executivo, para um exame rápido e às forças, como documentos preliminares da ordem de tarefas ou ordem de operação.

A capacidade para gravar e reproduzir qualquer informação específica, sejam as informações de entrada ou saída do centro C2 em forma de dados, é um requisito muito habitual.

Essa função fornece, às autoridades do C2, todos os dados para poder explicar posteriormente como um evento ou incidente foi transmitido e quais ações foram tomadas para combater e conter o problema, podendo qualquer investigação ser feita posteriormente.

A sincronização da gravação de voz e dados é um requisito de emergência.

A reprodução da situação é também um meio útil para o treinamento dos operadores, em confrontação com uma situação real. Também fornece uma valiosa entrada para simulação de cenários que se pode construir usando as ferramentas de planejamento.

Os sistemas C3I de polícia e de segurança e, especialmente, os centros C2, possuem os meios e técnicas mais avançadas para: apresentar aos chefes, de maneira clara e precisa, as situações orientadas geograficamente; fornecer um acesso muito flexível a todas as bases de dados, permitindo qualquer tipo de consulta, em comparação com sistemas anteriores nos quais os acessos estavam predeterminados; chegar a qualquer elemento da organização por meio de redes de comunicações interligadas, e manter um perfeito controle do sistema global com um efetivo mínimo de técnicos habilitados - o uso do computador é quase autoexplicativo e não há necessidade de um especialista em informática, a rede de comunicações rádio pode ser facilmente monitorada do console de controle, a comutação de vídeo é realizada desde as posições dos usuários, etc.

A arquitetura do sistema de Centros C2 está composta por quatro sistemas: equipamentos telefônicos; comunicações radio; vídeo e processamento automatizado de dados.

O subsistema telefônico está composto principalmente por um PABX - *private automatic branch exchange* que apresenta facilidades de voz e dados, aparelhos telefônicos e interfaces de enlaces para a transferência de dados.

O subsistema de processamento automatizado de dados é composto de uma série de computadores, de interfaces para outros subsistemas, de enlaces de visualização e de *software*.

A arquitetura cliente/servidor baseia-se em uma rede de área local, um conjunto de postos de trabalho - os clientes - e um servidor que alberga as bases de dados do sistema e faz interface com outros sistemas²².

DESENVOLVIMENTO DO SOFTWARE C3I

O processo de desenvolvimento do *software* C3I está, hodiernamente, sujeito a diversas pressões criadas pela recente competição entre os fornecedores, pelas características exigidas pelos clientes, por um reduzi-

do tempo para o mercado e por uma redução do ciclo de vida útil tecnológica de quatro a cinco anos no mercado de *software*.

Atualmente, a duração do completo desenvolvimento de uma aplicação típica se reduz a menos de 24 meses para satisfazer os requisitos operacionais anuais.

Em um passado recente, o processo de desenvolvimento dos sistemas militares de C3I durava, em termos médios, de cinco a sete anos.

Além disso, os clientes exigiam sistemas de elevada capacidade de evolução. Isso significa que os sistemas devem ser capazes de integrar novas funções, mantendo a operacionalidade com versões anteriores e com sistemas externos, sem que isso necessite importantes revisões de projeto na arquitetura do sistema. As revisões de projeto aumentam o custo de aquisição de um sistema em mais de 50 % do custo inicial do projeto.

Por outro lado, os clientes exigem sistemas que podem ser mantidos atua-

lizados para se beneficiar, assim, da última tecnologia disponível no mercado. Isso implica que a arquitetura do sistema deve proporcionar os meios para trocar componentes do *software* ou incluir as ferramentas básicas. A associação de importantes clientes inclinou-se pela necessidade de organizar normas técnicas dedicados à aquisição de sistemas de defesa, com a finalidade de melhor controlar os custos de aquisição de grandes sistemas e da redução de seu tempo de saída do mercado.

Como exemplo, a iniciativa CALS²³ do Departamento de Defesa dos Estados Unidos tem, como meta, definir um corpo de normas em áreas tais como documentação técnica, apoio logístico integrado, administração de projetos, bases de dados técnicos e várias outras áreas.

Os clientes civis, perseguindo as mesmas metas, também começaram a adotar essas normas existentes em seus próprios sistemas de aquisição, para as suas licitações. A exigência no cumprimento do CALS,

²² Ver Quadro 08 - Configuração geral da arquitetura de um centro C2.

²³ Computer Aided Acquisition and Logistic Support, apoio por computador para aquisição e logística. Recebeu nova denominação: Computer Aided Lifecycle Support.

cada vez mais ampliado no desenvolvimento de projetos, impôs modificações no processo de desenvolvimento dos sistemas C3I.

CONCLUSÃO

As modernas tecnologias no campo das comunicações, dos computadores e do *software*, oferecem meios cada vez mais poderosos, que facilitam os operadores e órgãos que utilizam um sistema de processamento de dados e oferecem um eficiente apoio aos operadores do C2, e àqueles que devem tomar as decisões no âmbito das atuais organizações de polícia e de segurança, cada vez mais complexas.

As diversas ilustrações de C3I apresentadas permitem, em tempo, uma apropriada tomada de decisão, baseando-se no perfeito conhecimento da situação em tempo real, da disponibilidade de recursos humanos e materiais e na possível evolução da situação.

A arte da defesa contra o crime organizado e contra as situações imprevisíveis impostas pela natureza não só se baseiam no

conhecimento dos próprios recursos mas também no conhecimento das forças e deficiências dos fatores adversos.

No complexo e mutante mundo anual, somente os sistemas sofisticados de comunicações de informações ligados à defesa têm os suficientes recursos de flexibilidade, sensibilidade e resposta em tempo real que garantem as respostas precisas e a tempo. Os sistemas devem funcionar bem, tanto no tempo de normalidade ou paz, para prevenir os possíveis conflitos, como em período de crise, para diminuir os danos e restaurar o equilíbrio o mais rapidamente possível.

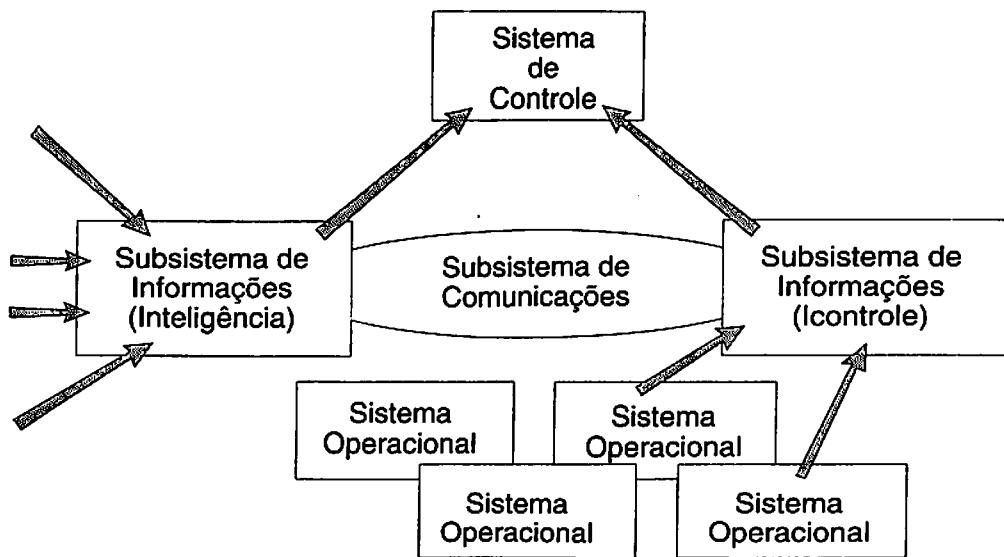
O Quadro 11 apresenta um modelo simplificado de um sistema C3I. As autoridades militares de muitos países trabalharam objetivamente, nestes últimos 20 anos, no desenvolvimento de sistemas C3I e, obviamente, encontraram uma série de dificuldades, que progressivamente estão sendo vencidas com as novas tecnologias.

Depois de sugerir uma definição generalizada dos sistemas C3I e de mostrar a possibilidade desses sistemas se estenderem a outras

áreas não militares, porém voltadas para a segurança, foram obtidos os diferentes aspectos da complexibilidade dos projetos e do consequente desenvolvimento. Nesse contexto, se apresentam primeiro os problemas derivados da insuficiência das especificações do sistema e, depois, aqueles inerentes à administração de mudanças e relações com outros sistemas C3I.

Também se examinam as características essenciais de criação e aplicação de sistemas C3I. Logo, neste momento, somente as técnicas orientadas para a objetividade nos parecem capazes de proporcionar soluções com diferentes aspectos implicados em controlar a complexibilidade dos problemas de projeto e desenvolvimento de sistemas C3I, para atender aos complexos e diferentes problemas de segurança.

A capacidade de comandar e controlar efetivos militares e forças de segurança tem sido um pré-requisito da guerra, desde que ela foi empregada, e das ações repressivas contra o crime organizado. Isso levou ao uso da abreviatura C2 para *comando e contro-*



Quadro 11 – Modelo Simplificado de um Sistema C3I.

Ie. Quando as forças armadas e de segurança passaram a se valer de sistemas das comunicações para transmitir ordens, informações e dados, o C2 tornou-se C3.

Quando esses sistemas foram integrados à inteligência, surgiu o termo C3I. Hodernamente, à medida que cada vez mais as atividades de C3I dependem

dos computadores, os termos *comando, controle, comunicações, computadores e inteligência* estão provocando o surgimento do C4I. ☺

“Eu agirei como se minhas ações fizessem diferença.”

William James

Comentários

A DEFESA NACIONAL – 86 anos

Virgílio da Veiga*

No mundo da Internet e dos video-games, dos clones e dos transgênicos, do bebê de proveta e do rock'n'roll, *A Defesa Nacional*, como título da revista, soa desprovido do *apelo de marketing*.

Não era assim quando foi adotado. Oitenta e seis anos atrás, servia de inspiração a poetas e escritores, atraía moços para o Serviço Militar e jovens oficiais do Exército para uma cruzada que se tornaria uma das molas propulsoras da revitalização profissional da Força.

De fato, ao lado da criação do Estado-Maior do Exército, das Grandes Unidades em caráter permanente, do Serviço Militar obrigatório e dos Tiros de Guerra, da Missão Indígena, da Missão Militar Francesa e da Participação da Força Expedicionária Brasileira nas

operações do TO italiano na Segunda Guerra Mundial, a fundação da revista *A Defesa Nacional* insere-se entre os fatos históricos responsáveis pela modernização do Exército na República.

Costuma-se atribuir, à falta de uma política de defesa, a responsabilidade pelas flutuações do tratamento dispensado às Forças Armadas no Brasil, em termos da provisão dos recursos necessários ao acompanhamento da dinâmica profissional, para o desempenho das tarefas que o Estado, constitucionalmente, lhes atribui. De resto, é o que ocorre em qualquer país de destinação democrática, economicamente frágil e politicamente imaturo: após período de prevalência das preocupações com a segurança e defesa, ou do envolvimento excepcional das Forças Armadas na condução da política de governo, passam elas a ocupar os patamares mais baixos resultantes da repartição do bolo orçamentário do país.

Assim ocorreu, finda a Guerra do Paraguai.

Nos últimos dias da Monarquia, nosso Exército parecia ter parado no tempo, após o alto grau de desenvolvimento experimentado, em função do esforço de guerra patrocinado pelo conflito. E tal situação pouco viria a alterar-se nos primeiros anos da República. A reforma instituída em 1890, com o chamado Regulamento Benjamim Constant, optaria por se continuar valorizando preferencialmente o academicismo na formação das elites do Exército, relegando o trato dos assuntos peculiares à profissão a um plano secundário.

A *Revolução da Armada* e a *Insurreição de Canudos* logo viriam denunciar o equívoco da escolha adotada, porém uma reação substancial ao *status quo* somente haveria de surgir com a investidura do Ministro Hermes da Fonseca na pasta da Guerra e a percepção da assombrosa evolução dos

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Redator de *A Defesa Nacional*, desde 1985.

equipamentos bélicos e das transformações consequentes do campo de batalha de que resultaria a Primeira Guerra Mundial.

Pois bem, foi em torno dessa época que a expressão *defesa nacional* passou a sensibilizar a sociedade brasileira, servindo de mote para as campanhas cívicas apadrinhadas por Olavo Bilac e outros patriotas históricos. E, ao embalo da atmosfera criada, surgiu a revista cujo título não poderia ser outro.

Fundada, no dia 10 de outubro de 1913, pelos *jovens turcos*, como ficou conhecido um grupo de oficiais que estagiara junto ao Exército alemão, seria ela um veículo de comunicação da *Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"*, pessoa jurídica e de direito privado criada com o propósito de constituir um canal capaz de transmitir as experiências, a visão profissional, os conhecimentos e os ensinamentos adquiridos pelo grupo no estágio realizado a salvo da rotina dos quartéis, e assim sacudir o marasmo da instrução então reinante nos corpos-de-tropa.

Seus frutos não tardariam a aparecer. A Cooperativa, por meio da sua revista

logo conquistaria a aceitação de boa parte da oficialidade e sua importância passou a ser reconhecida pelos chefes militares de prestígio da época, logrando alcançar os objetivos a que se propusera.

Inicialmente voltada, exclusivamente, para assuntos de interesse da caserna, aos poucos foi estendendo o espectro do seu conteúdo, em consonância com a evolução da formação militar e o atendimento dos seus interesses, até assumir a condição de *revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros*, como hoje é apresentada. Ao mesmo tempo, seu público leitor e seus articulistas, contidos inicialmente no âmbito do Exército, passaram a incluir militares das demais Forças Armadas, assim, como civis. Hoje, ela mantém intercâmbio com publicações congêneres de outros países, sendo respeitada e sobejamente usada como fonte de consulta por estudiosos, tanto no Brasil como no exterior, independente da qualificação profissional que ostentem.

A trajetória ascensional da Revista não conseguiu entretanto ser acompanhada pela Cooperativa que a criou. Com o tempo, as di-

ficuldades administrativas foram aparecendo e se agravando, à proporção que iam envelhecendo e desaparecendo os seus fundadores e os sócios mais antigos, sem que houvesse uma revitalização compatível do seu quadro social, cujas anuidades constituíam a base dos insumos orçamentários suportes da entidade.

Como consequência, o financiamento da Revista passou a ficar permanentemente ameaçado.

Campanhas para o aumento do número de assinaturas, solução lógica para aumentar a receita, são feitas continuamente, mas eventuais êxitos alcançados caem no vazio, quando se procura racionalizar custo de produção com preço de assinatura. Aí, a verdade orçamentária bate de frente com a realidade salarial do militar, para quem a Revista é, em essência, produzida.

Enquanto os órgãos de direção e apoio do Ministério do Exército estiveram sediados no Rio de Janeiro, a proximidade facilitava sensibilizá-los informalmente para cobrir a complementação financeira sempre necessária. A transferência do Ministério para Brasília e a

filosofia administrativa que ele, a partir da década de 70, se impôs, em consonância com o decreto-lei 200, foram deteriorando essa sensibilidade e inviabilizando o gerenciamento da Revista.

Ao perceber a extensão do problema, o Ministério do Exército decidiu intervir, assumindo a responsabilidade total por sua publicação, em reconhecimento ao marco importante que ela representa na história da Força Terrestre Brasileira. Entregue inicialmente à Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), hoje sua produção é encargo da Diretoria de Assuntos Culturais, órgão da Secretaria Geral do Exército, através da Biblioteca do Exército (BIBLIEX), tal como a Revista do Exército Brasileiro e a Revista Militar de Ciência e Tecnologia.

Nessas condições, *A Defesa Nacional* vive hoje uma situação, no mínimo curiosa. Legitimamente, ela continua sendo gerida por pessoa jurídica de direito privado. Não obstante, a Portaria Ministerial 239, de 10 de março de 1982, a inclui como um dos periódicos editados pelo Exército e as IR 60-10, *Instruções Reguladoras para o Funcionamento do Processo de Atua-*

lização dos Diplomados da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (IROF/PADECME), determinam a cooperação da ECEME com a Biblioteca do Exército na elaboração da Revista.

A essa altura dos acontecimentos, parece sensato se procure desfazer o nó que, involuntariamente foi criado. Nesse caso, qualquer proposta de regularização terá que partir da convocação de uma assembléia geral dos membros remanescentes da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*, para deliberar sobre o destino a ser-lhe dado. A partir daí, dever-se-á legitimar, em cartório, uma eventual transferência do título da revista que ela criou para a propriedade do, hoje, Comando do Exército.

Outra solução, quem sabe inteligente, seria fazer-se a transferência da titularidade para o Ministério da Defesa, dotando-o dessa forma, de um veículo de comunicação provido de tradição histórica e que, na prática, exerce natural ação integradora entre seus três Comandos e constitui reconhecido elo de ligação entre as comunidades fardada e civil,

condições importantes para o êxito que se espera da sua recente criação.

Ao mesmo tempo, adequaria melhor o título já consagrado da Revista com o nome do ministério a que passaria a pertencer, evitando as alusões talvez mal-postas que iniciaram este comentário.

Ao completar seu 86º aniversário, *A Defesa Nacional* contabiliza 785 edições. Com periodicidade de início mensal, a seguir bi ou trimestral e, recentemente quadrimestral, nunca interrompeu sua publicação, o que, certamente, constitui um dado jornalístico significativo e motivo de orgulho para qualquer periódico.

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

*Reis Friede**

A expressão *poder*, em sua concepção político-jurídica, pode adquirir os mais variados significados, que vão desde a *capacidade para alterar condutas*, na tradução de efetiva *aptidão* para

* Mestre e Doutor em Direito Público, Magistrado Federal e ex-membro do Ministério Público.

determinar, influenciar, modificar ou manter algo ou alguma coisa, até o sinérgico *exercício de força*, no sentido de disposição de autoridade ou mesmo de simples robustez vigor ou potência, passando pela noção de *direito de deliberar, agir ou mandar*. Mesmo no sentido restritivo, de feição constitucional, o termo em questão também apresenta pluralidade de traduções tais como: *soberania* (art. 1^a, parágrafo único, da CF/88), *órgão* (art. 2^a da CF/88) ou *função* (arts. 44, 76 e 92, todos da CF/88).

Todavia, independente de qualquer discussão de cunho semântico, o significado próprio e específico do vocábulo que mais interessa ao estudo do *Direito Constitucional* passa pela noção básica de *poder político* na qualidade de insuperável *exercício da capacidade de alterar ou modificar condutas dos integrantes da comunidade para o seu benefício último*. Nesse particular aspecto, não só o *poder* é uno e indivisível, como ainda é inerente ao Estado, como nação política e juridicamente organizada, ainda que seu exercício, no âmbito estatal, possa ser eventualmente dividido em funções essenciais, numa autêntica *tríade*

funcional relativa ao exercício final do poder.

Muito embora este indiscutível que o *poder político* inerente ao Estado, seja uno e indivisível – até porque traduz, em sua concepção mais ampla (Constituinte), a expressão máxima da soberania nacional monolítica, é certo que o exercício desse mesmo poder, por outro lado, não deve, embora possa eventualmente ser efetivado por um único órgão ou, muito menos, por uma única pessoa, evitando, nesse sentido, que o exercício último da capacidade de alterar ou modificar condutas dos integrantes da comunidade (povo) nunca deixe de ser realizado com o único e exclusivo intuito de beneficiar estes que se constituem, em essência, os verdadeiros titulares, ainda que não exercentes, do próprio poder originário.

Nesse diapasão, influenciados pelas teses de *Montesquieu* publicadas em 1748 (*O Espírito das Leis*), foi concebida a noção dos *freios e contrapesos ao exercício do poder*, permitindo mais tarde, a concepção tríade do exercício do poder, através da criação das funções *executiva, legislativa e judiciária* de forma independente

eatravés de órgãos próprios que, pelas suas dimensões, acabaram mais tarde conhecidas pela denominação clássica porém pouco técnica, de *Poderes Constituídos*, permitindo, nesse aspecto, reservar a expressão orgão inicialmente catalizadora da noção básica das três funções elementares do exercício funcional do poder, para a tradução das partes e divisões inerentes a cada um dos poderes estatais, tais como o Senado Federal e a Câmara dos Deputados (no caso do Legislativo), os diversos juízos e tribunais (no caso do Judiciário) e os vários órgãos de assistência e de assessoramento da Presidência da República (no caso do Executivo).

Tríade Funcional do Poder

Essencialmente, a idéia básica da divisão do exercício do poder nasceu com a obra de *Montesquieu, O Espírito das Leis*, como uma necessidade intrínseca de impedir a tirania típica por parte dos governantes que caracterizou, sobremaneira, os Estados absolutistas do passado.

A crença, em termos simplificados, era de que a con-

cepção fundamental da partição do poder, em forma triade, permitiria que as três funções básicas do poder (executiva, legislativa e judiciária), em sua particular interação, operassem como autênticos *sistemas de freios e contrapesos*, impedindo, pelo menos em tese, que o *soberano*, ainda que legitimamente eleito, se corrompesse, posteriormente, pela ausência de mecanismos de restrição ao exercício do poder, desviando-se dos rumos pré-estabelecidos em sua inicial empreitada política.

Muito embora o ideal teórico, em alguns casos, não tenha sido atingido na prática política e, em outros tantos, a concepção basilar da separação funcional do exercício do poder apenas funcionou, ou funciona, em termos relativos, a verdade é que a concepção histórica de *Montesquieu* não só restou consagrada pela doutrina, como contaminou a quase unanimidade dos Estados contemporâneos da atualidade, forjando uma complexa teoria política da separação dos poderes, em forma triangular, muito embora alguns autores tenham ousado sustentar, no passado, que a função judiciária seria apenas um apêndice da fun-

ção executiva que, neste sentido, faria par exclusivo com a função legislativa.

No que concerne ao Estado brasileiro, deve ser consignado que o *princípio da separação dos poderes* (em essência, divisão do exercício do poder, posto que o poder, inerente ao Estado, é uno e indivisível) se encontra consignado desde a edição da primeira *Constituição* (de 1824), não obstante, naquela época do Império, sob a égide do chamado *Poder Moderador*.

Posteriormente, com o advento da República, todas as demais Constituições brasileiras (1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988) expressamente registraram a concepção triade do exercício do poder, aproximadamente de forma análoga a atual disposição constitucional insinada no art. 2º da CF/88, verbis: *São Poderes da União, independentemente e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*.

Deve ser observado que o art. 60, § 4º, III, da CF/88 inclusive enumera como *cláusula pétreia constitucional* o princípio da *separação dos poderes*, afirmando que este é insuscetível de ser objeto de reforma constitucional

por emenda ou revisão), verbis: *Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a separação dos Poderes...*

Michel Temer ensina que a palavra *poder* pode adquirir vários significados: soberania (art. 1º, parágrafo único), órgão (art. 2º) ou função (arts. 44, 76 e 92). Além dessas definições, é possível entender *poder* como capacidade para alterar condutas. Assim, tem poder quem tem aptidão para determinar, modificar, manter algo ou alguma coisa, etc. Política nada mais é do que o exercício do poder. Poder Político é o exercício da capacidade de modificar condutas dos integrantes da coletividade, a bem desta.

O primeiro poder que interessa ao estudo jurídico é o de criar um Estado (Poder Constituinte). Esse ente criado terá um conjunto de decisões políticas básicas (a Constituição). Essa decisão fundamental estabelecerá uma superestrutura (o Estado), a quem competirá realizar materialmente o que foi decidido. Assim, se o constituinte determinou, na Constituição, que se asseguram educação e saúde, caberá ao Estado providenciar es-

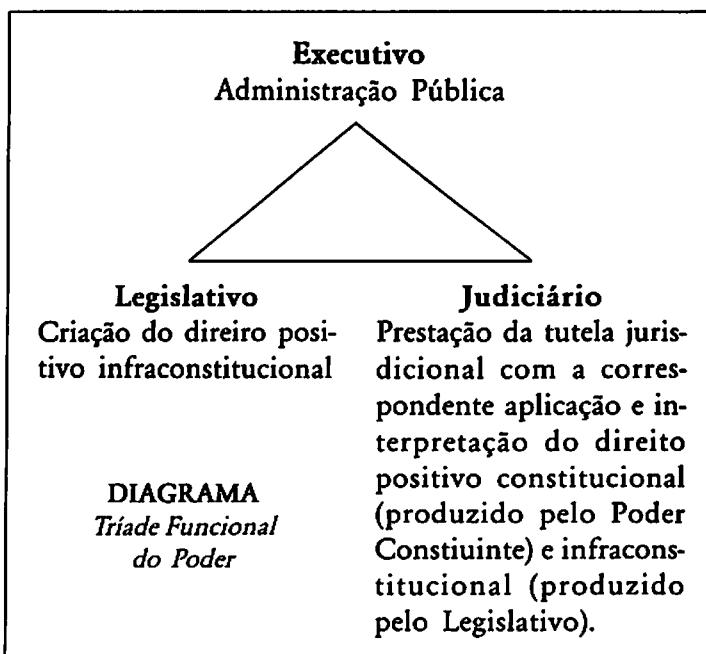
colas e hospitais, além da contratação de professores e médicos, etc.

Vê-se, pois, que o poder é um só, é uno. Esse poder, contudo, se triparte para exercer melhor as três funções essenciais em qualquer grupo social: estabelecer as regras da comunidade, administrá-la e decidir os conflitos em seu seio. São as três funções básicas, que são assumidas por três órgãos descentralmente grandes, que são chamados, ainda que de forma atécnica, de Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário. Cada um dos três poderes exerce precípua e prioritariamente uma função e, de modo secundário, as duas demais.

A tripartição do poder e o exercício das três funções pelos três poderes, só variando a especialização e preponderância, servem como forma de limitar cada um deles. Nada mais demonstrado de que o poder corrompe, de que o detentor do poder tende a abusar dele. Assim, o exercício parcelado e mutuamente controlado é a grande mola de funcionamento do Estado moderno. A esse sistema se designou checks and balances (freios e contrapesos). O ideal é que os Poderes atuem em conjun-

to e harmonicamente, a bem da sociedade. A independência dos Poderes deve ser assegurada para que possa ser satisfatório o sistema de freios e contrapesos. Essa independência se manifesta primeiro através da consciência e espírito público dos agentes políticos, da admi-

mite a delegação de atribuições quando expressa na Constituição, vedado o exercício simultâneo de funções de Poderes distintos. (Silvio Motta e William Douglas, Concursos Públicos, Direito Constitucional - Teoria e 580 Questões, Oficina do Autor, Rio



nistração de cada Poder por si próprio e, de modo cabal, pela autonomia orçamentária. O equilíbrio e separação entre os Poderes também se garantem pela definição constitucional das funções de cada um, bem como das prerrogativas de cada um de seus agentes políticos. Por essas razões, só se ad-

de Janeiro, 1996, ps.191/192
- acréscimo nosso)

Funções Principais e Secundárias

A clássica concepção tríade, em sua operacionalização efetiva, onde o exercício do poder estatal é dividido em três funções básicas (exe-

cutiva, legislativa e judiciária), também merece algumas considerações, posto que cada um dos *Poderes Estatais* (em essência, órgãos do poder) não só exerce a atividade fundamental relativa a sua função, como ainda exerce a atividade de auto-administração e, em caráter secundário ou complementar, as duas outras funções relativas aos demais Poderes Políticos.

Dessa forma, incumbe ao *Executivo*, como função principal, por exemplo, a administração da coisa pública, ao passo que, como função secundária, julgar (através, dentre outros, do Tribunal Marítimo, do Conselho de Contribuintes etc.) e mesmo legislar (através dos chamados atos administrativos normativos, como são exemplos os decretos presidenciais). De igual modo, incumbe ao *Legislativo*, como função principal, criar o direito positivo infra-constitucional, e, como funções secundárias, julgar (através, por exemplo, do Tribunal de Contas) e administrar (contratando diretamente pessoal, procedendo a licitações etc.). Finalmente, no âmbito do *Judiciário*, incumbe a esse Poder, como função principal, a aplica-

ção da lei (julgar), e, como funções secundárias, legislar (criação dos regimentos internos dos tribunais, por exemplo) e administrar (contratando pessoal, procedendo a licitações etc.).

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: UM IMPERATIVO GEOPOLÍTICO

*Manuel Cambeses Júnior **

Com o esfacelamento do império soviético e o fim da Guerra Fria no cenário internacional, abriu-se um período de transição entre o falecido sistema bipolar e a nova ordem que estava por surgir. Toda transição, geralmente, caracteriza-se pela incerteza, instabilidade e contradição entre forças e tendências na luta por prevalecer. Entretanto, neste final de milênio, é evidente que existe uma só superpotência, sustentada em absoluta superioridade tecnológica na expressão militar, apenas compensada pelo crescente peso geopolítico da China e geoeconômico

* Coronel Aviador. Membro do Corpo Permanente da ESG.

da União Européia. Porém, o iminente surgimento do *Euro* iniciará o gradual rebaixamento do domínio do *Dólar* norte-americano no sistema financeiro internacional.

Recordemos que, ao final da II Guerra Mundial, a elite dirigente norte-americana, acompanhada pela totalidade de sua opinião pública, decidiu reviver e fortalecer uma economia liberal a nível mundial. Os Estados Unidos assumiram a responsabilidade fundamental da defesa do mundo ocidental, permitindo aos seus aliados europeus e japoneses concentrarem seus recursos, e os provenientes do Plano Marshall, em suas reconstruções econômicas.

A iniciativa estadunidense foi decisiva na fundação da Organização das Nações Unidas, do GATT e na criação da Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Constatamos, porém, que decorrido meio século, já não existe nos Estados Unidos o consenso que permitiu esse ativismo internacionalista de cunho liberal. Tanto a elite dirigente quanto a opinião pública estão divididas em relação ao papel do país no sistema mundial. No Partido Republicano, baluarte tradi-

cional do livre comércio, surgiu uma forte corrente protecionista e nacionalista com claras vertentes xenófobas. Também no Partido Democrata, o partido do internacionalismo de *Wilson*, *Roosevelt* e *Kennedy*, tem-se fortalecido a tradicional corrente protecionista e a aversão com relação à ajuda internacional bem como às organizações multilaterais. Para reforçar esse argumento basta mencionar que a mais pujante e poderosa economia do mundo possui o mais baixo orçamento de ajuda internacional entre os países industrializados, em relação ao seu Produto Interno Bruto (apenas 0,08%, comparado com 0,9% da Dinamarca e 0,76% da Suécia). Até em cifras absolutas, os Estados Unidos cooperam menos do que o Japão e a França.

Alguns analistas entendem que essa atitude se deve ao ressurgimento do velho isolacionismo norte-americano, reforçado pelo desaparecimento da ameaça comunista, catalisador do consenso internacionalista da Guerra Fria. No entanto, considero que, em certos setores da sociedade estadunidense está se produzindo uma corrente de pensamento profundamente preocu-

pante. Trata-se de uma peculiar mescla de xenofobia, protecionismo e ativismo internacional unilateral. Esse unilateralismo concretizou-se *inter alia* nas conhecidas leis *Helms-Burton* e *D'Amato*, na inaudita sem precedente negação ao Presidente Bill Clinton de negociar um tratado internacional de comércio via *fast track*, na oposição do Congresso em pagar as dívidas e contribuições norte-americanas às instituições multilaterais, bem como em certas ações judiciais e policiais unilaterais, na luta contra o narcotráfico.

Um ilustre professor da Universidade de Harvard contou certa vez uma estória muito significativa. Em uma conferência, em uma pequena cidade próxima a Boston, perguntaram ao cidadão mestre sua opinião sobre uma possível invasão dos Estados Unidos, por tropas das Nações Unidas. O aterrador nesse caso é que, na audiência, ninguém sorriu. Se isso pode acontecer na Nova Inglaterra a poucos quilômetros de Harvard, berço do internacionalismo *wasp* da costa leste do país, o que poderá suceder no sul ou no meio-oeste dos Estados Unidos, caldos de cul-

tura da Ku Klux Klan e do extremismo terrorista de milícias, como aquele responsável pelo atentado de Oklahoma? Afortunadamente, para o resto do mundo, a potência hegemônica de finais do século XX é uma sociedade democrática e portanto aberta, corrigível e perfeitável. Imaginemos em que tipo de mundo viveríamos se a potência dominante fosse totalitária como a Alemanha nazista ou a União Soviética. Ademais, na sociedade estadunidense existem poderosos anticorpos de origem liberal que deveriam contrapor-se ao crescimento desse unilateralismo xenófobo.

A América Latina tem uma óbvia e estreita relação com os Estados Unidos, e creio ser necessário e urgente que os latino-americanos reajam frente a essa nova e potencial ameaça, em duas vertentes. A primeira consistiria em melhorar e fortalecer a escassa capacidade de influência de nossos países, na relativamente maleável opinião pública norte-americana e, em particular, em seu aberto sistema político. Obviamente, cada Estado latino-americano tem seus próprios interesses específicos em sua relação bilateral com os Estados Unidos; entretanto, poderíamos

e deveríamos atuar em conjunto, entre outras coisas, para reforçar e aproveitar a reduzida, porém crescente, influência dos cidadãos estadunidenses de origem latina, e para modificar a tradicional imagem negativa do latino-americano junto à opinião pública norte-americana.

Finalmente é imprescindível que transformemos a integração latino-americana em um urgente imperativo geopolítico, se desejamos deixar de ser considerados exóticos e marginais espectadores no cenário internacional.

TRÊS HERÓICOS PRACINHAS

*João Evangelista Mendes da Rocha**

As pequenas unidades são os celeiros naturais dos bravos. De lá se irradiou todo o palpitar dos grandes combates da FEB.

Ao ensejo do transcurso do 55º aniversário do Dia da Vitória, nossos pensamentos se voltaram, sobretudo, para os praticinhas que deram suas vidas pelo Bra-

sil, no cumprimento do dever, e, de forma bem especial, três jovens que estiveram na FEB sob meu comando, na 2ª Companhia do 6º Regimento de Infantaria:

Andirás Nogueira de Abreu - 2º Sargento natural de Agudos, filho de Saturnino de Paula Abreu e de D. Evangelina Nogueira de Abreu. Faleceu em ação, no dia 29 de abril de 1945, em Colecchio, agraciado com as medalhas de campanha, *Sangue do Brasil* e *Cruz de Combate de 2ª Classe*. No decreto de concessão dessa última lê-se:

Por ter, no ataque de 28 abril de 1945, sido um elemento que bastante se destacou pela calma, sangue frio, bravura e coragem, pois estava sempre com os primeiros elementos, apesar do intenso fogo de artilharia, morteiros e armas automáticas. Foi incansável durante a progressão, incentivando os homens, até que foi colhido pela morte, quando se acercava das resistências inimigas, cujas metralhadoras impiedosamente flanqueavam toda a progressão da Companhia e em particular a desses elementos sob seu comando. Seu corpo crivado de balas representava

o denodo com que o inimigo procurou impedir a infiltração desses primeiros elementos da Companhia em direção a Gaiano.

Abel Antonio Mendanha - Soldado, natural de Itaboraí, filho de Francisco Antônio Mendanha e de D. Francisca Cesária de Oliveira. Faleceu em ação no dia 28 de abril de 1945, em Colecchio, agraciado com as medalhas de campanha, *Sangue do Brasil* e *Cruz de Combate de 2ª Classe*. No decreto de concessão dessa última, lê-se:

Por ter, nos ataques dos dias 27 e 28 de abril de 1945, desempenhado impecavelmente as funções de mensageiro, pois, debaixo de um forte bombardeio de artilharia e barragem de metralhadoras, levou as informações aos destinatários, até que tomou para sempre, no cumprimento do dever. Nos diversos ataques, a patrulha em que tomou parte pôs à mostra sua calma, tenacidade, sangue frio e desprendimento. No Morro Belvedere, quando de regresso de uma patrulha, depois de estar ferido, declarou ser voluntário para outra, mesmo que fosse necessário sair aquela hora. A bravura, o espírito de sacrifício e a noção exata do cumprimento

* General-de-Brigada

do dever documentados pelo soldado Abel em todas as oportunidades o distinguem e o consagram como um dos melhores combatentes da FEB e a sua perda será sempre lembrada pelos companheiros.

Romeu Casagrande - cabo. Assim se referiu o Capitão Ernani Ayrosa da Silva no capítulo sobre o ataque de Castelnuovo em seu livro *Memórias de Um Soldado*.

Por volta das dez horas da manhã, a Segunda Companhia do Capitão Evangelista, já sobre Soprassasso, primeiro objetivo previsto a ser conquistado, ao ser castigado pelos fogos inimigos, decidiu abandonar a posição em que se encontrava e ocupar uma outra que não estivesse recebendo tiros inimigos regulados. Juntamente com o Cabo que carregava o seu rádio, deu um lance para novo abrigo. Ao deitarem sobre o terreno, o Cabo foi para o espaço com o corpo em pedaços. Havia caído sobre uma mina. O Capitão salvou-se milagrosamente, mas o Cabo Casagrande, nosso antigo companheiro desde os primeiros dias de combate, deixou-nos para sempre, morrendo no cumprimento do

dever. (Aqui, uma pequena retificação: o cabo Casagrande era chefe de peça da seção de Comando).

A respeito do ataque de Castelnuovo, eis um trecho do relato do Tenente Coronel Manoel Thomaz Castelo Branco, em sua obra *O Brasil na II Grande Guerra* (Bibliex, 1960 p. 383) e que é a expressão da verdade ...*A 1^a Cia (1^o Btl / 6^o RI), que se encontrava em Turziano lançou um pelotão sobre aquela região, conseguindo ocupá-la, apesar de fortemente hostilizada por fogos de metralhadora instalados em Sobrepasso, 674 e 702. Um pelotão da 2^a Cia, atuando pelo norte, na direção de 640, ajudou-a a dominá-la ficando, assim, aberto o caminho para o prosseguimento das operações. Às 12:30 horas, o Comandante do 6^o RI recebeu, então, ordens para iniciar o ataque, devendo conquistar inicialmente, Sobrepasso, donde o inimigo não só podia perturbar a sua própria progressão, como causar baixas no 11^o RI, que avançaria pelo Sul. Em face da determinação acima, foi imediatamente desencadeada a preparação*

de Artilharia, seguindo o ataque para a 722 (objetivo da 2^a Cia). Essa Cia, encarregada da missão, projetou-se incontinentemente para frente. Os mesmos fogos, que haviam incidido sobre a 1^a Cia, bateram-lhe o flanco sem, contudo, obstruir-lhe o movimento. Mal a 2^a Cia conquistou 722, o Comandante do IV Cex, por volta das 16:50 horas, entrou no PC do 11^o RI, em Riola, onde se encontravam o Comandante da 1^a DIE e vários oficiais do seu EM. Depois de ligeira troca de impressões com o General Mascarenhas, ligou-se, por telefone, ao Coronel Nelson de Mello, que se achava em Palazzo-PC do 1/6 RI, dizendo-lhe que desejava fosse Castelnuovo ocupado antes de escurecer. Ato contínuo, o Comandante do 6 RI lançou a 3^a Cia do Capitão Aldenor Maia, para Castelnuovo, recomendando-lhe que avançasse independente da queda das resistências de Sobrepasso.

NA - O pelotão da 2^a Cia, que atuou na direção da cota 640, aí referido, estava sob o comando do Tenente Edu Varga, (hoje no posto de Coronel) e fez 11

prisioneiros alemães. Foram tempos de heroísmo e abnegação que jamais serão esquecidos, páginas escritas com o sangue e o sacrifício dos nossos bravos em além-mar, todos unidos - oficiais da ativa e da reserva e praças - num só ideal de bem servir à Pátria.

A "OPERAÇÃO HUMANITÁRIA" DA OTAN EM KOSOVO

*Luiz Wenceslau Mangeon dos Santos**

Fm praticamente todos os veículos de comunicação social divulgou-se que a intervenção da Organização do Atlântico Norte (OTAN) na Iugoslávia seria a única forma de garantir à população de origem albanesa de Kosovo, o direito à liberdade e à vida. Algo como uma *operação humanitária* de grandes proporções, afastando o perigo de uma limpeza étnica por parte dos sérvios. A intervenção teria, portanto, motivos sociais, altruísticos mesmo.

O interessante é que conflitos muito mais contundentes e sangrentos estão ocorrendo na África e na Ásia e não provocam ações do mesmo porte de parte de nenhum organismo internacional. As intervenções orquestradas pelos americanos no Iraque mataram cerca de um milhão de pessoas. Nos últimos 15 anos, 1.500.000 pessoas foram mortas no Sudão nos últimos cinco anos e 500.000 em Ruanda. O conflito da Chechênia causou cerca de 80.000 mortes. Cada ano, 100.000 pessoas morrem em todo o mundo, devido à falta de água, roupas, abrigo, comida ou remédios. O conflito em Kosovo causou aproximadamente 2.000 mortos, em 1998.

Na realidade, o problema de Kosovo foi apenas o pretexto para um choque entre duas realidades político-econômicas.

Com a concretização da União Européia como o organismo supra-nacional que conduzirá a economia da Europa, observa-se uma grande diminuição do poder do Estado nos países da organização. Interessados em manter suas economias competindo em boas condições em um mercado globalizado, os participantes da

Europa dos 15 cederam de bom grado parte de sua soberania. A situação atual é resultado de longo processo, iniciado na década de 50, e hoje parece ser o único modo de manter a Europa em condições de fazer face à marcante superioridade econômica dos Estados Unidos da América (EUA).

Para europeus que abrem mão de parte do nacionalismo de seus países, nada mais inconveniente que a afirmação de soberania da Iugoslávia, negando-se a ceder parte de território que julga seu por direito e história.

O choque dos dois modelos, o grau de soberania admitida pelo novo *establishment* mundial, este é o motivo real do conflito, não as atrocidades contra a população de Kosovo, tão a gosto da mídia.

Considerando a motivação econômica do conflito, qual seria o papel dos outros atores envolvidos?

A primeira vista, parece difícil encontrar uma motivação econômica para a participação dos EUA como principal impulsor do ataque contra a Iugoslávia. Afinal, os americanos estariam apoiando a organização que seria sua principal rival no mercado mundial.

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior.

Para deslindar esse aparente contra-senso é necessário atentar para a posição do Reino Unido como participante da União Europeia. Os ingleses ocupam uma posição desconfortável, segundo alguns observadores, ou muito confortável, segundo outros. Têm de participar do organismo supra-nacional europeu, sob pena de serem praticamente excluídos da comunidade; por outro lado, admitem que têm com os EUA um *relacionamento especial*. São, portanto, o elo fraco da corrente européia, apesar de sua forte economia. Gra-

ças ao relacionamento especial com os EUA, desfrutam posição privilegiada nas transações comerciais com a única superpotência mundial restante.

Graças aos ingleses, a União Europeia jamais ameaçará os EUA em termos econômicos. O desenvolvimento e afirmação da organização é conveniente para os EUA, que passarão a contar com um opositor que seguirá a seu reboque, apesar da pujança da economia européia, constituindo-se mais em um parceiro que um rival. Nada mais lógico para os ameri-

canos que se contrapor a qualquer tentativa de afirmação de completa soberania. A única soberania absoluta admitida, segundo os americanos, é a deles mesmos.

E os que se opuseram ao ataque: Rússia e China? Quem tem telhado de vidro não gosta de ver o vizinho ter quebrado o dele, parafraseando o ditado popular. Quem tem problemas como os da Chechênia e Tibet, só para citar dois, não pode admitir contestação de soberania, nem pseudo-intervenções *humanitárias* pois, um dia poderá chegar a vez deles. 

As profissões “nobres” têm sido sempre as que não enriquecem... O desprendimento é a primeira virtude do soldado.

Bernard de Torquat de la Coulerie, em *Retrato Moral do Chefe*

Informações

EXTRATO DA ALOCUÇÃO DE AGRADECIMENTO DO DR. ANTONIO GOMES DA COSTA, PRESIDENTE DO REAL GABINETE DE LEITURA PORTUGUÊS, PELA OUTORGA QUE LHE FOI FEITA DO MEDALHÃO DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO.

Fse ao correr dos últimos anos, tivemos oportunidade de acompanhar de perto o trabalho desenvolvido na Casa do Barão de Loreto para a difusão da cultura, um dos traços que vimos nesse trabalho sempre ressaltado foi a estreita colaboração com instituições de raiz portuguesa. Os congressos de História Militar; as ações conjuntas com a Academia Portuguesa da História e com a Sociedade Histórica da Independência de Portugal; a vinda ao Brasil de especialistas e estudiosos do passado comum e a ida a Portugal de ilustres mestres brasileiros, sob os auspícios das Forças Armadas. Tudo isso é prova do carinho e da estima da Dire-

ção desta Casa pelos portugueses e por Portugal.

Este, aliás era o outro ponto que gostaria de acrescentar ao meu reconhecimento pela distinção hoje recebida. É que, ao correr das últimas décadas, com prevalência da dialética marxista no ensino da História, acentuou-se o processo de depreciação e de formação do nosso passado colonial. O importante, para determinados segmentos ideológicos, que se entranharam nos meios universitários e em certas áreas intelectuais, não era avaliar, com isonomia e de forma diacrônica, o esforço de construção de um país, a eficácia e as falhas das instituições, os erros e os acertos dos agentes de uma colonização. Pelo contrário, o importante para certos autores era inundar de sangue o passado; pôr o índio contra o branco, o senhor contra o escravo, o rico contra o pobre, o reinol contra o nativo. Era o confronto obsessivo e a luta de

classes. Pois durante esse período, em que a dialética marxista foi um dos traços do ensino da História, os militares do Brasil souberam sempre resguardar valores e analisar, sem os nevoeiros da ideologia, nosso passado comum. E fizeram isso, quanto a nós, por uma razão principal: por conhecerem o Brasil melhor do que ninguém, nas sua entradas, nas suas fronteiras, nos seus desafios; porque estudaram a estratégia dos fortes construídos em todo o território e da defesa da unidade nacional; porque sentem na própria alma a dimensão da brasiliade; porque sabem o que representa de milagre e de ser o Brasil que somos. Esse conhecimento inteiro da realidade nacional sempre nos levou a respeitar e avaliar com mais justiça e generosidade a obra dos antepassados. Por isso, poderia dizer hoje, sem risco de errar, que os militares brasileiros, em sua grande maioria, são grandes amigos de Portugal.

ORIGENS, CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Em 1936, tendo sido posto à disposição do Estado-Maior, para servir na sua 5ª Seção (Geografia e História), promove o reaparecimento da *Revista Militar Brasileira*, com edição especial dedicada à memória do Duque de Caxias.

Pouco depois, cria o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, reunindo um grupo de oficiais e de alguns civis, estudiosos de nossa História Militar.

Havendo encontrado, em suas pesquisas históricas, os restos abandonados e ignorados da antiga Biblioteca Militar, elabora o projeto de uma nova Biblioteca do Exército, inclusive com um Setor Editorial.

Consegue o apoio de seu amigo General Valentim Benício, então Secretário Geral do Exército, que apresenta o projeto ao Ministro da Guerra.

O projeto é aprovado integralmente e o seu amigo, como General, é nomeado para o cargo de Diretor da Biblioteca e ele, como idealizador da Biblioteca e autor do projeto, é designado para as funções de Secre-

tário, a fim de organizá-la como planejara.

Em 1940, tendo sido encarregado, no Estado-Maior, de pôr em execução o projeto da Missão Militar Francesa, de ser editado um *Guia do Candidato à Escola do Estado-Maior*, com objetivo de preparar, para o Concurso de seleção, os candidatos à Escola, promove a organização do Guia, convidando estudiosos especializados, tanto na área militar como na civil, a ele competindo a redação das lições do setor de Sociologia.

Concluído aquele Guia, reúne as suas lições, sob o título de *Formação da Sociologia*, que veio a ser o primeiro livro editado pela nova Biblioteca do Exército.

Do Curriculm Vitae do General Severino Sombra, anual Reitor da Universidade Severino Sombra.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS: CINQUENTENÁRIO DA ALIANÇA REGIONAL

Em 30 de abril de 1948, durante a Nona Conferência Internacional de Estados Americanos, celebrada em Bogotá, Colômbia, 21

países latino-americanos acordaram a criação de uma organização que agrupasse as nações de nosso Continente. Desde então, transcorreram 50 anos e a Organização dos Estados Americanos (OEA) segue cumprindo os objetivos e propósitos traçados em sua fundação.

Se bem que o ano de 1948 tenha marcado o início da Organização é importante destacar que ela tem seu antecedente em 1889, quando celebrou-se uma Conferência com representantes de 18 repúblicas latino-americanas, em Washington. Ao término da mesma, em 14 de abril, os participantes criaram o *Escritório das Repúblicas Americanas*, com o objetivo de intercambiar informações comerciais, e fundaram a *Biblioteca Cristóvão Colombo*, que seria depositária da literatura gerada em cada nação da Organização, funcionando como um verdadeiro cadiño do pensamento interamericano.

No início deste século, em 1913, o *Escritório das Repúblicas Americanas* se transformou em *União Pan-americana*, com sede permanente em Washington. A cada cinco anos, excetuando-

do-se os períodos das duas guerras mundiais, os países membros se reuniram para celebrar a conferência interamericana, na qual se consideravam as proposições dos diferentes países, revisava-se o trabalho do secretariado e adotavam-se resoluções que se transformariam nos alicerces de uma legislação internacional. Essas conferências permitiram a criação de um foro na qual se estabeleceram as convenções legais e os acordos concernentes a uma economia interamericana.

A Organização dos Estados Americanos pode ser considerada a mais antiga das organizações multilaterais existentes, pois, através de sua Carta, ela sucedeu à antiga *União Pan-Americana* - UPA, criada em 1918, por iniciativa dos Estados Unidos.

Dispondo de vários organismos especializados e com Secretariado sediado em Washington, ela espelha, no âmbito hemisférico americano, as características apontadas para a ONU. Embora não exista, no caso da OEA, o mecanismo do *veto* quaisquer decisões tomadas contra os interesses norte-americanos não teriam a menor possibilidade de

serem implementadas. Por outro lado, os EUA muitas vezes utilizaram a organização para dar cobertura jurídica a ações e medidas que queriam adotar em relação a determinado país ou grupo de países do continente.

São membros da OEA todos os países do hemisfério americano, à exceção do Canadá. Periodicamente cogita-se da criação de organismo alternativo formado por todos os países latino-americanos e caribenhos.

A transição da União Pan-americana para Organização dos Estados Americanos foi paulatina e sem dificuldades. O então diretor da União Pan-americana, Alberto Lleras Camargo, foi o primeiro Secretário-Geral do que mais tarde seria denominada de OEA.

A OEA tornou-se efetiva em consequência de acordos surgidos ao final da Segunda Guerra Mundial, em termos de segurança hemisférica. Dentre os propósitos fundamentais da Organização estão:

- fortalecer a paz e a segurança do continente;
- promover e consolidar a democracia representativa com o devido respeito à política de não intervenção;

- prevenir possíveis causas de dificuldades e assegurar o acordo pacífico de qualquer disputa que possa surgir entre os Estados-membros;

- promover ação comum por parte desses Estados em caso de agressão;

- buscar a solução de problemas políticos, jurídicos e econômicos que possam surgir entre eles;

- promover, por ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural;

- alcançar uma efetiva limitação de armamento convencional que tornará possível dedicar a maior quantidade de recursos ao desenvolvimento econômico e social dos Estados-membros.

No cumprimento de tão altos propósitos, a OEA, nestes últimos cinqüenta anos, tem sido o campo de ação fundamental na condução das relações interamericanas. A partir desses princípios, os Estados-membros têm dirigido seus esforços ao desenvolvimento multilateral, bem como para a manutenção da paz na região e, também, ao desenvolvimento e a integração regional.

Considerando a dinâmica das relações entre Estados,

os acontecimentos da política interna, o consequente desenvolvimento das diferentes nações, assim como as preocupações em torno do acontecer no continente e no mundo, a Carta foi modificada em quatro ocasiões pelos seguintes *Protocolos* de Buenos Aires (1967); de Cartagena (1985); de Washington (1992) e o de Manágua (1993). Tais emendas foram necessárias para promover um maior desenvolvimento econômico e integração interna além da promoção e defesa da democracia representativa, a ajuda no aumento dos níveis de desenvolvimento social, bem como alcançar uma cooperação técnica mais completa e efetiva.

Como testemunho dessa atividade ininterrupta, a OEA tem atuado como eficaz mediadora em crises políticas e confrontação entre países, desempenhando o papel de efetivo agente negociador, uma missão que tem dado, como resultado, excelentes acordos com o processo de discussões entre Panamá e Estados Unidos, que culminou com a assinatura dos *Tratados do Canal do Panamá*, em 1977, mediante os quais a nação norte-americana concordou com a sua retirada da Zona do

Canal para o final deste século.

No aspecto econômico, a OEA tem arquitetado excelentes soluções como o projeto da *Operação Pan-americana*, cujas propostas se materializaram posteriormente na *Aliança para o Progresso* na qual a Organização jogou um papel vital, mediante os encontros anuais do Conselho Interamericano Econômico e Social e os reportes *Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso* que, em seus anos de existência (entre 1958 e 1970), gerou mais de quinze bilhões de dólares em ajuda externa à região. Já em 1993, criou-se o *Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral* com o objetivo de colocar em prática uma política de coordenação para o progresso social.

Outro marco sumamente importante foi a criação da Assembléia Geral, entre 1967 e 1970, composta por ministros de relações exteriores, como órgão de mais nível da Organização. Esse período significou o início de uma nova etapa de cooperação de desenvolvimento multilateral e de um processo de maior expansão da

OEA, cuja Carta, agora modificada, conduziu a uma significativa convergência no processo de colaboração com a adoção de objetivos específicos para o progresso econômico e social da região.

Durante a década passada, a Organização desempenhou um importante trabalho nas negociações e acordos entre Estados que frutificaram na paz centro-americana. A OEA facilitou a evolução do processo de pacificação, participando na supervisão de eleições, no desarmamento, na assistência e, também, no retorno à sociedade civil e democrática.

A partir de 1994, os pontos de maior concentração da OEA têm sido: a *Comissão Interamericana de Direitos Humanos*, a *Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas*, a *Unidade para a Promoção da Democracia e a Unidade de Comércio*. Esses importantes focos de atividades são apenas parte de um vasto plano de ação hemisférica que prepara o caminho para o ingresso no novo milênio.

Em 1948, a recém-criada OEA contava com os 21 países membros da antiga União Pan-americana. Em

1967, agrupava a todas as nações caribenhas. Em 1991, o alcance já era hemisférico e os 35 países independentes americanos fazem parte da Organização.

Cinquenta anos de história são testemunha incontestável de um processo de avanços e retornos, de transformações, modificações e, sobretudo, do árduo trabalho na consecução de uma efetiva aliança regional. O que une os esforços realizados no passado e o presente, são os objetivos principais contemplados na Carta da OEA; *A liberdade individual e a justiça social embasadas no respeito pelos direitos humanos essenciais, com marco das instituições democráticas.*

Coronel Aviador Manuel Cambeses Júnior, do Corpo Permanente da ESG.

LEI DE PREVIDÊNCIA MILITAR

O Poder Legislativo aprovou, em 1998, reformas na legislação que trata da previdência social. Embora, legalmente, essas reformas não tenham atingido diretamente os militares das Forças Armadas, a nova re-

alidade exigiu estudos para a elaboração de uma Lei de Previdência Militar dentro dessa moderna concepção, cuja proposta de projeto foi entregue ao Presidente da República, pelos ministros militares, no último 08 de abril.

A proposta, resultado de trabalho coordenado pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), está sendo analisada por outros setores do Poder Executivo. Em seguida, seria encaminhada ao Congresso nacional, a quem cabe apreciar e votar a matéria. O seu texto harmoniza-se com as leis básicas da área militar e leva em conta as peculiaridades da carreira das armas.

A fim de manter a família verde-oliva informada sobre tema de seu especial interesse, destacam-se a seguir os principais pontos do projeto em tela. Nele, encontra-se estabelecido um conjunto de ações para assegurar aos militares e seus pensionistas, benefícios de natureza previdenciária. No verso, poderão ser conferidas as características essenciais da nossa profissão, as quais nortearam os estudos que levaram à versão final do documento apresentado ao presidente da República.

Principais Pontos da Proposta do EMFA

- *Os direitos adquiridos são assegurados e estão sendo definidas regras de transição para os que, estando na ativa, ainda não cumpriram os requisitos legais para o exercício daqueles direitos.*

- *É fixada uma alíquota de 6% (seis por cento) da remuneração bruta como contribuição previdenciária. O desconto atingirá todo militar da ativa (com exceção dos alunos de Colégio Naval e Escolas Preparatórias), reserva remunerada e reformado, além de pensionistas das Forças Armadas.*

- *Os acréscimos de tempo de serviço fictício, previstos na atual legislação, deixam de existir. Particularmente, quanto à Licença Especial (LE) o militar da ativa, que na data da publicação da nova lei, tiver completado o tempo de serviço que lhe daria direito à LE e que não a tenha gozado, poderá requerê-la a qualquer tempo ou ter computado em dobro o seu período nos termos da legislação atualmente em vigor.*

INFORMAÇÕES

• A partir da publicação da Lei, *deixa de ser computado* como tempo de contribuição para o regime de previdência militar o período de aluno de Colégio Naval e Escolas Preparatórias.

• Os proventos na inatividade serão equivalentes à remuneração bruta do *último posto ou da última graduação* que o militar possuía na ativa, deixando de existir, portanto, a *percepção de provento do posto ou da graduação superior*.

• Fica assegurado ao militar da ativa que tiver completado *20 anos de serviço*, na data da publicação da nova lei, a *percepção de remuneração correspondente ao posto ou graduação superior* quando da passagem para a inatividade.

• Aqueles que contarem com *menos de 20 anos de serviço* farão jus à diferença entre os proventos que lhes caberão por efeito da nova lei e aqueles que lhes caberiam pela legislação até então vigente. Esse valor obedecerá a uma proporcionalidade estabelecida pelo Poder Executivo.

• O valor da pensão será igual à *última remuneração* do militar na ativa ou aos *seus proventos na inatividade*. Ao militar que, na data da publicação da nova lei, estiver se valendo da faculdade de contribuir para a pensão de outros postos ou graduações, ficará assegurado o direito de continuar descontando sobre o posto/graduação para o qual vem contribuindo, para que

seus beneficiários recebam a pensão correspondente.

• O pagamento da *pensão* estará sujeito a novas regras, em especial no que se refere às *filhas de militares*. Ao militar que, na data da publicação da nova lei, estiver contribuindo para a Pensão Militar, ficará assegurado o direito de deixá-la para seus beneficiários, de acordo com a legislação até então vigente.

• Considerando o percentual de *6%*, previsto para a contribuição previdenciária, o total dos descontos, englobando o Fundo de Saúde e a Previdência, passará a ser de *9,5% da remuneração bruta*.

Reprodução do Encarte ao Noticiário do Exército nº 9.541, de 12 de maio de 1999.



*Seja Assinante
da Bibliex
e receba sempre
Bons livros*

Destaques da Imprensa

A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL

O Brasil é um país tradicionalmente pacífico. Sua Constituição inclui, entre os princípios que devem reger o país nas suas relações internacionais, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos. Embora possua uma fronteira terrestre com a extensão total de 15719 quilômetros, limitando-se com dez países, inclusive uma possessão europeia (a Guiana Francesa), há muito vive em paz com seus vizinhos. Basta dizer que o último conflito em que se envolveu com uma nação limítrofe encerrou-se há 129 anos.

Assinale-se que, de todas as regiões do mundo, o subcontinente sul-americano é o menos armado; nele, o Brasil é o país que destina menor percentual de seu PIB (Produto Interno Bruto) a gastos militares, e suas Forças Armadas possuem um contingente in-

ferior a 0,2% do total da população.

A vocação pacífica do Brasil não se manifesta de forma passiva, mas por meio de uma atuação firme e constante no sentido de contribuir, dentro de suas possibilidades, para o estabelecimento de um verdadeiro clima de paz no campo internacional. Exemplo disso tem sido a longa tradição de participação de suas Forças Armadas em operações de paz, que remonta a 1947, quando, pela primeira vez, militares brasileiros foram enviados à Grécia, para integrar o Comitê Especial das Nações Unidas para os Balcãs.

Desde então, as Forças Armadas brasileiras têm estado presentes em uma série de missões de paz sob a égide das Nações Unidas. Duas delas merecem menção especial, pelo número de militares envolvidos: a força de emergência das Nações Unidas na faixa de Gaza, que atuou de 1956 a 1967, com a participação de 11 países, na qual a contri-

buição brasileira se deu com um efetivo médio de 600 homens, envolvendo um total aproximado, ao longo do período, de 6500 homens, entre oficiais e praças; e a terceira missão de verificação da ONU em Angola, de 1995 a 1997, quando o Brasil chegou a ter mais de 1100 militares naquele país africano.

Fora do âmbito da ONU, pois decorrente de compromisso assumido pelo Brasil com a Argentina, o Chile e os EUA, num tratado assinado em 1942 (anterior, portanto, à criação daquela organização), foi a participação brasileira na missão de observadores militares Equador-Peru, criada após o conflito que esses dois países mantiveram em 1995. Comandada por um oficial-general brasileiro, a missão teve como finalidade verificar a separação de forças dos beligerantes e estabelecer um clima de confiança que permitisse o avanço das negociações diplomáticas. Estas culminaram, felizmente, com a as-

assinatura de um acordo em Brasília, em outubro de 1998, que pôs fim ao conflito, estando prevista para este mês a retirada da missão de observadores.

A par da atuação de suas Forças Armadas, o Brasil tem participado ativamente das negociações internacionais destinadas a reduzir os níveis de armamentos e é signatário dos principais instrumentos com essa finalidade, como a Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas, a Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas, a Convenção para a Proibição de Uso, Armazenamento, Produção e Transferências de Minas Antipessoais, e, principalmente, o Tratado sobre a Não-Proliferação Nuclear e o Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares.

A Política de Defesa Nacional, aprovada pelo governo brasileiro em 1996, recolhe as aspirações de paz brasileiras ao estabelecer, entre seus objetivos, o de contribuir para a construção de uma ordem internacional baseada no Estado de Direito, que propicie a paz universal e regional e o desenvolvimento sustentável da humanidade.

Tal política, baseada nas premissas de rejeição à guerra de conquista e de busca de soluções pacíficas para controvérsias (com o uso da força somente como recurso de autodefesa), está centrada na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e se apóia numa estrutura militar de credibilidade, capaz de gerar efeito dissuasório eficaz.

Dentro dessa linha, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em decisão longamente amadurecida durante seu primeiro mandato, submeteu ao Congresso projeto de lei estabelecendo a criação de um Ministério da Defesa, para reunir, numa só pasta, as atividades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, até então sob a responsabilidade de três diferentes ministérios. Com a aprovação da lei, há poucos dias, o novo ministério está sendo implantado, o que ensejará uma maior integração das três Forças Armadas, capacitando-as a que se desincumbam melhor das tarefas que a Política de Defesa Nacional lhes impõe, com vistas à otimização da capacidade de defesa do país.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 13.06.99, e assinada pelo Ministro da Defesa, Elcio Alvares.)

O MST NA UNIVERSIDADE

Em 1997, num debate em Porto Alegre, tive a oportunidade de mostrar a um grupo de militantes do MST, ali presentes no papel de claque do Sr. João Pedro Stedile, que seu líder os ludibriava com mentiras. Ele denunciava, por exemplo, um *estado de violência endêmica no campo*, quando seu próprio livro *A Questão Agrária no Brasil* provava que o número de homicídios em toda a área rural brasileira era inferior ao de qualquer cidade de médio porte. Ele afirmava combater um complô dos fazendeiros com o capital internacional, quando quem recebia apoio e dinheiro do exterior era o MST, e não os fazendeiros. Mostrei essas coisas e o Sr. Stedile não respondeu nada, apenas saiu batendo o pezinho.

Ao ouvir-me, alguns ficaram furiosos, outros desanimados, mas muitos começaram a pensar. Alguns deles talvez tenham até feito as contas que lhes sugeri-

ria o meu companheiro de mesa, o advogado Cândido Prunes: para dar a cada família de sem-terra uma propriedade rural rentável, seria preciso 94 por cento do território nacional.

Dados como esse são de vital importância para os sem-terra. A situação agrária do Brasil é muito complexa, e sem informações corretas qualquer um cai no engodo das fórmulas mágicas, que só complicam tudo ainda mais.

Por isso é preciso que os interessados tenham acesso a todas as informações, colhendo opiniões de muitos lados e pensando no caso para tirar suas próprias conclusões. Ora, quem tem informações e produz opiniões são os intelectuais, os estudiosos. Por isso mesmo, a Unicamp fez bem em abrir suas portas aos trabalhadores rurais para que *ouvissem explanações sobre História, Agricultura, Economia*, como disse o professor Luiz Carlos Guedes Pinto, na Folha de 3 de agosto. A universidade não deve ser mesmo uma torre de marfim, e não é nada mau que, de vez em quando, ela mostre que serve para alguma coisa.

Só há um problema. Os trabalhadores que assisti-

ram ao curso *Realidade Brasileira* não tiveram ali acesso a opiniões diversas, muito menos adversas. Não ouviram uma só informação que pudesse abalar sua confiança cega no programa do MST e seu ódio maciço a tudo o que o contradiga. Não ouviram, sobretudo, uma só palavra contra a religião do socialismo, pois toda palavra desse teor soaria ali tão inconveniente quanto um sonoro arroto no silêncio de um templo. Não, eles não foram convidados a pensar, a sondar a complexidade do real, a duvidar de suas idéias habituais. Entraram com uma opinião pronta, ouviram-na de novo sacramentada por prestigiosos professores e saíram imbuídos daquela fé ardente e imbecil que não concebe alternativa senão com as feições do proibido e do demoníaco.

Não, eles não foram levados ali para discutir. Foram para ser confirmados nas suas crenças, reforçados no seu *esprit de corps*, motivados e adestrados para uma luta político-militar cujos objetivos permaneceram indiscutidos e intocáveis. Não digo que o que fizeram fosse irracional.

Mas foi o exercício de uma razão diminuída, reduzida ao exame dos meios, incapaz de elevar-se à problematização dos fins.

Isso não é ensino. Não é nem sequer doutrinação — é adestramento de militantes. Para isso não é preciso um *local privilegiado de discussão e reflexão*, como o professor Guedes qualifica a universidade. Basta um campo de guerrilhas.

Ao promover essa coisa, a Unicamp não elevou o nível cultural dos trabalhadores; apenas rebaixou o seu próprio. Tornou-se uma subseção tática de um partido comunista. E, como sempre acontece com quem cai intelectualmente, ela procura compensar sua perda mediante a exigência de um acréscimo de poder. Ela já não se contenta em ensinar, com a humildade dos velhos professores, deixando que os alunos decidam o que fazer com o que aprenderam. Pela boca do professor Guedes, ela reivindica o papel de *motor da dinâmica social*. Ela deve *orientar a mudança*, assumindo, em suma, o comando da revolução. Eis por que os trabalhadores do MST não encontraram na Unicamp o discurso ex-

perimental, tateante e freqüentemente inconclusivo que é típico dos homens de ciência, e cujo exemplo de isenção e prudência seria a primeira coisa que uma universidade teria a obrigação de transmitir ao povo. Eles foram ali para ouvir uma palavra-de-ordem, e lá estava o professor Guedes para dá-la, pois ele próprio confessa que desconhece quaisquer outras finalidades do ofício universitário. E desconhece mesmo.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 05.08.99, e assinada pelo jornalista Olavo de Carvalho.)

UMA VISÃO IUGOSLAVA País sempre resistiu a opressores

O significado do Estado não está só em seus atributos próprios: o território, a população e o governo. Dentro do conceito de Estado, encontra-se também a identificação da população com o seu passado e presente, com os valores milenares ou espirituais.

É tudo isso que conecta os indivíduos, grupos e a nação inteira com um determinado território (inde-

pendentemente da autoridade, que muda). E justamente Kosovo possui tudo isso para os sérvios.

Habitando lá desde o século VII, foi nessa região que, em 1170, foi formado o primeiro Estado sérvio (Stefan Nemanja fundou a dinastia dos Nemanjik, que teve dez reis). Foi lá que a igreja sérvia obteve a sua autonomia, em 1219, e seu primeiro arcebispo.

Foi lá que se travou a Batalha de Kosovo, em 28 de junho de 1389, entre os sérvios e os turcos, o que parou por muito tempo a penetração turca no ocidente europeu.

Foram lá compostas, e passadas oralmente, algumas das mais lindas e mais conhecidas canções épicas sérvias pelas quais o escritor e pensador alemão Goethe estudou a língua sérvia no início do século XIX. Essas canções e a igreja mantiveram e consolidaram a nacionalidade nos sérvios durante os 450 anos de dominação otomana.

Os que recomendaram e os que executaram a idéia genocida de que um país seja bombardeado de longe, com perdas mínimas, até que este seja obrigado a assinar um acordo (de Ram-

bouillet) com o qual não concorda (que inclui a separação de Kosovo da Iugoslávia) praticam um ato bárbaro.

Os sérvios sempre lutaram contra os opressores, principalmente nos últimos 200 anos. Durante a Primeira (1804-1813) e a Segunda Revolta Sérvia (1815), os sérvios lutaram contra os turcos e obtiveram ampla autonomia.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-18), morreram nos campos de batalha (contra austriacos, alemães e búlgaros) e de fome e doença 26% do total da população da Sérvia (nenhum país tinha tantos mortos, nem tão grande sofrimento).

Na Segunda Guerra Mundial os sérvios perderam mais de 1 milhão de vidas, e contribuíram de forma considerável à vitória dos aliados.

Por isso, a brutal agressão da OTAN à Iugoslávia não tem sentido algum, não tem justificativa perante o direito internacional ou os costumes dos povos civilizados.

A devastação por bombas da OTAN sobre escolas, prédios, casas particulares, fábrica, torres de TV,

pontes, aeroportos, trens e até prédios da Cruz Vermelha é testemunho das ações genocidas cometidas e merecem todo o repúdio e a condenação de outros Estados.

A aviação de Hitler bombardeou Belgrado e algumas outras cidades da Sérvia e Montenegro no dia 6 de abril de 1941, que foi um Domingo de Páscoa, assim como os chamados aliados (EUA e Reino Unido), que bombardearam Belgrado em abril de 1944 (também era Páscoa) sob o pretexto de atacar nazistas.

Lamentavelmente, o mesmo ocorreu em abril de 1999, quando a OTAN bombardeou severamente cidades na Iugoslávia, executando uma prática genocida. Nossa mundo não precisa da *Paz Americana*, mas sim de pluralidade, (cultural, econômica, política) que faz do nosso único mundo um lugar rico e digno de viver para todos.

Para julgar corretamente os acontecimentos na Iugoslávia, deve-se saber que muitos albaneses não sabem a língua sérvia, mas o Estado os considera cidadãos. Para obter cidadania dos EUA, é preciso dominar a língua inglesa.

O povo albanês possui seu próprio Estado, soberano e independente, desde 1913. Nos países vizinhos (Macedônia e Grécia), o povo albanês vive como minoria étnica.

Durante as últimas décadas, políticos albaneses foram eleitos para os seguintes postos: presidente da Iugoslávia (Sinan Hasani), presidente da Assembléia da Iugoslávia (Sinan Hasani), presidente da Aliança Socialista (Kolj Siroka), foram deputados e embaixadores da Iugoslávia no exterior.

Tudo isso são elementos que os 19 países da OTAN não querem respeitar, por causa dos problemas que enfrentam, como a Irlanda do Norte (Reino Unido), bascos (Espanha), curdos (Turquia) e povos latino-americanos (EUA).

Não há muitos territórios no mundo que significam tudo para um povo, como Kosovo significa para a Iugoslávia, em todos os aspectos: político, histórico, cultural, econômico e espiritual.

A agressão da OTAN não resolveu nenhum problema em Kosovo, só causou muito sofrimento humano e destruição materi-

al aos povos da Iugoslávia. A única solução é utilizar um método civilizado, com diplomacia.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 09.05.99, e assinada por Dragan S. Vujonivic, da Embaixada da República Federal da Iugoslávia em Brasília.)

NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA ENERGÉTICA

O resultado dos leilões e a entrevista, ao JB, do Presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), meu ex-colega David Zilbertajn, mostram a necessidade urgente de estabelecer uma política energética para o Brasil. Não bastam as agências reguladoras, pois elas têm a limitação de terem sido concebidas como gestoras e árbitros de conflitos de interesses de agentes econômicos. Não podem, nessa concepção, ser as definidoras de políticas para o país. No petróleo, dominam a cena poderosas empresas de âmbito mundial para as quais o Brasil é mais uma peça em um jogo global. Esses gigantes têm estratégias próprias, articuladas com seus países de ori-

gem, e podem atuar a favor ou contra os interesses do Brasil. O problema é separar um caso do outro. A concepção de que elas serão sempre a favor do país, investindo aqui, é um erro da área econômica do governo — influenciada pelo Banco Mundial e sob pressão do FMI e dos países credores.

Assim, postula-se que a Petrobras é uma empresa como qualquer outra empresa petrolífera estrangeira, o que é ilógico do ponto de vista de uma política de energia para o país, pois a Petrobras é um instrumento na mão do governo. A boa performance da Petrobras nos leilões de áreas petrolíferas evidencia isso. Pessoas ligadas à área econômica disseram na mídia que o governo não deveria deixá-la participar do leilão. Negando que o petróleo seja puramente estratégico, vão ao outro extremo: o de que o petróleo é apenas uma *commodity* no mercado. Os EUA intervieram militarmente no Golfo Pérsico por causa do petróleo do Kuwait, invadido pelo Iraque. Qual outra *commodity* causaria isso?

O Brasil enfrentou bem os choques do petróleo. O país tinha e tem pouco pe-

tróleo em terra e era impossível produzir petróleo em lâminas de água acima de 200 metros. Com a elevação do preço do petróleo, o Brasil foi o primeiro a enfrentar o desafio das águas profundas, até 1000m e depois a 2000m, e lidera essa corrida. A Petrobras furou mais poços e produziu mais no mar que qualquer outra empresa. Desenvolveu a tecnologia *off shore* com o apoio de institutos e universidades, como a Coppe da UFRJ. É um caso raro em que o Brasil é líder em tecnologia de ponta.

Fala-se muito em tornar o país auto-suficiente em petróleo com a vinda das empresas estrangeiras. Nesse ponto inverte-se os papéis: os liberais viram nacionalistas. Mas há contradições. O governo cerceou os investimentos da Petrobras, não porque ela não tivesse recursos, mas para reduzir investimentos públicos, como quer o FMI. O saldo de caixa da empresa e a sua capacidade de alavancar recursos não foram usados plenamente. Agora, a Petrobras teve prejuízo temporário com a mudança cambial, que deu lucros fabulosos a operadores financeiros. Por que ela

foi sacrificada enquanto bancos foram protegidos pelo governo? Uma hipótese é que foram advertidos da desvalorização da moeda por imposição na negociação da dívida externa. Ficam acima da lei. O ex-presidente do Banco Central acusado foi um bode expiatório, pois não faria isso por sua conta.

Em segundo lugar, com petróleo barato por que a auto-suficiência? Do ponto de vista estratégico, importá-lo pode alavancar exportações e poupar as reservas brasileiras para o futuro. A produção de óleo do Brasil não pode ser ditada pela necessidade de dólares do governo, nem de lucro da Petrobras ou de qualquer empresa, e não pode ser orientada para satisfazer multinacionais em busca de ampliar suas reservas. As dez maiores empresas privadas de petróleo do mundo precisam repor, por ano, o equivalente a 4 bilhões de barris em reservas de óleo para manter o equilíbrio entre reservas e produção.

A produção de óleo deve ser harmonizada com as seguintes variáveis: 1) nível de reservas presumidas; 2) demanda prevista para os próximos 10 a 20 anos; 3)

cenários de preço futuro de óleo. Existe algo como 1 trilhão de barris de reservas recuperáveis de petróleo no mundo e estima-se que é possível ainda descobrir mais 0,5 trilhão. Isso garantiria uns 50 anos de vida para a indústria petrolífera. Três trilhões de barris restam não extraídos dos poços, devido a problemas técnicos e aos custos elevados da chamada recuperação terciária. Darão uma sobrevida ao petróleo, mais caro. A nova legislação que orienta as ações da ANP foi concebida como se o Brasil tivesse tanto petróleo e gás que bastaria trazer as multinacionais para tirá-lo. É um engano. Estima-se que as reservas recuperáveis do Brasil são 30 bilhões de barris.

Até o fim da primeira década do próximo século, a capacidade de produzir óleo dos maiores produtores será superior à demanda mundial. Isso quer dizer que somente *arranjos* do cartel podem levar a um aumento de curto prazo do preço do petróleo muito acima de 20 dólares o barril. Um aumento exagerado de preço acarretará a corrida para outras formas de energia. Então, não há ur-

gência de aumentar a produção nacional sem o correspondente aumento das reservas do país. Esse panorama deve mudar a longo prazo, quando se aproximar a escassez do óleo a custos baixos. Seu preço deverá então crescer.

Esse quadro mostra que: 1) uma política energética brasileira não deveria apresentar a produção de óleo com o petróleo barato; 2) o Brasil poderá ter de importar todo o seu petróleo após 20 ou 30 anos, quando ele estará caro, se estimularmos a exploração do petróleo nacional sem aumento das reservas.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 21.06.99, e assinada pelo Professor de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ Luiz Pinguelli Rosa.)

BRASIL, PARCEIRO EM DESVANTAGEM

Os contratos de parceria que a Petrobras tem assinado com as multinacionais do petróleo têm sido festejados pelo governo, pela ANP, pela presidência da empresa e por parte da mídia como grandes negócios. Contratos bilionários,

envolvendo multinacionais do porte da Texaco, da Exxon. Mas, para os cidadãos brasileiros, resta uma pergunta: essas parcerias são bom negócio para quem? Com certeza, para as grandes empresas privadas. Já para o Brasil, para os consumidores, para a Petrobras... somos, sem dúvida, os parceiros em desvantagem.

A face mais perversa da quebra do monopólio estatal é que a nova lei do petróleo (9478, de 1997), elaborada pelo governo FH e aprovada pelo Congresso Nacional, permite às multinacionais exportar para outros países o petróleo extraído no Brasil. Com isso, as reservas de petróleo do nosso país, que seriam suficientes para abastecer o mercado interno nos próximos 40 anos, poderão se esgotar em apenas uma década. Pelas facilidades garantidas pela nova lei do petróleo, as empresas privadas poderão, sim, extrair o nosso petróleo rapidamente, sem preocupação com o abastecimento nacional ou em manter reservas estratégicas, e vender uma boa parte do produto obtido aqui para os países desenvolvidos.

A essa altura, o leitor, indignado, deve estar se perguntando: ora, se as empresas privadas já estão começando a obter suas próprias áreas de exploração e produção de petróleo brasileiro nos leilões da ANP, então por que a Petrobras está facilitando ainda mais a vida delas, deixando as multinacionais entrarem, em parcerias, nas áreas que ainda pertencem à estatal – ou seja, ao patrimônio público? A resposta é simples. O governo tem asfixiado de tal forma a Petrobras, através de cortes orçamentários, da redução da sua capacidade de captação de financiamentos e de suas margens de lucro e faturamento, que a estatal não tem hoje outra alternativa para manter grande parte de suas áreas a não ser formar parcerias, como sócia minoritária, com as empresas privadas.

Pela nova lei do petróleo, as empresas têm um prazo exíguo (de três anos, mas por pressão das multinacionais a ANP acabou flexibilizando, em alguns casos, para cinco, sete anos) para iniciar a produção de petróleo nos blocos que exploraram. Do contrário, perdem a concessão da área.

Ou seja, o volume de investimentos necessários para iniciar rapidamente a produção nessas áreas é de tal magnitude que nem sempre a Petrobras terá condições de arcar com esses custos sozinha. Mesmo as maiores multinacionais do petróleo estão preferindo se associar a outras empresas e à Petrobras a assumir uma área inteira sem parceiros. Fica óbvio, portanto, que a intenção do governo e da ANP, ao fixarem prazos tão curtos para os resultados da exploração de petróleo, é forçar a Petrobras a abrir mão de boa parte das suas áreas, em benefício das multinacionais.

Claro que a Petrobras, 15^a maior empresa de petróleo do mundo, detentora de tecnologia sofisticadíssima e do recorde mundial em exploração em águas profundas, teria muito mais condições de competitividade não fosse a camisa-de-força colocada pelo governo para inviabilizar a capacidade de investimentos da estatal. Para começar, a Petrobras é proibida de tomar financiamentos junto ao BNDES e outros bancos oficiais. Ou seja, enquanto a iniciativa privada pode tranquilamente abu-

sar das facilidades fiscais e empréstimos concedidos a juros de pai para filho, a Petrobras se vê obrigada a buscar recursos no exterior, a juros altos, e em dólar – e isso somente quando o governo permite. Para se ter uma idéia, o BNDES está disponibilizando, para as empresas privadas do setor petróleo, um montante de R\$ 40 bilhões em cinco anos, mas excluindo totalmente os empreendimentos onde a Petrobras for sócia majoritária. Assim transfere-se dinheiro público para determinados grupos privados, num processo absurdo e inaceitável de concentração de renda, o que parece ser mesmo a tônica da abertura do setor petróleo no Brasil.

Como se vê, a população não tem motivos para comemorar o fechamento dos megacontratos de “parceria” (nos quais o Brasil entra cedendo a área, o petróleo, a tecnologia, o dinheiro do contribuinte), mas sim razões de sobra para desconfiar das intenções de um governo que tanto se empenha em prejudicar uma empresa pública, enquanto afaga o setor privado e multinacional.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 01.09.99, e assinada pelo Coordenador da Federação Única de Petroleiros, Maurício França Rubem.)

O ESTADO ESSENCIAL

Duas questões estão sendo objeto de alguma confusão na cabeça do público, e talvez na mídia. É a confusão entre a necessidade de desinchar o Estado e o aumento da sua eficiência.

Considero-me insuspeito rara falar, por ter sido sempre severo crítico da ineficiência endêmica, do clientelismo e do corporativismo do setor público brasileiro, e por minha preferência pela racionalidade do mercado como mecanismo de alocação dos recursos produtivos.

Mas a ótica liberal é o oposto da opção preferencial pela desordem. O que o pensamento liberal e humanista quer é o máximo de respeito pela liberdade do indivíduo. A destruição da ordem e das referências de valores faz exatamente o contrário. Reduz irremedavelmente o espaço da liberdade. A necessidade de ordem não é uma *invenção da direita*. É condição *sine qua*

non da vida civilizada e do desenvolvimento máximo do potencial humano.

Liberdade, como Hegel certa vez notou, é a consciência da necessidade. Não pode existir no vazio, como mera indeterminação. Requer um sistema de regras eficazes, isto é, regras que sejam cumpridas. E, para que exista o Estado de direito (uma inovação do pensamento liberal) e, por conseguinte, uma condição democrática, requer-se legitimidade. O que, nas sociedades avançadas modernas, se estabelece através de um complexo processo político, cujos sucessivos degraus devem ser sancionados pela maioria dos cidadãos, sem que a esta maioria, contudo, pela mera expressão dos números apurados a cada momento, seja lícito arrogar-se o poder de oprimir a minoria.

Temo que estejamos chegando a um ponto em que começa a configurar-se algum risco de desagregação da racionalidade do sistema. Não se trata de *culpar o Governo*. As causas são muitas, antigas, complexas e, em certos aspectos, chegam a parecer quase intratáveis.

O Estado é o aparelho formal da sociedade, em que se concentra, como última *ratio*, o poder de coerção. Depois dos brutais choques tectônicos da Primeira Guerra e da Grande Depressão, em quase todo o mundo o Estado se expandiu, ocupando boa parte do espaço em que vigorava a auto-regulação preferida pelos regimes liberais. Até certo ponto, era inevitável, porque o enorme aumento do tamanho e da complexidade da economia e do sistema internacional, a urbanização acelerada e o potencial desestabilizante da revolução tecnológica tornam necessário conter a violência das ondas, e regular os novos fatores potenciais de perturbação. O movimento do pêndulo foi longe demais, no entanto, e a crise mundial dos anos 68-82 demonstraria que se havia tornado inviável lidar com os excessos do Estado.

O Estado brasileiro foi inchando e se deformando, ao longo do tempo, por conta da natureza do processo político do país. Isso acontece com frequência nos países menos desenvolvidos e, não raro, nos emergentes e em tran-

sição, como é fácil de entender. Neles, as carências são proporcionalmente mais intensas, e o poder da máquina pública se torna especialmente importante, tanto para distribuir benesses como para arbitrar disputas distributivas. No caso brasileiro, as dimensões do aparelho federal não são grandes, por comparação com o que existe em outras partes. Claro que havia o que podar e, ainda mais, o que rearrumar. Não é essa, porém, a causa *causarum* dos desequilíbrios das contas públicas. O grande fator negativo foram as estatais, e têm continuado a ser estados e municípios, com os respectivos legislativos e judiciários. Sem falar, naturalmente, na Previdência pública, cujo déficit se tornou muito grave devido à incrível prodigalidade e imprevidência por parte de gerações de clientelismo político, coroado pelo carnaval de benesses da Constituição de 1988. Isso num tempo em que o alongamento da vida média e a expansão de benefícios aumentavam a carga de compromissos futuros.

A reforma da Previdência é, assim, assunto urgenteíssimo, não só sob o aspec-

to fiscal como sob o de justiça social, pois é um sistema de solidariedade invertida. Mas temos de conviver com esse passado – sem fazer tábula rasa do Estado de direito.

Por falar nisso, é surpreendente que nenhuma ação séria tenha sido tomada a respeito do problema dos marajás. É verdade que esse não é do âmbito federal e que, em geral, as malandragens se fizeram através de leis, e têm sido sustentadas na Justiça. Talvez um excesso de formalismo jurídico tenha impedido o saneamento da situação. Há grandes queixas a respeito da aparente impotência dos tribunais diante dos múltiplos abusos (entre os quais a indústria de indenizações) perpetrados por vias que têm aspecto externo de legalidade, como os famosos *direitos adquiridos*. Estes são, freqüentemente, abusos consentidos.

Não são os brasileiros os únicos a terem problemas com o serviço público. Nos Estados Unidos, onde é limitada a estabilidade dos servidores, de vez em quando um presidente fala em *reinventar o Governo*.

Aqui coisas graves começam a acontecer devido ao

esboroamento da credibilidade do Estado. O MST invade, saqueia, rouba e mata, desencorajando os produtores dos quais dependemos para alcançar a meta de cem milhões de toneladas de grãos. Sentenças não se cumprem. A lei torna-se ficção. Guerras de traficantes, a juventude empurrada para o crime e a perversão pela fantasia sinistra da legislação do menor contra a qual a única iniciativa oficial é propor o desarmamento das vítimas... Caminhoneiros param o país e bloqueiam estradas, castigando a população inocente. O Governo pigarreia, para engrossar a voz. E daí?

Conto-me entre as pessoas que realmente apreciam Fernando Henrique, e respeitam seus esforços para modernizar o país. Ele recebeu uma herança difícil. Suspeito, porém, que ele tenha ficado, sem se dar conta, subliminarmente influenciado pelas fantasias emocionais da geração de 68, do é proibido proibir de uma ingênuo meia-esquerda, que confundiu o repúdio à ilegitimidade do regime militar com a sabotagem à autoridade do Estado.

(Reprodução de matéria publicada em *O Globo*, edição de 19.08.99, e assinada pelo economista Roberto Campos.)

O SÃO FRANCISCO E A POBREZA

Cantado em prosa e verso, o São Francisco, o *Velho Chico*, é dos mais prodígios rios nacionais. Com 2800 quilômetros, nascendo na Serra da Canastra, em Minas Gerais, desemboca no Atlântico, entre Alagoas e Sergipe, depois de passar por Bahia e Pernambuco. É naturalmente navegável entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), passando pela barragem e clausa de Sobradinho. Interrompida a navegação pela barragem de Paulo Afonso, sem clausa, retoma a navegação em Piranhas (AL), até a foz, no Atlântico. Além da navegabilidade, o São Francisco empresta suas águas para bensucedidos projetos de irrigação, como na região de Petrolina (PE), que é hoje excelente polo frutífero de exportação, produzindo até vinhos. Isso mostra como o solo do Nordeste pode ser bem aproveitado, quando convenientemente irrigado.

Mas o grande projeto ligado ao São Francisco é o uso do excedente de suas águas jogadas fora, sem aproveitamento, no Oceano Atlântico. E não é pouca quantidade. Depois de passar as hidroelétricas em seu caminho — hidroelétricas não *comem* água — despeja no oceano cerca de 100m³/s! O projeto conhecido como transposição das águas do São Francisco — que melhor chamariam de desvio de águas — não é novo. Já em 1847, o engenheiro cearense Marcos de Macedo apresentava, ao Imperador Pedro II, o plano dessa transposição para resolver o problema da seca no Nordeste. Nada se fez. Só em 1983 o ministro Mário Andreazza manda reestudar o assunto, preparando moderna versão do projeto, com o apoio do Banco Mundial. Nada foi feito de prático até agora, devido principalmente à objeção, equivocada, de alguns representantes da Bahia, que crêem que seu estado será prejudicado. Como se as águas jogadas fora, no mar, pudessem retornar rio acima...

Mas em que consiste o projeto e quais as suas consequências e benefícios?

Começa com uma tomada d'água à altura da cidade de Cabrobó (PE), pouco abaixo da barragem de Sobradinho. Pretende-se que uma quantidade ínfima das águas — 100m³/s, de um total de 2100m³/s jogados no mar — seja levada à altura de 170 metros por sistemas de elevatórias, adutoras, canais e túneis, para transpor a Chapada do Araripe, na divisa de Pernambuco com o Ceará. Não há nenhuma dificuldade, sob o ponto de vista da engenharia nacional, para a execução. A partir daí, as águas passam a correr por gravidade nas calhas dos Rios Salgado e Jaguaribe, atingindo o açude do Castanhão, em construção, com capacidade de acumulação maior que a Baía de Guanabara. Várias derivações estão projetadas desta calha principal para atender Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Alguns números: a população beneficiada será de mais de 10 milhões de habitantes, com geração de mais de 1,5 milhão de empregos e propiciando uma superfície irrigada de 600 mil hectares, com vazão final, prevista, de cerca de 280m³/s, apenas 12% do que é jogado fora no oceano.

no. A produção anual com esse reforço hídrico, só na agricultura, será da ordem 4 bilhões de dólares. Quanto ao custo, que se estima na primeira fase de R\$ 1,5 bilhão, é plenamente compensatório, uma vez que o governo gasta anualmente, com verbas assistenciais de combate à seca, mais de R\$ 2 bilhões. Não cabe no escopo deste artigo o detalhamento desse grande projeto, verdadeira redenção para milhares de nossos irmãos nordestinos, morrendo anualmente de fome e de sede.

Projeto semelhante há na Califórnia. Lá, o desvio do Rio Colorado transformou a Baixa Califórnia — região em que chove menos do que no Nordeste — no pomar da América.

Quando se fala neste país em combater a pobreza cogita-se sempre de medidas assistencialistas que, necessárias em emergências, combatem apenas os efeitos e não as causas da pobreza. O projeto de desvio de águas do São Francisco, este sim, vai direto às causas, levando a milhares de irmãos nordestinos a certeza de uma vida com dignidade e fixação em seu habitat, prevendo o êxodo em dire-

ção às regiões mais ricas do país. Esse projeto, o maior de todos de combate à pobreza e diminuição dos desníveis regionais entre o Nordeste e o Sul, não pode mais ser postergado.

Não acreditamos que quem esteja realmente preocupado com a pobreza no Brasil possa ser contra este projeto. Quanto à vazão do Rio São Francisco, se água faltar para suas necessidades normais, é só desligar bombas da elevatória. Simples programa de computador pode controlar isso. Não há razão para temores por parte de nenhum estado.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 10.09.99, e assinada pelo jornalista e engenheiro naval, José Celso de Macedo Soares.)

BOMBA GENÉTICA

O desenvolvimento de produtos agrícolas transgênicos, como a soja, só aparentemente é um progresso. O objetivo seria obter mais produtividade, um produto de alta qualidade, mais resistente às pragas e menos dependente de defensivos agrícolas, verdadeira *bête noire* dos ecologis-

tas. Há outra face da moeda — face monstruosa —, que pode colocar em risco a saúde e a vida dos consumidores e produzir efeitos ainda inimagináveis em gerações futuras.

A pressa atual de economizar certas experiências pode levar a tragédias humanas como as causadas pela talidomida. Esses riscos preocupam a comunidade científica mundial, principalmente a européia, que condena os transgênicos e pede um estudo maior de seus efeitos, antes de manipular elementos da natureza que só agora começamos a conhecer e compreender.

Para o Brasil, a introdução dos transgênicos seria economicamente desastrosa. Em primeiro lugar porque atrelaria o setor mais importante de nossa agricultura de exportação a um ou dois fornecedores que ficariam com o monopólio mundial das sementes. Além disso, nosso maior cliente de farelo de soja — bagaço que sobra após a extração de óleo usado na cozinha e para fazer margarina — é a Comunidade Européia. Esse farelo é um excelente alimento do gado que os europeus criam ge-

ralmente confinado. O temor deles é o de que os genes modificados da soja sejam assimilados pelo rebanho e provoquem problemas, seja nos próprios animais, ou — mais assustador ainda — transmitam ao homem verdadeiras bombas genéticas, potencialmente devastadoras para a sua saúde e vida.

Para tornar as espécies transgênicas mais resistentes às pragas, os cientistas desenvolvem antibióticos naturais, produzidos geneticamente pela própria planta e que poderão, eventualmente, ser assimilados pelos animais dos rebanhos alimentados com bagaço transgênico, ou por consumidores finais da carne, laticínios e derivados produzidos por esses animais, agindo sobre a flora bacteriana e dando origem a resistências e mutações desses microorganismos, que poderão, eventualmente, tornar-se assassinos potenciais, em consequência da exposição incorreta e excessiva a antibióticos, como já ocorreu com muitas espécies de *pseudomonas* e *estafilococos* (bactérias encontradas normalmente no organismo dos seres humanos).

A própria história da relação das bactérias com os antibióticos é uma corrida contra o tempo, em que os remédios são cada vez mais poderosos e as bactérias, cada vez mais resistentes. As primitivas penicilinas, vistas como um milagre na década de 40 quando surgiram e praticamente acabaram com as mortes por pneumonia de forma dramática, seriam hoje totalmente inofensivas contra qualquer microorganismo moderno. As bactérias não apenas *aprendem* a ganhar imunidade contra drogas cada vez mais potentes como transmitem essa habilidade a todas as bactérias de sua espécie com que entrem em contato.

Outra preocupação é o gene denominado *terminator*, com nome de personagem de filme de Arnold Shwarzenegger e muito mais mortífero. Na soja, ou em qualquer outro vegetal, aborta a germinação da semente após a colheita, preservando as demais características da planta. Ninguém ainda estudou a fundo o que esse exterminador do futuro poderá fazer se assimilado por organismo animal ou humano. E o perigo é real. Em suma, o con-

sumidor estará comendo soja estéril, uniformizada, fornecida por um monopólio perigoso, até do ponto de vista científico.

Hoje, já está comprovado que a soja transgênica não tem produtividade maior que a soja natural. Além disso, a repetição de um mesmo padrão genético, através de gerações do mesmo indivíduo, pode dar origem a problemas. No Brasil mesmo plantou-se o jaborandi em grande escala no Pará. As plantas foram selecionadas e padronizadas. Durante alguns anos a produtividade foi assombrosa. Recentemente, sobreviveu verdadeira catástrofe e a produtividade despencou, levando os plantadores a buscar desesperadamente por espécies *selvagens* para tentar revigorar as plantas *domesticadas*.

O que ocorrerá se a natureza produzir uma praga contra essas sojas monopolizadas? A biologia demonstra que o segredo da continuidade da vida está na diversidade das espécies, e da variedade genética dentro das mesmas espécies. Quantas mais combinações houver, mais força genética e mais possibilidade de sobrevivência terá o ser vivo, exa-

tamente o contrário das teorias eugênicas que acabaram levando o homem a monstruosidades como o *Holocausto*.

Isso demonstra que, além do debate científico, há uma questão moral a ser tratada. A apropriação, por uns poucos, de um patrimônio que é de todos desde que a vida existe sobre a Terra. A característica principal e divina da vida é a sua reprodutibilidade, sua persistência, sem qualquer interferência alheia a ela. Para se ter filhos, basta querê-los. Das sementes de uma maçã nascerão novas macieiras e, combinando espécies e plantando, o homem veio, aleatoriamente, melhorando e diversificando as espécies, mas sem romper com o princípio fundamental da continuidade da vida.

Retirar a reprodutividade da vida, apoderar-se dela com o fim de monopolizá-la, é moralmente monstruoso e vai de encontro a todas as leis naturais e do homem. Isso não significa ser contra eventuais manipulações ou seleções que, eventualmente, possam melhorar ou tornar mais nutritivas espécies vegetais ou animais. A ciência é fun-

damental e seu progresso tem, indiscutivelmente, melhorado a vida do homem sobre a Terra, mas deve haver um limite para o que o homem possa ou não possa fazer. Se, algum dia, esse comportamento de manipular, padronizar e apoderar-se das sementes da vida se generalizar à totalidade dos seres vivos, a própria existência da vida sobre a Terra estará seriamente ameaçada.

(Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 04.07.99.)

MAIS CLARO QUE A VERDADE

O magrebino Ibn Khaldun, notável diplomata e político em seu tempo, escreveu, há mais de 600 anos, que *o futuro é mais parecido com o passado que a água com a água mesma*. Quando a aviação hitlerista lançou seus ataques a Londres, Josef Goebbels havia convencido seu Fuehrer de que os bombardeios deveriam concentrar-se nos bairros pobres. O ministro da Propaganda do Terceiro Reich não levou em conta que os diferentes estratos sociais e correntes ideológicas

britânicas estavam unidos contra o inimigo comum. Nunca o *East End* se entendera tão bem com o *West End* como nos anos da *Batalha da Inglaterra*.

Existe um novo engenho de guerra que debutou no conflito brutal de dez semanas, declarado unilateralmente pela OTAN contra a Sérvia, a propósito do Kosovo. Especialistas militares do mundo inteiro observaram o emprego inédito dos bombardeios B-2 revertendo todas as teorias clássicas de estratégia territorial. Indetectáveis, essas aeronaves decolavam de uma base no Meio-Oeste americano. Atravessavam o Atlântico, entravam nos céus europeus com destino aos Balcãs, despejavam suas cargas aniquiladoras e regressavam aos EUA, tudo *nonstop*. Quis o Pentágono provar que armas desse tipo prescindem de porta-aviões e instalações de apoio logístico no ultramar, não sendo atingíveis por quaisquer sistemas de defesa antiaérea e caças adversários.

Mas o que de fato arrasou a Sérvia não foram as bombas; foram as modalidades, de sua utilização, como suporte propagandístico. O Pentágono, a CIA e

as agências de Segurança Nacional e de Inteligência da Defesa deram-se as mãos num quadro de guerra psicológica nunca visto. Ataques combinados às estações televisivas e seus relés tiraram as imagens iugoslavas do ar, enquanto aviões EC-130E emitiam sinais de toda ordem, inclusive comerciais. Como as casernas sérvias dispunham de compressores, empregaram-se bombas desconhecidas em centrais geradoras de energia, aptas a dispersar fibras condutoras de eletricidade. Havia que degradar seletivamente o inimigo diante da população civil, que pagou o crime de ter votado em seu autocrático chefe de Estado. As destruições visavam a quebrar o moral do povo sérvio, tendo para tal o presidente Bill Clinton autorizado as técnicas da *ciberguerra*, via *Internet* e outros elementos infra-estruturais de comunicações.

Os telespectadores de redes globais de televisão seguiram o conflito com distanciamento. O propósito fundamental da OTAN era a obnubilação das mentes, para impedi-las de raciocínios autônomos ou sentimentos críticos. Não se cultivam mais horrores nes-

tes tempos de violência generalizada, interna ou externa. Um funcionário de nível médio da organização, o inglês Jamie Shea, foi o instrumento perfeito dessa máquina. A folhas tantas, chegou a definir com precisão suas explanações simplísticas, dizendo que eram ...*mais claras que a verdade!* Com efeito, a verdade constituiu, desde o começo, a grande baixa dessa guerra pós-moderna, em que não mais são os minerais estratégicos, o petróleo, as acarriais ou as indústrias químicas que importam. São os veículos eletrônicos da tecnologia da informação. Acima de tudo, são os televisores, os telefones, os micromarcadores que assumiram a dianteira, de modo que até as contas bancárias e muitas outras relações pessoais estarão doravante comprometidas nos conflitos.

Chegou-se enfim à verdadeira guerra total ensaiada pela propaganda nazi-fascista em 1939-45. Essa grande transformação, a pretexto de salvar os albaneses kosovares das garras sérvias, não surtiu o efeito desejado, tal como na operação *Tempestade do Deserto* no alvorecer da década: Slobodan Milosevic, coe-

rente com sua longa carreira de *apparatchik*, continua no poder, assim como Saddam Hussein. Este, como é sabido, domina o Iraque dos últimos 20 anos, não tendo para isso poupado nem amigos de infância, assassinados impiedosamente. Na época, seu regime apelidou tais crimes de *execuções democráticas*, sem oposição de nenhuma capital do Ocidente. Em meio a tanta destruição e miséria, ambos não capitularam até hoje, o sérvio com mais razão, de vez que a Constituição iugoslava o proíbe de render-se. É gente que só presa ou morta sai do poder, à maneira de Hitler, Ceausescu e inúmeros outros no passado, mais parecido com o nosso presente que todas as águas entre si. Essa, a verdade.

(Reprodução de matéria publicada em *O Globo*, edição de 22.07.99, e assinada pelo diplomata Arnaldo Carrilho, Embaixador do Brasil na Tailândia.)

AS PROVÍNCIAS AMERICANAS

Ninguém pode acusar-me de socialista, pois nunca acreditei no *Estado em-*

presário. Sempre entendi que a maioria dos políticos objetiva o poder mais do que servir à sociedade, sendo a história da humanidade de um melancólico desfilar dessa linha aética de busca do domínio em que o povo é, quase sempre, a grande vítima. Quanto maior o Estado, tanto pior para a sociedade. Lembro as palavras de Helmut Kuhn, autor da monumental obra *O Estado*, que o define como uma *mera estrutura de poder*. Por isso, sinto-me à vontade para criticar a destrutividade política dos EUA para os países em desenvolvimento, principalmente os seus vizinhos no continente. Sem abrir mão de um arcaico protecionismo, impõem a livre concorrência em todas as áreas econômicas nas quais sua superioridade tecnológica e de recursos torna a competição impossível. Não há competitividade comercial entre grandes e pequenos, entre fortes e fracos, entre tecnologia moderna e ultrapassada, entre ricos e pobres.

A globalização econômica é fruto da queda do Muro de Berlim. O mundo deixou de enfrentar a bipolaridade do poder

mundial; uma única nação assumiu seu comando, passando a determinar as regras do jogo da competitividade absoluta. É a mesma nação que, após o segundo choque do petróleo e a Rodada de Tóquio (1979), propugnou pela volta de um protecionismo jurássico a favor dos países desenvolvidos, em face de uma inflação que chegava a dois dígitos anuais nos EUA.

Nitidamente, o Grupo dos 7 (o oitavo parceiro não tem expressão econômica), ao decidir os critérios que a comunidade internacional deve seguir em matéria econômica, examina primeiro seus próprios interesses e de que forma pode conquistar os mercados desprotegidos, carentes de tecnologia e de capital, para depois passar à imposição de seus estilos mercantis.

Todos os países em desenvolvimento, na década de 90, buscaram corrigir o delicado problema da inflação. A vitória só foi possível por mecanismos recessivos e geradores de desemprego, única forma de não dar fôlego ao aumento de preços. Por outro lado, a desnacionalização do parque empresarial, pela falta de capitais e de tecnologia,

a substituição do produto nacional pelo importado, por ser menos oneroso, os juros elevados (inibidores do desenvolvimento interno) e, no Brasil, a falaciosa política tributária, que elevou a carga impositiva a pisos estratosféricos pela adoção prioritária da *técnica cumulativa* para Cofins, PIS e CPMF (a mais retrógrada de todas as formas impositivas), anularam a capacidade de crescimento dessas nações. A cumulatividade fiscal privilegia o produto importado, quase inatingido por ela, e prejudica o nacional, que suporta *n* vezes a superposição de incidências.

Graças a essa infeliz técnica arrecadatória, o Brasil passou a ser um excelente gerador de empregos em outros países, perdendo competitividade no mercado externo e encolhendo sua participação no mercado interno.

A par disso, variados motivos levaram os países latino-americanos a não conseguir conquistar a União Européia para seus produtos agropecuários; estes sofreram baixa acentuada de preços no mercado externo. Adicionem-se a tal realidade as sobretaxas ame-

ricanas em relação a produtos estrangeiros mais competitivos que os seus; isso inviabiliza sua importação, sob a enganosa argumentação de que são subsidiados, sem que se reconheça serem tais produtos, muitas vezes, *dessubsidiados* pelas políticas monetária, cambial e tributária dos países emergentes exportadores. É que as regras da Organização Mundial do Comércio (que impõe sanções determinadas pelos grandes países, principalmente os EUA) relacionam aquilo que consideram *subsídios* e excluem os dolorosos *dessubsídios* que somente os países emergentes praticam.

Por essa razão, os Estados Unidos, que possuem balança comercial deficitária com as nações mais fortes e com a União Européia, aumentaram consideravelmente suas exportações para os países emergentes à custa da globalização. Em um filme de sucesso, *Air Force One*, um terrorista russo diz ao seqüestrado presidente americano que a globalização fizera da Rússia uma terra de mafiosos e prostitutas, o que não chega a ser uma inverdade.

O certo é que a recente proibição à exportação de

aço brasileiro para os EUA, com o governo americano submetendo os produtores nacionais a um ignominioso acordo, sob ameaça de retaliações maiores, demonstra que a América Latina está se transformando em uma Província americana. Os EUA passaram a ser um país composto por Estados (que elegeram um presidente praticante de pornografia pública e influem na definição da sorte dos demais países do globo sem a oitiva da ONU, como no caso da destruição de fábricas no Sudão ou da própria Iugoslávia) e por províncias latino-americanas, condenadas a obedecer às regras de um jogo em que o vencedor é sempre aquele que as estabelece.

Como a *pax romana*, espero que a *pax americana* também termine, para que as nações menos desenvolvidas sejam realmente capazes de criar seu destino, fazendo com que os países desenvolvidos compreendam que elas necessitam de saídas para crescer, desde que façam sua própria lição de casa. Essa lição passa certamente pela redução das estruturas esclerosadas de máquinas administrativas ultrapassadas.

(Reprodução de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 23.07.99, e assinada pelo advogado Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.)

EXPULSOS DO PARAÍSO

A classe média está reclamando. E reclamando com razão, pelo que é possível verificar nos números publicados em reportagem do Jornal do Brasil. Submetida a aumento de 82% do custo de vida nos últimos cinco anos — bem acima da inflação e pagando impostos em proporções quase escandalosas para receber em troca serviços públicos beirando os padrões africanos — ela se debate medrosa, neste final de século, temendo ser expulsa do paraíso e empurrada para a pobreza pela perda do emprego, hoje a maior preocupação dos brasileiros.

Há apenas 10 anos o desemprego era o maior problema do país para 39% dos brasileiros. Hoje são 69% os que têm medo de ficar sem trabalho, segundo levantamento socioeconômico que está sendo finalizado pelo IBOPE.

O salário, que não parecia preocupar há 10 anos,

hoje é problema para a metade dos trabalhadores. Drogas, outra questão inexistente há 10 anos, hoje preocupam 44% dos brasileiros. Por outro lado, pessados antigos como a inflação, que tirava o sono de 57% dos entrevistados há 10 anos, hoje deixam 92% dormirem tranqüilos.

O Brasil mudou, e bastante, em algumas coisas, como no controle da inflação; em outras nem tanto, como em educação e saúde; mas falhou no item social. Ao longo desses anos o país tem sido incapaz de incorporar à classe média a grande massa de excluídos (cerca de 50% da população) que repartem entre si apenas 10% do produto nacional.

Não há um só país rico no mundo onde a classe média não seja a fatia predominante. Países como os europeus e a própria América, apesar da proliferação de milionários e bilionários, são fortes, estáveis e democráticos porque têm classes médias fortes e influentes. São estados de cidadãos, de contribuintes, qualidades que a classe média brasileira ainda parece não ter descoberto totalmente. Cercado de um lado por uma pobreza

que o assombra — e sem a menor condição de ser tributada — e de outro pela elite que, em boa parte, considera sonegadora de impostos, o cidadão de classe média brasileiro é pagador contumaz e contrariado de impostos e tributos.

Segundo a empresa de consultoria Arthur Andersen, um trabalhador que ganhe mil dólares mensais deixará para o fisco 27,5% de imposto de renda. Se morasse nos Estados Unidos, para dar a mesma parcela, teria que ganhar cinco vezes mais do que no Brasil. Comparado a outros países do Mercosul, como a Argentina, onde os padrões socioeconômicos e os serviços são em geral melhores do que os brasileiros, a diferença é mais gritante e o assalariado argentino paga em média a 15^a parte do imposto de renda do correspondente valor no Brasil.

Quando paga imposto, o cidadão europeu de classe média sabe que dois problemas estarão fora de suas preocupações cotidianas: educação e saúde. Mesmo o americano médio não se preocupará com a educação fundamental. No Brasil, apesar de pagar impostos,

a classe média paga a escola privada para seus filhos (luxo extravagante nos países ricos) e o plano de saúde para garantir-se em caso de doença. Nos últimos cinco anos, os custos das famílias brasileiras de classe média com educação subiram impressionantes 180%, enquanto os gastos com a saúde cresceram nada menos de 138%.

Esses números refletem duas coisas: a incapacidade estatal de fornecer bons serviços, cumprindo o que a Constituição determina como obrigação, e a incapacidade da classe média de centrar sua ação política nos objetivos corretos: não adianta brigar por escola privada barata. A escola privada é um negócio e como tal deve ser encarado. O objetivo da classe média deveria ser o de exigir o que países como a França fazem há mais de 100 anos: escola pública de boa qualidade, leiga, universal e gratuita.

No dia em que a classe média se empenhar em reivindicar do Estado aquilo que o Estado lhe deve e passar a cobrar resultados visíveis pelos impostos que paga, transformando-se em patrão do Estado, a qualidade dos serviços públicos

dará um salto assombroso, o nível da política será outro e o Brasil estará no caminho dos países desenvolvidos e justos.

(Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 19.07.99.)

INTERVIR OU NÃO INTERVIR?

Digamos que sai do fundo do coração e é verdadeira a afirmação do governo Clinton de que não intervém e nem pretende intervir na Colômbia. Como então encarar o que acontece na base naval de Iquitos no Peru, e em Coca, escola de guerra na selva do Equador, com seus programas produzidos pelo Pentágono? Os americanos negociam o uso por 10 anos da base aérea do porto de Manta, no Equador, onde já têm posto de observação, e promovem, segundo a revista *Cambio*, de Bogotá, a narcotização do Exército colombiano com a criação de um batalhão antidrogas.

A *Latin American Newsletter*, editada em Londres, fala de considerável participação americana no esforço de contenção da guerra

colombiana, o que configuraria envolvimento. Em Quito, capital equatoriana, informou-se que unidades de operações especiais do Comando Sul dos Estados Unidos estão na região amazônica ao longo das fronteiras do Equador e do Peru com a Colômbia. Carregam equipamentos de avançada tecnologia e grande alcance. Têm Iquitos e Coca como pontos de apoio. O jornal *La República*, de Lima, em matéria reproduzida pelo *ABC*, de Madri, revelou o que seriam planos de emprego de tropas equatorianas e peruanas numa eventual intervenção.

Há passos subterrâneos, em boa parte cobertos por espessas florestas, de rastreio difícil. Nem tudo é real e nem tudo é imaginário. Tomemos um episódio, o da que, em da Putamayo, pedaço de chão colombiano perto da fronteira com Equador, do RC-7B, sofisticado espião aéreo fabricado pela De Havilland, com cinco militares americanos a bordo, além de colombianos, todos mortos. Em poucas horas, de acordo com o *Miami Herald*, 24 aviões do Pentágono, saídos de pistas na Amazônia

equatoriana, estavam no local das buscas, encerradas a 27 de julho. Situação de emergência acabou exibindo a capacidade operacional dos Estados Unidos na região.

Cinco dias antes, chegara a Pastrana carta de Clinton dizendo que a crise interna da Colômbia ameaça interesses nacionais americanos. Nada de intervenção, no entanto. O que fazia o RC-7B com seus olhos eletrônicos de última geração voltados para área de cultivo de coca e também de forte presença de guerrilha? O incidente talvez tenha evidenciado o processo, em curso em Washington, de incorporar a contrainsurgência ao combate à coca, enfiar as duas coisas no mesmo saco. Como a guerrilha, explica o general Barry McCaffrey, chefe da agência antidrogas dos Estados Unidos, toma dinheiro do narcotráfico, surge a narcoguerrilha. Deve ser eliminada junto com traficantes e plantações.

O próprio Pastrana, mais interessado em dialogar, tentou vender a ressalva de que as Farc não traficam, simplesmente cobram pedágio de narcos, mas um porta-voz do Pentágono,

almirante Craig Quiggle, cortou digressões com um curto e grosso, *estamos de acordo com McCaffrey*. A criação de um batalhão antidrogas no Exército colombiano, já em fase final, obra do Pentágono, é parte da *narcotização* das forças de contra-insurgência. Ele combaterá um *sistema* (plantações, laboratórios e pistas de aviões dos narcos) no qual é incluída uma guerrilha já sem cara ideológica e cujos objetivos são cada vez mais obscuros. O novo batalhão, com americanos a bordo, certamente chocará com as Farc.

Nada disso é intervenção? Tropa dos Estados Unidos (Companhia C do Terceiro Batalhão do Sétimo Grupo de Forças Especiais com base no Panamá) participou da destruição de campos de treinamento das Farc na selva equatoriana. São detalhes que imprimem veracidade às informações a respeito. Um major Bernard Sparrow comandava os americanos. A mesma tropa foi elogiada, em boletim do Comando Sul, por serviços prestados na Colômbia. Na base naval de Iquitos, no Peru, 33 assessores americanos são trocados a cada três meses. O *El*

Espectador disse que militares de vários países treinam na escola de combate na selva denominada Coca, no Equador, em curso bancado pelo Pentágono.

Não se trata, garante o ministro da Defesa do Equador, de plataforma de assalto. O prestígio de Coca atrai estrangeiros e ele se orgulha disso. Mas se trata (Iquitos, Coca, *nacarcotização* do Exército colombiano, *narcoguerrilha*, etc.) da montagem de mecanismos no mínimo de *contenção* da guerra na Colômbia, com os Estados Unidos dando cartas. Pode não haver intervenção, mas já existe, no mínimo, *envolvimento*.

Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 30.08.99, e assinada pelo jornalista Newton Carlos.)

O RIO RUMO À OPEP

Adescoberta de um megapoço pela Petrobras na plataforma submarina da Bacia de Santos confirma uma segunda bacia petrolífera em águas territoriais do Estado do Rio, além da gigantesca Bacia de Campos. Como previu o presidente Fernando Henrique, o Bra-

sil pode alcançar a auto-suficiência de petróleo em 2005, ficando imune aos aumentos dos preços internacionais do produto, cuja escassez freou o crescimento do país durante quase meio século.

Com o potencial de produção dos campos da Bacia de Santos localizado em suas águas territoriais, o Estado do Rio pode ter duplo impulso na sua economia. Os *royalties* do petróleo podem facilitar tanto a amortização da dívida estadual, renegociada com a União, quanto os investimentos em infra-estrutura de novos municípios, cujas projeções coincidem com as áreas a serem exploradas na parte fluminense da Bacia de Santos, que se estende até o mar territorial de Santa Catarina.

A concentração dos trabalhos de prospecção e exploração de petróleo ao largo da costa do Estado do Rio reforça a esperança de revitalização da indústria naval brasileira, 90% da qual está localizada na Baía de Guanabara (Rio e Niterói) e em Angra dos Reis. O Brasil não pode perder a oportunidade de criar uma política fiscal adequada ao soergui-

mento de sua indústria naval, com a produção de equipamentos de apoio às atividades de prospecção e extração de petróleo em alto-mar.

Para competir em igualdade de condições com os estaleiros da Coréia do Sul, Japão, Portugal, Estados Unidos e dos países escandinavos, na construção de plataformas, sondas, barcos de apoio e navios de transporte de petróleo a curta distância, os estaleiros nacionais precisam de linhas de crédito permanentes e de longo prazo.

As recentes descobertas, que aumentam o interesse da participação de mais companhias internacionais na exploração, em concorrência direta com a Petrobras nas novas áreas que serão licitadas ano que vem pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), não invalidam as profecias de Mr. Link. O especialista americano em petróleo garantiu, no começo dos anos 50, que o país não tinha óleo em terra mas poderia ter no mar.

Se alcançar a produção de 2 milhões de barris em 2005, suprindo todo o consumo nacional previsto para daqui a seis anos, o

Brasil e o consumidor brasileiro podem finalmente se livrar da dependência do petróleo, que amarrou o desenvolvimento nacional nos últimos 50 anos, sobretudo depois do primeiro choque internacional, em 1973.

A disparada dos preços na primeira crise do petróleo, em 1973, viabilizou a exploração de petróleo em águas profundas, começando no Mar do Norte. A Petrobras encontrou óleo na Bacia de Campos, em 1974, e demorou mais de cinco anos para começar a produzi-lo comercialmente. Com o domínio da tecnologia de exploração em águas profundas (mais de 2 mil metros de lámina d'água e poços localizados a 4 mil metros de profundidade) a Petrobras (e as empresas que encontrarem petróleo na plataforma submarina) pode começar a produzir em menos de dois anos.

A Petrobras tem todos os motivos para comemorar a grande descoberta, que comprova sua alta eficiência na prospecção em águas profundas e mudar radicalmente sua posição no ranking mundial das companhias petrolíferas: de maior importadora de petróleo do mundo, nossa es-

tatal pode se inscrever entre as detentoras das maiores reservas próprias de óleo (excluídas as companhias estatais do Oriente Médio).

(Reprodução de editorial do *Journal do Brasil*, edição de 27.09.99.)

SEGURANÇA MÍNIMA

A descoberta do túnel de oito metros na cela de um preso em Bangu 2 desmoraliza, antes de mais nada, o próprio conceito de segurança máxima em presídios brasileiros. A rebelião que se seguiu, com greve de fome, depredação de celas e outras manifestações internas de desagrado contra a remoção do fujão, confirma o conceito de que as prisões brasileiras, de segurança máxima ou mínima, são inúteis.

Sem nada para fazer, mergulhado em ociosidade sinistra, o presidiário brasileiro passa o dia inteiro pensando na maneira de fugir. Segundo as estatísticas não é coisa difícil. Registram-se em média duas fugas por dia nas cadeias brasileiras. Sua única ocupação é cavar túneis, subornar guardas, contrabandear droga, dirigir quadrilhas que estão do

lado de fora (com auxílio de celular e fax), contrair Aids e, quando a paciência se esgota, tocar fogo nas celas, derrubar paredes, matar reféns, fugir enfim quando a ocasião se apresenta. Nos presídios se multiplicam ao quadrado as mazelas do lado de fora, como jogar óleo na fogueira social. As mesmas quadrigulhas se reorganizam lá dentro e os *chefões*, quando trancafiados, continuam a exercer a liderança, comandando de lá assaltos ou sequestros.

Presidiário no Brasil, por falta de autoridade nas prisões, é uma espécie de revolucionário permanente que se sente estimulado a destruir prédios públicos e a executar reféns, sob as vistas da televisão. A cada 10 dias se registra, pelo menos, uma grande rebelião no país. As pequenas rebeliões nem entram mais na estatística por falta de repercussão, ou por desinteresse do *big brother* televisivo.

Pior do que a esclerose do sistema penitenciário é a megalomania dos presos que não se contentam em cumprir pena nas cadeias disponíveis, proclamando-as desconfortáveis. O sistema que aceita esse tipo de

reivindicação está, por princípio, falido. A permissividade dos diretores de presídio, pressionada por reivindicações extemporâneas de direitos humanos, estimula a bagunça. Presidiário, por definição, está privado de direitos reservados aos cidadãos. Direitos comuns cessam por ocasião da condenação; nesse momento começa a pena.

Os presos fluminenses, depois de passar sua temporada de reclusão em escandalosa ociosidade, retornam à cadeia em um quarto dos casos. A situação paulista é então sob todos os aspectos excepcional, porque o índice de reincidência é o maior do país: quatro quintos.

Em outras palavras, a prisão nem de longe cumpre seu papel punitivo e regenerador, a exemplo do que acontece nos vários institutos de menores infratores, onde igualmente as rebeliões são permanentes, as instalações quebradas periodicamente, ninguém educa ninguém e o Estatuto do Menor vela, como ave de mau agouro, para que a impunidade seja agitada como bandeira de incoerência.

(Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 23.07.99.)

A VIRGINDADE DE ELIZABETH TAYLOR

Johnny Carson, o criador do *Talk show* na TV, até nos miúdos detalhes que se podem ver no programa de Jô Soares (a caneca de café americano, por exemplo), teve, certa feita, uma saída notável. O entrevistado insistia, contra toda a lógica, em convencê-lo de algo inteiramente inverossímil. Perdendo a paciência, Carson uma hora lhe disse: *Meu caro, se você de fato acredita nisso, certamente há de acreditar que Elizabeth Taylor é virgem...*

Essa pode ser uma das dez maneiras de acabar uma discussão, mas é o que a gente sente quando tentam impingir-nos políticas neoliberais na base da teoria de que os mercados são quase perfeitos, isto é, quase virgens.

Ora, o que vemos hoje é tendência sem precedentes para megafusões concentradoras de poder econômico, que reduzem o número de atores, limitam a competição e distorcem seriamente as regras teóricas de funcionamento dos mercados.

A Unctad, organização na qual trabalho, acaba de divulgar que, em 1998, os

fluxos de investimento estrangeiro direto no mundo saltaram de 39% em relação a 1997, atingindo US\$ 644 bilhões. O enorme aumento se deveu às fusões e aquisições entre companhias de países desenvolvidos. Enquanto esse tipo de transação registrava oito casos em 1996, o número tinha passado a 15 em 1997, chegando a 32 no ano passado, com valores acima de US\$ 3 bilhões por operação.

Pouco tempo atrás, o *Wall Street Journal* dedicou ao assunto reportagem intitulada *Vamos jogar oligopólio* e subtítulo explicativo: *As fusões freqüentemente refletem o desejo de rachar um mercado entre poucos rivais*.

A indústria automobilística há muito tempo está reduzida nos EUA aos Três Grandes e caminha, em termos mundiais, para seis ou sete. Quase todos os discos musicais são produzidos por quatro empresas, ao passo que duas apenas dominam a fabricação de aviões comerciais de grande porte. Na indústria global de refrigerantes, só três companhias contavam, a Coca-Cola (com quase 45%), a Pepsi e a Cadbury Schweppes — esta última está em

via de ser engolida pela primeira.

O setor farmacêutico é controlado por dez firmas e o processo de fusões deve diminuir ainda mais esse número, sendo mais ou menos a mesma a situação na indústria de semicondutores.

O professor Louis Gaglianos, da Universidade Johns Hopkins, autor, em 1994, de *O Triunfo do Oligopólio*, assevera que os oligopólios globais são tão inevitáveis como o nascer do sol e comenta que os líderes empresariais americanos sempre preferiram o oligopólio ao monopólio, porque a redução do mercado a dois ou três atores lhes permite algum grau de competição sem ceder muito controle.

Outros, mais cépticos quanto à prática da competição pelos oligopólios, mostram que, passado o primeiro momento, os sobreviventes tendem a impor preços e a dividir mercados.

É claro que isso que se passa no mundo real não tem a mais remota semelhança com as descrições de perfeita racionalidade dos mercados que se lêem nos compêndios, nos quais se supõem estudaram os economistas governando a

América Latina. Trata-se seguramente de partidários do diretor de jornal que diz ao senador (James Stewart) na magistral cena final de *O Homem que Matou o Facinora (Who Shot Liberty Valance?)*, de John Ford: *No Oeste, quando a realidade desmente o mito, nós publicamos o mito*.

Não só no Oeste...

Veja-se assim o que acontece no comércio internacional, onde acabamos de ser obrigados a tragar goela abaixo mais um dos famigerados acordos de restrição supostamente voluntária de exportação de aço que haviam sido proibidos de maneira categórica pela Rodada Uruguai (eram as então chamadas *medidas de área cinzenta*). Se tivéssemos recusado, seríamos acusados de competição desleal e castigados com taxas proibitivas.

Pois bem, em passado não muito remoto, boa parte das exportações da indústria brasileira de equipamento elétrico pesado foi eliminada dos mercados pelo famoso cartel da *Associação Elétrica International*, que durou mais de 50 anos, a partir da década de 30, e incluía gigantes como a General Electric, a Westin-

ghouse, a Brown Boveri, a Mitsubishi etc. No relatório sobre o cartel, publicado em 1980 pela Câmara dos Deputados dos EUA, lê-se como o cartel, após fixar preços e dividir o mundo entre os participantes, estabeleceu, com parte dos lucros, fundo especial que *por voto unânime dos membros poderia ser usado para apoiar a competição predatória contra competidores não-membros em qualquer território na jurisdição do acordo*. Pensava-se que o cartel tinha sido dissolvido, mas, em 1998, a Comissão Européia descobriu que ele continuava em operação e aplicou-lhe multas milionárias.

À luz de retrocessos graves, como a volta dos acordos *voluntários* de exportação e da escassa vontade europeia de liberalizar o

comércio agrícola, devemos pensar cuidadosamente antes de nos engajar em novas negociações comerciais, a não ser que se tenha clara idéia do que se deseja obter e firme disposição de não aceitar, desta vez, resultados desequilibrados.

É um escândalo, por exemplo, que o Brasil não possa utilizar quase nenhum subsídio industrial, enquanto os europeus continuam a lançar mão de bilhões para expulsar-nos de mercados agrícolas nos quais somos competitivos, como na carne de frango. Anos atrás, na última vez em que o açúcar esteve a 4 centavos de dólar a libra, os europeus, com custo de produção do açúcar de beterraba de mais de 21 centavos por libra, expeliram-nos do mercado da Nigéria a golpes maciços de subsí-

dios cinco vezes maiores ao custo!

À véspera da reunião Mercosul-Europa, seria bom consignar à poeira das estantes os fictícios compêndios de livre comércio e delas retirar, para leitura e edificação, livrinho hoje esquecido, *La Divina Ingrêna*, de Juó Bananére, filósofo do Belenzigno e *candidato alla gademia Bolista de Letras*. Nele se encontra, à maneira de Lafontaine, a fábula de *U lobo i u Gurdeirigno*, na qual, após o triste fim do cordeiro, assim se resume a moral que impera na selva dos mercados quase virgens: *O que vale nesta vida é o muque*.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 29.06.99, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, Secretário-Geral da UNCTAD.)



**O inimigo que você não vê,
é aquele que o abaterá.**

*Frase colocada nas paredes dos alojamentos da
Luftwaffe na Segunda Guerra Mundial*



**Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!**

PEDIDO DE ASSINATURA

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO — 1999

Composta de 12 (doze) obras selecionadas, de renomados autores, nacionais e internacionais, sobre temas de grande interesse na atualidade.

REVISTA DO Exército Brasileiro

Periódico quadrimestral com informações variadas sobre a vida na caserna, temas históricos e técnicos-profissionais desde 1882.



REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Periódico quadrimestral sobre pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico do Exército Brasileiro.

A DEFESA NACIONAL

Periódico quadrimestral de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Circula nos meios civil e militar desde 1913.

Faça seu pedido!

Coleção General Benício (12 livros)

- | | | |
|--------------------------|----------|------------|
| <input type="checkbox"/> | Integral | R\$ 150,00 |
| <input type="checkbox"/> | 02 vezes | R\$ 75,00 |
| <input type="checkbox"/> | 03 vezes | R\$ 50,00 |

Revistas

- | | | |
|--------------------------|----------------------|-----------|
| <input type="checkbox"/> | Exército Brasileiro | R\$ 20,00 |
| <input type="checkbox"/> | A Defesa Nacional | R\$ 20,00 |
| <input type="checkbox"/> | Ciência & Tecnologia | R\$ 20,00 |

Envie cheque bancário ou dos correios, nominal à "Biblioteca do Exército" para efetuar sua Assinatura

Dados cadastrais

Nome		Profissão		
Militar <input type="checkbox"/> Ativa <input type="checkbox"/> Reserva		OM	Posto/Grad	
Endereço Rua		Nº		Complemento
Cidade		UF	CEP	Tel.
E-mail		Fax.		

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 Ala Marcílio Dias – 3º andar
CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ.

Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (021) 519-5715 – Fax.: (021) 519-5569
Home Page: <http://www.biblex.eb.br> E-mail: biblex@ism.com.br

**Faça de um amigo
um novo sócio,
presenteie-o
com uma assinatura**



Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, junte o(s) cheque(s) e use o envelope anexo para envio à Biblioteca do Exército.

PROGRAMA EDITORIAL

1999

Por incrível preço e buscando sempre oferecer aos seus leitores um elenco de obras atuais, a BIBLIECX lança o seu programa para 1999. São 12 (doze) excelentes livros entregues a domicílio e por custo baixíssimo, além da vantagem de pagamento parcelado.

Camaradas

William Waack

Em Camaradas o autor expõe os resultados da pesquisa que realizou nos arquivos secretos da ex-União Soviética revelando, pela primeira vez, textos de preciosos documentos encontrados em Moscou e extratos de depoimentos de antigos militantes comunistas, capazes de esclarecerem inúmeras questões até hoje obscuras quanto ao frustrado levante de 1935.

Seiscentas Légulas a Pé

Acy Vaz Guimarães

Baseada em extensa e rigorosa pesquisa desenvolvida com abundância e precisão de dados fornecidos por Acy Vaz Guimarães sobre a Campanha do Amapá, a obra, com certeza, preencherá muitas lacunas nos conhecimentos dos estudos da Guerra do Paraguai. Em linguagem simples e envolvente, a crueza da guerra, a fome, a peste, tudo é retratado sem exceção, sobressaindo sempre o homem.

A Guerra

André Corvisier

A obra expõe conceitos relevantes sobre as missões militares do Estado e suas obrigações em relação ao pessoal das Forças Armadas. Embasada em fatos históricos e em lúdica interpretação e projeção desses fatos, Corvisier realiza uma magnífica e abrangente análise do fenômeno 'guerra' em todos os seus aspectos.

Manstein - Campanhas e Julgamento

Reginald T. Paget

Paget, através das alternativas do julgamento do Marechal de Campo Erich Von Manstein, que faz preceder os aspectos mais relevantes de sua atuação durante a II Guerra Mundial, convence o leitor, usando uma argumentação repassada de lógica admirável e contundente, sobre a farsa ostensivamente preparada como vindita de vencedores sobre vencidos.

As Origens da Guerra no Ocidente

Dayne Dawson

Oferecendo uma cuidadosa reconsideração do que nos dizem as fontes clássicas sobre o pensamento ocidental em matéria de guerra e paz, *As Origens da Guerra no Ocidente* traz uma contribuição definitiva à compreensão de um dos aspectos mais preocupantes da cultura ocidental. A abordagem gira em torno de três temas maiores: - o aspecto

moral, com a guerra sendo um instrumento da Justiça humana e divina; o aspecto internacional, encarando-a como instrumento da política externa; e o aspecto constitucional, em que a guerra aparece como instrumento da política interna.

A Máscara do Comando

John Keegan

Apresentado em estilo atraente e com ousada técnica abordagem histórica, o livro desse renomado escritor atende a um amplo espectro de leitores civis ou militares, profissionais ou amadores, bem como servirá de referência para aqueles que se dedicam à historiografia militar. *Obra inédita em língua portuguesa, analisa grandes chefes militares em diferentes épocas. Inclui com Alexandre, o Grande, na Grécia, através a história com Wellington, Grant e Hitler, conclui com a chegada ao Comando do Mundo Nuclear.*

Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos

Aluizio Napoléon

Excelente obra em que os fatos são narrados com fluidez e propriedade. A documentação apresentada é, em sua maioria, inédita. Em estilo escorreto e agradável, este livro诱导 o leitor a perceber de imediato, a inteligência o patriotismo com que Rio Branco se houve no desdobramento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Chefe, Líderes e Pensadores Militares

Michael Lee Lanning

Livro contendo notas biográficas e valiosas informações sobre a vida e a obra de cento e dez importantes chefes, líderes e pensadores militares, de reconhecida atuação através dos tempos. Constitui-se em adequada fonte de pesquisa ao alcance dos estudiosos da História Militar.

Problemas Estratégicos Contemporâneos

Philippe Moreau Defarges

Escrito em linguagem clara e muito bem estruturada, o livro trata do que Defarges chama 'a problemática moderna da estratégia' - antes e depois da arma nuclear. Focaliza o Terceiro Mundo sob o ponto de vista das estratégias: como tea-

tro de operações das estratégias disponíveis e do desarmamento, afi incluído o desarmamento nuclear. Esta obra é um manual para a orientação do estudo sobre os grandes problemas estratégicos contemporâneos.

Os Lusíadas

Luis de Camões

Camões cantou a história de seu povo num poema épico que se tornou um dos pontos culminantes da literatura universal. Ao reeditar este clássico, a BIBLIECX rende mais um prelúdio de louvor e admiração à glória de quem se imortalizou cantando as 'obras valerosas' da sua pátria, ao mesmo tempo em que contribui para consolidar a Integração nacional.

As Guerras do Futuro

Bevin Alexander

Na nova Era vislumbrada por Bevin não ocorrerão mais conflitos globais demorados, do tipo II Guerra Mundial. Ocorrerão sim, e muitos, conflitos inadequadamente chamados de baixa intensidade, com objetivos específicos e limitados, porém empregando meios modernos e poderosos de destruição. O grande ensinamento que ficá de sua leitura é que, quando uma guerra se prolonga demasiadamente, tornando excessivos seus custos em vidas humanas e recursos financeiros, ela está virtualmente perdida.

Geopolítica

Princípios, Meios e Fins

Therenzinha de Castro

Manual de geopolítica moderno, escrito em linguagem clara e cartesiana, o livro é de inestimável valor e utilidade para as universidades, escolas de estado-máior e todos os que se interessam pelos estudos geopolíticos. Com visão perspectiva e prospectiva da dinâmica que assume o processo geopolítico, a autora demonstra a sua erudição e capacidade de pesquisa e análise, introduzindo classificação inédita nos estudos geopolíticos.

ASSINATURAS ANUAIS

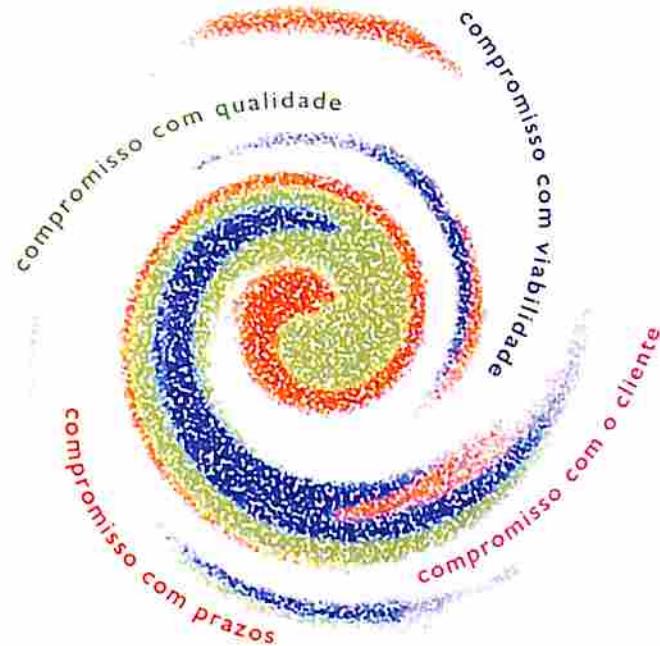
Coleção General Benficio:

R\$ 150,00 (descontados em folha ou pagáveis com cheque em três vezes)

Revistas:

A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia: BRASIL - R\$ 20,00
EXTERIOR - US\$ 30,00

**LIGAÇÃO GRATUITA DE
TODO BRASIL:**
0800-23.83.65



SERMOGRAF

artes gráficas e editora ltda.

Busca constante pela qualidade, pontualidade, absoluto respeito por nossos clientes e o compromisso de viabilizar os seus projetos.

Este é o nosso trabalho

(24) 237 3769

Rua São Sebastião, 199
Petrópolis - RJ. 25 645-040
sermograf@sermograf.com.br



Quando falta investimento, falta cultura.

A riqueza cultural do povo brasileiro é enorme. Assim como são enormes as dificuldades que a cultura enfrenta para se manter viva. É por isso que o Centro Cultural Banco do Brasil investe em música, literatura, teatro, dança, artes visuais e plásticas. Porque cultura se faz com talento, paixão e investimento. Banco do Brasil. Investir em cultura é investir em você.



 **BANCO DO BRASIL** 